



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS

LAURA GONÇALVES DE LIMA

CRIMES DE MAIO:
ESTIGMAS E MEMÓRIAS DA DEMOCRACIA DAS CHACINAS

BRASÍLIA
MARÇO DE 2016

LAURA GONÇALVES DE LIMA

Crimes de Maio:

Estigmas e Memórias da Democracia das Chacinas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestra em Ciências Sociais.

Orientadora: Simone Rodrigues Pinto

Brasília

2016

Folha de Aprovação

Laura Gonçalves de Lima

Crimes de Maio: Estigmas e Memórias da Democracia das Chacinas

Banca examinadora:

Profª Dra. Simone Rodrigues Pinto

Orientadora

CEPPAC – UnB

Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva

Membro Interno

CEPPAC – UnB

Profª Dra. Haydée Glória Cruz Caruso

Membro Externo

SOL – UnB

Brasília, março de 2016.

Dedico esta dissertação às Mães de Maio e às vítimas do Estado terrorista brasileiro.

AGRADECIMENTOS

A amizade não cabe em palavras. Também não cabem o carinho, a atenção e o cuidado que eu tive o privilégio de sempre encontrar em meus caminhos. Muito consciente da pequenez deste gesto frente à dedicação das pessoas que fizeram deste trabalho possível, eu gostaria de agradecer à dona Edilene Ocampos Gonçalves de Lima e ao senhor Alvadi Brasil de Lima, meus pais e dois dos meus maiores mestres.

Outro grande mestre, Manoel de Barros, disse, certa vez, que ninguém é pai de um poema sem morrer. Eu perdi a conta das várias vezes em que morri redigindo esta dissertação. Falar sobre a morte de outras pessoas não me foi tarefa fácil. Nagô, Dara, Dendê, Samantha, Mozart, Caio, Brinho, Perdeu, Nando, Tritão, Djallys e Raquel – todas as vezes que, do desespero, eu renascia, encontrava em mim um pouquinho de vocês. Muito obrigada por terem, sempre, cuidado tão bem de mim!

Aos quiçá já mestres Silvia, Bel, Nathalia e Felipe, companheiros sempre dispostos a compartilhar palavras e cuidados, este trabalho é fruto do que aprendi com vocês. As conversas, as risadas, os abraços, e, principalmente, a confiança que vocês me dedicaram foram fundamentais para que eu não cedesse às pressões da insegurança e ao medo do fracasso. Muito obrigada!

Ao CEPPAC, ao GAPAF e ao GARI por terem me ensinado a escutar – premissa para qualquer diálogo.

À Naila e à Bruna, em nome de quem agradeço ao Grupo de Estudos de Mulheres Negras cujas palavras e leituras me educaram e mostraram, na aridez da Academia, a força e a beleza dos caminhos subversivos.

Ao professor Cristhian e à professora Haydée pelo tempo e dedicação empregados na correção desta dissertação e pelas observações que transformaram este trabalho. Agradeço também por serem um exemplo de mestres dedicados a prática educativa. E quando falo em prática educativa, tenho em mente alguns ensinamentos de Paulo Freire, especialmente aqueles sobre a virtude da coerência, algo um tanto perdido em meio aos vícios elitistas de tantos intelectuais.

RESUMO

A pesquisa propõe a apreensão das relações estabelecidas entre a população branca brasileira e as populações negras, pobres e periféricas que possibilitaram, em maio de 2006, a execução de, pelo menos, 493 pessoas em São Paulo. Para tal, recorro à história da colonização e do sistema penal brasileiro, apontando a corporeidade negra como alvo predileto de governadores obcecados pelo extermínio. Proponho também uma narrativa acerca dos Crimes de Maio e apresento certa teoria sobre o Estado presente nos testemunhos do Movimento Independente Mães de Maio e enunciados em Audiência Pública, chamada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, sobre os nove anos de impunidade. Em resumo, a pesquisa procurou entender a indiferença política e social que autoriza, legitima e incentiva o extermínio da juventude negra na democracia brasileira.

Palavras chaves: relações raciais, biopolítica, crimes de maio, mães de maio, colonialidade, sistema penal, extermínio e impunidade

ABSTRACT

The research proposes the seizure of the relations between the Brazilian white population and the black, poor and remote Brazilian populations that made possible, in May 2006, the execution of at least 493 people in São Paulo. For this, we turn to the history of colonization and the history of the Brazilian penal system, pointing the black corporeality as a favored target for governors obsessed with eradication. I also propose a narrative about the May Crimes and finally emphasize certain theory about the state in the Mothers of May Independent Movement and set out in Public Hearing called by the National Council of the Public Ministry, over the nine years of impunity. In summary, the research sought to understand the political and social indifference that authorizes, legitimizes and encourages black youth extirpation in Brazilian democracy.

Keywords: race relations, biopolitics, May Crimes, Mothers of May, coloniality, criminal justice system, extirpation and impunity

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PARTE I – O QUE DIZEM AS MÃES DE MAIO SOBRE O ESTADO	18
1. CAPÍTULO 1 – 9 ANOS DEPOIS	18
1.1.1 – TESTEMUNHO 1 – DÉBORA MARIA DA SILVA	19
1.1.2 – TESTEMUNHO 2 – VERA LÚCIA ANDRADE DE FREITAS	24
1.1.3 – TESTEMUNHO 3 – VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS	26
1.1.4 – TESTEMUNHO 4 – EDNALVA SANTOS	28
1.1.5 – TESTEMUNHO 5 – MARIA SÔNIA LINS	29
1.1.6 – TESTEMUNHO 6 – ILZA MARIA DE JESUS SOARES	30
1.1.7 – TESTEMUNHO 7 – HELENA FONSECA	31
1.1.8 – TESTEMUNHO 8 – MARIA GORETTI RODINICK MARQUES	36
1.1.9 – TESTEMUNHO 9 – MARIA HELENA TELES DE PINA	36
1.1.10 – TESTEMUNHO 10 – FRANCILENE GOMES FERNANDES	38
1.1.11 – TESTEMUNHO 11 – JOÃO INOCÊNCIO CORREIA DE FREITAS	40
1.1.12 – TESTEMUNHO 12 – GISELE BARBOSA LIMA.....	43
1.1.13 – TESTEMUNHO 13 – ANDREA FRANCO RODRIGUES	45
1.1.4 – TESTEMUNHO 14 – FLÁVIA CRISTIANE DOS SANTOS	47
1.2 – ESTIGMAS E MEMÓRIAS	48
1.2.1 – (IN)SEGURANÇA PÚBLICA – AS EXECUÇÕES	52
1.2.2 – A JUSTIÇA DAS AUTORIDADES	61
1.2.3 – UM GRITO POR JUSTIÇA	69
PARTE II – COMO É POSSÍVEL?	74
2. CAPÍTULO 2 – COLONIZAÇÃO E CIVILIZAÇÃO	74
2.1 – O MITO DA MODERNIDADE E O TESTEMUNHO DA AMÉRIKKKA.....	75
2.2 – O COLONIALISMO E A COLONIALIDADE DO PODER	79
2.3 – “ <i>COGITO ERGO SUM</i> ”, A COLONIALIDADE DO SABER	84
2.4 – A NÃO-ÉTICA DA GUERRA, A COLONIALIDADE DO SER	87

2.5 – HETERARQUIA DO PODER	92
3. CAPÍTULO 3 – BIOPOLÍTICA, RACISMO E DISPOSITIVO DE RACIALIDADE – LIBERALISMO À BRASILEIRA	97
3.1 – RAÇA X CLASSE	102
3.2 – DO SISTEMA PENAL	103
3.3 – SISTEMA COLONIAL-MERCANTIL - O SISTEMA CASA GRANDE/SENZALA	108
3.4 – SISTEMA IMPERIAL-ESCRAVISTA – O “MUDAR DE ROUPA SEM MUDAR DE PELE”	110
3.5 – SISTEMA REPUBLICANO-POSITIVISTA – “ORDEM E PROGRESSO”	113
3.5.1 – ORDEM... ..	114
3.5.2 – E PROGRESSO!	115
3.6 – O SISTEMA NEOLIBERAL – A ERA DAS CHACINAS	118
3.6.1 – DO CAMPO EPISTEMOLÓGICO – O PROBLEMA DO BRANCO	126
3.6.2 – DO CAMPO ONTOLÓGICO	130
3.6.3 – ALGUMAS POUCAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A RE-EXISTÊNCIA	135
PARTE III – OS CRIMES DE MAIO	137
4. CAPÍTULO 4 – OS CRIMES DE MAIO	137
4.1 – O SALVE GERAL	138
4.2 – TERRORISMO INSTITUCIONAL: O SALVE-SE QUEM PUDER	144
4.2.1 – NARRATIVAS DO GENOCÍDIO	152
4.2.1.1 – ANA PAULA, JOEY, BIANCA E JOÃO GOÉS – 15 DE MAIO DE 2006	152
4.2.1.2 – ISRAEL ALVES DE SOUZA, FÁBIO DE LIMA ANDRADE, EDIVALDO SOARES DE ANDRADE, EDUARDO BARBOSA ANDRADE E FERNANDO ELZA – 14 DE MAIO DE 2006 E 4 DE DEZEMBRO DE 2006.....	153
4.2.1.3 – RICARDO PORTO NORONHA E MATEUS ANDRADE DE FREITAS – 17 DE MAIO DE 2006.....	155
4.2.2 – OS CONDENADOS: OS CORPOS EXECUTADOS.....	156
4.3 – SALVARAM-SE OS POLICIAIS E AS AUTORIDADES: ARQUIVAMENTOS E IMPUNIDADE	157
4.4 – DAS RE-EXISTÊNCIAS	162

4.4.1 – PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL	163
4.4.2 – MÃES DE MAIO	168
CONCLUSÃO – GENOCÍDIO, A PATOLOGIA DO “BRANCO” BRASILEIRO	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181

“Querida Academia

Do alto dos seus títulos, daí de onde você vê, a Universidade é pra quê? Pra caber quem? Dentro de sua sala, você se esconde pra não ver lá fora ou pra quem tá lá fora não te ver? O conhecimento que você produz, é pro povo ou pro CNPQ? Pra sociedade ou pra enfeitar o lattes? Se quem tá dentro não vê os muros em volta; quem vê de fora não enxerga nada além da muralha. Se no meio da aula você diz que eu tô todo errado, eu te digo que, pra chegar até aqui, atravessei cerca de arame farpado. Você escreve artigo, livro, capítulo, resumo, paper, ensaio; fala da gente sem nem lembrar de olhar no olho da nossa gente; alcança seus índices de produtividade, no dia seguinte, não sabe nossa cara, nosso nome, desconhece a nossa identidade. Nossa cor é objeto de pesquisa. Nosso sexo, etnografia. Nossas casas são seu campo. E seu olhar branco, macho, eurocentrado justifica-se como ‘é só a metodologia’. Na sua nota da capes, o que conta mais: seus pontos ou a nossa voz? Sua tese ou nossa história? O que vale mais: suas oito páginas de referência ou a nossa ancestral experiência? E não pense que entramos aqui por favor, que não merecemos ou que qualquer coisa aqui nos foi dada. Cotas não são presente, são só um pequeno pedaço do que nos devem. Chegamos aqui forjados pelos que nos precederam. Não se esqueçam: nossos passos vêm de longe. Se estou aqui hoje é só porque tantos outros já vieram. Erguer muros, não vai nos impedir de entrar. Se precisar, nós vamos derrubar. Tomar de assalto o que é nosso. E não queremos só um lugar à mesa, queremos interromper o jantar e começar tudo de novo. Reerguer uma Universidade que seja do povo e para o povo, onde não apenas se fale sobre o outro, mas onde o outro se torna um nós que é capaz de falar sobre si mesmo.

Não criem a ilusão de que tudo que se diz na Academia é a verdade. Mas, lembrem-se, é sempre o poder. E, inclusive, o poder de dizer o que é a verdade. Como cientistas políticos, temos lugar para dizer o que é a democracia. Vivemos em uma, nossos professores vão dizer, Estado Democrático de Direito é o seu nome. Será mesmo? Pois vamos aos fatos: Planaltina, Distrito Federal, 26 de maio de 2013. Antônio Pereira de Araújo, auxiliar de serviços gerais, é detido em abordagem padrão. Conduzido à delegacia, nunca mais foi visto. Rocinha, Rio de Janeiro, 14 de julho de 2014. Amarildo Dias de Souza, pedreiro, limpava peixe na porta de casa quando policiais que conduziam a operação “Paz Armada” o abordaram. Nunca mais foi visto. Grajaú, São Paulo, 16 de outubro de 2015. Yago Pedrosa Araújo, estudante de 16 anos, é parado em mais uma abordagem daquelas - padrão. 4 dias depois é encontrado morto, executado. Nunca mais foi visto vivo. Infelizmente, a lista poderia continuar: Cláudia Ferreira da Silva, Cristian do Carmo, Rafael de Souza Paulino, Roberto da Penha, Carlos Eduardo da Silva, Wilton Domingos Junior, Cleiton Correa de Souza e tantos outros. Os mortos da democracia se acumulam. Já não se escondem mais nos porões, mas ficam expostos, em plena luz do dia, nas vielas de uma quebrada qualquer. Se a Democracia existe, ela não é para todos. Mas hoje, saímos daqui com o poder de dizer o que é a democracia.

É nossa responsabilidade combater esse genocídio. Um genocídio que começa aqui dentro. Quando são brancos todos os nossos professores. Quando é branca e masculina toda a nossa bibliografia. Se a ciência pensa que tem todas as verdades, digo-lhe agora que não. Que não sabe o que é caminhar com a cabeça na mira de uma HK; que não sabe o que é ter o corpo vendido por séculos; ter a mente diminuída; ver todo um povo destruído. Essa ciência que trabalha com hipóteses, esquece que o que chama de objeto é feito da carne viva. Ainda aguardamos pelo dia em que o preto estará no rosto mais do que nas becas. Em que as travestis estarão na escola mais do que na esquina. Se esse dia não chega, a gente toma!

Nada nunca nos foi dado, porque agora seria? Mas ainda vai chegar o dia em que outros tantos como eu estarão aqui e poderão dizer: tudo nosso, nada deles!”

(Marcelo Caetano da Costa Zoby – primeiro negro trans a se formar, na Universidade de Brasília, cientista político).

INTRODUÇÃO

Este não é um trabalho que se pretenda neutro. Quando busquei compreender os Crimes de Maio fui guiada por aquilo que, então, se apresentava, para mim, como novidade - os discursos das Mães de Maio. As Mães falavam da execução de 493 pessoas em apenas 8 dias; centenas de execuções sumárias que passaram despercebidas pela sociedade brasileira. Nada foi feito, nada era dito, era como se não houvesse acontecido. As minhas memórias em relação ao episódio diziam respeito apenas aos ataques protagonizados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Ao me deparar com os relatos, surpreendeu-me muito a capacidade da sociedade brasileira em permanecer indiferente a uma manifestação tão brutal da violência. Nos discursos das Mães de Maio, encontrei um diagnóstico, sistematicamente enunciado, das estratégias de extermínio que visavam as populações negras, pobres e periféricas. Neles, também encontrei a advertência acerca da objetificação, as Mães não aceitam que ninguém fale por elas. Me ensinaram, elas, antes de Foucault, a indignidade de se falar pelo Outro. Algo consciente das relações estabelecidas entre o saber e o poder, fiz minha primeira escolha - aos condenados, o direito de enunciar a condenação.

Assim, me impus a tarefa de entender a revolta das Mães e compartilhá-la. Compreender o quadro geral que permitiu ao Estado manifestar flagrante contradição entre suas normas e atuações. Não me refiro apenas à execução extra-judicial de, pelo menos, 493 pessoas, mas me refiro também a renúncia à justiça e ao silenciamento. São quase 10 anos de luta pelo desarquivamento dos casos, são quase 10 anos em que os Crimes de Maio se repetem impunemente. Encontrei, então, uma primeira pergunta - por que o Movimento Independente Mães de Maio, assim como diversos outros movimentos sociais populares, enunciam nossa democracia como a *Era das Chacinas*? Para compreender a *Era das Chacinas*, acredito ser necessário pensar a produção da violência e de um certo sentido de indiferença resguardado a determinadas vítimas pela sociedade brasileira. Para falar da indiferença me esforcei não em explicá-la, tarefa que poderia me levar a justificá-la, mas antes, compreender como se produz essa indiferença que distorce o extermínio para apreendê-lo como o necessário enfrentamento do mal.

Ao falar das contribuições de Levi-Bruhl para o método etnológico, Florestan Fernandes sugere a potencialidade da afetividade enquanto "correção intelectualista do intelectualismo" (FERNANDES, 1954). Nesse sentido, a empatia aparece como método

de compreensão de subjetividades distintas daquela que tenta apreendê-las. Para melhor situar o leitor nos acontecimentos, nas ações e relações a que se referem os dados acerca dos Crimes de Maio optei por apresentar, antes de qualquer discussão teórica, todo o conjunto de sentidos enunciados por um ritual democrático onde o conflito aparecia como tema central a ser debatido. Me refiro aos testemunhos oferecidos pelas Mães de Maio em Audiência Pública chamada pelo Conselho Nacional do Ministério Público para discutir a atuação do Ministério Público em relação aos Crimes de Maio. O primeiro capítulo se divide em duas partes. A primeira é composta pelos 14 testemunhos oferecidos pelo Movimento Independente Mães de Maio, a segunda é uma sistematização dos discursos apresentados. Considero a reprodução dos testemunhos das Mães - os testemunhos do genocídio - de extrema importância e, por isso, decidi embuti-los no corpo do texto ao invés de disponibilizá-los em Anexo. Peço desculpas àqueles que, por ventura, se sentirem cansados depois da exposição de tantos relatos sobre a violência e a omissão. Se o trabalho não produzisse certo desconforto, teria falhado miseravelmente em falar sobre maio de 2006. Em falar sobre a violência e sobre a subalternização. Outrossim, encontrei em Foucault, algo que as Mães já me diziam:

[...] as massas não necessitam deles [os intelectuais] para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas dizem muitíssimo bem. Mas existe um sistema de poder que barra, interdita, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não está apenas nas instâncias superiores da censura, mas que se enterra muito profundamente, muito sutilmente em toda a rede da sociedade. Eles próprios, intelectuais, fazem parte desse sistema de poder; e a ideia de que eles são os agentes da “consciência” e do discurso faz, ela mesma, parte desse sistema. O papel do intelectual [...] é antes o de lutar contra as formas de poder ali onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento disso: na ordem do “saber”, da “verdade”, da “consciência”, do “discurso” (FOUCAULT, 2006, p.39).

Nesse sentido é que, na análise que propus dos discursos das Mães de Maio, não procurei saber as sujeitas que os discursavam, mas apreender o contra-discurso que carregam - uma teoria sobre o poder. Aqui, encontra validade a advertência de Levy-Bruhl – “não tentar fazer transparente o que, por essência, não pode ser senão o opaco” (LEVY-BRUHL, 1910 *apud* FERNANDES, 1954). Em resumo, o primeiro capítulo se dedica a compreender, a partir dos discursos sobre Policiais e Autoridades enunciados pelas Mães, parte do jogo de estratégias de subalternização das populações negras, pobres e periféricas de São Paulo. Acredito que, apesar da limitação imposta pela diferença estratégica, para a manutenção de relações de poder, entre a Academia e a marginalização enquanto lugares de fala, a descrição do encontro entre Mães e Autoridades, 9 anos após os Crimes de Maio, é um exercício de empatia fundamental à compreensão dos mecanismos de subjugação operantes na democracia brasileira.

O segundo e o terceiro capítulo foram escritos a partir da reflexão sobre as condições de emergência dessa *Era das Chacinas*. Discorrem majoritariamente sobre a trajetória histórica da formação social latino-americana e brasileira, tentando apontar o duplo-condicionamento entre as práticas discursivas e as não-discursivas de subalternização colonial, em especial, das dinâmicas historicamente estabelecidas entre a população branca e a população negra no Brasil. Nesse sentido, tentei expor os discursos e as práticas que atualizam o passado - o negro escravizado - no presente - o cidadão indesejável. Enquanto os redigia fui tomando consciência da diversidade e da amplitude dos domínios por onde transitam os discursos sobre o negro, sobre o bandido, em resumo, sobre este indivíduo cuja morte reflete nossa indiferença. Os discursos percorrem toda uma gama de instituições que, ao longo da dissertação, pude abordar apenas superficialmente - a escola, a uni-versidade, a medicina, o sistema penal, os meios de comunicação de massa, etc. Aí está a minha segunda escolha, devido as imposições do tempo e do labor acadêmico, preferi enfatizar a complexidade trans-disciplinar de tais discursos a recortar o objeto e abordá-lo de maneira mais coerente com as formas metodológicas usualmente empregadas nas Ciências Sociais. Nesse sentido, se apresentou, para mim, outro desafio, superar o que Marcelo Caetano Zoby enuncia no discurso que escolhi para epígrafe - “*um olhar branco, macho, eurocentrado que justifica-se como 'é só a metodologia'*”. Uma escolha que talvez não corresponda às expectativas acadêmicas, mas que é retrato honesto do processo de aprendizado da que vos fala.

O último capítulo apresenta a narrativa que construí acerca dos Crimes de Maio. Outra vez, lembro o leitor que não tenho nenhuma pretensão de neutralidade. Nessa verdadeira luta por imposição de sentido à tragédia, minhas fontes são os condenados. Talvez se o governo do estado de São Paulo tivesse produzido algum tipo de relatório, eu poderia ter apreendido algo desde a perspectiva das Autoridades. O governa-dor optou pelo arquivamento, pelo segredo, por um silenciamento estratégico. Eu optei por fazer dos gritos, minhas fontes. Além dos testemunhos das Mães de Maio acerca de maio de 2006, utilizei como fonte o estudo *São Paulo sob achaque*, realizado pela ONG Justiça Global e pela Clínica de Direitos Humanos da Universidade de Harvard (IHRC). Também figuram como fontes para a narrativa que apresento: o relatório produzido pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE, 2006), entrevistas de agentes policiais, reportagens, documentos e a etnografia do PCC, *Junto e Misturado*, de Karina Biondi. Enfim, a narrativa que apresento é síntese de uma coleção de discursos produzidos sobre e desde a condenação. Como disse Débora, liderança das Mães de Maio, *São Paulo sob Achaque* é o relatório mais completo sobre o caso. Mais completo

porque faz questão de trazer à tona a centralidade de temas silenciados pela cobertura midiática e pela narrativa oficial - a corrupção, o crime organizado e a violência institucional. O relatório foi produzido no intuito de se averiguar qual foi o papel do estado nos Crimes de Maio. Os pesquisadores analisaram dados oficiais e peças de inquérito policiais, bem como autos processuais, realizaram entrevistas e visitas a centros de detenção e expuseram a necessidade de intervenção federal frente a incapacidade do Estado de São Paulo de investigar, punir e evitar a reprodução dos crimes que aterrorizaram as periferias de São Paulo em maio de 2006. A pesquisa, feita em colaboração com familiares das vítimas, é uma denúncia. Já o livro *Crimes de Maio*, do CONDEPE, é o resultado da articulação de atores envolvidos com a luta pelos direitos humanos em São Paulo. O CONDEPE foi criado no intuito mesmo de investigar e propor soluções às violações dos direitos humanos em São Paulo. No livro *Crimes de Maio*, sublinho a sistematização dos dados referente ao trabalho dos médicos legistas em maio de 2006, dados que permitiram que a sociedade civil entrasse em contato com a proporção dos ataques e pudessem se articular coletivamente na busca por justiça.

Explico um pouco melhor a minha opção por essa coleção de discursos desde e sobre a condenação. Os Crimes de Maio evidenciaram, para mim, um Estado cego e surdo às denúncias de graves violações dos direitos humanos. A opção por fazer das denúncias minhas fontes prioritárias são reflexo deste cenário onde os gritos são proporcionais a recusa em ouvir. Acredito que, de certa forma, a indiferença ganha profundidade quando posta lado-a-lado com a militância que nunca deixou de gritar a importância de suas vidas. Como dizem as Mães de Maio, “nossos mortos têm voz”! Os gritos lembram os mortos, teimam em dar outro sentido para a tragédia. Não, não se tratou de uma batalha entre Estado e criminalidade. Os ditos criminosos eram cidadãos que pagaram o preço de uma guerra que não era sua. Nesse sentido, os gritos reconstróem, a partir das memórias, a vida para além do estigma. Dotam-na de sentidos afetivos que tensionam a morte socialmente apreendida como banal.

Enquanto me encaminhava para a conclusão, percebi que, ao me debruçar sobre o discurso das Mães, realizei um estudo preliminar. Assim, minha conclusão é intitulada em homenagem à Guerreiro Ramos, sociólogo negro brasileiro, que, na década de 50, escreveu um texto interessantíssimo chamado *Patologia social do “branco” brasileiro*. A pesquisa acerca dos Crimes de Maio me demonstrou a necessidade latente de se tematizar o branco brasileiro, os governadores, as Autoridades. Em nome dos efeitos do discurso, apreendê-los sistematicamente a fim de enunciar quem exerce o poder na sociedade brasileira e desde onde o fazem. Só assim, sabedores dos mecanismos que servem a Morte, é que poderemos, enfim,

deter a máquina de moer gente que age em nome do estado brasileiro. Em outras palavras, a imersão nos saberes das Mães de Maio, nos testemunhos do genocídio, me possibilitou colecionar ferramentas cognitivas para futuramente, quiçá, empreender tal tarefa.

Sobre os lugares de fala, é necessário que eu enuncie o meu. Portanto, me explico - eu, a mestiça embranquecida. Como muitos brasileiros, carrego no sangue, a herança de uma mulher desconhecida. A indígena cujo nome me foi interdito. Desta mulher herdei o fenótipo que nunca me permitiu, ainda que tenha crescido em um mundo branco, sentir-me branca. Sei que agem sobre mim, inúmeros privilégios de classe que resguardam importantes vantagens. Como me disse, certa vez, um policial cujo colega apontava uma arma desproporcionalmente grande para o corpo de um menino negro de no máximo 13 anos, era em nome dos meus privilégios de cidadã do plano piloto que ele aterrorizava aquela criança. Tal qual os brancos brasileiros, fui educada em escolas particulares que incutiram em mim valores eurocêntricos e me prepararam para um dia, ser eu também, uma Autoridade. Pessoalmente, sou muito grata pela oportunidade de ter me debruçado sobre o tema das relações raciais no Brasil uma vez que, sem esse exercício, eu muito dificilmente apreenderia as vicissitudes típicas desta identidade bastante ambígua manifesta em meu corpo - a mestiça embranquecida. A sexualização, a melancolia, a insegurança, a timidez, a ansiedade, o retraimento - sintomas que aprendi estarem relacionados com a contradição entre o corpo e o ideal do Ego fundamentado no fetiche da brancura (SOUZA, 1983). Quem vos fala é a morena dita exótica, mesmo que tenha vivido toda sua vida em um país tropical onde, nós, os exóticos, somos maioria.

Por último, algumas palavras sobre a escolha de certas palavras. Emprego governa-dores e Autoridades toda vez que quero fazer menção ao lugar desde onde se exerce o poder. A escolha manifesta certa preocupação em despersonalizar os espaços - aos poucos fui compreendendo que antes de me preocupar com os indivíduos, eu deveria prestar um olhar atento aos discursos que os informam. O truque da divisão das palavras foi artifício enfático aprendido com as Mães de Maio e com o grupo modernidade/colonialidade. Assim, aparecem nesse texto des-coberto, en-coberto, uni-versidades, governa-mentalidade, governa-dor, etc. O nome pelo qual me refiro ao nosso continente - amérikka - emprestei de Assata Olugbala Shakur. Shakur é a única mulher a constar na lista dos criminosos mais procurados pelo governo dos EUA. O nome que escolheu para si significa: aquela que, grata, luta pelo povo. A militante negra foi presa porque, junto com os Panteras Negras, lutava pelo seu povo. Hoje, vive em Cuba. amérikka, escrito assim, em letras minúsculas e com os três ks no meio (em referência a organização terrorista branca mundialmente conhecida Ku Klux Klan) é um nome que enuncia

muito bem a espoliação a que somos submetidos, nós, os amerikkkanos, pela supremacia branca euro-descendente. Enquanto os estados amerikkkanos estiverem fundados sobre a não-existência das populações negras, indígenas, pobres e periféricas, é assim que irei me referir ao continente. À Assata Shakur, às Mães de Maio e a todos aqueles que lutam pelo povo, resta dizer, muito obrigada!

PARTE I - O QUE DIZEM AS MÃES DE MAIO SOBRE O ESTADO

CAPÍTULO 1 - 9 ANOS DEPOIS

“Querida falar boa tarde, e pedir desculpas a vocês, né? Porque é muito triste ficar, é muito duro ficar sentado escutando histórias tristes, né? Porque muitos de vocês foram embora, se retiraram, e nós aqui, todas escutaram o que vocês falaram, né? Estamos aqui. E todos saíram, porque têm compromisso, só que nós também temos compromisso, né?”

(TESTEMUNHO 13 - ANDREA FRANCO RODRIGUES)

“Então eu não acho justo juiz e promotor falar o que eles queriam e sair fora. Eles tinham que ouvir. Porque se hoje nós estamos aqui é porque lá atrás, em 2006, não teve juiz, um promotor de pulso firme com a caneta na mão. Não teve. Porque se tivesse, hoje, nem eu, nem todas as mães estariam aqui. Porque em 6 anos, o que deu certo lá em 2006 continua sendo praticado até hoje.”

(TESTEMUNHO 3 - VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS)

Este capítulo é o resultado da minha participação em Audiência Pública convocada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, para discutir a atuação do Ministério Público relacionada às mortes de jovens, majoritariamente negros, ocorridas em maio de 2006. A Audiência foi resultado do compromisso assumido pelo Conselho Nacional do Ministério Público ao assinar o *Protocolo de Intenções para Redução das Barreiras de Acesso à Justiça à Juventude Negra em Situação de Violência*. Ela foi realizada na sede do Ministério Público em São Paulo, no dia 7 de abril de 2015, quase 9 anos após os Crimes de Maio. O governador Geraldo Alckmin e sua cúpula de Segurança Pública foram convidados para a Audiência, porém, lamentavelmente, não apareceram. Exceção feita a algumas poucas autoridades, como a presidenta do Conselho Nacional de Juventude, Ângela Guimarães, e o vice-presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade e representante do presidente do Conselho Federal da OAB, Humberto Adami, que enunciaram a omissão do Judiciário e defenderam o desarquivamento e a federalização dos casos, as Autoridades não surpreenderam. Não se posicionaram frente à assombrosa omissão do Ministério Público e do Judiciário em relação aos Crimes de Maio - de todos os casos em que civis foram vitimados apenas um foi a julgamento, o restante permanece arquivado. Durante toda a manhã do dia 7, Autoridades, em sua grande maioria, homens brancos - constatação enfatizada diversas vezes pela representante do Conselho Federal de Psicologia, Maria Aparecida da Silva Bento, que não consta em ata - discursaram longamente, demonstrando um excelente domínio da retórica tergiversante. Falou-se em diálogo e em compreensão. A tarde estava reservada para os

relatos da sociedade civil, em que destaco os das Mães de Maio. Dando prova de sua retórica esvaziada, significativa parte da mesa de Autoridades preferiu voltar à Brasília, onde, segundo o mediador, tinham compromissos agendados - as ausências foram enunciadas em diversas falas e, outra vez, não constam em ata.

O capítulo é uma tentativa de entender, desde as experiências das Mães de Maio, o papel do governo no genocídio do negro brasileiro. Os Crimes de Maio foram um evento limite, no qual o acúmulo histórico das violências, justificadas pela não-ética da guerra, se manifestou de forma ostensiva. Por isso, oferecem imagem para a apreensão de relações que, geralmente, permanecem en-cobertas. Nesse sentido, a análise que proponho das falas das integrantes do Movimento Independente Mães de Maio não tentou apreender as sujeitas que discursam. Antes, pretende apreender a relação estabelecida entre as populações periféricas de SP - das quais considero as Mães de Maio representantes legítimas - e os agentes (Policiais e Autoridades) do estado. Acredito que os testemunhos das Mães são testemunhos do genocídio, carregam, fundamentalmente, uma espécie de discurso contra o poder. Foi o que, no decorrer dessa pesquisa, se impôs como objeto - apreender, ainda que minimamente, um jogo de estratégias da governa-mentalidade brasileira dirigida às populações negras, periféricas e pobres. Segundo Foucault:

Cada luta se desenvolve em torno de uma sede particular de poder (...). E se designar as sedes, denunciá-las, falar delas em público é uma luta, não é porque ninguém tivesse ainda consciência disso, mas é porque tomar a palavra sobre esse assunto, forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez o quê, designar o alvo, é uma primeira revirada do poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder. (...) O discurso da luta não se opõe ao inconsciente; ele se opõe ao segredo (FOUCAULT, 2006, p.44).

Por tanto, resolvi apresentar, na íntegra e antes de qualquer análise, os testemunhos do genocídio. Fonte primeira e, para mim, prioritária, das manifestações das estratégias de subalternização, isto é, dos mecanismos de achatamento impostos pelas dinâmicas do poder.

1.1.1 - TESTEMUNHO 1: DÉBORA MARIA DA SILVA

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer muito ao dr. Jarbas, a coragem que esse conselho teve de trazer essa Audiência aqui em São Paulo. É uma audiência que a gente almejava. E quero também pedir às minhas mãezinhas, vítimas do Estado brasileiro, que fiquem de pé, para que todos conheça. E quero agradecer a todos por estar presente numa manhã dessas, tão chuvosa, tão geladinha, que muitos poderiam tá na sua cama, mas tá aqui,

na somatória conosco. Porque essa luta por uma transformação ela tem que ser um conjunto. Mães de maio é a mãe da união, é a mãe da transformação. E essas mães, ela tem certeza que ela é a reforma do Judiciário, para que nós não continue vendo a impunidade sendo enterrada junto com nossos filhos, nós não aceitamos mais. O que aconteceu na cidade de São Paulo de 12 a 20 de maio de 2006 foi crime de lesa humanidade, que jamais poderia ser arquivado os inquéritos. Inquéritos com fato contundente, aonde mães investigaram, mães trouxeram à tona o que foi o relatório de Harvard - é o relatório mais verídico que temos atualmente.

E a gente mostra um contraponto, que não foram 493, como a Secretaria de Segurança mostrou, para população e para o país, de vítimas. No espaço de uma semana se matou muito mais do que se matou na ditadura em 21 anos. E eu quero imensamente gritar junto com esse filme *Apelo*, que nós temos os desaparecidos de maio. Eu enterrei meu filho, mas muitas mães não enterrou seus filhos. Os filhos foram enterrados nessas valas clandestinas que o Estado ofereceu para essas famílias. E a nossa luta, como bandeira prioritária, é os nossos desaparecidos, porque eles também têm vozes, né? Então, é dessa forma que o Estado enterra os nossos jovens. A gente mostramos [o filme *Apelo*] para gritar e nós não estamos mais gritando apenas para o país, que não quis nos ouvir, nós estamos gritando para o mundo. Porque esse filme da bienal vai mostrar como é a marcha fúnebre que prossegue em nosso país. Que se mata pobre e negro porque eles têm a certeza que não tem acesso à Justiça. Mas nós estamos aqui para transformar essa verdadeira impunidade que rola nas periferias, porque a ditadura não acabou. Quando a gente vê que mais de 600 jovens assassinados e todos os inquéritos arquivados. Quem falhou? Quem falhou? Aonde está a falha? Será que a falha não está no Judiciário de ter aceitado a polícia ser testemunha dela própria? Será que não chegou a hora de mudar essa versão?

Que nós apontamos, o crime do meu filho, eu vou começar pelo crime do meu filho, muito rápido, o crime do meu filho, a exumação do corpo dele foi agora depois de seis anos. Como é que a Justiça trabalha de trás para frente? Ele foi enterrado com o projétil alojado na espinha cervical, não é palavras da minha boca, está rezando o exame cadavérico. E mesmo assim o Poder Judiciário, ele pede o arquivamento, o Ministério Público pede o arquivamento e o juiz vai e concede o arquivamento, mesmo sabendo que uma peça fundamental, que era o projétil, de investigação de execução sumária é abortada. Essa é uma das falhas da necessidade da federalização. Essa é uma falha muito grande. Dá revolta que não se tem uma resposta do nosso país sobre esses crimes. A gente denuncia pra OEA. Isso é uma vergonha. Nós temos que clamar pela reforma do Judiciário, mas com o olhar para essas mães, que

ensina, ela não ensina pra ficar no ego, a gente não tem ego, a gente quer uma transformação, essa transformação é necessária. Cada um fazendo a sua parte. E eu clamo para essa mesa: não podemos ter omissão! As mães não aceita mais omissão! Porque se tivesse tido punição em maio de 2006, a gente não tinha mãe dos 365 dias com os mesmos *modus operandi* de grupo de extermínio. Apesar que eu sou uma irmã de um desaparecido também, por isso que eu aceitei fazer essa provocação sobre esse filme. Porque a marcha fúnebre, ela caminha desde o tempo da ditadura. Se existe um legado que foi deixado para nós, nós não queremos esse legado. Nós não aceitamos esse legado. Porque nós temos que desmilitarizar todos os órgãos para a gente poder seguir numa democracia verdadeira.

Os Crimes de Maio teve várias promessas de desarquivamento, e agora por último, foi assim, meio macabro, numa audiência chamada pelo CONDEPE, na qual o secretário-adjunto de Segurança Pública, ele diz e sem defesa nenhuma, não houve defesa por parte da mesa, que os Crimes de Maio não têm mais jeito. Têm! Porque se se investiga dos tempos da ditadura, os Crimes de Maio, ele é recente, ele é um bebê. A gente só não aceita mais o feto, que é os Crimes de Maio continuado. A gente criamos nossos filhos não é para o Estado matar, é para o Estado proteger. Eu sou cidadã, pagadora dos meus impostos e eu não aceito a retribuição dos meus impostos com a bala que matou meu filho; com a bala que matou esses filhos dessas mães como retribuição. Os Crimes de Maio precisa ser apurado para que se pare de matar. A gente não podemos aceitar uma polícia partidária, a polícia tem que ser independente. E a gente continua vendo os crimes arquivados. Aonde está a falha, eu pergunto de novo. As próprias investigações que o Judiciário tem que fazer, porque é inaceitável que passou despercebido a polícia ser testemunha dela própria. Isso é inaceitável! Quando a gente vê, a gente fala, a gente colocamos, a gente fala um numeral e as vezes o numeral não contenta, a não ser se a gente bote o numeral como nós amostramos - os 493 caixões na prefeitura de São Paulo, quando a gente ainda pensava que era 493. Porque a gente estava caminhando. Porque os 493, na mesma hora que saiu esse laudo nós repudiamos, porque não foi contado o filho da Ana Paula que estava dentro da barriga dela, grávida de 9 meses. Ela foi morta, ela estava com cesária marcada para o dia seguinte. O meu filho morreu, mas a Ana Paula é o grito dessas mães, ela estava grávida e o inquérito dela foi arquivado em 2006. Seis meses depois dos assassinatos o crime dela foi arquivado, foi pedido arquivamento. O que que está acontecendo? O que que acontece? Será que o Judiciário vai precisar da ajuda das Mães de Maio para mostrar onde é que está o erro? Eu sou humilde, eu sou uma dona de casa, mas eu aprendi com a minha dor que nós não podemos se curvar. Porque o Estado pode ser gigante,

meu país muito mais, mas é pequenininho para mim, porque não deram uma resposta para esses crimes, para a gente não ver as mãos dos 365 dias do ano. Isso é inaceitável, é um desafio! Se mata no Brasil 56 mil jovens por ano. Porque eu continuo desafiando, foi esse desafio que eu fiz em Brasília: será que o Judiciário não ajuda a matar dez vezes quando dá entrada num pedido de arquivamento? Porque existe uma dança de carimbo, essa dança do carimbo ela é a Polícia Judiciária que dá um carimbo, para o Ministério Público e o Ministério Público devolve a dança do carimbo de novo. Sem cobrar, sem cobrar!

É nove anos! Eu não sei se o ano que vem eu estou falando aqui. Mas o meu legado de repúdio [inaudível], de transformação, é necessário. Os *modus operandi* é o mesmo. Houve um achaque no estado de São Paulo aos familiares de preso, onde teve a rebelião. Tem que ser assumido isso. Foi a corrupção que matou o meu filho. Foi a corrupção que matou os nossos filhos. O medo não é do Lava Jato, é do Lava Jato continuado, que não foi punido lá atrás. Então é isso, quando a gente tem as contas abertas aparece o Lava Jato. Mas as contas abertas do achaque que foi feito no estado de São Paulo aos familiares de preso, não foi aberto. A mulher, a mulher do policial civil Augusto Peña, que achacava os presos, ela entregou, para o Ministério Público, 200 fitas. E a gente não tem ciência dessas fitas. E não é à toa e não é mera coincidência, que os nossos mortos têm vozes, que o Ministério Público pegou essas fitas, está no GAECO de Santos, e não consegue trabalhar, porque eles têm limitações, porque ele não confia na polícia que acompanha eles para fazer as abordagem. Houve uma investigação dentro do Ministério Público depois que nós visitamos as repartições da Procuradoria Geral da República, do estado [SP], que é do dr. Grela. Houve uma investigação dos Crimes de Maio. Só que não tem perícia mais. A bala que tiraram do meu filho está dentro do inquérito. Ele (dr. Grela) deveria até estar presente para falar que ele precisa caminhar, para combater a impunidade, com a Polícia Federal do lado. Não tem como o Estado procurar prova para ele próprio. Isso é inaceitável! Eu como dona de casa, não sou formada, não tenho curso acadêmico, mas eu acho que a minha leitura não precisa de diploma acadêmico porque essa leitura ninguém me faz ninguém me tira. É uma leitura que eu aprendi, que quando a gente vê que só teve êxito um dos Crimes de Maio porque a mãe, ela investigou, a mãe, ela foi atrás das testemunhas. Olha como o Judiciário está atrasado. Se há uma investigação de lavagem de dinheiro, da mesma forma, execução sumária, é o bem maior do ser humano, é a vida. Para crime de lavagem de dinheiro não precisa de testemunha, então esse é o modelo e o Judiciário está bem adiantado, está de parabéns a Polícia Federal sobre essa atuação da lavagem de dinheiro da Lava Jato. Acho que a corrupção da Lava Jato é um

espelho, de contas abertas. Mas a gente quer saber quem foi que apagou a fita do COPOM? Tem vários itens que a gente pede a federalização. Foi apagada a fita do COPOM, o 190 foi apagado, dos registros, dos registros das ocorrências policiais. No caso do meu filho, 23 vezes pesquisaram o nome do meu filho. O agente não sabe quem foi o colega de farda dele que pediu a pesquisa. Nossa, como eles tem amnésia. É uma amnésia isso, não sabem! O Comando geral da PM, ele vem a público fazer uma coletiva de imprensa dizendo que o COPOM estava quebrado desde o dia 26 de abril de 2006. É mentira! A maioria dos inquéritos que a gente passou vista foi chamado via COPOM. Quem apagou a fita do COPOM? Foi cobrado pela Ouvidoria, não tem resposta. Não tem resposta! A gente não teve acesso a nenhuma autoridade, para poder a gente ter acesso a Secretaria de Segurança Pública, a gente teve que vir acompanhado com a comissão especial dos crimes de maio do CDDH da SDHPR. Aqui nós não estamos defendendo bandido, e mesmo que fosse, a pena de morte não pode ser decretada por uma instituição falida. A gente não podemos aceitar isso. Que acha que ela existe porque ela mata, porque ela aprisiona e porque ela tortura.

Ser pobre não é crime. Ser pobre é ser vítima da exclusão social. Eu não pedi para ser pobre. Mas eu ensinei a educação da dignidade para o meu filho. Meu filho trabalhou de atestado médico com 15 ponto na boca no dia que ele morreu. Ele era um gari. Qual é o brasileiro que trabalha de atestado médico, nenhum! [inaudível] Esse que é o praxe do nosso país. O meu filho recebeu, ele deveria ter o estado de dignidade do trabalhador assalariado, recebia um mísero salário mínimo. Mas ele foi trabalhar. Meu filho pagou pela guerra que não era a dele. A guerra era do Estado. O Estado foi o verdadeiro criminoso, matando na periferia. Quem foi que mandou? Quem foi que mandou? Foi crime de mando! Era ano eleitoral e o país estava em jogo. E também não foi cobrado pelas Autoridades federais. Por que morreu tanto brasileiro? Independente que o estado tem independência, mas é brasileiro que estão morrendo. Ou então vamos discutir a pena de morte porque ela está bem decretada na nossa periferia. Vamos discutir a pena de morte! A gente só não podemos mais aceitar mais a pena de morte só para nós, mães. Perdemos três mães. Não tem amparo nenhum do Estado. O Estado mata nossos filho e mata nós junto, mas lentamente. A mãe Rita que morreu no domingo de carnaval, ela está aqui, presente, perante todos nós e o filho dela também e a gente continua lutando. A vózinha dona Maria, que morreu de depressão também, ela está presente, e várias outras, do passado e do presente, elas tão junto com a gente! Porque elas passaram isso para a gente, que tem que lutar para destruir esse sistema, esse sistema opressor, esse sistema exterminador, esse sistema que faz vítima. Mas nós não vamos ser apagados da

terra como está sendo nossos índio. O preto e o pobre eles existe e nós exigimos respeito.

As mães tão aí e eu acredito que cada uma vai falar um pouquinho, elas já sabem, nós somos um movimento organizado. Cada uma vai falar sua palavra. Eu já falei para elas que quando elas tão ausente, que muitas vezes o nosso inimigo, além do Estado, é a parte financeira, porque são mulheres pobres e a gente não tem condição de levar todas em todos os lugares, mas elas tão em pensamento. Eu luto não só pelo meu filho, eu luto por todos. Todos. Porque os nossos mortos têm voz!

E eu faço um pedido de encaminhamento ao Conselho, que a gente provoque essa Audiência em vários estados, e seria muito interessante se o próximo for o Rio de Janeiro. Eu vim de lá na semana passada e a gente viu que o agente do [inaudível] ameaçou uma mãe e ameaçou uma mãe ameaça todas as mães. Então a gente temo que trazer à tona sim, porque se não começar a fazer a lição de casa, talvez, quem está atrás da mesa é a próxima vítima. Mas vítima do que? Da omissão lá atrás, a gente fala vítima, não fala vítima em termos de ameaça, mas pode ser uma vítima de um estado terrorista. Hoje vocês tão com cargo, amanhã vocês podem não estar. E não pode estar blindado. É isso, eu não tenho [inaudível], a minha habilidade é vocês. Eu conto e imploro, esse apelo, os Crimes de Maio têm que vir à tona. Os Crimes de Maio têm que ser federalizados. Os Crimes de Maio têm que parar. Porque nos 365 dias do ano se enterra filho de maio e a gente produz mães de maio. Nosso país é um dos maiores produtores de mães de maio. Muito obrigada!

1.1.2 - TESTEMUNHO 2: VERA LÚCIA ANDRADE DE FREITAS

Meu nome é Vera Lúcia Andrade de Freitas e eu tive um filho assassinado no dia 17 de maio de 2006. Meu filho tinha ido para escola. Porque o secretário de Segurança falou que estava tudo seguro e que as escolas estariam abertas. Ele queria terminar o colegial então ele foi para escola. Chegando lá, a escola mandou todo mundo para casa e não falou por quê. Soube-se depois que ligaram mandando dispensar os alunos porque tinha toque de recolher. E ele e o amigo dele, o Ricardo, que eram da mesma classe e foram assassinados por duas motos com dois encapuzados cada uma. E o Mateus, meu marido encontrou ele, meu marido pode contar melhor, ele está ali, porque foi na mesma hora, escutamos os tiros de casa, corremos porque foi perto de casa, não estava longe de casa, era cedo, era oito e pouco da noite, quer dizer, praticamente indo para escola e voltar, e já encontrou o Ricardo no chão agonizando e

foi encontrar o Mateus umas duas quadras à frente, já morto. Ele se desesperou e falou ‘eu não vou deixar meu filho aqui, eu vou levar meu filho para casa’. E colocou, pediu para alguém ajudar, que colocasse ele nas costas. Meu filho era um menino de 21 anos, bem formado, muito boa saúde. E ele pôs ele nas costas e a Polícia chegou no mesmo instante, ela já estava ali. E não deixou mexer no Ricardo porque tinha que chamar o resgate, o resgate veio. O João foi com a Polícia pra Santa Casa, ele conta melhor isso, o que aconteceu lá na Santa Casa. E quinze minutos depois chegou o Ricardo, ainda não tinha morrido mas tinha levado muito tiro na cabeça.

O Mateus era um menino de 21 anos, estava estudando, queria terminar aquele ano a escola porque tinha parado, tinha começado a trabalhar, e depois parou e falou: ‘agora eu vou terminar os estudos para tentar uma faculdade’, alguma coisa assim. O Ricardo era um menino de 17 anos, que não tinha pai nem mãe, ele só tinha uma vózinha. E ele queria ser jogador de futebol. Tanto que ele está ali, aquele menino de azul, meu filho é o de vermelho aí na primeira fileira, o Ricardo é o de azul. O Ricardo, ele falou, quando tirou essa fotografia, ele falou: ‘tirei essa fotografia muito bem porque eu ainda vou ser famoso, vou ser jogador de futebol, vou ser famoso’. Ele jogava muito bem futebol. Aí a foto onde está. Não está no Santos, no Corinthians, na seleção, não, está aí, numa faixa. E o que foi feito de tudo isso? Nada! Nada, nenhuma investigação! Juntamos as Mães de Maio, eu, Débora, Ednalva, meu marido e começamos a correr, e o meu marido. E a Polícia, por mais de um mês, ninguém chamava a gente, era como se não tivesse acontecido nada.

Fomos pedir para a Polícia que escutasse a gente, como está o processo, ninguém fala em nada. Aí o delegado ligou para a Seccional pedindo que o delegado do 5º Distrito escutasse a gente. Aí meu marido foi, deu o depoimento, fui junto com ele. E a partir daí tem nada, o processo do meu filho é só um montão de carimbo, de carimbo! E a gente cobrando, cobrando, aí calma, pede mais tempo para não fazer nada. Foram no bar e perguntaram, quem viu, aí ninguém viu e acabou. Acabou! Os telefonemas que deram para a pizzaria, onde morreu o menino ali em frente, para a escola, os carros que passaram escuros, antes, os policiais que viram se trocando. [inaudível] Não interessou, não interessava. Agora, eu vejo aqui em Santos, foi assassinado um cantor, 01h30 da manhã da segunda feira, na segunda feira o delegado falou no jornal do meio dia ‘já escutamos 3 testemunhas’, já tinham sido escutadas 3 testemunhas? E nós? Quantos anos estamos nisso? E assim, meu marido vai complementar, ele vai contar o que que aconteceu no processo, o que que o delegado fez para que pudesse ter sido arquivado o processo, a calúnia que ele ainda levantou contra o meu filho,

isso me deixou desesperada. E a partir daí estamos assim, estamos mortas. É 9 anos, vai fazer 9 anos de luta que a gente não vê nada, uma linha sequer de investigação, de resposta para nós. É muito complicado, a gente vem aqui, a gente sente é que a gente acaba não sendo escutado. Alguém, você tem que fazer [inaudível]. Todas as Autoridades que poderiam ajudar, tudo bem se ele não pode fazer, mas e o juiz, ele pode escutar? Porque o juiz também, ele também aceitou que fosse arquivado o processo. Foi passado pelo juiz também, ele tem, todo mundo, ter a noção do que está acontecendo. Nossos jovens foram mortos e não se tem resposta nenhuma. Hoje em dia, a vó do Ricardo [inaudível] acabou a vida dessa mulher, então hoje está no cemitério. E ela pediu para mim na época, que o que eu pudesse levar o nome do neto dela porque ela gostaria de estar junto com a gente, mas ela não tinha condições físicas. E aí a gente está no aguardo. Eu aguardo essa investigação, mas uma investigação eu acho que tem que ser federal, porque estadual, sinto muito, ninguém tem interesse nenhum de fazer. Quando se trata de policiais, não tem investigação. Ninguém sabe quem foi, pode se ter testemunha, pode ser que viu, que não tem vez. Obrigada!

1.1.3 - TESTEMUNHO 3: VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS

Boa tarde a todos, meu nome é Vera Lúcia Gonzaga dos Santos, sou mãe da Ana Paula Gonzaga dos Santos. A Ana Paula tinha 20 anos, estava grávida da segunda filha e ela ia fazer uma cesária no dia 16, mas no dia 15, pela manhã, a gente foi ao médico, ela fez o último ultrassom e fomos para casa. Ficamos o dia inteiro dentro de casa, aí o secretário falou que já estava tudo sob controle e que podia ir todo mundo para a escola, só que ela não estava estudando. Foi umas 7h20 da noite, ela queria tomar uma vitamina de fruta, mas não tinha leite. Aí foi ela, o marido e mais duas pessoas, passaram por um bar na esquina de casa. Essas pessoas estavam dentro do bar, que são policiais militares. Eles passaram, perguntaram para o dono do bar se tinha uma caixa de leite para vender e ele falou que não teria, que era para eles ir na SEARA, que na época ficava 24h aberto. E eles saíram, ela estava com a barriga muito grande, eles foram andando devagar. Quando eles olharam para trás, essas pessoas saíram de dentro do bar e entraram num carro preto, que começou a seguir eles. Passavam, paravam, eles passavam, eles passavam por eles, eles paravam. E numa esquina, que tem vazão pros quatro lados da cidade, ali eles pararam, abordaram eles, só que eles já saíram atirando. Duas pessoas conseguiu fugir, mas a minha filha estava com a barriga muito grande, não conseguiria correr, e meu genro também não correu, ficou com ela, um achando que poderia

proteger o outro. E houve uma discussão muito rápida entre eles, quando ele foi dar o segundo tiro no meu genro, minha filha entrou na frente, pegou no braço, ela caiu. Ele levantou ela, virou e segurou, assim tipo uma gravata nela, meu genro argumentou que soltasse ela, prendesse ele, fizesse o que quisesse, mas deixasse ela ir embora que ela estava grávida. Simplesmente, ele com a arma na cabeça da minha filha, ele atirou, sem dó e sem piedade, e soltou e só respondeu para o meu genro: ‘estava’. Tudo bem. Chega os outros dois correndo em casa, mas não sabiam da menina, viu eles parar, mas não sabia o que tinha acontecido. Escutaram vários tiros, porque dois deles também correu atrás deles atirando, é que não pegaram. Quando nós chegamos do local tinha umas vinte viaturas e já tinha tirado o corpo, porque diz que ela estava viva e pedindo pelo filho dela. A gente sabe que é mentira porque tinha muita gente que disse que ela já estava morta. A população tentou impedir a retirada dos dois corpos, não conseguiram porque apontaram arma para eles, e jogaram os dois dentro de uma viatura que nem uns cachorro e levaram até a Santa Casa.

Segundo testemunha disse que meu genro começou a gritar o nome deles, porque ela arrancou o capuz do que atirou na cabeça dela, se jogou em cima dela e começou a gritar por ela. Aí eles metralharam meu genro pelas costas. Por último, ele diz que, um deles voltou, olhou bem para minha filha, deu um tiro na barriga dela e falou: ‘Filho de bandido, bandido é!’ Então eu não acho justo juiz e promotor falar o que eles queriam e sair fora. Eles tinham que ouvir. Porque se hoje nós estamos aqui é porque lá atrás, em 2006, não teve juiz, um promotor de pulso firme com a caneta na mão. Não teve. Porque se tivesse, hoje, nem eu, nem todas as mães estariam aqui. Porque em 6 anos, o que deu certo lá em 2006 continua sendo praticado até hoje. Testemunha a gente não tem. Até tem, mas ninguém fala porque tem medo de morrer. Porque uma testemunha não dura muito. Às vezes nem chega a depor e já morre. O processo da minha filha foi arquivado com 6 meses. Porque isso? Porque o promotor de Santos segurou o processo de todos os nossos filhos e não mandou para onde teria que mandar? Se achou que Santos não tinha ninguém o suficiente com vergonha na cara, que é até feio que o nosso defensor teve que denunciar o Brasil lá fora, porque o Brasil não tomou conta de tudo isso que está acontecendo, e muita gente continua morrendo. Isso é muito triste, gente. Eu fiquei com uma neta de dois anos, hoje ela tem 11. Que origem ela tem? Quem é a família dela? Cadê a mãe? Cadê a irmã? O que que ela pode lembrar, amanhã, da mãe? Nada! E todo mundo sabe que a mãe é a coisa mais sagrada que nós temos. Não adianta você ter vó, ter tio, ter tia, ter tudo. A mãe é o ponto de toda criança. Não só eu, como as outras mães também, eu acho que na hora da morte escutou o grito. Porque eu escutei a minha filha me chamar.

Quando eu fui para cima, a única resposta que eu tive foi uma cadeia nas costas, de 3 anos e 2 meses, como traficante. Foi isso que eu ouvi. Cadê nosso promotor? Cadê os nossos juízes? Para que que eles ganham? Não é o nosso salário que paga eles? Não é os nossos impostos? Cadê eles? Que que eles fizeram por nós? Que que fizeram pela minha neta que ficou com dois anos? Nada! O que ela tem é eu, dois tios e uma tia. Porque eles acabaram. Eles não mataram minha filha, eles me mataram também. E a culpa de quem matou os nossos filhos não foi eles que foram fracos de mente e foram lá e mataram. Foi quem mandou! Foi quem aceitou tudo isso! O estado de São Paulo! Tem hora que eu não queria estar no Brasil, porque a impunidade daqui não é para mim, não é para as mães, não é para pai favelado, não é para estudante favelado, é só para os brancos e que tem uma posição e que tem um nome. Um nome que aparece na coluna social! Se morre um policial é dez civil na Baixada. Vai pagar por aquele policial, não interessa quem matou. Mataram um policial Fukuhara e em menos de 20 minutos o canal 3 foi lavado de sangue. Para quê? Para quê? A corrupção na Baixada, eu acho que vocês, se vocês têm esse poder, que mostra ter, gente pelo amor de Deus, olha pra Baixada Santista. Porque São Paulo é um império, é muito grande. Mas a Baixada Santista, ela é pequena e não tem para onde a gente correr mais. Porque lá nós não temos ninguém, porque todas as portas que nós batemos foi fechada. Graças a Débora, que sempre correu por todos nós, para nós estar aqui hoje. Então vamos fazer um bom proveito dessa audiência. Muito obrigada!

1.1.4 - TESTEMUNHO 4: EDNALVA SANTOS

Meu nome é Ednalva Santos, sou mãe do Marcos Ribeiro Filho, ele tinha 26 anos, trabalhava e estava de férias. E ele deixou para mim, de presente, uma netinha. Ele morreu dia 14 de maio de 2006, no Dia das Mães, e ela completou 1 aninho, dia 20 de junho. Fui obrigada a fazer uma festa porque ele pediu para mim ‘mãe, tu promete pra mim que vai fazer uma festa pra ela’. Eu falei, ‘Vou. Vou fazer uma festa com bolo, com tudo o que ela tem direito’. E eu fiz.

O meu filho foi combinar para ir surfar, na casa de um amigo dele, quando começou a passar o carro preto, viaturas. E esse carro preto estacionou com mais duas motos, esses encapuzados, chamaram meu filho para fora da casa do amigo dele, e simplesmente deram 9 tiros nele: 3 na cabeça, 1 na mão para se defender - auto de resistência, é o que ele tinha na mão, cinco dedos. E, mais dois meninos foram assassinados. Um ficou aleijado, o outro

morreu e o meu filho. Teve uma testemunha e essa testemunha correu e eles correram atrás desse menino só que não conseguiram pegar. Esse menino viu tudo, inclusive contou tudo para mim, o que tinha acontecido, ele falou, afirmou para mim que eram policiais militares disfarçados. E, por conta da morte do meu filho, fui presa, acusada de ser traficante de drogas. Eu e meu companheiro. Eles entraram dentro do nosso estabelecimento, puseram a droga lá dentro, balança de precisão, pinos de cocaína, cheios, acusando a gente de ser traficante. Meu companheiro ficou 3 meses e 15 dias preso, teve o julgamento. Eu, graças a Defensoria e a Débora, que montou minha defesa, eu pude sair em 8 dias. Além do inferno de viver sem a presença do meu filho, eu, com 50 anos, ainda passei por esse vexame, sair algemada de dentro do meu estabelecimento. E eu peço encarecidamente a vocês que vocês tomem providência. Porque em 9 anos, a gente só tem sofrido, gente. A gente só tem sofrido. É ameaça, é perseguição, e eles fazem isso na cara dura, sem o capuz. E agora depois de 5 anos, meu marido está arriscado a voltar para a cadeia por um crime que ele não cometeu. O Ministério Público está pedindo a prisão dele por causa das drogas que puseram dentro do nosso estabelecimento. Obrigada!

1.1.5 - TESTEMUNHO 5: MARIA SÔNIA LINS

Boa tarde a todos, meu nome é Maria Sônia Lins, eu sou mãe do Wagner Lins dos Santos. Foi morto no dia 15 de maio de 2006. Ele, nesse dia, ele veio almoçar comigo, porque no Dia das Mães, no domingo, ele estava trabalhando, ele era pizzaiolo. Na segunda feira, ele almoçou comigo e foi para casa. Três horas deram aquele toque de recolher, na Baixada a gente não estava acostumada a isso, a gente nunca tinha passado por isso. E passamos o toque de recolher. E ele, 5h que ele ligou para mim e falou: ‘mãe, eu vim na pizzaria, mas tá fechada’. E eu falei, ‘filho vai embora para casa, não fica na rua, tão pedindo para ninguém ficar na rua’. Ele ainda brincou comigo, ele falou: ‘tá bom, dona Maria, eu vou pra casa’. Ele era um rapaz muito bom, nunca me deu trabalho, era uma pessoa maravilhosa, meu filho era uma pessoa muito boa. [inaudível] Essa foi a última vez que eu conversei com ele. Quando deu 10 horas da noite, o telefone tocou, era minha ex-cunhada falando ‘Sônia, os meninos levaram tiros’. Era meu filho e o meu sobrinho. Eu falei: ‘Tiro? Como tiro?’. Mas a mãe sente o que está acontecendo, você sente uma dor tão grande, que quando aquele telefone tocou eu senti alguma coisa me puxar, e eu já estava deitada para dormir, que eu gosto de dormir cedo, e eu senti que alguma coisa me puxou, foi e me puxou outra vez, eu falei ‘tô

morrendo, meu espírito tá saindo do meu corpo’, eu mesma falei comigo mesma, nem falei alto. Meu marido foi atender, ela ligou falando que eles tinham levado tiro. Eu perguntei por ele, ela falou, ‘ele não está muito bom porque ele levou um tiro de uma pistola’. Eu corri para o hospital, quando eu cheguei lá, eu vi o meu sobrinho com a perna enfaixada, que ele levou tiro só na perna, e eu procurei por ele, eu já fui naquele livro de entrada e não vi o nome dele, eu fiquei desesperada. Aí eu vi a médica me chamar, ela já vinha com uma enfermeira, me seguraram.

E foi a pior notícia que eu tive, que meu filho tinha falecido. É a pior notícia do mundo, que uma mãe pode receber, é a notícia que o seu filho não tem mais vida, tirada por uma pessoa que deveria protegê-lo. Tirada por pessoas que deviam estar do nosso lado, e está do outro lado, está acabando com a gente. Porque a pessoa que fez isso com ele, não fez só com ele, fez com a nossa família toda. Hoje, eu me trato psicologicamente, eu tenho minha filha se tratando, ela precisa de uma terapeuta, uma psicanalista, o tempo todo, neurologista. O meu neto que ficou de 2 anos, que tinha paixão por ele, agora tem 11 anos, e ele sempre pergunta: ‘Vovó, porque que, porque que a polícia atirou no meu tio?’. E ele é bonzinho, ele só tinha 2 anos gente! Ninguém falou nada para ele, ninguém ficou contando coisas para ele, mas ele viu toda a situação dentro de casa. O meu filho precisa de fazer tratamento terapêutico, tratamento psicológico, porque desequilibrou toda a família. E eu faço tratamento psicológico porque eu estou totalmente desestruturada, desde então. E até agora não se foi feito nada, os crimes continuaram, a Baixada Santista é um terror. De vez em quando você vê mães e mães chorando, é eles fabricando mais Mães de Maio. A gente gostaria, a gente clama, para isso parar. Pelo amor de Deus, parem com isso, parem de matar essas crianças que não fizeram nada e mesmo se tivessem feito alguma coisa, ninguém tem direito de tirar a vida de ninguém. Então, muito obrigada, gente!

1.1.6 - TESTEMUNHO 6: ILZA MARIA DE JESUS SOARES

Meu nome é Ilza Maria de Jesus Soares, sou mãe do Thiago Soares, assassinado dia 14 de maio. Estava eu na minha casa, de repente, uma jovem liga dizendo que meu filho tinha sido assassinado, mandaram eu correr. Eu corri fui até a Santa Casa, fui no PS [Pronto Socorro], primeiro da zona Noroeste, com o pai, familiares. Chegando lá, só tinha um corpo. Aí mandaram a gente ir até a Santa Casa. Chegando na Santa Casa, não aguentando reconhecer o corpo do meu filho, fiquei sentada e veio pais, mães, familiares, entrando

naquela Santa Casa à procura dos seus familiares, dos seus filhos. Vim para casa, enterrar meu filho, no dia 15 de maio. Aí aquele dia fechando, aquela, tudo, tudo, tudo fechando. Escola, mercado, comércio, e enterrando meu filho, vim para dentro de casa, me tranquei. E tudo fechando. Do dia 14 até o dia 19, eu vi [inaudível] mães, pais, familiares, chorando, chorando, sabendo que foi PM que mataram nossos filhos.

É duro você criar um filho, pedir para ele ‘lute pelos seus direitos, pelos seus direitos’, e vir PMs fardados intimidar seus filhos, só porque eles não abaixavam a cabeça. Porque quando eram pessoas, policiais que vinham diante deles revistar, eles respeitavam. Mas aqueles que já vinham com agressão, dizendo que ia forjar, isso não é justo. Eu peço encarecidamente para vocês que abram, investiguem! Porque eles não mataram só nossos filhos, também a gente. Mexeram não só com a carne, mas com a alma da gente. Minha alma nunca mais será a mesma. Passados uns dias, vindo eu, do serviço, tinha um carro de PM, com policiais, na esquina, olharam e disseram ‘olha a mãe do Thiago’, [inaudível] rindo, rindo. Vim e fiquei olhando, olhando, olhando, só bagunçando a minha cabeça. E até hoje, 9 anos, não foi feito nada, continua ainda a Baixada muito carente nessa [inaudível] de PM. Não confio mais em PM, não confio, gente, nem em vocês, não fazem mais nada pela gente. Abra esse processo, é uma mãe que está doente de alma, eu estou doente de alma! [inaudível] Pra mim poder ter e ver um dia, pais e mães mais felizes. Porque a minha acabou e de todas as minhas amigas. Se não é a Débora, a Vera, as Nalva, as Helenas, as Veras, não sei o que seria da minha vida. Eu peço encarecidamente a todos vocês, ajudem [inaudível], vê as investigações. Eu não confio mais em vocês, não é por nada não, tenho mais medo de vocês do que do bandido. Eu não confio. A gente paga imposto para vocês matarem a gente. Não é justo! Agora, encarecidamente, eu estou pedindo pelo amor de Deus, olha [inaudível]. E corre 9 anos e nada foi feito. Obrigada.

1.1.7 - TESTEMUNHO 7: HELENA FONSECA

Boa tarde, o meu nome é Helena Fonseca, sou mãe do Fábio Fonseca e da minha nora Aline dos Santos Rodrigues. Hoje, não era nem para mim estar aqui, porque eu estou de luto. Porque ontem eu perdi minha irmã. Mas eu fiz questão de vir aqui hoje para mostrar que o luto, para mim, faz parte até da minha vida já. Hoje faz 3 anos, 11 meses e 1 dia que eu enterrei meu filho e a minha nora. Eu não era da favela, mas eu morei na favela. Eu morava num bairro nobre, meu filho era uma pessoa íntegra, até certo ponto, até o promotor público,

até peço desculpas para os promotores que tão aqui, que falaram tão bonito para mim, que eu escutei, que a gente tem acesso a eles, que a gente pode desabafar com eles, que eles tão ali para ouvir a gente. Só que, em 96, eu não encontrei esse apoio na Promotoria e nem no juiz também, como o juiz que estava aqui falou também, eu também não encontrei apoio. Porque meu filho era trabalhador em 96. Meu filho limpava fezes de cavalo para ganhar 200 cruzeiros. Mas como eu morava na favela, mataram um taxista e botaram a culpa no meu filho. Porque meu filho era pobre e preto. Meu filho foi para cadeia por um latrocínio. Ficou um ano e dois meses convivendo com altos marginais lá no [inaudível], vendo cabeças sendo roladas dentro daquele presídio. E eu implorando para o promotor Borba, que tanta gente elogia que ele dizia que ele era o magistrado principal, só que ali, para mim, ele falou para mim: ‘existe um defunto, o seu filho é o assassino’. Hoje, o meu filho é o defunto e eu quero saber quem é o assassino.

Meu filho ficou 1 ano e 2 meses. Só que quando meu filho saiu, meu filho veio que nem um boi, um boi marcado pela polícia militar. E pela polícia civil também, porque eu conhecia 3 tipos de Polícia, conhecia a polícia militar que na época não era corrupta e a civil era, aí inverteram o papel, a polícia civil não virou mais a corrupta, virou a militar, e a federal é uma polícia que eu admiro, acho bonito o trabalho deles, porque onde eles botam a mão eles mostram serviço prestado, um serviço que a gente procura para nós, a justiça que a gente quer, uma justiça limpa. O meu filho tirou muitos anos de cadeia. Foi 18 anos de porta de cadeia que eu tirei junto com meu filho. Meu filho foi condenado sem ninguém nem nunca ter visto o meu filho. Policiais militares que, na época, consideraram o meu filho um latrocínio, que os promotores, os juízes que estão aqui presentes, que eu não sei quem é, mas era 30 anos de cadeia. Tiraram em 1 ano e 2 meses, porque eu lutei e provei que não era meu filho. Mas até aí meu filho está tirando cadeia. Meu filho sofreu o suficiente. Ele deixou de viver 18 anos de vida, para viver 18 anos de porta de cadeia. Eu vi meu filho comer caco de vidro, eu vi meu filho comer casca de barata, eu vi meu filho comer papel higiênico com água, eu vi tudo isso, o meu filho passar. Quando meu filho saiu da cadeia, depois de 6 anos que meu filho ficou em Avaré, chegou um rapaz na minha casa e falou para o meu filho: ‘Fábio, fica ligeiro que o Latino vai te matar’. Meu filho falou ‘quem é o Latino, eu não conheço’. Ele falou ‘mas fica esperto que eles vão te matar, é uma quadrilha de ninjas, que eles vão te matar’. Só que antes do meu filho, eles já tinham matado muitos. Quando eu menos esperava, deitada, falei para o meu filho, ‘poxa, filho, que que tu vai me dar de presente, tu nunca passou um dia das mães com a mãe’, ele falou, ‘pô, vou te dar um presentão’. Ele me deu um presentão, eu enterrar ele,

minha nora, grávida de 5 meses.

Dentro de uma avenida toda monitorada. Quando eu cheguei e vi o corpo do meu filho, a minha nora e a minha neta de 4 anos dentro daquele carro, na esquina da minha casa. A minha neta querendo sair e a Polícia não permitindo que eu tirasse a minha neta, que a minha neta tinha que estar presenciando aquele fato que até hoje eu não esqueci. Eu falei, 'não, mas eu vou tirar ela', ele falou 'você não pode mexer'. Eu vi um rapaz falando para a Polícia, 'ô senhor, eu gravei tudo, eu filmei tudo no meu telefone'. Simplesmente o policial, não fazendo questão da cor, que eu não faço questão da cor nem do sexo, mas um policial moreninho falou 'sai daqui, sai que não me interessa o seu vídeo'. A Polícia não pegou nenhuma pessoa daquele momento para ser testemunha de nada. Nem pediu o telefone para requisitar as imagens, simplesmente eles ignoraram. Quando eu fui para a delegacia, que o delegado queria o meu depoimento, ele olhou para minha cara, o delegado, e falou assim, 'é uma queima de arquivo', 'como uma queima de arquivo? '. Eu não entendi; ele falou 'é uma queima de arquivo, é o crime organizado que matou', eu falei, 'não o crime não faria isso, jamais o crime mataria o meu filho com uma criança de 4 anos no meio do carro, porque o crime é podre, mas a Polícia é pior ainda'.

A justiça ela é falha e é cega, por isso que já vem uma venda na cara dela, da estátua dela, porque ela só é para algumas, não para mim. No outro dia, eu enterrei meu filho. Taxaram meu filho - PCC, PCC, PCC, só que ninguém nunca provou para mim que meu filho era PCC. Porque se meu filho fosse PCC, eu não passava fome, eu não teria que morar de aluguel, eu estaria blindada, que nem o Marcola, eu estaria num tapete persa, eu não estaria dependendo da minha família para dar o que comer para as minhas netas, eu não estaria dependendo da Goretti para pagar 10 real de almoço pra mim hoje. Eu estaria blindada, cheia do dinheiro. Quando eu fui no outro dia falar com o delegado, depois do enterro, eu falei 'dr. Alcino', porque eu cito nomes, 'que que o sr. vai fazer no caso do meu filho', ele olhou para minha cara e falou, 'dona Helena, a senhora vai ser uma pedra no meu sapato? ', eu falei, 'não, eu vou ser um pedregulho! Que eu quero saber quem matou meu filho'. Ele falou 'eu não tenho resposta sabe dona Helena, ontem foi seu filho, amanhã pode ser a senhora que vai estar passando e vai passar um carro vermelho, preto, cor de rosa, azul, um arco íris, pode ser eu, pode ser qualquer um de nós'. Eu falei: 'você está me ameaçando? ', ele falou 'Não, só estou lhe avisando'.

No outro dia, eu estou na minha casa e veio uma carta, um dos caras que matou meu

filho, Dário Tavares, que tinha uma lista, que eu era a primeira da lista. [inaudível] Eu era a primeira da lista, e fulano era o segundo e o terceiro e o quarto. E eu peguei e falei, ‘poxa, como eu sou a primeira da lista então eu vou denunciar eles’, mas eu fiquei com medo de denunciar em Santos porque eu era vítima, eu ia ser, eu ia morrer também. Cheguei na Débora e perguntei e a Débora falou ‘liga na Ouvidoria’, eu investiguei durante 6 meses: nome, endereço, carro, moto, eu dei tudo mastigado para a Polícia. Tudo mastigado. Quando o promotor Cássio foi para a Baixada Santista eu falei para ele, ‘olha vai morrer fulano, ciclano, beltrano’, ele simplesmente falou: ‘pois é’. No outro dia, no lugar deles tomarem uma providência, a providência parou. Passou 15 dias, 1 mês depois, uma das pessoas que estava na lista tomou um monte de tiro que foi o Neguinho do Caixeta, que foi o MC. E cadê a Polícia? Porque que a polícia não protegeu o Neguinho do Caixeta? Como que a polícia não protege eu? Porque quando eu ando na rua, a Polícia Militar tudo olha e fala que eu vou ser a próxima se eu continuar abrindo minha boca. Mas a minha boca tem que falar. Porque ontem, eu perdi uma irmã minha de saudade. De saudade porque meu filho era uma coisa linda. Ele me deixou duas crianças, eu tenho uma neta, que estava no carro, de 4 anos, que hoje ela vê um policial fardado ela se obra toda, e ela fala, ‘vó, porque que a polícia matou meu pai?’.

Eu fui falar com um promotor público de São Vicente, achei até bonito a parte dele, me recebeu super bem, começou a conversar comigo e ele falou ‘pô, eu sinto muito pela sua filha, sua filha estava com a pessoa errada’, eu falei ‘não estou falando da minha nora, estou falando do meu filho’, ele só faltou pegar eu pelo pescoço e botar para fora da sala dele. Então promotor público, não estou falando de vocês, pelo amor de Deus, estou falando dos promotores de Santos, eles simplesmente, eles ignora. Com seis meses, eles quiseram arquivar o inquérito porque nem processo virou. Eu, com 30 dias da morte do meu filho, eu lavando o carro do meu filho, eu achei 3 balas que passou pela carne do meu filho. Eu levei para o delegado no saquinho bonitinho, escrevi para ele no papel. Quando foi fazer a balística, eu não entendo nada da lei, mas eu também não sou analfabeta. Quando você leva uma prova para fazer um exame, vai lacrado, para eles tudo é papel, tudo para eles é papel. Então, se eu levei a prova e está lacrado, ele vai receber lacrado. O IC pegou as balas que foram, aceitaram lá no IC. Depois de 30 dias, veio que não poderia ter feito o laudo porque o lacre estava deslacrado. Estava deslacrado, não entendi, como eles aceitam uma coisa que está lacrada e daqui a pouco não está mais lacrado. Aí fui falar novamente com o Defensor Público, ‘e agora doutor, quem me garante que as balas são as mesmas?’. Aí foi de novo fazer. Mas quem me garante que as balas eram as mesmas? Porque o laudo veio negativo.

Hoje, o José Roberto Andrades, que é o Latino, que é da Força Tática, que é um dos chefes dos Ninjas da Baixada, ele está preso, não pelo crime do meu filho, por outro crime, mas eles esperaram. Eu dei 31 nomes, 31 nomes, para o promotor da GAECO, de todos os caras que eu conheci e essa equipe de ninjas mataram. E esses 31 crimes, só o do meu filho tem inquérito porque os outros está tudo arquivado. Então, eu queria saber, eu espero, juro por tudo que é mais sagrado, eu não tenho medo de morrer, mas eu espero ver ainda justiça. Porque eu passei 18 anos na porta de cadeia, eu sei o que é justiça. Sei que a polícia prende e leva para o delegado e o delegado vai lá, bonitinho, assina, nem pergunta, o promotor vai lá assina, manda para o juiz e o juiz faz o que ele quiser, manda para a cadeia, faz o que ele quiser, é um direito dele, só que eu acho que tinha que ter investigação. Eu falei com outra Polícia, que hoje se encontra preso também, pela mesma cena dos nossos filhos, ele olhou para minha cara e falou assim, ‘dona Helena, Polícia não investiga Polícia’. Então quem vai ter que investigar? Sou eu? É vocês? Não é, sabe, a gente só está perdendo, só jovens que está morrendo. Hoje os filhos tão morrendo e a gente está morrendo junto. O que causou a morte do meu filho na minha vida? Causou um câncer no meu pulmão, que eu só tenho um. Por isso que eu estou de turbante que o cabelo está careca, um pedaço da cabeça está careca. Causou a morte da minha irmã ontem, que eu enterrei ontem. Causou a dependência da minha neta que evacua quando vê um camburão da polícia, que não sai na rua. Causou um transtorno bipolar na minha outra neta de 12 anos. E a perícia disse para mim, cara, que a minha nora, impressionante isso também, me gravou, que a minha nora estava grávida de um menino homem. Só que de manhã, eu fui fazer a ultrassonografia com ela e a médica dela atestou que não tinha condição de ver o sexo porque as perninhas estavam fechadas. Eu queria saber como eles conseguiram ver o sexo da criança.

Quando eu procurei um advogado particular para mim ir a fundo, eu não encontrei nenhum advogado. Ninguém quer advogar a gente. Porque a gente é pobre, a gente é bandida, é criminoso. O delegado falava que eu era marginal, ele pode me pôr na cadeia qualquer hora, a hora que ele quiser, porque ele tem o poder, eu não. Aí eu venho aqui hoje, que eu espero mesmo que um dia a federal tome providência, porque do Estado, cara, é só bala, é só bala que a gente tem que esperar do Estado. Peço desculpas a vocês, não conheço vocês, é a primeira vez que eu estou vindo, vim hoje até mesmo pelas minhas amigas, que nós têm a mesma dor, mas o que vocês mostraram pra mim hoje não é o que a gente conhece em Santos e nem em São Vicente. Eu dou parabéns ao dr. Mafezoli e a Defensoria Pública, por eles serem defensor público, é um órgão que a hora que a gente chega lá, eles tão dispostos a nos

ouvir. Eu acho que tinha que investir nisso, não no Geraldo Alckmin ou qualquer outra pessoa que possa vir a matar os filhos de vocês. Porque ontem foi o meu, amanhã é o de vocês. Eu peço desculpa para vocês. Tá bom, queridos? Só isso, obrigada!

1.1.8 - TESTEMUNHO 8: MARIA GORETTI RODINICK MARQUES

Boa tarde a todos, o meu nome é Maria Goretti Rodinick Marques, eu sou mãe e avó de Rafael Souza de Abreu, que foi morto em março, dia 26 de março de 2010, pelo grupo de extermínio da polícia militar. Não estavam encapuzados. Ele levou 8 tiros. Ele estava sentado, na esquina da casa da minha irmã, junto com a namorada e com dois colegas. Quando eles chegaram de moto e deram, primeiro, dois tiros nas pernas dele, para ele não correr, e o resto foi na cabeça. Quando eu escutei os tiros, que eu estava na casa da minha irmã que é próximo, eu saí para rua e vi um colega dele correndo e perguntei o que que estava acontecendo. Ele falou ‘tão atirando no Rafael’. Eu corri até a esquina e consegui ver eles dando o último tiro, que foi na boca. Denunciei eles no GAERCO, dei nomes, Capoeira, Cabo Ferreira. E o meu neto foi morto porque uma loja tinha sido roubada, a SurfStore, e esse dono da SurfStore saiu investigando e cismou que tinha sido os meninos, junto com a Polícia. Meu neto foi morto e depois de uma semana foi preso quem tinha roubado essa loja. Fomos ouvidos no 3º Distrito, a namorada dele, que estava com ele, também, os colegas dele, duas testemunhas protegidas que viu também. Só que não deu em nada. Foi arquivado. O dr. Borba falou que dois que poderiam ir a júri seriam o dono da SurfStore e mais o PM que estava pilotando a moto, mas ele falou que foi fórum último, e esse fórum último eu não entendi até agora. Foi arquivado agora em janeiro, recorremos, perdemos. O processo do meu neto foi pra Brasília, foi entregue na mão da ministra Maria do Rosário, foi a Débora que levou esse processo inteiro, a xérox do processo, e até agora não foi resolvido nada. E o dr. Borba mandou arquivar, tanto ele como o juiz do [inaudível]. E até hoje estamos esperando. Sei que não vai dar nada, porque o de nenhum deles deu nada. E eles continuam trabalhando do mesmo jeito. Matando do mesmo jeito. E eu estou aqui, esperando por justiça, esperando por vocês. Muito obrigada!

1.1.9 - TESTEMUNHO 9: MARIA HELENA TELES DE PINA

Boa tarde, eu sou a Maria Helena Teles de Pina, mãe do José Rodrigo de Pina Jr. E deu certo em 2006 e continua dando. Porque em 2012, faz 2 anos e 5 meses, no dia 7 de

outubro, foi morto 00h15m, o sargento Fukuhara, 30m depois, eles saíram executando. Essa noite morreram 8 civis, dessas 8 pessoas, a segunda delas foi meu filho. Era um rapaz de 25 anos, nunca morei na favela, só o fato dele ser preto. Porque onde eu morava, no Gonzaga, ele punha a chave no portão de casa, a Polícia já parava. Onde ele morreu, ele viveu 21 anos da vida dele, ele foi nascido e criado ali, ele não estava na hora errada, no lugar errado. Era véspera de eleição, ele ia trabalhar, e simplesmente, esse policial que foi morto fazia parte do grupo de extermínio. Ele assombrava todos na cidade, nos morros ele era conhecido como japonês da Falcon. Ele era temido, ele matava filho diante de mãe. Resumo, a própria trupe dele já estava de saco cheio dele. E nessas que mataram ele, se vocês reverem o vídeo do dia 7 de outubro de 2012, vocês vão ver, não foi um bandido qualquer que matou. E nessa que mataram ele, saíram matando os demais, para pôr pano, para dizer que era tudo parte de facção criminosa, né? PCC, os que morreram.

Quando eu cheguei no IML eles me perguntaram, ‘qual dos oito que foi abatido essa noite que você veio reconhecer?’. Como se meu filho fosse um gado, só pelo fato dele ser negro, que ele não estava na periferia, ele não estava na favela, ele morava na praia. Só pelo fato dele ser negro, ele foi morto. E os que foram mortos junto com ele também não eram bandidos. Mas o policial, como disse o superior dele, era um bom policial, era um policial exemplar, foi falado o mês inteiro na televisão, a pessoa que ele era, né? Um bom policial. Mas quem vivia no gueto, como eu fui investigar quem matou meu filho, que por sinal, um deles matou a filha da Vera em 2006, continuou matando em 2012, continua matando até hoje, está lá, na cidade. E, eu não tenho muito o que falar, porque é uma coisa tão complexa, já falei tanto isso que toda vez que eu falo eu perco até minha razão, porque, é uma coisa, a gente é obrigada a estar vendo a cara deles todo dia, toda hora e sentindo que tão rindo da gente. Sentindo, a gente vê a cara de deboche deles. Eles sabiam da índole do meu filho, muitos deles eram meus vizinhos que foram ver, e quando viram que era meu filho que estava no chão se apavoraram. Então, eu acho que se é assim, se é bandido, tem direito, tem cadeia, eles te pegam e prendam, eu acho que ninguém tem direito de tirar a vida de ninguém por nada. Tem que respeitar para ser respeitado. E ele nunca foi respeitado como negro. Porque onde eu morava ele era abordado por ser negro. Eu acho que lá eles acham que negro se não for garoto de [inaudível] é traficante, né? Então como a gente morava num bairro meio que nobre, ele punha a chave no portão de casa, sempre tinha alguém, uma irmã ou o pai ou eu na varanda, ‘ele mora aqui’, ‘ah, tudo bem, minha senhora’. Mas se não, ‘poxa, mãe a senhora não estava aí, acabei de levar uma geral agora na porta de casa’. Isso porque eu saí quatro anos [inaudível]

da onde ele nasceu, da onde ele morreu. Então não é gueto, é um bairro comercial. Mas é isso, eu só queria pedir ajuda de vocês. Porque eles continuaram desde 2006, deu certo, estão matando até hoje como mataram semana passada 2, 3. E que agora já não se fala nada do caso, não aparece na televisão, não aparece no jornal. Só corre pelos bares e pela [inaudível] que morreu. E agora eles tão dando de ameaçar família, os vizinhos, quem presencia. Quer dizer, testemunha a gente não pode ter. Quando meu filho morreu, morreu 3 junto com ele, e tinha mais de 50 pessoas na rua, inclusive crianças. O senhor chegar lá, eles não vão falar. Mas se chegar qualquer uma pessoa vão contar o que foi, o que houve, o que não houve, quem foi, quem não foi, citam nome. Tem nome, todos têm nome, todos são conhecidos. Mas aí, posso eu fazer o que? Nunca fui chamada numa delegacia, nunca me perguntaram nada. Não sei em que pé tão as coisas. Creio eu que já tenha sido arquivado também, porque é mais um, né, entre tantos. E é isso, se vocês quiserem ajudar a gente na Baixada, nós vamos ficar feliz. Só isso que eu tenho para dizer. Minha família ficou destruída. Eu fiquei uma mulher problemática, me trato no [inaudível], tomo “n” remédios, e a situação é essa. Cada um [inaudível] é mais uma mãe que se derruba, mais uma família que se destrói. E assim a gente vai vivendo naquela cidade, sem lei. Está sem lei a cidade de Santos, e é só isso que eu tenho para falar. Obrigada!

1.1.10 - FRANCILENE GOMES FERNANDES

Boa tarde, eu me chamo Francilene Gomes Fernandes, sou irmã do Paulo Alexandre, que foi vítima de desaparecimento forçado em maio de 2006. Na noite do dia 16 de maio, segunda-feira daquela semana, após o fim de semana dos “conhecidos ataques”, né? A Polícia, a mando do governo do estado de São Paulo, começou a fazer o revide e foi exatamente na noite do dia 16 de maio que meu irmão foi uma das vítimas desse revide. Foi uma das noites na qual mais foram assassinados civis, somente nessa noite cerca de 85 pessoas foram assassinadas em menos de 12h. E infelizmente, meu irmão é uma dessas pessoas, mas diferente dos outros familiares que aqui estão, no caso do meu irmão, nós nunca tivemos acesso ao corpo.

Meu irmão tinha 23 anos, era, somos ainda, né, moradores da periferia, moramos no Itaquera. Meu irmão tinha tido sim passagem pelo sistema prisional. Na ocasião ele estava em liberdade condicional, por conta de ter furtado de um mercado do bairro uma caixinha de Natal de 11 reais. Porque na época ele era viciado. Tinha cumprido essa pena, estava em

condicional. Mas infelizmente ele, naquela semana, ele era uma das vítimas que a Polícia foi atrás. Então ele era negro, passou pelo sistema, tinha tatuagem, exatamente o perfil que os policiais procuravam naquela noite. Isso é, estou dizendo porque, os próprios amigos dele que estavam com ele na hora da abordagem e vários moradores do bairro, vários jovens do bairro, disseram para a gente, nas nossas investigações, que foram investigações solitárias, assim como a das mães, que eles eram abordados, que a polícia ficava procurando tatuagens porque pelas tatuagens eles conseguiam ver se o jovem tinha passado pelo sistema, então rapidamente eles conseguiram associar que era ex-detento e que era ligado ao PCC.

Desde o desaparecimento, a nossas buscas foram incessantes. A nossa luta começou até no boletim de ocorrência que a gente só conseguiu registrar quase uma semana depois, porque o delegado da região falava para gente ir no IML procurar ele lá, porque ele falou assim, ‘ah ele já passou por Franco da Rocha, ele com certeza era ligado ao PCC, então procurem ele no IML’. E foi assim a semana inteira, meus pais junto comigo indo ao IML Central procurá-lo e o que a gente via naquelas fotos é exatamente isso que todas as mães já disseram aqui, que foram sim crimes de execução e não existiu confronto coisa nenhuma. Os estudos na época, o próprio estudo que o CONDEPE fez, organizado pela Rose, que fez aquele livro, para mim que é um livro brilhante dos crimes de maio, demonstram isso, uma média de 6 a 8 tiros por vítimas, tiros todos na região frontal, a curta distância, na palma da mão, então, eu não tenho nenhuma dúvida de que meu irmão é uma vítima desses assassinos. Infelizmente, né, como as mães também disseram, são pagos por todos nós, pelos nossos impostos, deveriam nos proteger, mas na verdade, eles tão aí executando sumariamente a nossa juventude todos os dias. E o que eu quero dizer aqui hoje, já encerrando para as outras mães poderem falar também, é que o que a gente conseguiu avançar embora a minha família não tenha conseguido localizar o corpo e a gente até hoje não possa ter feito o sepultamento digno dele e nem ter como chorar essa dor, o que a gente conseguiu avançar é graças essa luta coletiva do movimento, de todas as mães, né? Nossos pais temos, quase um ano depois, evento chamado pelo CONDEPE na época, desde então, embora a gente não fique tanto juntas quanto deveria, nós estamos unidas pela nossa dor. Quase 9 anos, mais de 3 mil dias sem resposta nenhuma. Então o que eu quero pedir aqui hoje, em nome de todos os jovens, em nome dessas mulheres, é que esses crimes sejam, enfim, federalizados, porque não existe mais possibilidade de investigação no estado de São Paulo.

O nosso governador decretou na época, claro que estava licenciado do cargo para concorrer à Presidência, mas através dos seus, das pessoas que estavam substituindo ele na

época, Lembo, foi decretado sim esse extermínio, então eles têm total envolvimento. Infelizmente, não querem que seja comprovado isso. Nós temos, acho que se juntarmos todas as mães, irmãs e pais aqui, nós temos inúmeros, dezenas de milhares de documentos que provam isso. Cartas inclusive do CONDEPE que já tão até apagadas de tão antigas, datadas de 20 de junho de 2006. O CONDEPE pedindo que o Ministério Público tomasse providência. E 9 anos depois eu estou aqui na frente de vocês dizendo que nenhuma providência foi tomada, tá? Então é isso que eu queria dizer hoje em nome das mães, em nome da minha mãe que está em casa com mal de Alzheimer, tá? Que a gente consiga avançar nessa luta. E em nome da minha família, agradecer primeiramente, claro o movimento e a nossa luta, mas o dr. Mafezoli que mesmo lá da Baixada conseguiu ampliar os prazos da Defensoria para cá, no sentido de olhar para as vítimas da capital também, porque a Defensoria da capital até então tinha virado as costas para a gente. Tá, obrigada!

1.1.11 - TESTEMUNHO 11: JOÃO INOCÊNCIO CORREIA DE FREITAS

Boa tarde a todos, agradeço a oportunidade. O meu nome é João Inocêncio Correia de Freitas, pai do Mateus Andrade de Freitas e esposo da Vera Lúcia Andrade de Freitas. Ela já relatou uma parte, eu vou pular essa parte, que é para ver se eu consigo adiantar um pouco no tempo. O meu filho Mateus, ele foi para escola, e na volta da escola ele foi assassinado por um grupo de extermínio, que ficou no bairro várias horas, segundo os relatos que nos passam, mas isso a gente não pode passar como prova porque são coisas que bem, né? Eu estava em casa, escutamos os tiros, eu corri meio assustado, porque eu tenho [inaudível] mora no bairro vizinho. Aí, a duas quadras da minha casa eu encontrei o menino, depois eu fiquei sabendo que era o Ricardo Porto Noronha, aluno da escola Padre Bartolomeu de Gusmão, uma escola estadual, estudava junto com o meu filho, na mesma classe, terceiro ano. Peguei, fiquei desesperado, na hora eu estava que nem hoje, com dor na lombar. Aí consegui colocar meu filho nas costas, pessoal me ajudou, e eu vim carregando ele, eu já sentia que ele estava morto, vim carregando ele, mais ou menos na distância de um quarteirão, passou um carro de Polícia, um dos policiais falou meu nome, me conhecia, era um policial que nasceu no bairro, hoje ele é sub-secretário de Segurança da prefeitura municipal de Santos, e o coronel daquela época é o secretário de Segurança da prefeitura. Aí peguei o meu filho e eles pediram para colocar no carro deles, fomos pra Santa Casa, para o pronto socorro, pegaram meu filho, levaram lá para dentro, e daí já disse que estava em óbito, tinha falecido. Mas daqui a pouco, chega aquele

outro menino, porque quando eu passei por esse menino, ele estava agonizando, aí chegou esse menino, ainda agonizando, depois junto com o tempo que eu levei a notícia da morte, um policial que estava fazendo o BO da ocorrência ele pegou o meu depoimento, pegou o de outros parentes, aí veio uma enfermeira gritando no PS, gritando, ‘parem de matar esses meninos, - para o policial, gritando para o policial - parem de matar, parem de matar esses meninos’. O policial ficou meio assim, meio irado, perguntou ‘você não prova? Você não prova?’. Aí ela cedeu, foi lá para dentro, passou correndo, que era necessário.

Passou um tempo, nós sepultamos nosso filho. Meu filho foi sepultado no Cemitério da Filosofia de Santos e o Ricardo Porto Noronha foi sepultado na Areia Branca. Passou bastante tempo, a gente não tinha notícia do que estava ocorrendo na polícia sobre a apuração dos fatos. Aí fomos na seccional, ele ainda acertou para a gente ir para o 5º Distrito, passei algumas informações. Aí passou um tempo, não tivemos resposta, e quando a gente soube o inquérito já era processo e já estava no Ministério Público. Que é o dr. Otávio Borba, o promotor conhecido de Santos, chegou um dia, a Vera foi lá, junto com as demais mães, a Débora, a Nalva, o grupo de sempre, as fundadoras das Mães de Maio. Aí, falaram que a Polícia já tinha matado meu filho, [inaudível] o próprio promotor achou isso. [inaudível] Na parte moral, o que que eles colocaram no inquérito, que o meu filho Mateus havia sido morto pelo tráfico e que o outro menino morreu como testemunha, como queima de arquivo. Agora eu vou colocar duas questões para vocês, agora, para vocês verem que esse delegado precisava responder por isso. Como que o meu filho foi, como que aquele menino foi morto como queima de arquivo se ele foi alvejado primeiro, a duas quadras da minha casa? O Mateus Andrade de Freitas foi alvejado a quatro quadras da minha casa, a duas quadras daquele que era queima de arquivo. Então, depois, meu filho foi alvejado depois, então já havia essa contradição. E como que eles sabiam que meu filho estava na rua se era para ele estar na escola, outra né? Aí quando olhei lá no processo, só constava o laudo toxicológico do Ricardo, e nesse laudo constava que nada havia sido descoberto sobre drogas ilícitas, era um menino que nunca usava, nunca usou, era um atleta. Só que o laudo toxicológico do meu filho não constava, que era para justificar a alegação do delegado, para justificar o arquivamento dentro daquela tese que ele colocou, uma tese inventada. Aí quando eu falei com o dr. Borba, ele me trouxe o processo, o Ministério tem essas coisas, eu falei, ‘olha o meu filho não podia ter tido essa conclusão porque ele era aluno da escola’, então ele pediu para mim ir na escola pegar o atestado que ele era aluno da escola no período noturno e também no IML para buscar o laudo toxicológico. Aí eu fui, peguei os dois, peguei o atestado da escola, e o laudo do IML

estava constando também o mesmo que o do Ricardo Porto Noronha, nada consta sobre drogas ilícitas, nada, nada, nada, estava limpo. Então eles inventaram isso, isso é uma senha, quando morre alguém assim e eles já falam ‘ah, é envolvido com droga’, já é uma senha para ninguém investigar, já sabe quem são os atores, já sabem que [inaudível] para ninguém investigar. [inaudível] Só isso. Então isso ocorreu. Aí o promotor, pensei que ele ia abrir o caso, mas não, pediu o arquivamento. Está arquivado até hoje. Nessas nossas andanças, a Defensoria Pública analisou, também teve outro advogado de Santos, um militante, dr. Sergio Cesar da Cunha, que nos orientou tão bem, e o dr. Mafezolli preparou uma ação de reparos, e nessa ação de reparos realmente citou o reparo moral, o próprio dr. Borba já tinha dado esse reparo moral do meu filho, mas arquivou. Não era isso que eu queria, eu queria que apurasse a responsabilidade de quem foram os atores desses crimes violentos. E uma proposta que eu coloquei numa Audiência Pública da Defensoria, é que quando morre alguém nessas circunstâncias não se deve só buscar o autor, achar alguém que testemunhe quem matou quem, mas deve as próprias autoridades investigar a possibilidade de um grupo de extermínio agir naquela localidade. É um outro procedimento, uma outra ação. Viu aqueles policiais demarcando a área, analisar os telefonemas deles. Fazer uma investigação mais profunda. Porque lá em Santos, como minha esposa colocou, dois jovens foram assassinados, a dor que aquelas mães daqueles jovens sentem é a mesma que eu sinto, a dor da mãe de um Policial quando morre é a mesma que eu sinto, a gente não quer essa mortalidade para ninguém, eu não quero para ninguém porque eu estou sentindo o que eu passei. Eu sempre fui um cara simples, vivo dentro da minha humildade, mas sempre feliz, eu nunca tive problema [inaudível] que me aborrecesse, eu continuo na militância, continuo... E é isso o que aconteceu.

Se vocês forem citar, o dr. Mafezolli tem o número do processo, né, aí tem muitas informações. Eu já fiz vários depoimentos, inclusive, na Comissão de Direitos Humanos Nacional, já vim aqui em São Paulo duas vezes, fazer depoimento lá no GAERCO e num outro setor que eu não lembro o nome. Aqui na Comissão da Verdade que eu fui lá e falei, estou falando aqui, acho que já falei aqui outra vez. Eu acho que está tendo um avanço, com a participação de tantas autoridades aqui, hoje, me faz vislumbrar que alguma coisa pode avançar. Então eu espero que vocês peguem os documentos com o dr. Mafezolli e agradeço a oportunidade. Obrigado!

1.1.12 - TESTEMUNHO 12: GISELE BARBOSA LIMA

Boa tarde, meu nome é Gisele Barbosa Lima, sou mãe do Henrique Barbosa da Silva. Um jovem de 18 anos, morador da periferia da zona sul, bairro Cantinho do Céu. E ele só ia passando, tinha 18 anos, e só ia passando, trabalhou a tarde todinha no McDonald's, estudava no colégio e ele só ia passando, era 4 da manhã. Ele chegou do McDonald's era 1 hora da noite. Ele desceu para ir para o aniversário de uma menina, desceu na avenida lá e foi. Quando foi 4 da manhã ele vinha passando com os colegas dele, tinha um monte de gente também, tinha um senhor também no ponto esperando a perua para trabalhar, isso era 4 da manhã. E nesse mercado Kipreço, tinha tido um assalto lá, e os dois policiais, dois bandidos fardados, estavam à paisana, de frente desse mercado. E ele vinha passando com um monte de gente, um monte de menina, conversando, jogando conversa à toa né? Tinha um senhor no ponto da perua, esperando a perua. De repente esses dois bandidos fardados começam a atirar para cima. E meu menino já ia a 50 metros desse mercado, e eles começam a atirar para cima, os dois, e depois começam a atirar em direção aos meninos, aos adolescentes, e nisso eles tudo correram. Um se escondeu. Meu menino, acho que tentou correr também. E o senhor que estava no ponto da perua, levou um tiro na perna, ficou lá caído. O meu menino, me falaram que ele saiu gritando, levou um tiro nas costas, o meu menino, nas costas, saiu gritando 'socorro, socorro', quando ele caiu no chão eles vieram para cima e perto assim, perto dele, deu um tiro na nuca dele, um tiro de misericórdia, aquele para matar mesmo. E os meninos que estavam com ele, viram tudo, todo mundo viu, tinha muita gente na rua, mas todo mundo se escondeu com medo, e ele ficou esticado lá, o meu menino.

E eles viram que o menino era inocente, eu acho que revistou o bolso dele, viu a carteira dele com o documento que estava no bolso dele, viu a mochila que ele vinha trazendo nas costas que tinha o uniforme do McDonald's para mim lavar. Que ele tinha trabalhado, ele trabalhou, e vinha com o uniforme para mim lavar e nessa mochila ele só trazia esse uniforme, porque eu lavava. E quando eles viram que o menino era inocente, colocaram uma arma na mão dele para forjar que ele trocou tiro com eles. Como é que esse menino trocou tiro com eles se eles deram o tiro nas costas? Se o menino vinha de costas? Me explica uma coisa dessas, se o menino vinha de costas, os outros tudo correram, se esconderam, o pessoal, ninguém viu tiro, não tinha marca de tiro nenhum contra eles, não tinha marca de tiro nenhuma. Meu menino nunca viu arma, meu menino não era bandido, meu menino era trabalhador. Só ia passando para casa, descansar, para ir trabalhar. É tanto que no McDonald's ganha bem pouquinho, ele pegou as cargas de noite para ganhar mais. Conseguiu comprar um

celular de 230 reais, eles pegou o celular do menino e deu fim, na hora da morte. Pegou o carro do mercado KiPreço, um deles é marido da mulher do KiPreço, pegou o carro e botou o corpo do meu menino e levou para o hospital Grajaú. Quando meu marido chegou lá, lá na rua, só viu aquela poça de sangue derramada. E os outros policiais que já estavam lá no KiPreço, os outros bandidos fardados, falou para o meu marido que os meninos tinham sido acertado. [inaudível] Quando meu marido chegou no hospital Grajaú, o médico falou que o menino chegou lá morto. Diz que ele chegou lá, deixou o menino lá, o corpo lá, e se foi, não falou nada, jogou o menino lá. Forjaram, falaram que o menino atirou, fez troca de tiro. Não teve investigação, não teve nada. E ninguém está nem aí para o meu caso, para o meu filho, não é um filho de rico, simplesmente é um negro pobre da periferia, só que era um negro honesto, que nunca pegou nada de ninguém, nunca matou, nunca usou droga. E ele foi para delegacia pensando que não ia ficar por isso mesmo, quando chegou lá, eles deram a versão deles na delegacia, aí chegou três meninos que estavam com o meu menino, tinha mais, era mais de 20, só que só foi três, depor lá. E eles pensou que ia ficar por isso mesmo, a versão deles era que teve troca de tiro, e eles reagiu, e matou porque o menino trocou tiro com os meninos, não foi só o meu não, os meninos tudinho. Quando eles viu os três menino lá, que reconheceu eles lá dentro, eles tentou correr da delegacia, os dois, quando eles iam saindo correndo da delegacia, os outros policiais [inaudível] pegou e trouxe eles de volta, eles iam embora correr da delegacia, porque viu que tinha testemunha. A testemunha foi lá. E eles ficaram lá, presos.

E aí, passou um tempo, marcou o julgamento e quando chegou lá, o julgamento de um, quando cheguei lá, fui tratada que nem uma cachorra, lá no Fórum, porque antes do julgamento acabar, todo mundo já sabia que o Luís ia ser solto. Todo mundo comemorando no corredor lá e eu lá, com cara de palhaça e os meus filhos, tudo eles sabendo que ele já ia ser solto sem o julgamento ter acabado. O julgamento estava lá e eles comemorando lá dizendo ‘o Luís vai ser solto, o Luís vai ser solto, isso não vai dar em nada não’. Tudo encarando para mim, me intimidando, intimidando meus meninos, intimidando, e todo mundo comemorando, a dona do mercado rindo da minha cara, todo mundo rindo. E eu saí de lá arrasada, eu e meus meninos, eu saí antes do julgamento acabar, porque eu já sabia que ele ia ser solto. Porque estava comemoração no corredor. E o advogado que defende eles, falou muito mal do meu menino, falando que ele era bandido, falando que ele era isso que ele era aquilo. E ninguém foi investigar lá. Não foi ninguém lá no bairro investigar vê se tinha testemunha, quem viu, quem não viu. E no julgamento ninguém escutou as 3 testemunhas, os 3 meninos que foi, não chamaram lá na frente, não me chamaram, não chamaram as

testemunhas, então a gente só foi para bulir mesmo porque ninguém escutou as testemunhas. Não escutaram ninguém. E ele saiu livre. E está livre ele. E o segundo julgamento, o bandido fardado pegou 14 anos e pouco - só que ele está livre, ele está livre, está em liberdade, isso é justo? Os dois está livre? Os dois já tinha processo nas costas, de morte também, antes de matarem meu filho. O sangue do inocente foi derramado, isto é justo gente? [inaudível] Os dois tão lá, é bandido fardado, está ali naquela área. E está lá o mercado, no outro dia da morte do meu filho, o mercado, já estava aberto o mercado já. Não aconteceu nada. Não foi filho deles, não foi sangue deles que foi derramado. Não aconteceu nada.

E quem está sofrendo sou eu, uma mãe, que não dorme direito, não dorme, fica imaginando que o filho vai chegar no portão batendo e toda vez que eu vejo o meu filho, eu vi o rapaz ali sentado e achei que era ele, eu disse 'ó, parece com ele', eu acho é que eu estou ficando é louca. Hoje em dia, eu tenho um problema, eu. Eu fico vendo o meu filho em todo canto. Eu não durmo mais, gente. Eu já pensei até de me matar, sabia? Ir no metrô e me jogar porque não tem justiça nesse país para quem é preto, quem é de periferia, eu não sei nem falar direito aqui, eu não estou sabendo falar direito, fez três anos agora, dia 18 de março, do falecimento dele, tirar ele de mim, porque, meu Deus? Porque eles fizeram isso? Eles não têm mãe, não têm pai, não têm irmão, não têm filhos? E ninguém faz nada por mim, ninguém está nem aí. Obrigada, viu?

1.1.13 - TESTEMUNHO 13: ANDREA FRANCO RODRIGUES

Queria falar boa tarde, e pedir desculpas a vocês, né? Porque é muito triste ficar, é muito duro ficar sentado escutando histórias tristes, né? Porque muitos foram embora, se retiraram, e nós aqui, todas escutaram o que vocês falaram, né? Estamos aqui. E todos saíram, porque tem compromisso, só que nós também temos compromisso, né?

Eu me chamo Andrea Franco Rodrigues, meu filho foi assassinado, com 17 anos, chama Maycon Rodrigues Moraes. Foi assassinado por 6 policias da Força Tática. Saiu para ir para uma balada, e um amigo chamou para sair com umas meninas, ele entrou no carro e cerca de 10 metros a Força abordou eles. Eles pararam e já desceram com a mão para cima e a Força já atirou no motorista. O motorista caiu, pediu socorro, 'para que vocês fizeram isso? ', deram outro tiro nele, ele fingiu que tinha sido morto, só que ele não viu meu filho. E eu estava em casa, o meu outro filho de 18 anos, na época, também, recebeu um telefonema e foi

até lá, ‘olha aconteceu alguma coisa com o seu irmão’. Chegando lá estava sentado, ele queria passar, ‘olha o meu irmão é de menor e eu quero saber o que está acontecendo’. Espancaram meu filho, quebraram o maxilar dele, só o que eles não esperavam, é que a população socorreu o meu filho, o de 18 anos, e levou para o hospital vermelhinho. Eles levaram o motorista para outro hospital e o Maycon, que saiu na viatura, chegou 40 minutos depois, no mesmo hospital que o irmão estava, é o que eles não esperavam, mas chegou sem vida.

Testemunhas garantem que meu filho estava sentado na viatura, gesticulando, pedindo socorro, falando alguma coisa. Ele levou 7 tiros. Então eu pergunto, uma criança, um menino de 17 anos, magrinho, com 7 tiros, ele ia estar sentado numa viatura, ele ia estar gesticulando? E chegando lá no hospital, eu fiquei sabendo a notícia, deixei um morto e o outro lá que ia ser operado, fui para delegacia. Chegando lá, eles estavam lá, me trataram como um cachorro, ninguém me falou nada, fiquei horas e horas, vendo eles dentro de uma sala, conversando entre eles, depois me falaram para ir para o DHPP. Eu fui DHPP, eu passei dois dias lá dentro com as testemunhas, eles estavam lá, foram presos por 3 meses e 10 dias. Na primeira audiência perguntaram se as testemunhas queriam ser ouvidas na frente dos policiais, falaram que não, que eles tinham medo, só que não foi isso que aconteceu. Quando eles entraram na sala, os policiais estavam lá, então todo mundo ficou com medo, foram soltos, passaram por mim, eu não fui ouvida nesse dia, [inaudível], passaram por mim dando risada, e depois eu continuei a investigação. Falaram que foi troca de tiro, que eles estavam em alta velocidade, passaram por vários semáforos. Eu filmei a rua, eu mostrei que não tinha semáforo nenhum. Levei as provas, antes que eu consegui, eu levei. As testemunhas também falaram, aqui, eles têm, esses policiais, foi feito a viatura da morte - eles têm mais quatro casos, porém, não deu em nada. As mães têm medo, infelizmente. Porque eles usam a farda, elas têm medo. Eu não tenho medo, eu vou até o fim. Sabe porque, não é porque eles são policiais que eles podem [inaudível].

O caso do meu filho, do Marcelo, que foi agredido, não entrou junto. Ele foi, no DHPP, ele deu dois, ele falou lá o que tinha acontecido, só que assim, o processo dele sumiu, ninguém sabe, o DHPP joga para o Fórum, o Fórum joga para o DHPP, e até então ele deixou para lá, porque ele tem medo, hoje ele está com 21 anos, e ele tem medo porque o policial que agrediu ele mora ali, a gente sabe quem é, então ele tem medo. Só que eu não posso fazer nada porque ele é de maior, agora o Maycon não, era de menor. E assim, eu fui saber porque que esses policiais estão soltos e porque eles estão trabalhando ali, perto de casa, porque eu me deparei com um deles, que eu tenho certeza que foi, ele deu risada e o Comandante deles

falou para mim que não foi provado nada ainda e que eu ainda pago o salário deles. Então assim, o juiz, como aqui, o rapaz aqui falou que os juízes não têm culpa, têm sim, porque têm todas as provas. Eu levei provas, o meu filho chegou 40 minutos depois, morto, o COPOM não teve contato, o GPS estava desligado e assim, o juiz não viu isso? O juiz não leu o processo? Ele absolveu três, que foi os três que saiu com o meu filho, e os outros três ele mandou para júri, um pelo assassinato do meu filho e os outros 2 por tentativa de homicídio do outro menino. Porém meu filho levou 7 tiros, só que só tem a bala saiu da arma de um policial, só duas balas, e o resto, quem foi que atirou? E assim, nós recorremos, o promotor recorreu, e agora assim, vai demorar anos, vai demorar anos para poder ter alguma resposta. E enquanto isso eles ficam matando mais, além desses outros quatro casos, eles ficam lá matando, batendo e ninguém toma providência nenhuma, né? Porque como somos pobres, se fosse ao contrário, meu filho tivesse matado algum deles ou qualquer outro cidadão, ele estaria aguardando preso, né? Mas como foi policial...

1.1.14 - TESTEMUNHO 14: FLÁVIA CRISTIANE DOS SANTOS

Meu nome é Flávia Cristiane dos Santos sou mãe do Rogério Luiz dos Santos, com certeza muitos de vocês devem saber desse caso, está passando ainda na mídia. Ele foi assassinado dentro do quarto de pensão onde ele morava. Os policiais diz que foi troca de tiro. Uma hora foi na rua, que ele atirou neles na rua, outra hora, os tiros saiu de dentro do quarto. Ele mora num quarto que tem 1m e meio ou 2, não sei direito o tamanho do quarto lá. Só tem uma cama, uma cômoda e um fogão. Não dava para ele atirar em 5, 4, 3 policial. Mas os policiais falaram que ele atirou, eu não tenho como provar que não nem que sim nem que não, porque nós somos pobres, mora num bairro que tem muito indício de crimes e tudo mais, como todo mundo sabe, eu moro na Praça da Sé, no Glicério, todo mundo fala mal mas ninguém vai lá conhecer, deveria um dia passa lá pra conhecer como é. E eu estou aqui pedindo justiça, como eu já te falei, eu não quero a maldade de ninguém, eu não quero nada contra ninguém, eu só quero que provem o que realmente aconteceu dentro do quarto do meu filho. Que graças a Deus, a minha nora tinha acabado de sair de lá de dentro, ela não está morta hoje, graças a Deus, ela está viva, a gente já escondeu ela. Porque os policiais tão indo lá, a gente já saiu de casa, porque eles ficam falando que vai matar mais gente. Eu só peço que vocês façam alguma coisa. Não tenho muito o que falar, tudo vocês já conhecem, são várias mães chorando, são várias mães pedindo. Só que busquem a verdade. Eles mudaram a cena do crime, eles tiraram meu filho de cima da cama, eu tenho metade de uma filmagem que um

vizinho conseguiu filmar falando ‘ó lá eles tão tirando ele de cima da cama e pondo ele em cima do chão’. Assim, eles colocaram a arma na mão dele e a perícia foi lá em dois minutos, entrou e saiu, só ficou os policiais militares dentro do quarto dele, eu não pude ver meu filho, eu não vi, eles não deixaram eu entrar lá dentro. Eu cheguei no IML o corpo dele já estava liberado, eu não pude nem reconhecer, eles já sabiam que era meu filho. E eu vou esperando, como faz pouco tempo, acho que ainda tem mais uns 10 anos para mim sofrer, né, que pelo jeito a nossa justiça não vai para lugar nenhum mesmo. Mas eu tive que sair, eu tenho mais quatro filhos, eles passam todo santo dia na rua onde eu morava perguntando quem era o outro irmão do Rogério, como que ele chama, bate nos meninos, avisa os meninos que se não falar quem é o meu outro filho, que eles vão matar os meus meninos. Então quer dizer eu vou ter que viver escondida, vou ter que sumir com os meus filhos, não vou poder ter mais vida porque a Polícia quer matar mais alguém. Eu não tenho culpa de que o mundo nosso está bagunçado, eu não fiz nada a Polícia, eu não tenho culpa, eu sempre trabalhei. Eu só quero a justiça e a verdade. Se o meu filho fez errado então ele ia pagar, mas ele não fez, ele estava dormindo. Isso tem prova, tem testemunha, tem tudo. Ele estava dormindo. Se um dia vocês puderem tirar um minuto de vocês e ir lá dentro do quarto dele vocês vão ver que não tinha como ele atirar nas Polícia, não tinha como ele ter dado tiro nos policiais. E ele tomou dois tiros de frente, no peito, pelo que eu entendi, eu também não quis saber, não quis nem ver, não quis saber do resto do relato. Eu só peço justiça, que o Ministério Público, que como dizem, que é quem dá a última palavra, busque realmente o culpado da morte do meu filho. É só isso que eu quero dizer.

1.2 - ESTIGMAS E MEMÓRIAS

As Mães de Maio falam sobre a morte e o sequestro das identidades de seus filhos, em outras palavras, denunciam o extermínio e a ofensa às suas memórias. Elas apontam o Estado como o operador das violações - seja mediante os agentes policiais, os executores penais; seja mediante as Autoridades, os sujeitos que enunciam a criminalização. Ao falar, des-cobrem um quadro de relações de poder. As mães e os governa-dores estão em guerra pelo sentido das tragédias. Para elas, se impõe a luta por uma verdade, por suas memórias e pela justiça; para o governo, a afirmação da soberania, ou seja, o direito de encenar o poder policial nos macabros rituais de execução, o direito de fazer morrer aqueles que considera “bandidos”.

O elemento transversal a todos os testemunhos apresentados é a exposição dos

estigmas que hierarquizam a vida humana no contexto brasileiro. São eles: o negro, o preto, o pobre, o bandido, o viciado, o favelado, o branco, o trabalhador, o estudante, o policial, a autoridade, o cidadão. Sobre alguns recai a pena de morte, sobre outros o direito à impunidade. Ou seja, os adjetivos operacionalizam um corte entre o que deve morrer e o que pode matar. Entre aquele que deve se provar inocente e o blindado pela impunidade. Neste contexto, as Mães são guardiãs das identidades. Carregam as vozes de seus mortos. Opõem, aos estigmas, suas memórias e denunciam a criminalização. Para Débora, “que se mata pobre e negro porque eles têm a certeza que não têm acesso à Justiça” (TESTEMUNHO 1 - DÉBORA MARIA DA SILVA); para Vera, “tem hora que eu não queria estar no Brasil, porque a impunidade daqui não é para mim, não é para as mães, não é para pai favelado, não é para estudante favelado, é só para os brancos e que têm uma posição e que têm um nome. Um nome que aparece na coluna social” (TESTEMUNHO 3 - VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS); para Andrea, “porque como somos pobres, se fosse ao contrário, meu filho tivesse matado algum deles ou qualquer outro cidadão, ele estaria aguardando preso, né? Mas como foi policial...” (TESTEMUNHO 13 - ANDREA FRANCO RODRIGUES). As Mães desconstruem os estigmas de diversas formas, algumas nos apresentam aos seus filhos:

O Mateus era um menino de 21 anos, estava estudando, queria terminar aquele ano a escola porque tinha parado, tinha começado a trabalhar, e depois parou e falou: ‘agora eu vou terminar os estudos pra tentar uma faculdade’, alguma coisa assim. O Ricardo era um menino de 17 anos, que não tinha pai nem mãe, ele só tinha uma vózinha. E ele queria ser jogador de futebol. Tanto que ele está ali, aquele menino de azul, meu filho é o de vermelho aí na primeira fileira, o Ricardo é o de azul. O Ricardo, ele falou, quando tirou essa fotografia, ele falou: ‘tirei essa fotografia muito bem porque eu ainda vou ser famoso, vou ser jogador de futebol, vou ser famoso’. Ele jogava muito bem futebol. Aí a foto onde está. Não está no Santos, no Corinthians, na seleção, não, está aí, numa faixa. E o que foi feito de tudo isso? Nada! Nada, nenhuma investigação (TESTEMUNHO 2 - VERA LÚCIA ANDRADE DE FREITAS).

Ele, nesse dia, ele veio almoçar comigo, porque no Dia das Mães, no domingo, ele tava trabalhando, ele era pizzaiolo. [...] Ele era um rapaz muito bom, nunca me deu trabalho, era uma pessoa maravilhosa, meu filho era uma pessoa muito boa (TESTEMUNHO 5 - MARIA SÔNIA LINS).

Outras, explicam o peso do estigma:

Um jovem de 18 anos, morador da periferia da zona sul, bairro Cantinho do Céu. E ele só ia passando, tinha 18 anos, e só ia passando, trabalhou a tarde todinha no McDonald’s, estudava no colégio e ele só ia passando, era 4 da manhã. Ele chegou do McDonald’s era 1 hora da noite. Ele desceu para ir para o aniversário de uma menina, desceu na avenida lá e foi. [...] Meu menino nunca viu arma, meu menino não era bandido, meu menino era trabalhador. Só ia passando para casa, descansar, para ir trabalhar. É tanto que no McDonald’s ganha bem pouquinho, ele pegou as cargas de noite pra ganhar mais. Conseguiu comprar um celular de 230 reais, eles pegou o celular do menino e deu fim, na hora da morte. [...] Forjaram, falaram que o menino atirou, fez troca de tiro. Não teve investigação, não teve nada. E ninguém está nem aí para o meu caso, para o meu filho, não é um filho de rico, simplesmente

é um negro pobre da periferia, só que era um negro honesto, que nunca pegou nada de ninguém, nunca matou, nunca usou droga [...]. E o advogado que defende eles, falou muito mal do meu menino, falando que ele era bandido, falando que ele era isso que ele era aquilo. E ninguém foi investigar lá. Não foi ninguém lá no bairro investigar vê se tinha testemunha, quem viu, quem não viu. E no julgamento ninguém escutou as 3 testemunhas, os 3 meninos que foi, não chamaram lá na frente [...]. Eu já pensei até em me matar, sabia? Ir no metrô e me jogar porque não tem justiça nesse país para quem é preto, que é de periferia. Eu não sei nem falar direito aqui, eu não estou sabendo falar direito. Faz três anos agora, dia 18 de março, do falecimento dele, tirar ele de mim, porque, meu Deus? Porque eles fizeram isso? Eles não têm mãe, não têm pai, não têm irmão, não têm filhos? E ninguém faz nada por mim, ninguém está nem aí (TESTEMUNHO 12 - GISELE BARBOSA LIMA).

Era um rapaz de 25 anos, nunca morei na favela, só o fato dele ser preto. Porque onde eu morava, no Gonzaga, ele punha a chave no portão de casa, a polícia já parava. Onde ele morreu, ele viveu 21 anos da vida dele, ele foi nascido e criado ali, ele não estava na hora errada, no lugar errado. [...] Quando eu cheguei no IML eles me perguntaram, 'qual dos oito que foi abatido essa noite que você veio reconhecer?'. Como se meu filho fosse um gado, só pelo fato dele ser negro, que ele não estava na periferia, ele não estava na favela, ele morava na praia. Só pelo fato dele ser negro, ele foi morto. E os que foram mortos junto com ele também não eram bandidos. Mas o policial, como disse o superior dele, era um bom policial, era um policial exemplar, foi falado o mês inteiro na televisão, a pessoa que ele era, né? Um bom policial. [...] E ele nunca foi respeitado como negro. Porque onde eu morava ele era abordado por ser negro. Eu acho que lá eles acham que negro se não for [inaudível] é traficante, né? Então como a gente morava num bairro meio que nobre, ele punha a chave no portão de casa, sempre tinha alguém, uma irmã ou o pai ou eu na varanda, 'ele mora aqui', 'ah, tudo bem, minha senhora'. Mas se não, 'poxa, mãe a senhora não estava aí, acabei de levar uma geral agora na porta de casa'. Isso porque eu saí quatro anos [inaudível] da onde ele nasceu, da onde ele morreu. Então não é gueto, é um bairro comercial (TESTEMUNHO 9 - MARIA HELENA TELES DE PINA).

Nessa batalha discursiva, o Estado deslegitima as falas das Mães investindo nos estigmas. O lugar de onde elas vêm é lugar de negro, é lugar de bandido. Identidades forjadas no processo histórico e atualizadas, todos os dias, na execução e na impunidade, ambas garantidas por agentes de um Estado que se deseja democrático. O ataque se dirige aos filhos, às Mães e a todos os habitantes de determinados espaços:

Porque meu filho era trabalhador em 96. Meu filho limpava fezes de cavalo para ganhar 200 cruzeiros. Mas como eu morava na favela, mataram um taxista e botaram a culpa no meu filho. Porque meu filho era pobre e preto. [...] Quando eu procurei um advogado particular pra mim ir a fundo, eu não encontrei nenhum advogado. Ninguém quer advogar a gente. Porque a gente é pobre, a gente é bandida, é criminoso. O delegado falava que eu era marginal, ele pode me pôr na cadeia qualquer hora, a hora que ele quiser, porque ele tem o poder, eu não (TESTEMUNHO 7 - HELENA FONSECA).

O ataque está tão firmemente ancorado nos estigmas que os inquiridos não precisaram nem mesmo ser coerentes. No testemunho de João, o delegado afirma que Mateus era usuário de drogas e foi morto pelo tráfico, que o amigo, Ricardo, morreu como testemunha. Para embasar sua teoria, deixou de anexar ao pedido de arquivamento do caso o exame toxicológico de Mateus. Ricardo foi metralhado na frente da pizzaria em que estava com

Mateus, Mateus foi alvejado duas quadras adiante, fugindo dos encapuzados. Recai sobre o pai a tarefa de provar que não se mata testemunhas antes de elas testemunharem o fato e que seu filho não era um usuário. O pai conclui: “Então eles inventaram isso, isso é uma senha, quando morre alguém assim e eles já falam 'ah, é envolvido com droga', já é uma senha pra ninguém investigar, já sabe quem são os atores, já sabem que [inaudível] pra ninguém investigar” (TESTEMUNHO 11 - JOÃO INOCÊNCIO CORREIA DE FREITAS). Assim como o testemunho de João, o testemunho de Flávia também nos conta que na busca por Justiça e pela memória de seus mortos, os familiares estão sozinhos:

Meu nome é Flávia Cristiane dos Santos sou mãe do Rogério Luiz dos Santos, com certeza muitos de vocês devem saber desse caso, tá passando ainda na mídia. Ele foi assassinado dentro do quarto de pensão onde ele morava. Os policiais diz que foi troca de tiro. Uma hora foi na rua, que ele atirou neles na rua, outra hora, os tiros saiu de dentro do quarto. Ele mora num quarto que tem 1m e meio ou 2, não sei direito o tamanho do quarto lá. Só tem uma cama, uma cômoda e um fogão. Não dava para ele atirar em 5, 4, 3 policial. Mas os policiais falaram que ele atirou, eu não tenho como provar que não nem que sim nem que não, porque nós somos pobres, mora num bairro que tem muito indício de crimes e tudo mais, como todo mundo sabe, eu moro na Praça da Sé, no Glicério, todo mundo fala mal, mas ninguém vai lá conhecer, deveria um dia passa lá para conhecer como é. [...] Eu não tenho culpa de que o mundo nosso está bagunçado, eu não fiz nada a polícia, eu não tenho culpa, eu sempre trabalhei. Eu só quero a justiça e a verdade. Se o meu filho fez errado então ele ia pagar, mas ele não fez, ele estava dormindo. Isso tem prova, tem testemunha, tem tudo. Ele estava dormindo. Se um dia vocês puderem tirar um minuto de vocês e ir lá dentro do quarto dele vocês vão ver que não tinha como ele atirar nas polícia, não tinha como ele ter dado tiro nos policiais (TESTEMUNHO 14 - FLÁVIA CRISTIANE DOS SANTOS).

É para provar a inocência de seus filhos que, gritando, as Mães encontraram sua voz. São vozes que se sabem carregadoras de Justiça, de certa subversão ética, mas que nem por isso deixam de enunciar sua simplicidade. Não são ricas, os seus nomes não estampam colunas sociais, não têm diploma acadêmico, não são as brancas para as quais existe Justiça. A humildade é lição aprendida à duras penas no exercício com as Autoridades. Afinal, são quase 10 anos enfrentando a cínica surdez institucional. Enfrentando a omissão do Judiciário e o corporativismo policial. Durante a segunda metade da Audiência, os espaços estão marcados pela ausência das Autoridades. As Autoridades falam sobre diálogo, mas não aprenderam a escutar. As Mães têm consciência de que enfrentam os vícios de uma sociedade colonizada, cuja surdez e apatia seletivas são, muitas vezes, enlouquecedoras. Testemunham que, para as Autoridades, a pobreza é um lugar emudecido onde a guerra é naturalizada e o extermínio não é apenas consequência, é objetivo. As vozes surgem desse encontro diário com a Morte. As Mães sabem que sua tragédia é continuada. De que não são apenas Mães de Maio. São pais, avós, irmãs, mães de todos os dias. É por isso que, para a Audiência, o movimento levou não apenas familiares de vítimas do terrorismo de estado de maio de 2006,

também estavam presentes, neste rito institucional, parentes daqueles cujos assassinatos são verdadeira manifestação da impunidade. Um dos assassinos de Ana Paula Gonzaga, por exemplo, matou, em 2012, o filho de dona Maria Helena Teles de Pina. O que as Mães chamam *Crimes de Maio continuado* é a expressão do Estado terrorista que mata pela ação e pela omissão.

Informada por uma visão maniqueísta que opõe ao cidadão brasileiro - um sujeito dotado de direitos - o cidadão indesejável - negro, pobre, ex-detento, periférico -, as Autoridades paulistas, do oficial militar até a cúpula governamental, passando por promotores e juízes, sobrepõem, à execução, o sequestro da memória. A violação do corpo e uma certa violação da ética são os elementos centrais dos discursos sobre os estigmas e a memória. Nas palavras de Débora:

Aqui nós não estamos defendendo bandido, e mesmo que fosse, a pena de morte não pode ser decretada por uma instituição falida. A gente não podemos aceitar isso. Que acha que ela existe porque mata, porque ela aprisiona e porque ela tortura. Ser pobre não é crime. Ser pobre é ser vítima da exclusão social. Eu não pedi para ser pobre. Mas eu ensinei a educação da dignidade para o meu filho. Meu filho trabalhou de atestado médico com 15 ponto na boca no dia que ele morreu. Ele era um gari. Qual é o brasileiro que trabalha de atestado médico, nenhum! [inaudível] Esse que é o praxe do nosso país. O meu filho recebeu, ele deveria ter o estado de dignidade do trabalhador assalariado, recebia um mísero salário mínimo. Mas ele foi trabalhar (TESTEMUNHO 1 - DÉBORA MARIA DA SILVA).

O silenciamento imposto pelas Autoridades, a impunidade, o “arrendondamento” das ocorrências, a corrupção, o toque de recolher, a caça e a execução de indivíduos a partir de recortes de gênero, raça e classe, a indiferença, a animalização, o terrorismo, o patrimonialismo, a cadeia, a cidadania dos condenados, a tortura - estes são os elementos que eu gostaria de destacar no discurso sobre o Estado do Movimento Independente Mães de Maio.

1.2.1 - (IN) SEGURANÇA PÚBLICA - AS EXECUÇÕES

Ao abordar os crimes que vitimaram seus filhos, as Mães sublinham seu caráter vingativo. Os Crimes de Maio aparecem como o revide autorizado pelas Autoridades e executado pelos Policiais contra as populações negras, pobres e periféricas. Para Francilene:

A polícia a mando do governo do estado de São Paulo começou a fazer o revide e foi exatamente na noite do dia 16 de maio que meu irmão foi uma das vítimas desse revide. Foi uma das noites na qual mais foram assassinados civis, somente nessa noite cerca de 85 pessoas foram assassinadas em menos de 12 horas. E infelizmente, meu irmão é uma dessas pessoas, mas, diferente dos outros familiares que aqui estão,

no caso do meu irmão, nós nunca tivemos acesso ao corpo (TESTEMUNHO 10 - FRANCILENE GOMES FERNANDES).

O revide não está restrito a maio de 2006. Para Vera, “se morre um policial é dez civil na Baixada. Vai pagar por aquele policial, não interessa quem matou. Mataram um policial Fukuhara e em menos de 20 minutos o canal 3 foi lavado de sangue. Para quê? Para quê?” (TESTEMUNHO 3 - VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS). O que Vera afirma, é que se trata de uma guerra continuada declarada pelos Policiais e pelas Autoridades às populações pobres, negras e periféricas. Não interessa quem matou, corpos negros (ou quase negros de tão pobres) serão oferecidos à dignidade do policial assassinado. Vera estava se referindo à ação policial que vitimou o filho de Maria Helena Teles de Pina. Segundo Maria Helena, “porque em 2012, faz 2 anos e 5 meses, no dia 7 de outubro, foi morto 00h15m, o sargento Fukuhara, 30 minutos depois eles saíram executando. Essa noite morreram 8 civis, dessas 8 pessoas, a segunda delas foi meu filho” (TESTEMUNHO 9 - MARIA HELENA TELES DE PINA). José Rodrigo foi executado na frente de casa. Maria nos conta que o filho nunca foi respeitado como negro. No bairro em que viviam, um bairro comercial na praia, José Rodrigo era constantemente abordado pela polícia. Para os Policiais de Santos, o lugar, “meio nobre”, não era lugar de negro. Por isso, enquanto caçavam vítimas para vingar a morte do policial Fukuhara, os Policiais mataram o filho de Maria Helena, na frente de casa.

A morte de José Rodrigo des-cobre todo um complexo rito do mundo da (in)segurança pública. O sargento Fukuhara fazia parte de um grupo de extermínio, o qual contava, também, com a presença de um dos assassinos da filha de Vera. Um conflito entre os policiais desencadeia a condenação do sargento à morte. Seus assassinos encenam outro sentido para a execução. Contando com o potencial criminaliza-dor dos estigmas, com a simpatia dos meios de comunicação de massa e com a certeza da impunidade, os Policiais dramatizam a vingança ditada pela tradição - 8 pessoas foram assassinadas na meia hora que se seguiu à execução do sargento Fukuhara. Assim, para confundir as investigações, o grupo sai à caça de “bandidos”, fingindo expiar a morte do sargento. Nas palavras de Maria Helena:

Era véspera de eleição, ele ia trabalhar, e simplesmente, esse policial que foi morto fazia parte do grupo de extermínio. Ele assombrava todos na cidade, nos morros ele era conhecido como japonês da Falcon, ele era temido, ele matava filho diante de mãe. Resumo, a própria trupe dele já estava de saco cheio dele. E nessas que mataram ele, se vocês reverem o vídeo do dia 7 de outubro de 2012, vocês vão ver, não foi um bandido qualquer que matou. E nessas que mataram ele, saíram matando os demais, para pôr pano, para dizer que era tudo parte de facção criminosa, né? PCC, os que morreram (TESTEMUNHO 9 - MARIA HELENA TELES DE PINA).

O vídeo da execução do sargento é a imagem do *modus operandi* dos grupos de

extermínio - o carro escuro que passa atirando, dois executores mascarados que chegam atirando, a execução de vítimas colaterais. A narrativa dos Policiais, cuja veracidade é conferida pelos 8 corpos sem vida, *arredonda* a morte do sargento Fukuhara. Ao ir reconhecer o corpo de seu filho no IML da região, a mãe escuta “Qual dos oito que foram abatidos essa noite que você veio reconhecer? ” (TESTEMUNHO 9 - MARIA HELENA TELES DE PINA). Como se o filho dela fosse boi. José Rodrigo foi considerado bandido porque nasceu negro. Por ser negro, foi tratado como um animal. Mesmo depois de 21 anos de co-existência, ele, o negro, era um estranho no bairro branco em que vivia. As Autoridades e a mídia abordaram o caso de maneira muito distinta do apreendido por Maria e pelos habitantes dos morros da região. Estamos diante de um mecanismo complexo de reprodução de estigmas, que se utiliza dos meios de comunicação de massa para culpabilizar as vítimas e heroicizar os agressores. Segundo Maria, “ele assombrava todos na cidade, nos morros, ele era conhecido como japonês da Falcon. Ele era temido, ele matava filho diante de mães”, e, “mas o policial, como disse o superior dele, era um bom policial, era um policial exemplar, foi falado o mês inteiro na televisão, a pessoa que ele era, né? Um bom policial” (TESTEMUNHO 9 - MARIA HELENA TELES DE PINA). Observa-se, no caso de José Rodrigo, o corpo negro como recipiente legítimo da violência excessiva; o negro, inventado por Autoridades e Policiais educados para a guerra, representado sempre como o criminoso nos meios de comunicação, é o bode expiatório da guerra. Ser negro é a condenação. Os números são claros - todos os dias morrem assassinados, no Brasil, 82 jovens negros, vítimas da ação e da omissão do estado.

Ainda em relação à centralidade do estigma nos testemunhos, destaca-se a constante animalização das vítimas e dos familiares. A animalização é demonstrativo de relações de subalternidade, enuncia certa humanidade incompleta e, assim, assegura a aceitabilidade da morte. Maria Helena escutou dos funcionários do IML: “Qual dos oito que foi abatido essa noite que você veio reconhecer? ” (TESTEMUNHO 9 - MARIA HELENA TELES DE PINA). Gisele conta “fui tratada que nem uma cachorra, lá no Fórum” (TESTEMUNHO 12 - GISELE BARBOSA LIMA). Na delegacia, depois de deixar o hospital em que estavam o corpo do filho mais novo e o filho mais velho indo para uma cirurgia, em decorrência de tortura infligida pela Polícia, Andrea diz que foi tratada como um cachorro (TESTEMUNHO 13 - ANDREA FRANCO RODRIGUES). Ao falar da ocasião em que seu filho saiu do sistema penal, Helena diz: “só que quando meu filho saiu, meu filho veio que nem um boi, um boi marcado pela Polícia Militar” (TESTEMUNHO 7 - HELENA FONSECA). Ao descrever o tratamento reservado pela Polícia ao corpo de sua filha e de seu genro, Vera diz: “e jogaram

os dois dentro de uma viatura que nem uns cachorro e levaram até a Santa Casa” (TESTEMUNHO 3 - VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS).

Acerca do *modus operandi* dos Policiais, as Mães abordam o toque de recolher, a armadilha, a caça, a execução, o arredondamento das ocorrências e o terrorismo. Em maio de 2006, o toque de recolher paralisou São Paulo. As imagens são surpreendentes, o engarrafamento monstruoso que tomou conta das ruas e avenidas às 16 horas da tarde, e, depois das 19 horas, o vazio e o silêncio impostos pelo medo. Não se sabia quem havia dado o toque de recolher. O secretário de Segurança Pública, Saulo de Castro, o mesmo que, segundo o secretário de Administração Penitenciária, havia ordenado que se distribuísse os armamentos de grosso calibre e partisse para cima, apareceu, na televisão, afirmando que já era seguro sair; que as escolas funcionariam normalmente. Ao mesmo tempo, na periferia, telefonemas cancelavam as aulas e avisavam aos *cidadãos de bem* que ficassem dentro de casa. Uma armadilha pensada e executada desde o sub-mundo da (in)segurança pública para os jovens negros, pobres e periféricos, para os ditos “criminosos”. O testemunho de Vera Lúcia Andrade de Freitas retrata a estratégia:

Meu filho tinha ido para escola. Porque o secretário de Segurança falou que estava tudo seguro e as escolas estariam abertas. Ele queria terminar o colegial então ele foi para escola. Chegando lá, a escola mandou todo mundo para casa e não falou por quê. Soube-se depois que ligaram mandando dispensar os alunos porque tinha toque de recolher (TESTEMUNHO 2 - VERA LÚCIA ANDRADE DE FREITAS).

As Mães de Maio afirmam que em 2006, os policiais saíram à caça de jovens negros, pobres, periféricos e com antecedentes criminais. Para elas, maio de 2006 é o resultado de relações de antagonismo historicamente estabelecidas entre governa-dores e populações negras, pobres, indígenas descendentes e periféricas. Segundo as Mães de Maio:

Tal cenário catastrófico desses últimos dez anos, infelizmente, não é algo extraordinário, como uma névoa de guerra em passagem, ou qualquer exceção meio a uma suposta normalidade histórica distinta. Trata-se, ao contrário, de uma das características constitutivas de nossa sociedade desde o genocídio dos povos originários, o tráfico negreiro e a escravidão massiva que marcaram nossa colonização. Uma característica estruturante de nossa sociedade, que não fora superada – apenas repaginada de tempos em tempos – com a dita Independência e, depois, o advento da República e da (falsa) “Abolição”. Nem mesmo recentemente, com a transição para a celebrada Democracia no final do século XX: *um Estado Penal e Punitivo perpetuado ao logo de todos esses anos, cujas elites civis e militares que o controlam negam o Direito à Memória, à Verdade e à Justiça frente a todos os seus atos do passado e do presente*. Queimam corpos e toda sua história, muitas vezes literalmente... Um enorme aparato repressivo que insiste em ter nos agentes policiais e paramilitares os principais protagonistas impunes dessa violência extra-legal, exacerbada e continuada, contra os inimigos internos definidos pelos

donos do poder de turno. Seus inimigos de classe e de raça¹.

Atualizando a tradição homicida que outrora opunha escravos, selvagens e senhores, e hoje, no contexto democrático, opõe o negro e o pobre ao cidadão brasileiro, os policiais caçam seus inimigos nos territórios periféricos. Ana Paula e Joey foram assassinados porque entraram em um bar onde quatro policiais estavam à caça:

Quando eles olharam para trás, essas pessoas saíram de dentro do bar e entraram num carro preto, que começou a seguir eles. Passavam, paravam, eles passavam, eles passavam por eles, eles paravam. E numa esquina, que tem vazão para os quatro lados da cidade, ali eles pararam, abordaram eles, só que eles já saíram atirando (TESTEMUNHO 3 - VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS).

O mesmo comportamento, a caça aos bandidos na periferia, está implícito no testemunho de João, “o meu filho Mateus, ele foi para escola, e na volta da escola ele foi assassinado por um grupo de extermínio, que ficou no bairro várias horas, segundo os relatos que nos passam, mas isso a gente não pode passar como prova porque são coisas que bem, né? ” (TESTEMUNHO 11 - JOÃO INOCÊNCIO CORREIA DE FREITAS).

Depois de escolhidos os condenados, a execução é realizada de maneira rápida e eficiente, por sujeitos frequentemente encapuzados que chegam em carros escuros ou motocicletas. A enorme quantidade de tiros em regiões letais, encontrados nas vítimas de maio de 2006, comprovam a eficiência daqueles que são treinados para matar. Os relatos se repetem:

E ele e o amigo dele, o Ricardo, que eram da mesma classe e foram assassinados por duas motos com dois encapuzados cada uma. [...] e a polícia chegou no mesmo instante, ela já estava ali (TESTEMUNHO 2 - VERA LÚCIA ANDRADE DE FREITAS).

O meu filho foi combinar para ir surfar, na casa de um amigo dele, quando começou a passar o carro preto, viaturas. E esse carro preto estacionou com mais duas motos, esses encapuzados chamaram meu filho para fora da casa do amigo dele, e simplesmente deram 9 tiros nele, 3 na cabeça, 1 na mão para se defender, auto de resistência, é o que ele tinha na mão, cinco dedos. E, mais dois meninos foram assassinados. Um ficou aleijado, o outro morreu e o meu filho (TESTEMUNHO 4 - EDNALVA SANTOS).

Eu sou mãe e avó de Rafael Souza de Abreu, que foi morto em março, dia 26 de março de 2010, pelo grupo de extermínio da Polícia Militar. Não estavam encapuzados. Ele levou 8 tiros. Ele estava sentado, na esquina da casa da minha irmã, junto com a namorada e com dois colegas. Quando eles chegaram de moto e deram, primeiro, dois tiros nas pernas dele, para ele não correr, e o resto foi na cabeça. Quando eu escutei os tiros, que eu estava na casa da minha irmã que é próximo, eu saí para rua e vi um colega dele correndo e perguntei o que que estava

51 MÃES DE MAIO. *Crimes de maio e a democracia das chacinas - parte I*. IN: <http://www.passapalavra.info/2011/11/47896>. Acesso em: 19/02/2016.

acontecendo. Ele falou 'tão atirando no Rafael'. Eu corri até a esquina e consegui ver eles dando o último tiro, que foi na boca (TESTEMUNHO 8 - MARIA GORETTI RODINICK MARQUES).

Foi assassinado por 6 policiais da Força Tática. Saiu para ir para uma balada, e um amigo chamou para sair com umas meninas, ele entrou no carro e cerca de 10 metros a Força abordou eles. Eles pararam e já desceram com a mão para cima e a Força já atirou no motorista. O motorista caiu, pediu socorro, 'para que vocês fizeram isso? ', deram outro tiro nele, ele fingiu que tinha sido morto, só que ele não viu o meu filho (TESTEMUNHO 13 - ANDREA FRANCO RODRIGUES).

Entre as execuções, a de Ana Paula, filha de Vera, chama atenção. Débora diz que Ana Paula é o grito das Mães. Ana Paula estava grávida de 9 meses. Sua filha, que se chamaria Bianca, nasceria no dia seguinte.

Duas pessoas, consegui fugir, mas a minha filha estava com a barriga muito grande, não conseguiria correr, e meu genro também não correu, ficou com ela, um achando que poderia proteger o outro. E houve uma discussão muito rápida entre eles, quando ele foi dar o segundo tiro no meu genro, minha filha entrou na frente, pegou no braço, ela caiu. Ele levantou ela, virou e segurou, assim tipo uma gravata nela, meu genro argumentou que soltasse ela, prendesse ele, fizesse o que quisesse, mas deixasse ela ir embora que ela estava grávida. Simplesmente, ele com a arma na cabeça da minha filha, ele atirou, sem dó e sem piedade, e soltou e só respondeu para o meu genro: 'tava'! [...] Segundo testemunha disse que meu genro começou a gritar o nome deles, porque ela arrancou o capuz do que atirou na cabeça dela, se jogou em cima dela e começou a gritar por ela. Aí eles metralharam meu genro pelas costas. Por último, ele diz que, um deles voltou, olhou bem para minha filha, deu um tiro na barriga dela e falou: 'Filho de bandido, bandido é' (TESTEMUNHO 3 - VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS).

O relato de Vera nos conta a manifestação de um ódio tão visceral que leva os Policiais a escolherem para vítima de sua guerra contra a "criminalidade" uma mulher grávida de 9 meses. Não satisfeito com a teratologia que protagonizava, o policial volta, e atira em direção à barriga de Ana Paula enunciando a condenação "Filho de bandido, bandido é". O corpo de Bianca, executado antes mesmo de nascer, recebeu 2 tiros.

O arredondamento das ocorrências diz respeito aos artifícios empregados pelos Policiais e pelas Autoridades para garantir o lugar da impunidade. A retirada dos corpos sem vida à título de prestação de socorro, a não preservação da cena do crime, a destruição de provas, a mentira, a ausência dos relatos das testemunhas, a arma plantada junto ao corpo das vítimas, o desaparecimento. São muitas as estratégias de en-cobrimento da execução:

Mas a gente quer saber quem foi que apagou a fita do COPOM? [...] Foi apagada a fita do COPOM, o 190 foi apagado dos registros das ocorrências policiais. No caso do meu filho, 23 vezes pesquisaram o nome do meu filho. O agente não sabe quem foi o colega de farda dele que pediu a pesquisa. Nossa, como eles têm amnésia. É uma amnésia isso, não sabem! O comando geral da PM, ele vem a público fazer uma coletiva de imprensa dizendo que o COPOM estava quebrado desde o dia 26 de abril de 2006. É mentira! A maioria dos inqueritos que a gente passou vista foi chamado via COPOM. Quem apagou a fita do COPOM? Foi cobrado pela Ouvidoria, não tem resposta. Não tem resposta (TESTEMUNHO 1 - DÉBORA MARIA DA SILVA).

[...] o que que o delegado fez para que pudesse ter sido arquivado o processo, a calúnia que ele ainda levantou contra o meu filho, isso me deixou desesperada (TESTEMUNHO 2 - VERA LÚCIA ANDRADE DE FREITAS).

Quando nós chegamos do local tinha umas vinte viaturas e já tinha tirado o corpo, porque diz que ela estava viva e pedindo pelo filho dela. A gente sabe que é mentira porque tinha muita gente que disse que ela já estava morta. A população tentou impedir a retirada dos dois corpos, não conseguiram porque apontaram arma para eles, e jogaram os dois dentro de uma viatura que nem uns cachorro e levaram até a Santa Casa (TESTEMUNHO 3 - VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS).

Eu vi um rapaz falando para polícia, 'ô senhor, eu gravei tudo, eu filmei tudo no meu telefone'. Simplesmente o policial, não fazendo questão da cor, que eu não faço questão da cor nem do sexo, mas um policial moreninho falou 'sai daqui, sai que não me interessa o seu vídeo'. A polícia não pegou nenhuma pessoa daquele momento para ser testemunha de nada. Nem pediu o telefone para requisitar as imagens, simplesmente eles ignoraram. Quando eu fui para delegacia que o delegado queria o meu depoimento, ele olhou para minha cara, o delegado, e falou assim, 'é uma queima de arquivo', 'como uma queima de arquivo?'. Eu não entendi, ele falou 'é uma queima de arquivo, é o crime organizado que matou', eu falei, 'não o crime não faria isso, jamais o crime mataria o meu filho com uma criança de 4 anos no meio do carro, porque o crime é podre, mas a polícia é pior ainda'. [...] Eu, com 30 dias da morte do meu filho, eu lavando o carro do meu filho, eu achei 3 balas que passou pela carne do meu filho. Eu levei para o delegado no saquinho bonitinho, escrevi para ele no papel. Quando foi fazer a balística, eu não entendo nada da lei, mas eu também não sou analfabeta. Quando você leva uma prova para fazer um exame vai lacrado, pra eles tudo é papel, tudo pra eles é papel. Então se eu levei a prova e está lacrado, ele vai receber lacrado. O IC pegou as balas que foram, aceitaram lá no IC. Depois de 30 dias, veio que não poderia ter feito o laudo porque o lacre estava deslacrado. Estava deslacrado, não entendi, como eles aceitam uma coisa que está lacrada e daqui a pouco não está mais lacrado. Aí fui falar novamente com o Defensor Público, 'e agora doutor, quem me garante que as balas são as mesmas?'. Aí foi de novo fazer. Mas quem me garante que as balas eram as mesmas? Porque o laudo veio negativo (TESTEMUNHO 7 - HELENA FONSECA) (TESTEMUNHO 7 - HELENA FONSECA).

Era véspera de eleição, ele ia trabalhar, e simplesmente, esse policial que foi morto fazia parte do grupo de extermínio. Ele assombrava todos na cidade, nos morros ele era conhecido como japonês da Falcon. Ele era temido, ele matava filho diante de mãe. Resumo, a própria trupe dele já estava de saco cheio dele. E nessas que mataram ele, se vocês reverem o vídeo do dia 7 de outubro de 2012, vocês vão ver, não foi um bandido qualquer que matou. E nessa que mataram ele, saíram matando os demais, para pôr pano, para dizer que era tudo parte de facção criminosa, né? PCC, os que morreram (TESTEMUNHO 9 - MARIA HELENA TELES DE PINA).

Boa tarde, eu me chamo Francilene Gomes Fernandes, sou irmã do Paulo Alexandre, que foi vítima de desaparecimento forçado em maio de 2006 (TESTEMUNHO 10 - FRANCILENE GOMES FERNANDES).

E eles viram que o menino era inocente, eu acho que revistou o bolso dele, viu a carteira dele com o documento que estava no bolso dele, viu a mochila que ele vinha trazendo nas costas que tinha o uniforme do McDonald's pra mim lavar, que ele tinha trabalhado. Ele trabalhou, e vinha com o uniforme pra mim lavar e nessa mochila ele só trazia esse uniforme, porque eu lavava. E quando eles viram que o menino era inocente, colocaram uma arma na mão dele para forjar que ele trocou tiro com eles. Como é que esse menino trocou tiro com eles se eles deram o tiro nas costas? Se o menino vinha de costas? Me explica uma coisa dessas, se o menino vinha de costas, os outros tudo correram, se esconderam, o pessoal, ninguém viu tiro, não tinha marca de tiro nenhum contra eles, não tinha marca de tiro nenhuma (TESTEMUNHO 12 - GISELE BARBOSA LIMA).

Eles mudaram a cena do crime, eles tiraram meu filho de cima da cama, eu tenho metade de uma filmagem que um vizinho conseguiu filmar falando 'ó lá eles tão tirando ele de cima da cama e pondo ele em cima do chão'. Assim, eles colocaram a arma na mão dele e a perícia foi lá em dois minutos, entrou e saiu, só ficou os policiais militares dentro do quarto dele, eu não pude ver meu filho, eu não vi, eles não deixaram eu entrar lá dentro. Eu cheguei no IML o corpo dele já estava liberado, eu não pude nem reconhecer, eles já sabiam que era meu filho (TESTEMUNHO 14 - FLÁVIA CRISTIANE DOS SANTOS).

Entre os testemunhos, sublinha-se o de Francilene. Ela é irmã de um dos desaparecidos de maio de 2006. A discussão acerca dos efeitos do desaparecimento é um dos importantes acúmulos da epistemologia latino-amerikkkana; a prática do desaparecimento é uma técnica constantemente utilizada pelos governa-dores do subcontinente. O corpo que desaparece, como se nunca houvesse existido, é a negação do direito ao luto, é a sobrevida de uma esperança sádica. Da ordem das coisas, que como Ilza disse, mexem não só com a carne, mas com a alma da gente. Francilene sabe que seu irmão carregava estigmas demais para ter escapado à caça dos policiais:

Meu irmão tinha 23 anos, era, somos ainda, né, moradores da periferia, moramos no Itaquera. Meu irmão tinha tido sim passagem pelo sistema prisional. Na ocasião ele estava em liberdade condicional, por conta de ter furtado de um mercado do bairro uma caixinha de Natal de 11 reais. Porque na época ele era viciado. Tinha cumprido essa pena, estava em condicional. Mas infelizmente ele, naquela semana, ele era uma das vítimas que a polícia foi atrás. Então ele era negro, passou pelo sistema, tinha tatuagem, exatamente o perfil que os policiais procuravam naquela noite. Isso é, estou dizendo porque, os próprios amigos dele que estavam com ele na hora da abordagem e vários moradores do bairro, vários jovens do bairro, disseram pra a gente, nas nossas investigações, que foram investigações solitárias, assim como a das mães, que eles eram abordados, que a polícia ficava procurando tatuagens porque pelas tatuagens eles conseguiam ver se o jovem tinha passado pelo sistema, então rapidamente eles conseguiram associar que era ex-detento e que era ligado ao PCC (TESTEMUNHO 10 - FRACILENE GOMES FERNANDES).

O terrorismo objetiva coibir a vontade de Justiça das Mães. São várias as formas empregadas pela Polícia para hostilizar seus inimigos. A tortura, indiscutível mecanismo disciplinador do sistema penal brasileiro, aparece nos testemunhos em vários sentidos - direcionada ao corpo:

E eu estava em casa, o meu outro filho de 18 anos, na época, também, recebeu um telefonema e foi até lá, 'olha, aconteceu alguma coisa com o seu irmão'. Chegando lá estava sentado, ele queria passar, 'olha, o meu irmão é de menor e eu quero saber o que está acontecendo'. Espancaram meu filho, quebraram o maxilar dele, só o que eles não esperavam é que a população socorreu o meu filho, o de 18 anos, e levou para o hospital vermelhinho (TESTEMUNHO 13 - ANDREA FRANCO RODRIGUES).

Mas eu tive que sair, eu tenho mais quatro filhos, eles passam todo santo dia na rua onde eu morava perguntando quem era o outro irmão do Rogério, como que ele chama, bate nos meninos, avisa os meninos que se não falar quem é o meu outro filho, que eles vão matar os meus meninos (TESTEMUNHO 14 - FLÁVIA CRISTIANE DOS SANTOS).

Meu filho sofreu o suficiente. Ele deixou de viver 18 anos de vida, para viver 18 anos de porta de cadeia. Eu vi meu filho comer caco de vidro, eu vi meu filho comer casca de barata, eu vi meu filho comer papel higiênico com água, eu vi tudo isso, o meu filho passar (TESTEMUNHO 7 - HELENA FONSECA).

Nas ameaças direcionadas às Mães:

Porque em 9 anos, a gente só tem sofrido, gente. A gente só tem sofrido. É ameaça, é perseguição, e eles fazem isso na cara dura, sem o capuz (TESTEMUNHO 4 - EDNALVA SANTOS).

Porque eles não mataram só nossos filhos, também a gente. Mexeram não só com a carne, mas com a alma da gente. Minha alma nunca mais será a mesma. Passados uns dias, vindo eu, do serviço, tinha um carro da PM, com policiais, na esquina. Olharam e disseram 'olha a mãe do Thiago' [inaudível] rindo, rindo. Vim e fiquei olhando, olhando, olhando, só bagunçando a minha cabeça. E até hoje, 9 anos, não foi feito nada, continua ainda a Baixada muito carente nessa [inaudível] de PM. Não confio mais em PM, não confio, gente, nem em vocês, não fazem mais nada pela gente (TESTEMUNHO 6 - ILZA MARIA DE JESUS SOARES).

Quando eu fui no outro dia falar com o delegado, depois do enterro, eu falei 'dr. Alcino', porque eu cito nomes, 'que que o sr. vai fazer no caso do meu filho', ele olhou para minha cara e falou, 'dona Helena, a senhora vai ser uma pedra no meu sapato?'. Eu falei, 'não, eu vou ser um pedregulho que eu quero saber quem matou meu filho'. Ele falou 'eu não tenho resposta sabe dona Helena, ontem foi seu filho, amanhã pode ser a senhora que vai estar passando e vai passar um carro vermelho, preto, cor de rosa, azul, um arco íris, pode ser eu, pode ser qualquer um de nós'. Eu falei: 'você está me ameaçando?', ele falou 'Não, só estou lhe avisando' (TESTEMUNHO 7 - HELENA FONSECA).

As mães têm medo, infelizmente. Porque eles usam a farda, elas têm medo. Eu não tenho medo, eu vou até o fim. Sabe porque, não é porque eles são policiais que eles podem [inaudível]. O caso do meu filho, do Marcelo, que foi agredido, não entrou junto. Ele foi, no DHPP, ele deu dois, ele falou lá o que tinha acontecido, só que assim, o processo dele sumiu, ninguém sabe, o DHPP joga para o Fórum, o Fórum joga para o DHPP, e até então ele deixou para lá, porque ele tem medo, hoje ele está com 21 anos, e ele tem medo porque o policial que agrediu ele mora ali, a gente sabe quem é, então ele tem medo. Só que eu não posso fazer nada porque ele é de maior, agora o Maycon não, era de menor (TESTEMUNHO 13 - ANDREA FRANCO RODRIGUES).

Mas eu tive que sair, eu tenho mais quatro filhos, eles passam todo santo dia na rua onde eu morava perguntando quem era o outro irmão do Rogério, como que ele chama, bate nos meninos, avisa os meninos que se não falar quem é o meu outro filho, que eles vão matar os meus meninos. Então quer dizer eu vou ter que viver escondida, vou ter que sumir com os meus filhos, não vou poder ter mais vida porque a polícia quer matar mais alguém (TESTEMUNHO 14 - FLÁVIA CRISTIANE DOS SANTOS).

Aparece, por fim, direcionada às vítimas colaterais. A neta de 4 anos de Helena foi aprisionada pela PM no carro em que presenciou a execução de seu pai e de sua mãe. "A minha neta querendo sair e a polícia não permitindo que eu tirasse a minha neta, que a minha neta tinha que estar presenciando aquele fato que até hoje eu não esqueci. Eu falei 'não, mas eu vou tirar ela', ele falou 'você não pode mexer' (TESTEMUNHO 7 - HELENA FONSECA). O trauma é tão profundo que a menina evacua toda vez que vê um policial fardado.

As Mães sabem da implicação das Autoridades na manutenção do terror nos lugares que habitam. Nesse sentido, Maria fala:

E até agora não se foi feito nada, os crimes continuaram, a Baixada Santista é um terror. De vez em quando você vê mães e mães chorando, é eles fabricando mais Mães de Maio. A gente gostaria, a gente clama, para isso parar. Pelo amor de Deus, parem com isso, parem de matar essas crianças que não fizeram nada e mesmo se tivessem feito alguma coisa, ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém (TESTEMUNHO 5 - MARIA SÔNIA LINS).

Débora conclui lembrando às Autoridades que a omissão frente ao terrorismo institucional tem consequências, que Autoridade é um local de fala situacional e que um dia, talvez, os homens de trás da mesa tenham que encarar a impunidade que resguardaram, enquanto Autoridades, aos Policiais:

Então a gente temos que trazer à tona sim, porque se não começar a fazer a lição de casa, talvez, quem está atrás da mesa é a próxima vítima. Mas vítima do que? Da omissão lá atrás, a gente fala vítima, não fala vítima em termos de ameaça, mas pode ser uma vítima de um estado terrorista. Hoje vocês tão com cargo, amanhã vocês podem não tá. E pode não tá blindado (TESTEMUNHO 1 - DÉBORA MARIA DA SILVA).

Neste trecho, enuncia-se a violência e todos os efeitos de sua universalidade. Para Débora, apesar das populações negras, indígenas, pobres e periféricas serem os alvos preferenciais do arsenal terrorista do estado democrático, toda a sociedade brasileira, agredidos e agressores, encontra-se sob seu domínio. Encontramos nos efeitos das políticas de (in)segurança pública, a sabedoria popular - “pau que bate em Chico, bate em Francisco”.

1.2.2 - A JUSTIÇA DAS AUTORIDADES

Os testemunhos das Mães de Maio acusam constantemente a justiça das Autoridades. De todos os casos referentes à morte de civis dos Crimes de Maio, apenas um foi julgado. Foi devido às investigações solitárias dos familiares e à coragem de uma testemunha que, no dia 10 de julho de 2014, o PM Alexandre André Pereira da Silva foi condenado pela execução de Murilo de Moraes Ferreira, Felipe Vasti Santos e Marcelo Heyd Meres, em um lava-rápido no Jardim Brasil, zona norte de São Paulo. A testemunha é uma figura central aos julgamentos, porém testemunhar implica uma condenação. Nas palavras das Mães:

Testemunha a gente não tem. Até tem, mas ninguém fala porque tem medo de morrer. Porque uma testemunha não dura muito. Às vezes nem chega a depor e já morre (TESTEMUNHO 3 – VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS).

Teve uma testemunha e essa testemunha correu e eles correram atrás desse menino só que não conseguiram pegar. Esse menino viu tudo, inclusive contou tudo para

mim, o que tinha acontecido, ele falou, afirmou para mim que eram policiais militares disfarçados (TESTEMUNHO 4 – EDNALVA SANTOS).

E agora eles tão dando de ameaçar família, os vizinhos, quem presencia. Quer dizer, testemunha a gente não pode ter. Quando meu filho morreu, morreu 3 junto com ele, e tinha mais de 50 pessoas na rua, inclusive crianças. O senhor chega lá, eles não vão falar. Mas se chegar qualquer uma pessoa vão contar o que foi, o que houve, o que não houve, quem foi, quem não foi, citam nome. Tem nome, todos têm nome, todos são conhecidos (TESTEMUNHO 9 – MARIA HELENA TELES DE PINA).

E os meninos que estavam com ele, viram tudo, todo mundo viu, tinha muita gente na rua, mas todo mundo se escondeu com medo, e ele ficou esticado lá, o meu menino. [...] E ele foi para delegacia pensando que não ia ficar por isso mesmo, quando chegou lá, eles deram a versão deles na delegacia, aí chegou três meninos que estavam com o meu menino, tinha mais, era mais de 20, só que só foi três, depor lá. E eles pensou que ia ficar por isso mesmo, a versão deles era que teve troca de tiro, e eles reagiu, e matou porque o menino trocou tiro com os meninos, não foi só o meu não, os meninos tudinho. Quando eles viu os três menino lá, que reconheceu eles lá dentro, eles tentou correr da delegacia, os dois, quando eles iam saindo correndo da delegacia, os outros policiais [inaudível] pegou e trouxe eles de volta, eles iam embora correr da delegacia, porque viu que tinha testemunha. A testemunha foi lá (TESTEMUNHO 12 – GISELE BARBOSA LIMA).

Os testemunhos também apontam para a seletividade das investigações conduzidas. Falam sobre a negligência no trato com os familiares e sobre a complacência de promotores e juízes em redigir e acatar pedidos de arquivamento mal fundamentados:

Que nós apontamos, o crime do meu filho, eu vou começar pelo crime do meu filho, muito rápido, o crime do meu filho, a exumação do corpo dele foi agora depois de seis anos. Como é que a Justiça trabalha de trás para frente? Ele foi enterrado com o projétil alojado na espinha cervical, não é palavra da minha boca, está rezando o exame cadavérico. E mesmo assim o Poder Judiciário, ele pede o arquivamento, o Ministério Público pede o arquivamento e o juiz vai e concede o arquivamento, mesmo sabendo que uma peça fundamental, que era o projétil, de investigação de execução sumária é abortada (TESTEMUNHO 1 - DÉBORA MARIA DA SILVA).

E a polícia, por mais de um mês, ninguém chamava a gente, era como se não tivesse acontecido nada. Fomos pedir para polícia que escutasse a gente, como está o processo, ninguém fala em nada. Aí o delegado ligou para a Seccional, pedindo que o delegado do 5º Distrito escutasse a gente. Aí meu marido foi, deu o depoimento, fui junto com ele. E a partir daí tem nada, o processo do meu filho é só um montão de carimbo, de carimbo! E a gente cobrando, cobrando, aí calma, pede mais tempo para não fazer nada. Foram no bar e perguntaram, quem viu, aí ninguém viu e acabou. Acabou! Os telefonemas que deram para a pizzaria, onde morreu o menino ali em frente, para a escola, os carros que passaram escuros, antes, os policiais que viram se trocando. [inaudível] Não interessou, não interessava. Agora eu vejo aqui em Santos, foi assassinado um cantor, 01h30 da manhã da segunda-feira, na segunda-feira o delegado falou no jornal do meio dia ‘já escutamos 3 testemunhas’, já tinham sido escutadas 3 testemunhas? E nós? Quantos anos estamos nisso? (TESTEMUNHO 2 - VERA LÚCIA ANDRADE DE FREITAS).

Ao tratar dos governa-dores e das Autoridades, as Mães denunciam a falta de vontade política em promover justiça:

Quando a gente vê que mais de 600 jovens assassinados e todos os inquéritos arquivados. Quem falhou? Quem falhou? Aonde está a falha? Será que a falha não está no Judiciário de ter aceitado a polícia ser testemunha dela própria? Será que não

chegou a hora de mudar essa versão? [...] [a reunião] na qual o secretário adjunto de Segurança Pública, ele diz e sem defesa nenhuma, não houve defesa por parte da mesa, que os Crimes de Maio não têm mais jeito. [...] Não tem como o Estado procurar prova pra ele próprio. Isso é inaceitável! Eu, como dona de casa, não sou formada, não tenho curso acadêmico, mas eu acho que a minha leitura não precisa de diploma acadêmico porque essa leitura ninguém me faz ninguém me tira. É uma leitura que eu aprendi, que quando a gente vê que só teve êxito um dos crimes de maio porque a mãe, ela investigou, a mãe, ela foi atrás das testemunhas. Olha como o Judiciário está atrasado [...] A gente não teve acesso a nenhuma autoridade, para poder a gente ter acesso a Secretária de Segurança Pública a gente teve que vir acompanhado com a comissão especial dos crimes de maio do CDDH da SDH-PR” (TESTEMUNHO 1 - DÉBORA MARIA DA SILVA).

Sublinha-se também a incoerência entre o discurso enunciado pelas Autoridades e a experiência de interdição aos mecanismos institucionais de garantia de direitos:

Eu não era da favela, mas eu morei na favela. Eu morava num bairro nobre, meu filho era uma pessoa íntegra, até certo ponto, até o promotor público, até peço desculpas para os promotores que tão aqui, que falaram tão bonito pra mim, que eu escutei, que a gente tem acesso a eles, que a gente pode desabafar com eles, que eles tão ali para ouvir a gente. Só que em 96, eu não encontrei esse apoio na Promotoria e nem no juiz também, como o juiz que estava aqui falou também, eu também não encontrei apoio. [...] No outro dia, eu estou na minha casa e veio uma carta, um dos caras que matou meu filho, Dário Tavares, que tinha uma lista, que eu era a primeira da lista. [inaudível] Eu era a primeira da lista, e fulano era o segundo e o terceiro e o quarto. E eu peguei e falei, ‘poxa, como eu sou a primeira da lista então eu vou denunciar eles’, mas eu fiquei com medo de denunciar em Santos porque eu era vítima, eu ia ser, eu ia morrer também. Cheguei na Débora e perguntei e a Débora falou ‘liga na Ouvidoria’, eu investiguei durante 6 meses: nome, endereço, carro, moto, eu dei tudo mastigado para a polícia. Tudo mastigado. Quando o promotor Cássio foi para a Baixada Santista eu falei para ele, ‘olha, vai morrer fulano, ciclano, beltrano’, ele simplesmente falou: ‘pois é’. No outro dia, no lugar deles tomarem uma providência, a providência parou. Passou 15 dias, 1 mês depois, uma das pessoas que estava na lista tomou um monte de tiro que foi o Neguinho do Caixeta, que foi o MC. E cadê a polícia? Por que a polícia não protegeu o Neguinho do Caixeta? Como que a polícia não protege eu? Porque quando eu ando na rua, a Polícia Militar tudo olha e fala que eu vou ser a próxima se eu continuar abrindo minha boca. Mas a minha boca tem que falar. [...] Hoje, o José Roberto Andrades, o Latino, que é da Força Tática, que é um dos chefes dos Ninjas da Baixada, ele tá preso, não pelo crime do meu filho, por outro crime, mas eles esperaram. Eu dei 31 nomes, 31 nomes para o promotor da GAECO, de todos os caras que eu conheci e essa equipe de Ninjas mataram. E esses 31 crimes, só o do meu filho tem inquérito porque os outros está tudo arquivado (TESTEMUNHO 7 – HELENA FONSECA).

Denunciei eles no GAERCO, dei nomes, Capoeira, Cabo Ferreira, e o meu neto foi morto porque uma loja tinha sido roubada, a SurfStore, e esse dono da SurfStore saiu investigando e cismou que tinha sido os meninos, junto com a Polícia. Meu neto foi morto e depois de uma semana foi preso quem tinha roubado essa loja. Fomos ouvidos no 3º Distrito, a namorada dele, que estava com ele, também, os colegas dele, duas testemunhas protegidas que viu também. Só que não deu em nada. [...] E até hoje estamos esperando. Sei que não vai dar nada. Porque o de nenhum deles deu nada. E eles continuam trabalhando do mesmo jeito. Matando do mesmo jeito. E eu estou aqui, esperando por Justiça, esperando por vocês (TESTEMUNHO 8 – MARIA GORETTI RODINICK MARQUES).

E deu certo em 2006 e continua dando. [...] Mas e aí, posso eu fazer o que? Nunca fui chamada numa delegacia, nunca me perguntaram nada. Não sei em que pé tão as coisas. Creio eu que já tenha sido arquivado também, porque é mais um, né, entre tantos. E é isso, se vocês quiserem ajudar a gente na Baixada, nós vamos ficar feliz.

Só isso que eu tenho para dizer (TESTEMUNHO 9 – MARIA HELENA TELES DE PINA).

Desde o desaparecimento, a nossas buscas foram incessantes, a nossa luta começou até no boletim de ocorrência que a gente só conseguiu registrar quase uma semana depois, porque o delegado da região falava para gente ir no IML procurar ele lá, porque ele falou assim, ‘ah, ele já passou por Franco da Rocha, ele com certeza era ligado ao PCC, então procurem ele no IML’ (TESTEMUNHO 10 – FRANCILENE GOMES FERNANDES).

O processo da minha filha foi arquivado com 6 meses. Por que isso? Por que o promotor de Santos seguiu o processo de todos os nossos filhos e não mandou para onde teria que mandar? Se achou que Santos não tinha ninguém o suficiente com vergonha na cara, que é até feio que o nosso defensor teve que denunciar o Brasil lá fora, porque o Brasil não tomou conta de tudo isso que está acontecendo, e muita gente continua morrendo. Isso é muito triste, gente (TESTEMUNHO 3 – VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS).

Por último, observa-se, nos testemunhos, a denúncia de julgamentos encenados que garantiram aos Policiais o direito à impunidade:

E eles ficaram lá, presos. E aí, passou um tempo, marcou o julgamento e quando chegou lá, o julgamento de um, quando cheguei lá, fui tratada que nem uma cachorra, lá no Fórum, porque antes do julgamento acabar, todo mundo já sabia que o Luís ia ser solto, todo mundo comemorando no corredor lá e eu lá, com cara de palhaça e os meus filhos, tudo eles sabendo que ele já ia ser solto sem o julgamento ter acabado. O julgamento estava lá e eles comemorando dizendo ‘o Luís vai ser solto, o Luís vai ser solto, isso não vai dar em nada não’. Tudo encarando pra mim, me intimidando, intimidando meus menino, intimidando, e todo mundo comemorando, a dona do mercado rindo da minha cara, todo mundo rindo. E eu sai de lá arrasada, eu e meus menino, eu saí antes do julgamento acabar, porque eu já sabia que ele ia ser solto. Porque estava comemoração no corredor. [...] E o segundo julgamento, o bandido fardado pegou 14 anos e pouco – só que ele tá livre, ele tá livre, está em liberdade, isso é justo? Os dois tá livre? Os dois já tinha processo nas costas, de morte também, antes de matarem meu filho. O sangue do inocente foi derramado, isto é justo gente? [inaudível] Os dois tão lá, é bandido fardado, tá ali naquela área. E tá lá o mercado, no outro dia da morte do meu filho, o mercado, já tava aberto o mercado já. Não aconteceu nada. Não foi o filho deles, não foi o sangue deles que foi derramado. Não aconteceu nada (TESTEMUNHO 12 – GISELE BARBOSA LIMA).

Testemunhas garantem que meu filho estava sentado na viatura, gesticulando, pedindo socorro, falando alguma coisa. Ele levou 7 tiros. Então eu pergunto, uma criança, um menino de 17 anos, magrinho, com 7 tiros, ele ia tá sentado numa viatura, ele ia tá gesticulando? [...] A primeira audiência perguntaram se as testemunhas queriam ser ouvidas na frente dos policiais, falaram que não, que eles tinham medo, só que não foi isso que aconteceu. Quando eles entraram na sala, os policiais estavam lá, então todo mundo ficou com medo, foram soltos, passaram por mim, eu não fui ouvida nesse dia, [inaudível], passaram por mim dando risada, e depois eu continuei a investigação. Falaram que foi troca de tiro, que eles estavam em alta velocidade, passaram por vários semáforos. Eu filmei a rua, eu mostrei que não tinha semáforo nenhum. Levei as provas, antes que eu consegui, eu levei. As testemunhas também falaram, aqui, eles têm, esses policiais, foi feito a viatura da morte – eles têm mais quatro casos, porém, não deu em nada. [...] Então assim, o juiz, como aqui, o rapaz aqui falou que os juízes não têm culpa, têm sim, porque têm todos as provas, eu levei as provas, o meu filho chegou 40 minutos depois, morto, o COPOM não teve contato, o GPS tava desligado e assim, o juiz não viu isso? O juiz não leu o processo? Ele absolveu três, que foi os três que saiu com o meu filho, e os outros três ele mandou para júri, um pelo assassinato do meu filho e os outros 2 por tentativa de homicídio do outro menino. Porém meu filho levou 7 tiros, só que só

tem a bala que saiu da arma de um policial, só duas balas, e o resto, quem foi que atirou? E assim, nós recorremos, o promotor recorreu, e agora assim, vai demorar anos, vai demorar anos pra poder ter alguma resposta. E enquanto isso eles ficam matando mais, além desses outros quatro casos, eles ficam lá matando, batendo e ninguém toma providência nenhuma, né? (TESTEMUNHO 13 – ANDREA FRANCO RODRIGUES).

A cadeia aparece nos testemunhos como mecanismo de disciplina das relações de poder; instrumental de adestramento para a conformidade; ferramenta de subalternização das populações negras, pobres e periféricas:

Quando eu fui pra cima, a única resposta que eu tive foi uma cadeia nas costas de 3 anos e 2 meses como traficante, foi isso o que eu ouvi (TESTEMUNHO 3 – VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS).

E, por conta da morte do meu filho, fui presa, acusada de ser traficante de drogas. Eu e meu companheiro. Eles entraram dentro do nosso estabelecimento, puseram a droga lá dentro, balança de precisão, pinos de cocaína, cheios, acusando a gente de ser traficante. Meu companheiro ficou 3 meses e 15 dias preso, teve o julgamento. Eu, graças à Defensoria e a Débora, que montou minha defesa, eu pude sair em 8 dias. Além do inferno de viver sem a presença do meu filho, eu, com 50 anos, ainda passei por esse vexame, sair algemada de dentro do meu estabelecimento. E agora depois de 5 anos, meu marido tá arriscado a voltar pra cadeia por um crime que ele não cometeu. O Ministério Público está pedindo a prisão dele por causa das drogas que puseram dentro do nosso estabelecimento (TESTEMUNHO 4 – EDNALVA SANTOS).

Além disso, ter passado pelo sistema aparece como a grande condenação, o estigma que define, em última escala, aqueles que devem morrer:

Meu filho foi pra cadeia por um latrocínio. Ficou um ano e dois meses convivendo com altos marginais lá no [inaudível], vendo cabeças sendo roladas dentro daquele presídio. E eu implorando pro promotor Borba, que tanta gente elogia que ele dizia que ele era o magistrado principal, só que ali, pra mim, ele falou pra mim: “existe um defunto, o seu filho é o assassino”. Hoje, o meu filho é o defunto e eu quero saber quem é o assassino. Meu filho ficou 1 ano e 2 meses. Só que quando meu filho saiu, meu filho veio que nem um boi, um boi marcado pela Polícia Militar. [...] O meu filho tirou muitos anos de cadeia, foi 18 anos de porta de cadeia que eu tirei junto com meu filho. Meu filho foi condenado sem ninguém nem nunca ter visto o meu filho. Policiais militares que na época consideraram o meu filho um latrocínio, que os promotores, os juízes que estão aqui presentes, que eu não sei quem é, mas era 30 anos de cadeia, tiraram em 1 ano e 2 meses, porque eu lutei e provei que não era o meu filho. Mas até aí, meu filho tá tirando cadeia. Eu vi meu filho comer caco de vidro, eu vi meu filho comer casca de barata, eu vi meu filho comer papel higiênico com água, eu vi tudo isso, o meu filho passar. Quando meu filho saiu da cadeia, depois de 6 anos que meu filho ficou em Avaré, chegou um rapaz na minha casa e falou pro meu filho: “Fábio, fica ligeiro que o Latino vai te matar” (TESTEMUNHO 7 – HELENA FONSECA).

Meu irmão tinha 23 anos, era, somos ainda, né, moradores da periferia, moramos no Itaquera. Meu irmão tinha tido sim passagem pelo sistema prisional. Na ocasião ela estava em liberdade condicional, por conta de ter furtado de um mercado do bairro uma caixinha de 11 reais. Porque na época ele era viciado. Tinha cumprido essa pena, estava em condicional. Mas infelizmente ele, naquela semana, ele era uma das vítimas que a polícia foi atrás. Então ele era negro, passou pelo sistema, tinha tatuagem, exatamente o perfil que os policiais procuravam naquela noite. Isso é, tô dizendo porque, os próprios amigos dele que tavam com ele na hora da abordagem e

vários moradores do bairro, vários jovens do bairro, disseram pra gente, nas nossas investigações, que foram investigações solitárias, assim como a das mães, que eles eram abordados, que a polícia ficava procurando tatuagens porque pelas tatuagens eles conseguiam ver se o jovem tinha passado pelo sistema, então rapidamente eles conseguiram associar que era ex-detento e que era ligado ao PCC (TESTEMUNHO 10 – FRANCILENE GOMES FERNANDES).

Outro importante aspecto das relações reveladas pelos testemunhos é a permeabilidade entre os interesses públicos e privados no cotidiano das instituições penais, em especial, dos agentes policiais. As experiências de Maria Goretti Rodinick Marques e de Gisele Barbosa Lima des-cobrem o patrimonialismo. Maria Goretti, mãe e avó de Rafael, presenciou policiais militares desencapuzados - Capoeira e Cabo Ferreira - executarem o seu neto. Ao ouvir os tiros, ela correu e pode ver o último dos 8 tiros que seu neto recebeu, um tiro na boca. Os Policiais executaram Rafael a mando de um comerciante da região:

(...) e o meu neto foi morto porque uma loja tinha sido roubada, a SurfStore, e esse dono da SurfStore saiu investigando e cismou que tinha sido os menino, junto com a polícia. Meu neto foi morto e depois de uma semana foi preso quem tinha roubado essa loja (TESTEMUNHO 8 – MARIA GORETTI RODINICK MARQUES).

O dono da loja e os policiais seguem impunes, o caso está arquivado. O filho de dona Gisele foi morto enquanto voltava, para casa, de uma festa de aniversário. Tinha 18 anos e era funcionário noturno da franquia McDonald's. Ele e um grupo de amigos e amigas vinham descendo pela rua do mercado KiPreço.

E nesse mercado KiPreço, tinha tido um assalto lá, e os dois policiais, dois bandidos fardados, estavam à paisana, de frente desse mercado. E ele vinha passando com um monte de gente, um monte de menina, conversando, jogando conversa à toa, né? Tinha um senhor no ponto da perua, esperando a perua. De repente esses dois bandidos fardados começam a atirar para cima. E meu menino já ia a 50 metros desse mercado, e eles começam a atirar pra cima, os dois, e depois começam a atirar em direção aos meninos, aos adolescentes, e nisso eles tudo correram. Um se escondeu. Meu menino acho que tentou correr também. E o senhor que tava no ponto da perua, levou um tiro na perna, ficou lá caído. O meu menino, me falaram que ele saiu gritando, levou um tiro nas costas, o meu menino, nas costas, saiu gritando “socorro, socorro”, quando ele caiu no chão eles vieram pra cima e perto assim, perto dele, deu um tiro na nuca dele, um tiro de misericórdia, aquele pra matar mesmo.[...] Pegou o carro do mercado KiPreço, um deles é marido da mulher do KiPreço, pegou o carro e botou o corpo do meu menino e levou pro hospital Grajaú. Quando meu marido chegou lá, lá na rua, só viu aquela poça de sangue derramada. E os outros policiais que já estavam lá no KiPreço, os outros bandidos fardados, falou pro meu marido que os meninos tinha sido acertado. [inaudível] Quando meu marido chegou no hospital Grajaú, o médico falou que o menino chegou lá morto. Diz que ele chegou lá, deixou o menino lá, o corpo lá, e se foi, não falou nada, jogou o menino lá (TESTEMUNHO 12 – GISELE BARBOSA LIMA).

O mercado foi assaltado e o marido da dona era policial militar. Em um surto responsivo, ele e outro companheiro PM, à paisana, começam a atirar para cima. Os meninos, que já estavam a uns 50 metros do mercado, se assustam e saem correndo. Uma vez que “negro parado é suspeito, correndo é ladrão”, os policiais se sentem autorizados a atirar em direção aos

meninos. Acertam Henrique e, ao constatar que na mochila o menino trazia apenas um uniforme, *arredondam* a ocorrência, colocando uma arma em sua mão. Os Policiais são presos porque testemunhas teimam em aparecer na delegacia; são considerados inocentes em um julgamento em que as testemunhas foram dispensadas. No tribunal, as palavras do advogado do policial fazem de Henrique um criminoso. A mãe de Henrique acha que está ficando louca. Não dorme, vê o filho em todo lugar, já pensou em se matar - “ir no metrô e me jogar porque não tem justiça nesse país pra quem é preto, quem é de periferia, eu não sei nem falar direito aqui, eu não to sabendo falar direito” (TESTEMUNHO 12 - GISELE BARBOSA LIMA). Os meninos foram condenados à morte extrajudicialmente pelo assalto a dois estabelecimentos comerciais. O neto de Goretti foi executado, com um tiro na boca, porque uma loja foi assaltada e ele parecia bandido. O filho de Gisele era negro e por ser negro era bandido e deveria pagar pelo assalto ao mercado da mulher do PM. O negro e o pobre, tal qual o bandido, são manifestações de um mesmo condenado - como diz Vera Lúcia Gonzaga: “se morre um policial é dez civil na Baixada. Vai pagar por aquele policial, não interessa quem matou” (TESTEMUNHO 3 - VERA LUCIA GONZAGA). Em relação aos Crimes de Maio, os achaques comandados pelo policial Peña e o suposto caixa 2 do PSDB (que abordarei no capítulo 4) evidenciam a extensão do privado no domínio do público. Débora diz:

Houve um achaque no estado de São Paulo, aos familiares de preso, onde teve a rebelião. Tem que ser assumido isso. Foi a corrupção que matou o meu filho! Foi a corrupção que matou os nossos filhos! [...] A mulher, a mulher do policial civil Augusto Peña, que achacava os presos, ela entregou pro Ministério Público 200 fitas. E a gente não tem ciência dessas fitas (TESTEMUNHO 1 - DÉBORA MARIA DA SILVA).

As possibilidades de se tirar vantagem econômica indevida dos espaços públicos, sustentados pelo trabalho dessas Mães, são parte importante da engrenagem lenta da justiça das Autoridades.

As Mães enunciam ter consciência da diferença existente entre elas, seus filhos e os cidadãos brasileiros. Nesse sentido, enfatizam a crueldade da relação - são elas que, através de seus impostos, sustentam o Estado terrorista que executou seus filhos:

A gente criamos nossos filhos não é pro Estado matar, é pro Estado proteger. Eu sou cidadã, pagadora dos meus impostos e eu não aceito a retribuição dos meus impostos com a bala que matou o meu filho; com a bala que matou esses filhos dessas mães como retribuição. Os Crimes de Maio precisa ser apurado para que se pare de matar (TESTEMUNHO 1 – DÉBORA MARIA DA SILVA).

Cadê nosso promotor? Cadê nossos juízes? Pra que que eles ganham? Não é o nosso salário que paga eles? Não é os nossos impostos, cadê eles? Que que eles fizeram por nós? Que que eles fizeram pela minha neta que ficou com dois anos? Nada! O que ela tem é eu, dois tios e uma tia. Porque eles acabaram. Eles não mataram minha

filha, eles me mataram também (TESTEMUNHO 3 – VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS).

E foi a pior notícia que eu tive, que meu filho tinha falecido. É a pior notícia do mundo, que uma mãe pode receber, é a notícia que o seu filho não tem mais vida, tirada por uma pessoa que deveria protegê-lo. Tirada por pessoas que deviam estar do nosso lado, e tá do outro lado, tá acabando com a gente (TESTEMUNHO 5 – MARIA SÔNIA LINS).

É duro você criar um filho, pedir pra ele lute pelos seus direitos, pelos seus direitos, e vir PM fardados intimidar seus filhos, só porque eles não abaixavam a cabeça. Porque quando eram pessoas, policiais que vinham diante deles revistar, eles respeitavam. Mas aqueles que já vinham com agressão, dizendo que ia forjar, isso não é justo. [...] Eu não confio mais em vocês, não é por nada não, tenho mais medo de vocês do que do bandido. Eu não confio. A gente paga imposto pra vocês matarem a gente. Não é justo (TESTEMUNHO 6 – ILZA MARIA DE JESUS SOARES).

E foi assim a semana inteira, meus pais junto comigo indo ao IML Central procurá-lo e o que a gente via naquelas fotos é exatamente isso que todas as mães já disseram aqui, que foram sim crimes de execução e não existiu confronto coisa nenhuma. [...] Infelizmente, né, como as mães também disseram, são pagos por todos nós, pelos nossos impostos, deveriam nos proteger mas na verdade, eles tão aí executando sumariamente a nossa juventude todos os dias (TESTEMUNHO 10 – FRANCILENE GOMES FERNANDES).

E assim, eu fui saber porque que esses policiais estão soltos e porque eles estão trabalhando ali, perto de casa, porque eu me deparei com um deles, que eu tenho certeza que foi, ele deu risada e o Comandante deles falou pra mim que não foi provado nada ainda e que eu ainda pago o salário deles (TESTEMUNHO 13 – ANDREA FRANCO RODRIGUES).

Quando abordam as relações entre as Autoridades e as populações negras, pobres e periféricas, as Mães des-cobrem a morte de seus filhos como moeda de troca da política dos governa-dores:

Meu filho pagou pela guerra que não era a dele. A guerra era do Estado. O Estado foi o verdadeiro criminoso, matando na periferia. Quem foi que mandou? Quem foi que mandou? Foi crime de mando. Era ano eleitoral e o país estava em jogo. E também não foi cobrado pelas autoridades federais. Por que morreu tanto brasileiro? Independente que o Estado tem independência, mas é brasileiro que estão morrendo. Ou então vamos discutir a pena de morte porque ela tá bem decretada na nossa periferia. Vamos discutir a pena de morte (TESTEMUNHO 1 – DÉBORA MARIA DA SILVA).

E a culpa de quem matou os nossos filhos não foi eles que foram fraco de mente e foram lá e mataram. Foi quem mandou! Foi quem aceitou tudo isso! O Estado de São Paulo (TESTEMUNHO 3 – VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS).

Quase 9 anos, mais de 3 mil dias sem resposta nenhuma. Então o que eu quero pedir aqui hoje, em nome de todos os jovens, em nome dessas mulheres, é que esses crimes sejam, enfim, federalizados, porque não existe mais possibilidade de investigação no estado de São Paulo. O nosso governador decretou na época, claro que tava licenciado do cargo para concorrer à Presidência mas através dos seus, das pessoas que tava substituindo ele na época, Lembo, foi decretado sim esse extermínio, então eles têm total envolvimento. Infelizmente, não querem que seja comprovado isso (TESTEMUNHO 10 – FRANCILENE GOMES FERNANDES).

Por último, quando abordam sua experiência de interação com as Autoridades e os

Policiais, os agentes governamentais, as Mães ressaltam a indiferença dirigida ao seu sofrimento:

E a partir daí estamos assim, tamo morta. É 9 anos, vai fazer 9 anos de luta que a gente não vê nada, uma linha sequer de investigação, de resposta pra nós. É muito complicado, a gente vem aqui, a gente sente é que a gente acaba não sendo escutado. Alguém, você tem que fazer [inaudível]. Todas as autoridades que poderiam ajudar, tudo bem se ele não pode fazer, mas, e o juiz, ele pode escutar? Porque o juiz também, ele também aceitou que fosse arquivado o processo. Foi passado pelo juiz também, ele tem, todo mundo, ter a noção do que está acontecendo. Nossos jovens foram mortos e não se tem resposta nenhuma (TESTEMUNHO 2 – VERA LÚCIA ANDRADE DE FREITAS).

Eu fui falar com um promotor público de São Vicente, achei até bonito a parte dele, me recebeu super bem, começou a conversar comigo e ele falou ‘pô, eu sinto muito pela sua filha, sua filha estava com a pessoa errada’, eu falei ‘não tô falando da minha nora, estou falando do meu filho’, ele só faltou pegar eu pelo pescoço e botar pra fora da sala dele. Então promotor público, não estou falando de vocês, pelo amor de Deus, estou falando dos promotores de Santos, eles simplesmente, eles ignora (TESTEMUNHO 7 – HELENA FONSECA).

Nós temos, acho que se juntarmos todas as mães, irmãs e pais aqui nós temos inúmeros, dezenas de milhares de documentos que provam isso. Cartas inclusive do CONDEPE que já tão até apagadas de tão antigas, datadas de 20 de junho de 2006. O CONDEPE pedindo que o Ministério Público tomasse providência. E 9 anos depois eu tô aqui na frente de vocês dizendo que nenhuma providência foi tomada, tá? (TESTEMUNHO 10 – FRANCILENE GOMES FERNANDES).

Porque eles fizeram isso? Eles não têm mãe, não têm pai, não têm irmão, não têm filhos? E ninguém faz nada por mim, ninguém tá nem aí (TESTEMUNHO 12 – GISELE BARBOSA LIMA).

Queria falar boa tarde e pedir desculpas a vocês, né? Porque é muito triste ficar, é muito duro ficar sentado escutando histórias tristes, né? Porque muitos foram embora, se retiraram, e nós aqui, todas escutaram o que vocês falaram, né? Estamos aqui. E todos saíram, porque têm compromisso, só que nós também temos compromisso, né? (TESTEMUNHO 13 – ANDREA FRANCO RODRIGUES).

Eu não acho justo juiz e promotor falar o que eles queriam e sair fora. Eles tinham que ouvir. Porque se hoje nós estamos aqui é porque lá atrás em 2006 não teve juiz, um promotor de pulso firme com a caneta na mão. Não teve. Porque se tivesse, hoje, nem eu, nem todas as mães estariam aqui. Porque em 6 anos, o que deu certo lá em 2006 continua sendo praticado até hoje (TESTEMUNHO 3 – VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS).

1.2.3 – UM GRITO POR JUSTIÇA

Forçadas a viver sob o governo de pessoas que não reconhecem o valor da vida de seus filhos, são muitos os inimigos enfrentados pelas Mães de Maio. A condenação à morte, o extermínio, a condenação à morte em vida, o silenciamento e as dificuldades impostas pela pobreza:

Hoje, não era pra mim tá aqui, porque eu tô de luto. Porque ontem eu perdi minha irmã. Mas eu fiz questão de vir aqui hoje pra mostrar que o luto, pra mim, faz parte

até da minha vida já. Hoje faz 3 anos, 11 meses e 1 dia que eu enterrei meu filho e minha nora. [...] No outro dia, eu enterrei meu filho. Taxaram meu filho, PCC, PCC, PCC, só que ninguém nunca provou pra mim que meu filho era PCC. Porque se meu filho fosse PCC, eu não passava fome, eu não teria que morar de aluguel, eu estaria blindada que nem o Marcola, eu estaria num tapete persa, eu não estaria dependendo da minha família pra dar o que comer pras minhas netas, eu não estaria dependendo da Goretti pra pagar 10 real de almoço pra mim hoje, eu estaria blindada, cheia do dinheiro. [...] Então quem vai ter que investigar sou eu? É vocês? Não é, sabe, a gente só tá perdendo, só jovens que tá morrendo. Hoje os filhos tão morrendo e a gente tá morrendo junto (TESTEMUNHO 7 – HELENA FONSECA).

E, eu não tenho muito o que falar, porque é uma coisa tão complexa, já falei tanto isso que toda vez que eu falo eu perco até a minha razão, porque, é uma coisa, a gente é obrigada a tá vendo a cara deles todo dia, toda hora e sentindo que tão rindo da gente. Sentido, a gente vê a cara de deboche deles (TESTEMUNHO 9 – MARIA HELENA TELES DE PINA).

E quem tá sofrendo sou eu, uma mãe, que não dorme direito, não dorme, fica imaginando que o filho vai chegar no portão batendo e toda vez que eu vejo o meu filho, eu vi o rapaz ali sentado e achei que era ele, eu disse “ó, parece com ele”, eu acho é que eu to ficando é louca. Hoje em dia eu tenho um problema, eu. Eu fico vendo o meu filho em todo canto. Eu não durmo mais, gente. Eu já pensei até em me matar, sabia? Ir no metrô e me jogar porque não tem justiça nesse país pra quem é preto, pra quem é de periferia, eu não sei nem falar direito aqui, eu não to sabendo falar direito. Fez três anos agora, dia 18 de março, do falecimento dele, tirar ele de mim, porque, meu Deus? Por que eles fizeram isso? Eles não têm mãe, não têm pai, não têm irmão, não têm filhos? E ninguém faz nada por mim, ninguém tá nem aí (TESTEMUNHO 12 – GISELE BARBOSA LIMA).

O silenciamento e a indiferença em relação ao trauma de se perder um filho têm consequências profundas. O testemunho de problemas psicológicos e familiares é recorrente:

Eu fiquei com uma neta de dois anos, hoje ela tem 11. Que origem ela tem? Quem é a família dela? Cadê a mãe? Cadê a irmã? O que que ela pode lembrar amanhã da mãe? Nada! E todo mundo sabe que a mãe é a coisa mais sagrada que nós temos. Não adianta você ter vó, ter tio, ter tia, ter tudo. A mãe é o ponto de toda criança (TESTEMUNHO 3 – VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS).

Porque a pessoa que fez isso com ele, não fez só com ele, fez com a nossa família toda. Hoje, eu me trato psicologicamente, eu tenho minha filha se tratando, ela precisa de uma terapeuta, uma psicanalista o tempo todo, neurologista. O meu neto que ficou de 2 anos, que tinha paixão por ele, agora tem 11 anos, e ele sempre pergunta ‘Vovó, porque que, porque que a polícia atirou no meu tio?’ E ele é bonzinho, ele só tinha 2 anos gente! Ninguém falou nada pra ele, ninguém ficou contando as coisas pra ele, mas ele viu toda a situação dentro de casa. O meu filho precisa de fazer tratamento terapêutico, tratamento psicológico, porque desequilibrou toda a família. E eu faço tratamento psicológico porque eu tô totalmente desestruturada desde então (TESTEMUNHO 5 – MARIA SÔNIA LINS).

Porque ontem, eu perdi uma irmã minha de saudade. De saudade porque meu filho era uma coisa linda. Ele me deixou duas crianças, eu tenho uma neta, que estava no carro, de 4 anos, que hoje ela vê um policial fardado ela se obra toda, e ela fala, ‘vó, porque que a polícia matou meu pai?’ [...] O que causou a morte do meu filho na minha vida: causou um câncer no meu pulmão, que eu só tenho um. Por isso que eu tô de turbante que o cabelo tá careca, um pedaço da cabeça tá careca. Causou a morte da minha irmã ontem, que eu enterrei ontem. Causou a dependência da minha neta que evacua quando vê um camburão da polícia, que não sai na rua. Causou um transtorno bipolar na minha outra neta de 12 anos. E a perícia disse pra mim, cara, que a minha nora, impressionante isso, também me gravou, que a minha nora estava grávida de um menino homem. Só que de manhã, eu fui fazer a ultrassonografia com

ela e a médica dela atestou que não tinha condição de ver o sexo porque as perninhas tava fechada. Eu queria saber como eles conseguiram ver o sexo da criança (TESTEMUNHO 7 – HELENA FONSECA).

Minha família ficou destruída. Eu fiquei uma mulher problemática, me trato no [inaudível], tomo “n” remédios, e a situação é essa (TESTEMUNHO 9 – MARIA HELENA TELES DE PINA).

Enfrentando o Estado, é apenas na união do grupo e na luta pela reforma de instituições falidas que as Mães encontram sentido para a sua tragédia. Daí a importância de cada uma “falar a sua palavra”. Falar a sua palavra é re-existir. É demonstrar para a sociedade brasileira que o preto e o pobre existem para muito além do condenado:

A gente só não podemos mais aceitar mais a pena de morte só pra nós, mães. Perdemos três mães. Não tem amparo nenhum do Estado. O Estado mata nossos filhos e mata nós junto, mas lentamente. A mãe Rita que morreu no domingo de carnaval, ela tá aqui presente, perante todos nós e o filho dela também e a gente continua lutando. A vizinha dona Maria que morreu de depressão também, ela tá presente, e várias outras, do passado e do presente, elas tão junto com a gente. Porque elas passaram isso pra gente, que têm que lutar pra destruir esse sistema, esse sistema opressor, esse sistema exterminador, esse sistema que faz vítima. Mas nós não vamos ser apagados da Terra como tá sendo os nossos índio. O preto e o pobre eles existe e nós exigimos respeito. As mães tão aí e eu acredito que cada uma vai falar um pouquinho, elas já sabem, nós somos um movimento organizado. Cada uma vai falar a sua palavra. Eu já falei pra elas que quando elas tão ausente que muitas vezes o nosso inimigo, além do Estado, é a parte financeira, porque são mulheres pobres e a gente não tem condição de levar todas em todos os lugares, mas elas tão em pensamento. Eu luto não só pelo meu filho, eu luto por todos. Todos. Porque os nossos mortos têm voz (TESTEMUNHO 1 – DÉBORA MARIA DA SILVA).

Graças a Débora, que sempre correu por todos nós, pra nós tá aqui hoje (TESTEMUNHO 3 – VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS).

Abra esse processo, é uma mãe que tá doente de alma, eu tô doente de alma. [inaudível] Pra mim poder ter e ver um dia, pais e mães mais felizes. Porque a minha acabou e de todas as minhas amigas. Se não é a Débora, a Vera, as Nalva, as Helena, as Veras, não sei o que seria da minha vida (TESTEMUNHO 6 – ILZA MARIA DE JESUS SOARES).

E o que eu quero dizer aqui hoje, já encerrando pras outras mães poderem falar também, é que o que a gente conseguiu avançar embora a minha família não tenha conseguido localizar o corpo e a gente até hoje não possa ter feito o sepultamento digno dele e nem ter como chorar essa dor, o que a gente conseguiu avançar é graças essa luta coletiva do movimento, de todas as mães, né? Nós os pais temos, quase um ano depois, evento chamado pelo CREMESP na época, desde então, embora a gente não fique tanto juntas quanto deveria, nós estamos unidas pela nossa dor (TESTEMUNHO 10 – FRANCILENE GOMES FERNANDES).

As Mães compartilham a mesma dor, por isso, oferecem, umas às outras, algo muito diferente do oferecido pelas Autoridades – empatia:

Chegando na Santa Casa, não aguentando reconhecer o corpo do meu filho, fiquei sentada e veio pais, mães, familiares, entrando naquela Santa Casa à procura dos seus familiares, dos seus filhos. Vim pra casa, enterrar meu filho no dia 15 de maio. Aí aquele dia fechando, aquela, tudo, tudo, tudo fechando, escola, mercado, comércio, e eu enterrando meu filho, vim pra dentro de casa, me tranquei. E tudo fechando. Do dia 14 ao dia 19, eu vi [inaudível] mães, pais, familiares chorando,

chorando, sabendo que foi PM que mataram nossos filhos (TESTEMUNHO 6 – ILZA MARIA DE JESUS SOARES).

Porque lá em Santos, como minha esposa colocou, dois jovens foram assassinados, a dor que aquelas mães daqueles jovens sentem é a mesma que eu sinto, a dor da mãe de um policial quando morre é a mesma que eu sinto, a gente não quer essa mortalidade pra ninguém, eu não quero pra ninguém porque eu tô sentindo o que eu passei. Eu sempre fui um cara simples, vivo dentro da minha humildade, mas sempre feliz, eu nunca tive problema [inaudível] que me aborrecesse, eu continuo na militância, continuo... e é isso o que aconteceu (TESTEMUNHO 11 – JOÃO CORREIA DE FREITAS).

As Mães de Maio gritam por Justiça. Mas não pela justiça apática das Autoridades, sempre tão dependente de vontades políticas alheias à sua dor. Elas gritam pela federalização dos crimes:

Eu aguardo essa investigação, mas uma investigação eu acho que tem que ser federal, porque estadual, sinto muito, ninguém tem interesse nenhum de fazer. Quando se trata de policiais, não tem investigação. Ninguém sabe quem foi, pode se ter testemunha, pode ser que viu, que não tem vez (TESTEMUNHO 2 – VERA LÚCIA ANDRADE DE FREITAS).

(...) a federal é uma polícia que eu admiro, acho bonito o trabalho deles, porque onde eles botam a mão eles mostram serviço prestado, um serviço que a gente procura pra nós, a justiça que a gente quer, uma justiça limpa (TESTEMUNHO 7 – HELENA FONSECA).

As Mães de Maio gritam por uma justiça que as escute, como o faz a Defensoria Pública:

Aí eu venho aqui hoje, que eu espero mesmo que um dia, a Federal tome providência, porque do estado, cara, é só bala, é só bala que a gente tem que esperar do estado. Peço desculpas a vocês, não conheço vocês, é a primeira vez que eu tô vindo, vim hoje até mesmo pelas minhas amigas, que nós tem a mesma dor, mas o que vocês mostraram pra mim hoje não é o que a gente conhece em Santos e nem em São Vicente. Eu dou parabéns ao dr. Mafezolli e a Defensoria Pública, por eles serem defensor público, é um órgão que a hora que a gente chega lá, eles tão dispostos a nos ouvir. Eu acho que tinha que investir nisso, não no Geraldo Alckmin ou qualquer outra pessoa que possa vir a matar os filhos de vocês. Porque ontem foi o meu, amanhã é o de vocês (TESTEMUNHO 7 – HELENA FONSECA).

E em nome da minha família, agradecer primeiramente, claro, o movimento e a nossa luta, mas o dr. Mafezolli que mesmo lá da Baixada conseguiu ampliar os prazos da Defensoria pra cá, no sentido de olhar pras vítimas da capital também, porque a Defensoria da capital até então tinha virado as costas pra gente (TESTEMUNHO 10 – FRANCILENE GOMES FERNANDES).

Aí o promotor, pensei que ele ia abrir o caso, mas não, pediu o arquivamento. Tá arquivado até hoje. Nessas nossas andanças, a Defensoria Pública analisou, também teve outro advogado de Santos, um militante, dr. Sergio Cesar da Cunha, que nos orientou tão bem, e o dr. Mafezolli preparou uma ação de reparos, e nessa ação de reparos realmente citou o reparo moral, o próprio dr. Borba já tinha dado esse reparo moral do meu filho, mas arquivou. Não era isso que eu queria, eu queria que apurasse a responsabilidade de quem foram os atores desses crimes violentos. E uma proposta que eu coloquei numa Audiência Pública da Defensoria, é que quando morre alguém nessas circunstâncias não se deve só buscar o autor, achar alguém que testemunhe quem matou quem, mas deve as próprias autoridades investigar a possibilidade de um grupo de extermínio agir naquela localidade. É um outro procedimento, uma outra ação. Viu aqueles policiais demarcando a área, analisar os

telefonemas deles. Fazer uma investigação mais profunda (TESTEMUNHO 11 – JOÃO INOCÊNCIO CORREIA DE FREITAS).

As Mães querem a verdade para além da limitada justiça das autoridades:

E eu tô aqui pedindo justiça, como eu já te falei, eu não quero a maldade de ninguém, eu não quero nada contra ninguém, eu só quero que provem o que realmente aconteceu dentro do quarto do meu filho. Que graças a Deus, a minha nora tinha acabado de sair de lá de dentro, ela não está morta hoje, graças a Deus, ela tá viva, a gente já escondeu ela. Porque os policiais tão indo pra lá, a gente já saiu de casa, porque eles ficam falando que vai matar mais gente. Eu só peço que vocês façam alguma coisa. Não tenho muito o que falar, tudo vocês já conhecem, são várias mães chorando, são várias mães pedindo. Só que busquem a verdade (TESTEMUNHO 14 – FLÁVIA CRISTIANE DOS SANTOS).

Então eu queria saber, eu espero, juro por tudo que é mais sagrado, eu não tenho medo de morrer, mas eu espero ver ainda justiça. Porque eu passei 18 anos na porta de cadeia, eu sei o que é justiça (TESTEMUNHO 7 – HELENA FONSECA).

As Mães de Maio gritam para que a Justiça faça, enfim, parar os Crimes de Maio. As palavras de Débora resumem as lutas das Mães de Maio:

Mães de maio é a mãe da união, é a mãe da transformação. E essas mães, ela tem certeza que ela é a reforma do Judiciário. [...] Nós temos que clamar pela reforma do Judiciário mas com o olhar pra essas mães, que ensina, ela não ensina pra ficar no ego, a gente não tem ego, a gente quer uma transformação, essa transformação é necessária. Cada um fazendo a sua parte. E eu clamo pra essa mesa: não podemos ter omissão. As mães não aceita mais omissão. Porque se tivesse tido punição em maio de 2006, a gente não tinha mãe dos 365 dias com o mesmo *modus operandi* de grupo de extermínio. [...] Eu conto e imploro, esse apelo, os Crimes de Maio tem que vir à tona. Os Crimes de Maio tem que ser federalizado. Os Crimes de Maio tem que parar. Porque nos 365 dias do ano se enterra filho de maio e a gente produz mães de maio. Nosso país é um dos maiores produtores de mães de maio (TESTEMUNHO 1 – DÉBORA MARIA DA SILVA).

Estes são os testemunhos de uma população que enfrenta, desamparada, a condenação. Em conjunto com as estatísticas apresentadas no decorrer deste trabalho, são discursos que fazem visualizar o quadro em que se operacionaliza o genocídio do negro brasileiro. Descubrem uma coleção de interdições resumidas nas palavras da Mãe Vera: “Tem hora que eu não queria tá no Brasil, porque a impunidade aqui não é pra mim, não é pras mães, não é pro pai favelado, não é pra estudante favelado, é só pros branco, e que tem uma posição e que tem um nome. Um nome que aparece na coluna social!” (TESTEMUNHO 3 - VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS).

PARTE II – COMO É POSSÍVEL?

CAPÍTULO 2 – COLONIZAÇÃO E CIVILIZAÇÃO

“Colonização e civilização?”

A maldição mais comum nesta matéria é deixarmos-nos iludir, de boa-fé, por uma hipocrisia coletiva, hábil em enunciar mal os problemas para melhor legitimar as soluções que se lhes aplicam. ”

(Aimé Césaire - Discurso sobre o colonialismo)

Existe um elo silencioso e muito significativo entre as práticas civilizatórias e o extermínio. A expansão das práticas, das instituições políticas, econômicas e sociais, da concepção de mundo do homem europeu, está marcada pela dinâmica do extermínio da diferença, pelo genocídio e pelo etnocídio. Nas palavras de Pierre Clastres:

Ele [o etnocídio] tem em comum com o genocídio uma visão idêntica do Outro: o Outro é a diferença, certamente, mas é sobretudo a má diferença. Essas duas atitudes distinguem-se quanto à natureza do tratamento reservado à diferença. O espírito, se é possível dizer, genocida quer pura e simplesmente negá-la. Exterminam-se os outros porque eles são absolutamente maus. O etnocida, em contrapartida, admite a relatividade do mal na diferença: os outros são maus, mas pode-se melhorá-los obrigando-os a se transformar até que se tornem, se possível, idênticos ao modelo que lhes é imposto. A negação etnocida do Outro conduz a uma identificação a si (CLASTRES, 2014, p.79).

O “Eu” hegemônico afirma-se negando o Outro. Não sou negro. Não sou índio. Não sou mulher. Não sou selvagem. Não sou louco. Não sou pobre. Não sou gay. Não sou puta. Não sou bandido. O processo de construção identitária em que o indivíduo se afirma através da negação do Outro me parece ser uma das grandes chaves para compreender, entre outras tantas coisas, os Crimes de Maio. A dinâmica que lhe é própria garante ao detentor da fala (de Alma, do Espírito ou da Razão) o direito a uma identidade plástica, ao mesmo tempo em que aprisiona o diferente nos moldes asfixiantes da dominação. Fundamentalmente é essa encruzilhada entre o poder e o saber que informa o debate teórico proposto neste trabalho, e sua dinâmica é o objetivo da reflexão presente nos dois capítulos seguintes. Conforme atentarmos para a relação fundamental estabelecida entre poder e saber na consolidação de um mercado internacional, que informa hierarquias globais, torna-se nítida a impressão de que os lugares de fala e as experiências, de privilégio ou de exclusão, oferecidas aos diferentes grupos de seres humanos, gestionaram formas diferentes de perceber o mundo – o sujeito, que

Sartre chama “dono do Verbo” (no famoso prefácio de *Os Condenados da Terra*) e o assujeitado, o condenado, a testemunha da dominação. É por isso que, para me guiar entre os ditos e os não-ditos acerca da violência institucional no Brasil, escolhi Aparecida Sueli Carneiro e Ana Luiza Pinheiro Flauzina, duas intelectuais negras, brasileiras, cujas reflexões estão marcadas pela memória da dominação. Sueli Carneiro propõe um exercício de aplicação dos conceitos foucaultianos *dispositivo* e *biopoder* ao domínio da racialidade, que nos ajuda a investigar as nuances do racismo no Brasil. Com o auxílio de Ana Luiza Flauzina, busca-se entender a operatividade racista do sistema penal, utilizando o conceito de biopoder, para demonstrar a existência de uma agenda genocida intrínseca ao desenvolvimento histórico do Estado brasileiro. Em relação ao cenário internacional e à experiência colonial amerikkkana, é a reflexão do grupo modernidade/colonialidade, majoritariamente formado por homens brancos latino-amerikkkanos, que me ofereceu o marco geopolítico em que se inscrevem os modos de ser ditados pela colonialidade do poder, do saber e do ser. Os escritos do grupo modernidade/colonialidade se assemelham a um manifesto. A opção por um jogo de linguagem maniqueísta – en-cobrir, des-cobrir, branco, não-branco, europeu, não-europeu, etc. – acaba por despertar, em alguns leitores, justamente a atitude imperial que pretendem denunciar. Como o manifesto, se apresentam com certa potência singular, o que, muitas vezes, nos faz cair em simplificações e negligenciar que somos herdeiros de séculos de reflexão crítica à violência colonial. Enfim, é a partir da discussão acerca da herança colonial - do genocídio e do etnocídio - que proponho começar a apreender as relações de poder que possibilitaram não só a execução de pelo menos 493 pessoas em maio de 2006, mas também a indiferença social e política, perante a violência institucional dirigida à juventude negra, que legitima e autoriza episódios de flagrante desrespeito aos Direitos Humanos, em especial ao direito à vida e à integridade física dos negros² no Brasil.

2.1 – O MITO DA MODERNIDADE E O TESTEMUNHO DA AMÉRIKKKA

A amérikkka carrega consigo as marcas da colonização. Produto da desterritorialização³ massiva, do colonialismo predador, da violência e do genocídio, pode ser

2 No Brasil, a categoria negro diz respeito ao conjunto da população preta e da população parda, os dois grupos vivem em condições sociais diametralmente opostas às da população branca.

3 O conceito de desterritorialização aparece aqui em referência ao conjunto das imigrações europeias, o sequestro e o deslocamento forçado dos africanos escravizados e as migrações indígenas frente ao avanço da civilização ocidental.

vista como o berço do mundo moderno (DUSSEL, 1994; QUIJANO, 2000). Para o sociólogo peruano Aníbal Quijano, é a primeira identidade geopolítica da modernidade, a primeira periferia⁴ através da qual a Europa se fez centro no cenário das relações internacionais que começavam a se reorganizar (QUIJANO, 2000). Se por modernidade entendemos todo um conjunto de práticas e discursos que modificaram fundamentalmente a apreensão humana do tempo e do espaço, a descoberta do quarto continente foi uma oportunidade singular para que a Europa saísse do isolamento geográfico, a que estava submetida por séculos de ocupação moura, e administrasse a consolidação de uma nova geopolítica mundial - um sistema de poder político, econômico e social baseado na hierarquização dos povos, através da transformação dos padrões europeus em ideais normativos de humanidade e direitos de gestão de territórios e de pessoas. Por isso, o ano de 1492 é tido como o início das experiências que fundamentaram o *ethos* moderno através da violência e da dominação (DUSSEL, 1994). O empreendimento colonial escreveu sua versão da história da América mediante as contradições entre civilização e barbárie, tradição e modernidade, desenvolvimento e subdesenvolvimento, branco e não-branco. Em suma, a invenção da América foi também a invenção de uma Europa que mede o mundo à sua imagem e semelhança, de uma Europa que se impôs, a ferro e fogo, como ideal universal.

Na busca por compreensão acerca da modernidade, é comum que o leitor encontre narrativas que a situam como um episódio intra-europeu. A modernidade é contada como fenômeno que surgiu na Europa, em algum momento entre o século XVII e XVIII, embalada pela expansão dos ideais da revolução francesa, do iluminismo e do liberalismo⁵. Se, ao invés de enfatizar a experiência dos povos europeus, centralizarmos a experiência americana, a

4 De certa forma, afirmar a América como a primeira periferia da modernidade revela nos autores do grupo modernidade/colonialidade certa atitude de indiferença em relação ao continente africano. A exploração e a colonização da África é anterior e foi apoio fundamental para a colonização da América. Porções à parte, as Ilhas Canárias foram ocupadas e colonizadas pelos portugueses já no início do século XIV, por exemplo.

5 Essa é uma das críticas levantadas por autores como Mignolo e Castro-Gomez acerca da teoria do sistema-mundo de Wallerstein. O pesquisador estadunidense afirma (nota-se alguma influência da teoria da dependência e dos estudos de Braudel) a existência de uma estrutura internacional que delimita a esfera de ação dos estados-nação modernos através dos papéis de centro, semi-periferia e periferia. O autor situa o nascimento da modernidade na mundialização da revolução francesa durante o século XVIII. Para ele, a primeira geocultura (modo de perceber e interagir com o mundo) que se hegemoniza no mundo é o liberalismo burguês. Para Mignolo, a partir do ponto de vista de Wallerstein, as relações internacionais de colonialidade que possibilitaram a consolidação do sistema-mundo permanecem invisíveis. MIGNOLO, Walter. *Local histories/global designs*. Princeton: University of Princeton Press, 2000. É importante notar que, especificidades à parte, a teoria do sistema-mundo funciona como uma teoria geral da história para as reflexões do grupo modernidade/colonialidade. CASTRO-GOMEZ, Santiago. *La poscolonialidad explicada a los niños*. Popayan: Editorial Universidad del Cauca, 2005.

imagem da modernidade muda completamente. Em uma tentativa de entender o fenômeno desde a América Latina, Dussel propõe dividir a modernidade em duas fases: a primeira inicia-se em 1492 e se estabelece durante os séculos XVI e XVII. A hegemonia política e o poderio econômico garantido pelo tráfico colonial consolidam a Espanha como centro administrativo do sistema mundial nascente. É o *ethos* cristão gestionado desde as cidades medievais da periferia europeia (Espanha, Portugal e Itália) - e que toma forma definida na confrontação da Europa com o Outro americano - o que se consolidou como primeira subjetividade moderno-colonial do nascente sistema-mundo. É desde Espanha e Portugal, da reconquista da península Ibérica e do descobrimento da América, que o ego europeu começa a apreender o Outro, o não-europeu, a partir de uma relação de negação, de dominação, de instrumentalização, de objetificação; em resumo, fez do Outro matéria para a sua própria realização.

Segundo Dussel, quatro imagens ajudam a entender as experiências existenciais que forjaram o ego europeu conquistador: a invenção, o descobrimento, a conquista e a colonização. A invenção diz respeito à experiência ontológica personificada em homens renascentistas que, como Colombo, emprestam à América o ser-asiático. A segunda imagem, o descobrimento, trata da experiência estética, contemplativa e epistemológica de encarar o Novo. É o descobrimento que transforma a Europa, de particularidade sitiada pelo mundo muçulmano, em uni-versalidade descobridora. A América não é descoberta como o Outro, mas encoberta como projeção do Mesmo, matéria para que, a partir de uma relação de negação, o europeu inventasse sua própria imagem. Por sua vez, as imagens da conquista e da colonização representam a fenomenologia do *ego conquiro*, a práxis da dominação. A conquista reflete a relação de violência militar entre conquistador/conquistado, entre a tecnologia militar europeia, desenvolvida através de séculos de tentativa de escapar do domínio mouro, e a tecnologia militar indígena. Por último, é a colonização do mundo da vida cotidiana do índio conquistado e do africano escravizado o que consolidará o ego europeu como ego conquistador, violento, guerreiro, fálico, enfim: ego moderno.

A segunda modernidade proposta por Dussel é aquela que se apresentou ideologicamente como a única modernidade: no final do século XVII, o colapso geopolítico da Espanha permitiu a ascensão de novas potências hegemônicas (Holanda, Inglaterra e França). Modificada a centralidade da administração do sistema-mundo, modificam-se os valores imperativos. Aqui, a Europa esteve preocupada em consolidar o poderio do estado-nação (em oposição ao poder absoluto e monarquista representado pela Espanha) e

administrou o sistema-mundo através de imperativos derivados do liberalismo: a racionalização e a biopolítica (FOUCAULT, 2008). A segunda subjetividade moderno/colonial corresponde ao surgimento do liberalismo burguês e à formação do modo de produção capitalista. A afirmação da modernidade como fenômeno intra-europeu é estratégia para mascarar as relações coloniais de violência e de dominação que sustentaram/sustentam, econômica e ideologicamente, a supremacia branca ao redor do globo. A esse encobrimento é que Dussel chama mito da modernidade. Foi o mito da modernidade que permitiu aos povos colonizadores justificarem a dominação irracional em nome da razão emancipadora e a violência colossal em nome do amor ao próximo. Sua dinâmica instaura um contínuo processo de culpabilização das vítimas - o estado primitivo, a barbárie em que se encontravam, justificava o esforço civilizatório, legitimava a violência modernizadora.

Vemos ya perfectamente constituido el “mito de la Modernidad”: por una parte, se autodefine la propia cultura como superior, más “desarrollada” (y no queremos negar que lo sea en muchos aspectos, aunque un observador crítico deberá aceptar que los criterios de tal superioridad son siempre cualitativos, y por ello de una incierta aplicación); por otra parte, se determina a la otra cultura como inferior, ruda, bárbara, siendo sujeto de una culpable “inmadurez”. De manera que la dominación (guerra, violencia) que se ejerce sobre el Otro es, en realidad, emancipación, “utilidad”, “bien” del bárbaro que se civiliza, que se desarrolla o “moderniza”. En esto consiste el “mito de la Modernidad”, en un victimar al inocente (al Otro) declarándolo causa culpable de su propia victimación, y atribuyéndose el sujeto moderno plena inocencia con respecto al acto victimario. Por último, el sufrimiento del conquistado (colonizado, subdesarrollado) será interpretado como el sacrificio o el costo necesario de la modernización (DUSSEL, 1997, p.69-70).

O desenvolvimentismo, ou como chama Dussel, a falácia desenvolvimentista, é um *a priori* do mito da modernidade. Desde a Europa, o desenvolvimento foi pensado como um caminho unilinear e universalista da barbárie até a civilização. A constante suspeita acerca da capacidade, da racionalidade, em resumo, da humanidade dos não-europeus, foi o que sustentou as certezas cartesianas (*cogito, ergo sum*) (TORRES, 2007).

El “yo colonizo” al Otro, a la mujer, al varón vencido, en una erótica alienante, en una economía capitalista mercantil, sigue el rumbo del “yo conquisto” hacia el “ego cogito” moderno. La “civilización”, la “modernización” inicia su curso ambiguo: racionalidad contra las explicaciones míticas “primitivas”, pero mito al final que encubre la violencia sacrificadora del Otro. La expresión de Descartes del *ego cogito*, en 1636 será el resultado ontológico del proceso que estamos describiendo: el ego, origen absoluto de un discurso solipsista (DUSSEL, 1997, p.53).

Para Mignolo, o universalismo, o solipsismo e a linearidade histórica eurocêntrica (que afirma a Europa como centro e realização da história) produziram o primeiro discurso do mundo moderno. Ele não esteve vinculado à mentalidade liberal burguesa, mas à mentalidade aristocrática cristã – o discurso da limpeza do sangue. Trata-se do que Mignolo chama ocidentalismo, a conversão de uma matriz classificatória de uma cultura local (da Europa

ocidental) em uma tecnologia global de classificação e estigmatização dos povos e dos indivíduos, doravante racializados pelo modelo cognitivo europeu (MIGNOLO, 2000).

Em síntese, desde a periferia do sistema-mundo moderno/colonial é possível afirmar que a relação estabelecida entre modernidade e amérikka, além de ser fundacional, obedece a uma dinâmica do silenciamento. Afirma-se o desenvolvimento, oculta-se o colonialismo. Afirma-se a razão, oculta-se a violência. Afirma-se a civilização, oculta-se o genocídio. Afirma-se a modernidade, oculta-se a colonialidade. Afirma-se o europeu e oculta-se os Outros.

2.2 – O COLONIALISMO E A COLONIALIDADE DO PODER

O colonialismo é uma forma de dominação político-econômica coercitiva entre uma metrópole e suas colônias, frequentemente entendido a partir da consolidação de instituições militares e administrativas que viabilizam a dominação de povos e de territórios. A colonialidade é um conceito que enfatiza certa articulação espacial do poder na geopolítica mundial. É o resultado histórico da articulação de dois processos distintos: a codificação da diferença entre europeu e não-europeu, a partir da ideia de raça, e a organização de todas as formas históricas de controle do trabalho, em torno do capital e do mercado mundial (QUIJANO, 2000). Ela também faz referência ao “âmbito simbólico e cognitivo onde se configura a identidade étnica dos atores” (CASTRO-GOMEZ, 2005), em outras palavras, à mundialização de uma forma específica de perceber e interagir com o mundo fundada sobre o mito da modernidade e sobre o discurso racista da limpeza do sangue. Assim sendo, podemos afirmar que, mesmo que o colonialismo tenha se encerrado no século XX, a colonialidade prossegue operando através de critérios mais ou menos ocultos de valorização da vida humana.

[...] la colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y la idea de raza (MALDONADO-TORRES, 2007, p.131).

A colonialidade é um princípio e uma estratégia contemporânea de dominação e de controle que se sustenta a partir da articulação de três elementos: a existência e reprodução de identidades geohistóricas; a hierarquia criada entre identidades europeias e não-europeias; e a necessidade de se criar e transformar instituições capazes de manter a colonialidade do poder

como mecanismo operante (MIGNOLO, 2002). A colonialidade é um dispositivo de poder que transcende a institucionalização democrática ou republicana e encontra-se operando até hoje no dia a dia amerikkano.

Com o objetivo de sistematizar melhor as estratégias de operatividade da característica colonial do poder, pensa-se a colonialidade em três dimensões distintas, porém interdependentes: a colonialidade do poder, que diz respeito às formas modernas de exploração e dominação; a colonialidade do saber, que trata o papel da epistemologia na reprodução de regimes de pensamento coloniais; e a colonialidade do ser, que referencia a experiência vivida da colonização e seu impacto na produção de identidades, linguagens e hierarquias ontológicas.

A linearidade histórica fundamental à colonialidade/modernidade aponta para a hegemonização de uma forma de conceber os espaços geográficos a partir de uma perspectiva temporal típica da Europa ocidental. Na hierarquia da narrativa eurocêntrica, África aparece como um território condenado por deus à selvageria; Ásia como berço da razão; Europa como portadora da razão em seu estado desenvolvimentista; e amérikka aparece como lugar do futuro, de resolução das contradições europeias, um espaço destinado a possibilitar as condições materiais necessárias para o desenvolvimento pensado desde a Europa⁶ (DUSSEL, 1994. MIGNOLO, 2000).

Ao desfocalizar a Europa na análise histórica, busca-se entender o novo cenário internacional a partir da mudança da centralidade dos fluxos comerciais do Mediterrâneo para o Atlântico - o descobrimento da amérikka interconectou comercialmente o mundo, e a emergência do circuito comercial do Atlântico redefiniu centros e periferias. A partir da posição de centralidade alcançada com a inserção da amérikka no cenário internacional, a

⁶ Acerca do desenho que se impôs como padrão mundial de categorização do espaço, o mapa-mundi, é preciso dizer que a divisão tripartida do mundo é sugerida por Heródoto e aceita por vários pensadores da chamada antiguidade. Na cosmologia cristã pode-se perceber a articulação do senso comum europeu racista com o esquema de divisão mundial da antiguidade no mito de Noé. Noé teve três filhos: Jafet, Sem e Cam. Depois do dilúvio, Noé embebedou-se e dormiu nu. Cam achou que seria divertido chamar os irmãos para que esses vissem o pai despido. Sem e Jafet fecharam os olhos e cobriram o pai com uma manta. Quando acordou, Noé, enfurecido com a brincadeira do filho mais novo, condenou os descendentes de Cam a serem servos dos descendentes de seus irmãos. Os filhos de Sem povoaram a Ásia, os de Jafet a Europa e os de Cam a África. O mito respaldou o estabelecimento da escravidão dos africanos e a aventura colonialista na amérikka. Jafet era primogênito e preferido de Noé, assim deu origem a povos racial e culturalmente superiores aos filhos de Sem e especialmente aos de Cam. A amérikka como território do futuro foi vista como prolongação das terras de Jafet, único capaz de acessar os conhecimentos verdadeiros acerca de deus. MIGNOLO, W. Local histories/global designs. University of Princeton Press, Princeton: 2000.

Europa administrou o fluxo de ouro, prata e mercadorias produzidas gratuitamente pelo trabalho de índios, negros e mestiços, bem como o tráfico de seres humanos sequestrados em África e escravizados na amérikka, e pode descobrir sua nova identidade geopolítica: sede central do mercado mundial. Em relação à organização dos diversos modos de produção, a Europa também foi a sede do processo de mercantilização do trabalho, ou seja, do desenvolvimento da relação capital/salário, enquanto em suas colônias predominavam as regras do trabalho não assalariado. Assim, desenhava-se certa geografia social do capitalismo.

A ideia de raça (assim como a de gênero) é central à dominação colonial⁷. Apesar de o racismo científico ter ganhado forma definida na epistemologia ocidental, somente a partir do século XIX a raça operou, durante toda a consolidação da geopolítica da modernidade, como critério básico de classificação social. Foi a partir da associação entre identidade racial e os papéis sociais provenientes da divisão internacional do trabalho que o racismo naturalizou as relações de dominação entre europeus e não-europeus. Na constituição histórica da amérikka, a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário são formas de controle do trabalho que não existiram em uma sequência histórica linear, não foram meras réplicas de suas antigas versões e não foram nem de longe incompatíveis com o capital (QUIJANO, 2000). Na amérikka, todas as formas conhecidas de controle de trabalho (de produção, de apropriação e de distribuição) foram articuladas ao redor da relação capital/salário e do mercado mundial. Para Quijano, a singularidade deste modelo global de trabalho, se comparado com seus antecedentes históricos, é o fato de, na periferia, os diferentes modos de produção terem sido deliberadamente estabelecidos e organizados para a produção de mercadorias para o mercado mundial, articulando-se entre si apenas através do mercado mundial administrado pelos europeus. Trata-se da configuração de um novo padrão mundial de controle de trabalho, fundamental para o novo padrão global de poder - a emergência do capitalismo como forma mundialmente hegemônica de controle do trabalho. Assim, deu-se início a uma sistemática divisão racial do trabalho. Por um lado, os índios foram confinados à servidão; aos negros (filhos de Cam), coube a escravidão; aos mestiços (e a seu limbo racial), permitia-se a produção independente. Por outro lado, perpetuou-se a quase exclusiva associação entre branquitude, emprego assalariado e postos administrativos institucionais. Da articulação entre esses dois processos (organização do trabalho/raça) surge a colonialidade, uma nova tecnologia de dominação e de exploração que se apresenta como se

⁷Sinto muito não ter o fôlego e o tempo necessários para incluir neste trabalho o debate acerca das consequências e das raízes profundas da supremacia masculina no mundo moderno/colonial.

fosse naturalmente associada (QUIJANO, 2000).

O atual padrão de poder foi o único que alcançou a hegemonia global, e cada uma das estruturas, de cada dimensão da vida humana, esteve associada a uma instituição produzida dentro do processo mesmo de desenvolvimento e formação desse padrão de poder. Em outras palavras; para controlar o trabalho, observamos a uni-versalização da empresa capitalista; para controlar a autoridade, a uni-versalização do estado-nação; para controlar o sexo, a uni-versalização dos valores da família burguesa; e, para controlar a intersubjetividade, a uni-versalização do eurocentrismo (QUIJANO, 2000).

Lo que su globalidad implica es un piso básico de prácticas sociales comunes para todo el mundo, y una esfera intersubjetiva que existe y actúa como esfera central de orientación valórica del conjunto. Por lo cual las instituciones hegemónicas de cada ámbito de existencia social, son universales a la población del mundo como modelos intersubjetivos. Así, el Estado-nación, la familia burguesa, la empresa, la racionalidad eurocéntrica (QUIJANO, 2000, p.17).

Por enquanto, deixarei de lado as demais instituições para empregar um olhar atento ao estado-nação. Conforme surge na Europa, o estado-nação diz respeito a uma centralização da autoridade política, econômica e social. Ao mesmo tempo em que é uma estrutura de poder, é produto do poder. Em seu processo de formação, acentua-se a homogeneização de uma população em uma identidade nacional a partir da participação mais ou menos democrática na distribuição do poder. Assim sendo, o primeiro movimento de consolidação de um estado-nação é o colonialismo interno que se desenvolve no sentido de consolidar uma identidade nacional. O monopólio legítimo da violência é um fenômeno muito específico que se mundializa de maneira heterogênea, dependendo das condições materiais e político-sociais de cada território; por exemplo, a comparação feita por Quijano dos processos de consolidação do estado-nação francês e do estado-nação espanhol. Desde a primeira posição de liderança da geopolítica mundial, a coroa espanhola concentrou seus recursos em uma empreitada bélica que consolidava o seu poder senhorial na Europa. Assim, a partir dos padrões aristocráticos do poder político e social espanhol, o colonialismo interno falhou em se converter em identidade nacional. Por sua vez, através da revolução francesa, a França experimentou certo processo de democratização das relações político-sociais e, assim, conseguiu engendrar uma identidade francesa que abarca, inclusive, os bascos franceses (cujos pares espanhóis são famosos pelo separatismo) (QUIJANO, 2000). No exemplo, evidencia-se a importância de um processo de democratização do poder para a nacionalização de comunidades através do

modelo político do estado-nação. Na amérikkka, e em particular na amérikkka Latina⁸, o racismo e o machismo funcionaram como mecanismos de interdição ao poder estatal. Observa-se a consolidação de estados-nação cuja administração é, ainda hoje, formada quase que exclusivamente por homens brancos incapazes de se identificar, no caso latino-amerikkano, com a maioria das populações que reclamaram para si: escravos e selvagens. Para Darcy Ribeiro, o quadro latino-amerikkano, longe de revelar o desenvolvimento espontâneo das potencialidades de um povo, revela que:

Somos a resultante de empreendimentos econômicos exógenos que visavam a saquear riquezas, explorar minas ou promover a produção de bens exportáveis, sempre com o objetivo de gerar lucros pecuniários. Se dessas operações surgiram novas comunidades humanas, isto foi uma resultante ocasional, não esperada e até indesejada. Nascermos, de fato, pela acumulação de crioulos mestiçados racial e culturalmente, que se multiplicaram como uma espécie de rejeito ou de excesso. Um dia essa mestiçaria foi chamada a virar um povo, quando uns nativos ricos decidiram que constituíam um povo-nação que queria a independência. Naturalmente, suas repúblicas se organizaram prescindindo do concurso do populacho. Ainda hoje, século e meio depois, seus sucessores encastelados no poder acham que o povo não está preparado para o exercício da cidadania (RIBEIRO, 2010, p.60-61).

Acerca da colonialidade do poder, falta dizer que a dominação não é exercida exclusivamente através de métodos coercitivos, fundamenta-se na naturalização do repertório cultural europeu como única maneira racional de conhecer e interagir com a natureza, com a sociedade e com a própria subjetividade. Em um mundo onde o poder estava restrito a homens brancos, “la cultura europea se convirtió en una seducción; daba acceso al poder. Después de todo, más allá de la represión el instrumento principal de todo poder es la seducción. La europeización cultural se convirtió en una aspiración. Era un modo de participar en el poder colonial” (QUIJANO, 1992. p.439).

Começamos a sondar a segunda face do poder colonial, a produção de conhecimentos pretensamente objetivos, científicos e universais. A colonialidade do saber e a estratégia epistêmica do domínio colonial.

8 Quijano aponta que o fator de diferenciação entre a experiência da amérikkka latina e da amérikkka anglo-saxã encontra-se na composição demográfica. O extermínio dos povos originais e a distribuição - focada não apenas no latifúndio mas também na pequena e média propriedades - de suas terras entre os colonos brancos, bem como a interdição protestante acerca da miscigenação racial, contribuíram para a “democratização”, entre os brancos, dos modos de produção e para a consolidação de uma população etnicamente mais homogênea, mais branca, ou seja, os estados-nação que ali surgiram consolidaram uma identidade nacional mais representativa do que a de seus pares na amérikkka latina. QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Vale pontuar que a democracia estadunidense nunca considerou aos negros e aos índios como parte integrante do “demos” estadunidense.

2.3 – “*COGITO, ERGO SUM*”, A COLONIALIDADE DO SABER

O nascimento das Ciências Sociais esteve vinculado aos marcos epistêmicos da modernidade, destaca-se o humanismo renascentista, a ilustração e a filosofia existencialista alemã. Ao pensá-los ignorando seus *a priori* históricos, isto é, as condições de possibilidade de desenvolvimento epistemológico dadas pelo contexto do mundo moderno-colonial, reproduz-se a imagem mistificada da modernidade. A colonialidade do saber surge como categoria que ajuda a des-cobrir o fenômeno do apagamento da heterogeneidade do conhecimento humano, em nome de um processo linear que garante à Europa um lugar excepcional de enunciação e geração epistemológica. Em um processo análogo à divisão racial do trabalho através de hierarquias fundadas nos mitos europeus, o conhecimento humano foi ordenado em uma escala epistêmica que ia do tradicional ao moderno, da barbárie à civilização, do não-europeu ao europeu. Assim, o pensamento científico produzido desde a Europa se afirmou (assim como o mito de Noé afirma Jafet) como a única forma válida de se produzir conhecimentos. A hegemonia epistemológica europeia foi alcançada mediante a criação de uma perspectiva acerca do mundo que se abstém de um lugar de fala e universaliza o espaço. É o que Santiago Castro-Gomez chama *hybris* do ponto zero. *Hybris* é o pecado grego da pretensão humana de se assimilar aos deuses.

A máxima de Descartes “*cogito, ergo sum*” (penso, logo existo) pretendia superar a teologia cristã hegemônica em meados do século XVII. Assim, deus empresta seu lugar de fala e suas atribuições para o sujeito capaz de pensar o mundo e a si mesmo independentemente do contexto espaço-temporal em que está inserido. O sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel afirma que o mito da auto-produção da verdade por parte de um sujeito ilhado (sem relação dialógica com seus Outros) é parte constitutiva do mito da modernidade, do mito de uma Europa auto-gerada que se desenvolve por si mesma sem depender de nada além da sua própria racionalidade (GROSFOGUEL, 2008).

Ao compreender a história como uma linha evolutiva, o mito da modernidade fundamentou uma visão uni-versalista que mistura evolucionismo e dualismo e que hierarquizou o mundo a partir de categorias europeias. É esse fenômeno que os autores do grupo modernidade/colonialidade chamam eurocentrismo. Toda a diversidade humana que habitava a América foi reduzida à categoria índio. O mesmo aconteceu com os africanos, sequestrados de sua história, de suas práticas e de suas comunidades para viverem trabalhando para o conforto da branquitude e que, doravante, seriam apenas negros. Identidades étnicas,

racistas, coloniais e negativas. Os conquistados estavam despojados de suas particularidades históricas e foram descritos como incapazes de produzir culturas complexas ou mesmo de compreender e valorar a complexidade da cultura europeia, sendo identificados sempre com o passado da humanidade, com o primitivo. Segundo Quijano, o eurocentrismo manifesta três operações intelectuais interdependentes: uma articulação peculiar entre dualismo (europeu/não europeu, capital/pré-capital, tradição/modernidade, barbárie/civilização, etc.) e evolucionismo linear unidirecionado (do estado de natureza até a civilização europeia); a naturalização das diferenças entre os grupos humanos a partir da categoria raça; e a reorganização temporal distorcida das diferenças, de modo que tudo o que não é europeu pertence ao passado da humanidade (QUIJANO, 2000).

Já no século XVIII podemos encontrar em Kant a afirmação de que espaço e tempo são intuições que organizam o mundo de tal maneira que é possível para a razão reconhecer a verdade. A razão transcendental de Kant leva a marca registrada do provincialismo europeu, o único sujeito capaz de alcançá-la era o homem branco europeu (GROSFOGUEL, 2008). No século XIX, encontramos em Hegel um bom exemplo acerca da tradição racista da epistemologia europeia. Em Hegel, o desenvolvimento aparece como categoria filosófica, é o movimento necessário de um ser indeterminado até o saber absoluto. É a autorrealização de deus, da razão e da liberdade; é o desenvolvimento inevitável do ser (DUSSEL, 1994). O filósofo alemão percebe o desenvolvimento histórico europeu como caminho unilinear da história universal. Transcrevo alguns trechos de *A Filosofia da História Universal* utilizados por Dussel para exemplificar a excepcionalidade autorreferenciada a que estamos nos referindo:

De América y de su grado de civilización, especialmente en México y Perú, tenemos información de su desarrollo, pero como una cultura enteramente particular, que expira en el momento en que el Espíritu se le aproxima [...] La inferioridad de estos individuos en todo respecto, es enteramente evidente (HEGEL, *Filosofia da história universal*, p.171-172 *apud* DUSSEL, 1994, p. 15-16).

En lo que se refiere a sus elementos, América no ha terminado aún su formación [...] América es, por consiguiente, la tierra del futuro. En tiempos futuros se mostrará su importancia histórica [...] Mas como país del futuro América no nos interesa, pues el filósofo no hace profecías (HEGEL, *Filosofia da história universal*, p.181 *apud* DUSSEL, 1994, p.16).

Entre los negros es, en efecto, característico el hecho de que su conciencia no ha llegado aún a la intuición de ninguna objetividad, como, por ejemplo, Dios, la ley, en la cual el hombre está en relación con su voluntad y tiene la intuición de su esencia [...] Es un hombre en bruto (HEGEL, *Filosofia da história universal*, p.187 *apud* DUSSEL, 1994, p.17).

Este modo de ser de los africanos explica el que sea tan extraordinariamente fácil

fanatizarlos. El Reino del Espíritu es entre ellos tan pobre y el Espíritu tan intenso, que una representación que se le inculque basta para impulsarlos a no respetar nada, a destrozarlo todo [...] Africa [...] no tiene propiamente historia. No es una parte del mundo histórico; no presenta un movimiento ni un desarrollo histórico [...] Lo que entendemos propiamente por Africa es algo aislado y sin historia, sumido todavía por completo en el espíritu natural, y que sólo puede mencionarse aquí, en el umbral de la historia universal (HEGEL, *Filosofia da história universal*, p.198-201 *apud* DUSSEL, 1994, p.17).

Asia es la parte del mundo donde se verifica el comienzo en cuanto tal [...] Pero Europa es absolutamente el Centro y el Fin del mundo antiguo y el Occidente en cuanto tal, el Asia el absoluto Oriente (HEGEL, *Filosofia da história universal*, p.201 *apud* DUSSEL, 1994, p.17).

Se por um lado poderíamos afirmar, com os autores citados, que o racismo é um dos eixos fundamentais da epistemologia europeia e euro-americana e que as Ciências Sociais serviram, sobretudo, para a inferiorização dos povos não-ocidentais. Por outro lado, estaríamos negligenciando toda a herança intelectual crítica à razão ocidental, fruto do trabalho de vários autores, inclusive europeus, que se preocuparam com a questão colonial e observaram a potência criativa das Ciências Sociais. De uma forma ou de outra, acredito poder afirmar que desde a colonização, as ciências sociais são estratégia de encobrimento (e também o são potência de des-cobrimento) fundamental à manutenção da supremacia branca nas periferias do mundo moderno.

Ao pensarmos as relações internacionais a partir da perspectiva da colonialidade, salta aos olhos a existência do que Mignolo chama diferença colonial - em outras palavras, a impressão de que o lugar de enunciação dos saberes é um lugar geopoliticamente marcado, de que está dada uma geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2001). A geopolítica do conhecimento colonizou o tempo inventando uma antiguidade, uma idade média e a linearidade histórica universal. Depois, colonizou o espaço de onde surgiram América, África e Ásia em contraposição à centralidade da Europa. Nas palavras de Mignolo: “La doble colonización del tiempo y del espacio crearon las condiciones para la emergencia de Europa como punto de referencia planetario. Y esta operación fue, fundamentalmente epistémica” (MIGNOLO, 2001, p. 25). A diferença colonial é espacial, mas não apenas geográfica. Podemos pensar as línguas escolhidas para ferramentas de produção do conhecimento - até hoje na América é possível observar a subalternização das línguas indígenas e africanas. Ao pensar especificamente o exemplo brasileiro, a colonização da palavra do colonizado fica explícita: de um universo de mais de 250 línguas, as escolas e universidades utilizam apenas o português, reproduzindo, assim, uma situação de dependência intelectual.

Ao mesmo tempo em que a diferença colonial epistémica cria as condições para a

desqualificação de línguas e tradições não-europeias, cria as condições para a emergência de epistemologias fronteiriças que subvertem a produção europeia - uma epistemologia que se baseie na densidade da experiência colonial de onde surgem os conhecimentos silenciados pela história. O direito à alteridade epistêmica é um projeto que pressupõe a superação das categorias e premissas da filosofia ocidental e das Ciências Sociais (MIGNOLO, 2002). Nesse sentido, a descolonização planetária do conhecimento caminha em paralelo com a desconstrução da metafísica ocidental, desmontando o eurocentrismo a partir da provincialização da produção epistemológica europeia (MIGNOLO, 2001).

Por fim, chegamos ao que acredito ser a dinâmica mais relevante do poder colonial: a despersonalização do colonizado e a descaracterização de suas estruturas sociais, que, reduzidos a unidades inseguras, só encontram sentido na presença do colonizador. É a inferiorização e a criminalização do modo de vida do colonizado; a transformação dos territórios coloniais em imensos campos de concentração, onde a única lei que impera é a do mais forte (FANON, 1979). É a colonialidade do ser, a desumanização inventada pelo humanismo europeu que animaliza o colonizado e reduz o colonizador à personificação da violência.

2.4 – A NÃO-ÉTICA DA GUERRA, A COLONIALIDADE DO SER

A colonialidade do ser referencia a experiência vivida da colonização e as suas consequências em relação às subjetividades formadas através da violência e da dominação. Pode-se afirmar que, em *Pele negra, máscaras brancas* e *Os Condenados da Terra*, Fanon nos oferece uma análise acerca das expressões existenciais da colonialidade do ser, a descrição fenomenológica do encontro traumático entre o sujeito racializado e o sujeito universal, ou seja, o sujeito europeu. A descrição fenomenológica feita por Fanon e o artigo *Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um conceito*, de Nelson Maldonado-Torres, me serviram de guias pelo debate estabelecido entre a ontologia europeia e a perspectiva do ser subalterno.

Para poder falar de ontologia desde a perspectiva europeia, é fundamental sondar a pesquisa do filósofo alemão Martin Heidegger. Heidegger é tido como um dos mais importantes pensadores do século XX. Sua ontologia, filosofia do ser, é um ataque frontal à filosofia moderna ancorada na produção epistemológica (*cogito, ergo sum*). Segundo o

pensador alemão, a máxima cartesiana representa uma inversão de prioridades da epistemologia ocidental - a ênfase garantida ao pensar em relação ao ser (PENSO, logo existo). Sua proposta de subversão filosófica concentra-se na segunda metade da formulação (penso, logo EXISTO). Para o autor, a metafísica ocidental falhou ao conceber o ser em termos de divindade, configurando uma onto-teologia. Ele propõe que o ponto de partida acerca das reflexões sobre o ser não seja mais deus, a razão, nem mesmo os conceitos desgastados pela filosofia ocidental de *homem*, *sujeito* ou *ser*. Em *O Ser e o Tempo* (1927), Heidegger propõe o *Dasein* (ser-aí) como ponto de partida para uma filosofia ontológica. Para ele, entre todos os entes que habitam o mundo, o único para quem a pergunta sobre o ser faz sentido é o ser humano. Nesse sentido, o *Dasein* aparece como uma figura que, apesar de condicionada pelo passado, pela história, é capaz de projetar-se em direção ao futuro. De acordo com Maldonado-Torres, é um conceito que parece referir-se a uma individualidade presa em uma figura anônima coletiva, o Um (*das Man*). A problematização acerca das formas possíveis para o *Dasein* se relacionar consigo mesmo e projetar suas possibilidades, libertando-se do Um e atingindo certa autenticidade, é a questão central do filósofo alemão. Para Heidegger, a autenticidade só pode ser alcançada na antecipação e na ansiedade em relação à Morte, o encontro a que nenhum ser humano pode furtar-se. Assim, a Morte se apresenta como fator individualizador singular e sua antecipação é a oportunidade para que o *Dasein* defina seu próprio projeto de existência, escapando aos condicionantes históricos (MALDONADO-TORRES, 2007).

Nelson Maldonado-Torres nos mostra que a máxima cartesiana também esconde certa relação de colonialidade. *Penso, logo existo* deixa subentendido uma negação ontológica em relação à alteridade. É a diferença cartesiana entre *res cogitans* (coisa pensante) e *res extensa* (matéria) – expressa na dualidade corpo/mente e precedida pela diferença colonial fundada na experiência antropológica entre ego conquistador e ego conquistado, a diferença existente entre sujeitos e objetos, que embasa a conclusão de que “se os outros não pensam (ou não pensam como eu), não devem existir”. Foi assim que a epistemologia ocidental marcou não somente a natureza, mas outros povos e civilizações como dispensáveis, descartáveis. Foi assim que o ceticismo misantrópico resultante da dominação colonial condicionou o ceticismo cartesiano.

Dussel sugiere esta idea: “El 'bárbaro' era el contexto obligatorio de toda reflexión sobre la subjetividad, la razón, el *cogito*” (1996, p.133). Pero, tal contexto no estaba definido solamente por la existencia del bárbaro, más bien, el bárbaro había adquirido nuevas connotaciones en la modernidad. El bárbaro era ahora un sujeto racializado. Y lo que caracterizaba esta racialización era un cuestionamiento radical

o uma suspeita permanente sobre a humanidade do sujeito em questão. Assim, a “certidumbre” sobre a empresa colonial e o fundamento do *ego conquiro* ficam anclados, como o *cogito* cartesiano, na dúvida ou no escepticismo. O escepticismo se converte no meio para alcançar a certidumbre e fornecer uma fundação sólida ao sujeito moderno. O papel do escepticismo é central para a modernidade europeia. E assim como o *ego conquiro* antecede ao *ego cogito*, um certo tipo de escepticismo sobre a humanidade dos sub-outros colonizados e racializados serve como base para as certidumbres cartesianas e seu método de dúvida hiperbólica. Assim, pois, antes que o escepticismo metódico cartesiano (o procedimento que introduziu a figura do gênio maligno) se tornasse central para as concepções modernas do eu e do mundo, havia outro tipo de escepticismo na modernidade que já era constitutivo ao sujeito moderno. Em vez da atitude metódica que leva ao *ego cogito*, esta forma de escepticismo define a atitude que sustenta o *ego conquiro* ou o *homem imperial*. Seguindo a interpretação fanoniana do colonialismo como uma realidade maniqueia, a relação fundamental de tal maniqueísmo com a misantropia, como indica Lewis Gordon, caracterizaria esta atitude como um maniqueísmo misantrópico racista/imperial, o qual também pode entender-se de forma mais simples como *atitude imperial* (MALDONADO-TORRES, 2007, p.133-134).

Partindo do maniqueísmo misantrópico racista, da atitude imperial, é possível afirmar que o comportamento dos europeus em relação aos povos escravizados e conquistados se assemelhou mais ao comportamento tolerado apenas durante os tempos de guerra do que à ética que regulava as relações sociais entre os cristãos europeus. É por isso que Maldonado-Torres afirma a modernidade enquanto um paradigma da guerra. As relações inter-étnicas são reguladas pela não-ética da guerra. O racismo moderno e a colonialidade são a radicalização e a naturalização dessa não-ética a que estamos nos referindo. Servem para manter a ordem construída pela naturalização da conquista e da colonização. Nas palavras de Maldonado-Torres: “Lo que ocurrió en las Américas no fue sólo la aplicación de esa ética, sino una transformación y naturalización de la no-ética de la guerra, llevada hasta el punto de producir una realidad definida por la condena” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 138).

Maldonado-Torres também enfatiza que, no mundo moderno/colonial, apenas para o homem branco o encontro com a Morte é um evento excepcional. Se o conceito de sujeito é problemático, não é apenas por se tratar de um conceito metafísico relacionado à capacidade de cálculo do sujeito moderno, mas porque faz esquecer que a modernidade não contém em si um modelo singular de ser-humano, o que ela contém são, antes, relações de poder que criaram um mundo de senhores e escravos. A Morte é o cotidiano dos povos colonizados, dos sujeitos racializados. Longe de ser um fator individualizador, a Morte é um fenômeno constitutivo de sua realidade diária. Morte e violação estão inscritas nos corpos dos condenados (em francês *damnés*, em referência ao livro de Fanon, *Os Condenados da Terra*). A postura de Heidegger encarna a afirmação de Fanon “Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica” (FANON, 2008, p.104). Assim como Maldonado-Torres e antes dele, Fanon, conclui que, no mundo da guerra, ontologia é maniqueísmo. Passamos a entender a

invisibilização e a desumanização como as expressões primárias da colonialidade do ser, como violação do sentido da alteridade humana. A experiência amerikkana nos conta que a modernidade foi o espaço-tempo em que o alter-ego transformou-se em sub-alter(no) (MALDONADO-TORRES, 2007).

Desde a amérikka, o problema central da ontologia deixa de ser a autenticidade narcisista e passa a ser a naturalização da guerra. A naturalização da indiferença frente à violação e à morte do diferente. Nas palavras de Maldonado-Torres:

Los cuerpos negros son vistos como excesivamente violentos y eróticos, tanto como recipientes legítimos de violencia excesiva, erótica y de otras formas. “Ser muerto” y “ser violada/o” son parte de su esencia – entendida de forma fenomenológica. La “esencia” de lo negro, en un mundo colonial anti-negro, es parte de un contexto de sentido más amplio, en el cual la no-ética de la guerra se transforma gradualmente en una parte constitutiva de un supuesto mundo normal. En sus connotaciones raciales y coloniales, lo negro es una invención, tanto como una proyección del cuerpo social orientado por la no-ética de la guerra. El cuerpo social asesino y violador proyecta las características que lo definen a unos sub-otros, para así poder justificar como respuesta el mismo comportamiento contra ellos. Las mismas ideas que inspiran actos inhumanos en la guerra, particularmente, la esclavitud, el asesinato y la violación, son legitimadas en la modernidad, a través de la idea de raza, y dichos actos son gradualmente vistos como normales, en gran medida gracias a la alegada obiedad y al carácter no problemático de la esclavitud negra y el racismo anti-negro. Negros, indígenas, y otros sujetos “de color”, son los que sufren de forma preferencial los actos viciosos del sistema (MALDONADO-TORRES, 2007, p.149).

A partir da modernidade, pode-se reconhecer três tipos de diferenças relativas aos “seres” e fundamentais à compreensão das relações inter-raciais e da supremacia branca no mundo moderno/colonial: a diferença ontológica (entre os entes e o ser), a diferença transontológica (entre o ser e o que está além do ser) e a diferença sub-ontológica (entre o ser e o *damné*, o condenado). A diferença sub-ontológica é um conceito muito próximo ao da diferença colonial de Mignolo, ambos relacionam-se com o poder. O primeiro enfatiza o papel do poder na produção do ser, o segundo na produção de uma geopolítica do conhecimento. A diferença sub-ontológica é a diferença que se reproduz quando insistimos em adotar a guerra e a subalternização como paradigma social. As subjetividades racializadas a partir do paradigma da guerra, a partir da diferença sub-ontológica, compreendem o mundo a partir da coexistência de pelo menos dois campos simbólicos sobrepostos: o imposto pela colonialidade e o anterior, doravante, subalternizado. É o caráter pluri-tópico das subjetividades colonizadas que leva Mignolo a afirmar a busca por uma epistemologia de fronteira ancorada em traduções. É a diversidade das experiências de colonização, a heterogeneidade das subjetividades mestiças, que leva o autor a afirmar a diversidade como projeto universal. A superação das diferenças colonial e sub-ontológica não significa um

relativismo cultural e tampouco a criação de outro universal abstrato. É, antes, a existência de totalidades distintas interconectadas entre si através do diálogo entre projetos que, apesar de historicamente e epistemologicamente distintos, carregam algo de similar porque fundamentados no combate à colonialidade, no conflito entre as diversas cosmologias e a cosmologia ocidental (MIGNOLO, 2002).

Por sua vez, a diferença trans-ontológica aponta para a mais fundamental das relações humanas, a alteridade. Maldonado-Torres busca no filósofo judeu Levinas e no latino-americano Dussel as premissas para reclamar o restabelecimento da relação trans-ontológica na base das interações sociais (MALDONADO-TORRES, 2007). Segundo Levinas, quando encontramos a ontologia no fundamento da filosofia, a alteridade é secundarizada e abre espaço para que a Morte apareça como elemento central na busca de uma autenticidade narcisista. Porém, ao encararmos nossa finitude para além do ego moderno, percebemos que a nossa subjetividade, a nossa razão e o nosso próprio ser existem apenas em função de um momento trans-ontológico. É a traição deste momento que leva o ser a afirmar-se como fundamento da realidade - ocultando a relação trans-ontológica, o ser renuncia à justiça e à responsabilidade radical sobre a realidade compartilhada. Ao transformar a relação trans-ontológica em relação sub-ontológica, a modernidade materializou o abandono radical do significado de ser-humano. Parimos um mundo estruturado sobre a ausência de reconhecimento ontológico da maior parte da humanidade, parimos um mundo onde a cor da pele é sinônimo de pobreza, de criminalização e de morte precoce. Frente ao sofrimento e à violação repetida dos corpos “de cor”, a indiferença e o distanciamento dos administradores “brancos”. Nas palavras de Maldonado-Torres:

La guerra es el opuesto de la relación an-árquica de absoluta responsabilidad por el Otro, que da nacimiento a la subjetividad humana. La guerra de conquista y dominación no es sólo guerra contra un pueblo cualquiera, sino también guerra contra ese Otro que llama a la responsabilidad. A su vez, la obliteración de lo trans-ontológico, a través de la indiferencia ante otros seres humanos y de la violencia, crea el terreno ideal para la guerra. En la modernidad occidental, estos elementos – guerra, violencia/violación e indiferencia – se conjugan perfectamente a través de la idea de raza. De aquí el significado preciso de la colonialidad del ser: la traición radical de lo trans-ontológico en la formación de un mundo donde la ética de la guerra es naturalizada por medio de la idea de raza (MALDONADO-TORRES, 2007, p.155).

Se é a naturalização da não-ética da guerra que, por um lado, animaliza os brancos e, pelo outro, mata e mutila os negros, índios e mestiços, é um apelo por sua subversão o que se escuta nos gritos dos excluídos. É do corpo racializado e subalternizado, objeto preferido da violência moderna, que sai o chamado para o diálogo, para o restabelecimento do Ser através

de uma epistemologia trans-moderna, pluri-versalista, fundada sobre a primazia das relações trans-ontológicas. Assim sendo, o objetivo central aos projetos de descolonização e des-generação (o desmonte das relações orientadas pelas diferenças entre gênero) é a superação radical do paradigma da guerra. Em última análise, são formas de existir que não se ancoram na ansiedade em relação à Morte, mas na visão do corpo como abertura radical ao Outro e no escândalo frente à Morte e à violação dos corpos assujeitados. Para o autor, no mundo moderno/colonial, Re-existir é a práxis da subversão ética necessária para o restabelecimento da Liberdade e do Ser.

2.5 – A HETERARQUIA DO PODER

Dentre as especificidades da colonialidade como instrumento cognitivo, destaco o que parece ser uma vocação hierárquica do poder nas análises do grupo modernidade/colonialidade. É para corrigir certo macrodeterminismo - herança metodológica marxista e estruturalista em que o poder aparece como fenômeno que obedece a uma única lógica em todos os níveis (macro, meso e micro) - que Castro-Gómez propõe relacionar a colonialidade com a teoria heterárquica do poder de Foucault. O autor afirma que a representação aceita da colonialidade é limitada por sua incapacidade de apreender a independência relativa do local frente aos imperativos do sistema-mundo, especialmente no que diz respeito aos processos microfísicos relacionados à produção autônoma de subjetividade, ou, em outras palavras, às tecnologias do eu (CASTRO-GÓMEZ, 2007).

Acerca dos distintos níveis de operatividade do poder, é possível sistematizá-los, grosso modo, da seguinte maneira: microfísico – os mecanismos disciplinares de produção dos indivíduos e as tecnologias do eu que visam a produção autônoma da subjetividade; mesofísico – as ferramentas de governamentalidade do Estado moderno, ou seja, o controle populacional através da biopolítica; e macrofísico – os dispositivos supraestatais de segurança, que possibilitaram a livre concorrência entre os Estados hegemônicos europeus pelos recursos humanos e naturais do planeta, o que de certa forma pode-se chamar de sistema-mundo moderno/colonial, a geopolítica moderna (CASTRO-GOMÉZ, 2007).

Segundo Castro-Gómez, podemos encontrar em *Em defesa da sociedade, Segurança, território e população* e em *O nascimento da biopolítica*, coletâneas das aulas ministradas por Foucault no Collège de France, uma teoria heterárquica do poder. Em oposição à hierarquia – que significa autoridade sagrada e que nos leva a pensar o sistema-mundo como um poder

constituído, e não como potencialidade de transformação -, heterarquia significa que todos os níveis onde o poder se apresenta exercem algum grau de influência mútua, a depender da conjuntura histórica. Se existe uma tendência histórica a relações hierárquicas, ela nunca é absoluta.

Para Foucault, não é tanto a figura do Estado que interessa, mas o surgimento do que ele chama razão de Estado - ou seja, a emergência de um tipo de racionalidade prática aplicada ao manejo das populações, o surgimento de uma mentalidade de governo, de uma governa-mentalidade. Nesse sentido, o Estado enquanto universal categórico é uma abstração que, *a priori*, não corresponde a nenhuma realidade. O que de fato existem são modelos de Estados, a depender da maneira como se estabeleceu e de como se pensou o governo das populações, o exercício da soberania política. Desenha-se uma opção metodológica:

Gostaria de tentar determinar a maneira como se estabeleceu o domínio da prática do governo, seus diferentes objetos, suas regras gerais, seus objetivos de conjunto a fim de governar da melhor maneira possível. Em suma é, digamos, o estudo da racionalização da prática governamental no exercício da soberania política.

Isso implica imediatamente certa opção de método, [...] optar por falar ou partir da prática governamental é, evidentemente, uma maneira explícita de deixar de lado como objeto primeiro, primitivo, dado, um certo número de noções, como, por exemplo, o soberano, a soberania, o povo, os súditos, o Estado, a sociedade civil – todos esses universais que a análise sociológica, assim como a análise histórica e a análise da filosofia política, utiliza para explicar efetivamente a prática governamental. Eu gostaria de fazer precisamente o inverso, isto é, partir dessa prática tal como ela se apresenta, mas ao mesmo tempo tal como ela é refletida e racionalizada, para ver, a partir daí, como pode efetivamente se constituir um certo número de coisas, sobre o estatuto das quais será evidentemente necessário se interrogar, que são o Estado e a sociedade, o soberano e os súditos, etc. Em outras palavras, em vez de partir dos universais para deles deduzir fenômenos concretos, ou antes, em vez de partir dos universais como grade de inteligibilidade obrigatória para um certo número de práticas concretas, gostaria de partir dessas práticas concretas e, de certo modo, passar os universais pela grade dessas práticas (FOUCAULT, 2008, p.4-5).

Segundo Castro-Gómez, o que interessa no procedimento metodológico de Foucault é seu caráter indutivo, ou seja, a escolha metodológica de caminhar desde o molecular ao molar. O autor afirma que o macrodeterminismo usualmente presente nas representações do sistema-mundo e na relação existente entre modernidade e colonialidade falha ao “pensar as categorias moleculares como lógica e ontologicamente dependentes das categorias molares” (CASTRO-GÓMEZ, 2007). Para o autor, “não existe desterritorialização que não passe por fluxos de crenças e desejos”, o que privilegia o testemunho dos corpos e a análise etnográfica do capitalismo e da colonialidade. Olhar para o poder desde uma perspectiva heterárquica é uma escolha metodológica que nos permite identificar uma indeterminação residual, ou seja, zonas de re-existência, ou melhor, de co-existência, que escapam aos ditames do poder, espaços que

desmontam localmente a lógica do sistema-mundo moderno/colonial. Para Castro-Gómez:

[...] la colonialidad no se reduce a el dominio económico y político establecido por las potencias hegemónicas del sistema-mundo sobre los territorios de la periferia (es decir que hablar de colonialidad no es el mismo que hablar de colonialismo), sino que tiene que ver también, y primordialmente, con los dispositivos de regulación y normalización que operan a nivel gubernamental (las llamadas “herencias coloniales”), así como con las tecnologías de resistencia y decolonización que operan a nivel molecular. Si bien los imperativos económicos de la economía-mundo se vinculan en red, se enredan con otras cadenas de poder que operan en otros niveles (como por ejemplo las relaciones étnicas, epistémicas, sexuales, espirituales, de género y de clase), estas relaciones no son determinadas por las relaciones de trabajo y tampoco son reducibles las unas a las otras. No hay una sola colonialidad del poder sino que hay muchas y su análisis dependerá del nivel de generalidad que se esté considerando (micro, meso y macro), así como de su ámbito específico de operación (CASTRO-GOMEZ, 2007, p.167-168).

Em resposta às críticas, em especial a crítica pós-colonial anglo-saxã, que apontam em Foucault certa incapacidade de pensar as estruturas molares, Castro-Gómez recupera duas preocupações metodológicas foucaultianas. A primeira é nunca considerar o poder como um fenômeno maciço e homogêneo, mas como fenômeno multidirecional que funciona sempre em redes; a segunda é que existem vários níveis de exercício do poder, Foucault apenas privilegia o nível microfísico, mas admite que este encontra-se dinamicamente vinculado a níveis mais gerais. Um bom exemplo está na relação estabelecida por Foucault entre as tecnologias disciplinares e a biopolítica, localizadas no âmbito microfísico e mesofísico, respectivamente. São tecnologias distintas e, entre elas, não existe uma relação imediata de causa e efeito, o que existe é uma relação de complementaridade. Para melhor compreender a relação de complementaridade das estratégias de poder, vejamos como o autor francês aborda os mecanismos disciplinares:

[...] nos séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual. Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. Eram também as técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento, etc. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escrituras, de relatórios: toda essa tecnologia, que podemos chamar de tecnologia disciplinar do trabalho. Ela se instala já no final do século XVII e no decorrer do século XVIII (FOUCAULT, 2010, p.203).

Já em relação aos mecanismos da biopolítica, que, para Foucault, é a estatização do biológico, afirma:

[...] em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um

estado de vida: mecanismos, como vocês veem, como os mecanismos disciplinares, destinados em suma a maximizar forças e a extraí-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes. Pois aí não se trata, diferentemente das disciplinas, de um treinamento individual realizado por um trabalho no próprio corpo. Não se trata absolutamente, de ficar ligado a um corpo individual, como faz a disciplina. Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação (FOUCAULT, 2010, p.207)

Temos, então, dois tipos específicos de estratégias de poder (disciplinas e biopolítica) que agem sobre objetos distintos (indivíduos e população) e permitem a Foucault traçar duas séries, o que aqui estamos chamando respectivamente série microfísica e série mesofísica e que o autor chama organodisciplina da instituição e biorregulamentação pelo Estado: corpo – organismo – disciplina – instituições; e população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado-nação (FOUCAULT, 1976). Por sua vez, o nível macrofísico aparece em Foucault quando este afirma que a relação conflitiva com outros Estados é condição *sine qua non* para a existência do Estado moderno na Europa:

O Estado é uma realidade específica e descontínua. O Estado só existe para si mesmo e em relação a si mesmo, qualquer que seja o sistema de obediência que ele deve a outros sistemas como a natureza ou como Deus. O Estado só existe por si mesmo e para si mesmo, só existe no plural, isto é, ele não tem, num horizonte histórico mais ou menos próximo ou distante, de se fundir ou de se submeter a algo como uma estrutura imperial que seria de certo modo uma teofania de Deus no mundo, teofania que conduziria os homens numa humanidade enfim reunida até o limiar do fim do mundo. Não há portanto integração do Estado ao Império. O Estado só existe como os Estados, no plural (FOUCAULT, 2008, p. 7).

Na perspectiva foucaultiana, mercantilismo e liberalismo são muito mais que ideologia ou teoria econômica, são mentalidades de governo. Assim, se para os mercantilistas o jogo econômico é um jogo de resultado nulo e o enriquecimento de uns pressupõe o empobrecimento de outros, observa-se a consolidação do que ficou conhecido como balança de poder europeia, ou seja, estratégia macrofísica fundamentada no princípio de que nenhum Estado prevalecesse suficientemente sobre o conjunto dos seus vizinhos de maneira a impedir, na Europa, a reconstrução da unidade imperial. Com a emergência do liberalismo, a reflexão acerca do enriquecimento passa do jogo de resultado nulo para a noção de que o enriquecimento de um indivíduo só se mantém a longo prazo se se estabelece um enriquecimento mútuo e constante entre todos - é o caminho do progresso econômico ilimitado. Para Foucault, quando a Europa se apresenta como domínio econômico do mundo, ela necessita convocar em torno de si um mercado cada vez mais extenso. A ideia implica numa diferença entre a natureza político-econômica da Europa e a do resto do mundo, em outras palavras, a nova prática governamental europeia implica em um novo cálculo de gestão

planetária, em uma nova geopolítica mundial:

Em outras palavras, para que essa liberdade de mercado que deve assegurar o enriquecimento recíproco, correlativo, mais ou menos simultâneo de todos os países da Europa, para que isso possa funcionar, para que essa liberdade de mercado possa se desenrolar de acordo com um jogo que não seja de resultado nulo, é necessário também convocar em torno da Europa, e para a Europa, um mercado cada vez mais extenso e, no limite, a própria totalidade do que pode ser posto no mercado, no mundo. Em outras palavras, é a uma mundialização do mercado que somos assim convidados – a partir do momento em que se erige em princípio e também em objetivo que o enriquecimento da Europa deva se dar não pelo empobrecimento de uns e enriquecimento de outros, mas como [um] enriquecimento coletivo, e um enriquecimento indefinido. O caráter indefinido do desenvolvimento econômico da Europa e, por conseguinte, a existência de um jogo de resultado não nulo implicam, bem entendido, que o mundo inteiro seja convocado em torno da Europa para trocar seus próprios produtos e os produtos da Europa, num mercado que será o mercado europeu (FOUCAULT, 2008, p.75-76).

Do trecho citado, é possível vislumbrar, a partir do século XVIII, o surgimento de uma nova razão de Estado, um novo tipo de cálculo associado aos caminhos do governo europeu e, por conseguinte, da administração do sistema-mundo. Outra prática do poder: a paz deixa de estar associada à balança de poder europeia e passa a ser o resultado da ilimitação de um mercado internacional - cenário por excelência das relações macrofísicas do poder na modernidade/colonialidade.

Em resumo, o que Castro-Gómez sublinha, ao relacionar a teoria heterárquica de poder de Foucault com o conceito de colonialidade utilizado pelo grupo modernidade/colonialidade, é que não é possível entender o poder colonial sem considerar a forma como ele é incorporado no cotidiano dos atores sociais e que não é possível falar de uma subordinação absoluta das temporalidades locais a uma temporalidade global. O mundo moderno/colonial é um mundo em que co-existem muitos mundos (CASTRO-GÓMEZ, 2007). Atentando para as especificidades, proponho uma breve análise histórica das relações de poder que permitiram a emergência, no Brasil, da dita *Era das Chacinas*.

3.0 – BIOPOLÍTICA, RACISMO E DISPOSITIVO DE RACIALIDADE - LIBERALISMO À BRASILEIRA

“13 de maio

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia em que comemoramos a libertação dos escravos. ... Nas prisões os negros eram os bodes espiatorios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz. Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair. ...Eu tenho tanta dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada:

- Viva a mamãe!

A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não tinha. Mandei-lhe um bilhete assim:

- "Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos.

Hoje choveu e eu não pude ir catar papel. Agradeço. Carolina."

... Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou a pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e o arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual - a fome!"

(Carolina Maria de Jesus - Quarto de despejo)

Em tese de doutorado intitulada *A construção do Outro como não-ser como fundamento do ser*, Sueli Carneiro nos convida a olhar para as relações sociais brasileiras buscando encontrar no domínio da racialidade a articulação de poderes, de saberes e de subjetividades, ou seja, a operatividade do que a autora chama dispositivo de racialidade/biopoder, que sustenta e é sustentado pela desigualdade social existente entre a população brasileira branca e a população brasileira negra (CARNEIRO, 2005). As categorias são análogas as utilizadas pelo grupo modernidade/colonialidade, o instrumental conceitual deriva da análise do poder feita por Foucault e a autora fala desde o lugar dos excluídos, como mulher negra brasileira, testemunha das inúmeras interdições oferecidas aos que carregam o

estigma do “não-ser”. Em dissertação intitulada *Corpo negro caído ao chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*, Ana Luiza Pinheiro Flauzina propõe uma narrativa acerca das configurações históricas dos sistemas penais brasileiros (colonial-mercantilista, imperial-escravista, republicano-positivista e neoliberal) a fim de demonstrar como o racismo se estabeleceu enquanto princípio de seletividade e ordenação de um mecanismo penal que, por isso mesmo, é vocacionado para o extermínio da população negra. Assim como Sueli Carneiro, Ana Flauzina fala desde o lugar reservado pela sociedade brasileira às mulheres negras⁹, sem pretensão de neutralidade.

A biopolítica é uma estratégia de governo que se fundamenta no princípio de “fazer viver e deixar morrer”. É a estatização do biológico, uma forma muito específica de manifestação do poder soberano. Antes, o direito de soberania emoldurado pelo mercantilismo fundamentava-se no princípio de “fazer morrer ou deixar viver”, ou seja, a soberania se expressava majoritariamente através do poder sobre a morte. Nesse contexto, o racismo era técnica para “fazer morrer” - enunciava-se a guerra das raças, discurso fundamental à aventura colonial. Com a emergência do liberalismo, o racismo será refinado através da biopolítica e consolidar-se-á como articulador dos mecanismos de garantia do poder soberano de “deixar morrer” populações. Isso significa que o racismo colonial, as identidades raciais, os saberes da dominação colonial, modelaram e foram modelados por essa nova forma de governar vocacionada ao manejo de populações. É importante lembrar que a velha manifestação da soberania não é substituída pela biopolítica, são manifestações complementares que estabelecem entre si toda uma rede complexa de interações:

E eu creio que, justamente, uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e de

9 No dia 18 de novembro de 2015, enquanto revisava esta parte do trabalho, aconteceu em Brasília a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver. A marcha percorreu o trajeto entre o estádio Nilson Nelson e o Congresso Federal. Ao chegar nas mediações do Congresso, a Marcha encontrou grupos políticos que acampavam ali em protesto a favor do impeachment da presidenta Dilma e pela intervenção militar. O policial civil, Marcelo Penha, branco, que fazia parte desses grupos, disse ter se sentido ameaçado, tirou uma pistola e disparou quatro tiros para o alto causando tumulto na Marcha que contava com mais de 20 mil participantes, a maior marcha contra o racismo desde a Marcha de Zumbi em 1995. Acredito que o episódio é muito revelador em relação ao “lugar” das mulheres negras no Brasil. A reação violenta desse homem branco, agente de segurança do estado brasileiro, em relação ao movimento que enfatizava a autonomia e a identidade política das mulheres negras é episódio sintomático da maneira como o racismo administra não apenas a suspeição *a priori* das negras e negros, mas também autoriza a violência indiscriminada e desmedida. O episódio também ilustra a interdição e a fobia dos brancos acerca da constituição de um sujeito coletivo político negro.

“deixar” morrer. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer (FOUCAULT, 2010, p. 202).

A biopolítica nos traz de volta ao problema da alteridade, do etnocídio e do genocídio, é uma ferramenta que possibilita aos governantes produzirem certa normalidade ao mesmo tempo em que excluem violentamente a alteridade. Dentro dessa economia do biopoder, do poder de vitalidade e extermínio de populações, o racismo aparece como elemento discursivo central à função de morte massificada, ao genocídio. Em outras palavras, poderíamos dizer que a biopolítica, enquanto ferramenta de controle de populações, é composta de duas estratégias fundamentais, fazer viver, as técnicas disciplinares que, de certa forma, operam a normalização cultural, o etnocídio, e o deixar morrer, o genocídio. Assim sendo, o racismo parece ser, além de uma formação discursiva, um mecanismo governamental de extermínio das populações descartáveis, ou seja, daquelas as quais a biopolítica não se aplica enquanto tecnologia de adestramento, daquelas que os governantes preferiam ver extintas. Índios, negros, mestiços e todos aqueles que, a partir do modelo cognitivo das elites eurodescendentes, de uma forma ou de outra, impedem a realização da civilização europeia nas amérikkas (CASTRO-GÓMEZ, 2007; CARNEIRO, 2005; FLAUZINA, 2006). Assim, tanto modelado pela biopolítica quanto pelo velho direito de soberania, o racismo cumpre a função de assepsia social. Emoldurado pela biopolítica, o racismo moderno é o responsável por adaptar os fenômenos populacionais ao desenvolvimento dos processos econômicos eurocêntricos e, nesse sentido, “assume o embranquecimento enquanto projeto estético e eugênico de seleção dos grupos mais aptos para o processo de modernização econômica” (CARNEIRO, 2005). Diferentemente do apreendido pelo grupo modernidade/colonialidade, em que o racismo moderno aparece como produto e produtor de experiências fundamentalmente coloniais, para Foucault:

[...] el racismo moderno no es un discurso que nace con la experiencia colonial europea y luego se difunde por otros ámbitos de la vida social adentro y afuera de Europa. La razón para esta tesis antidifusionista es que el racismo es una formación discursiva que se vincula con diversos contextos de guerra social y circula por diferentes cadenas de poder (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p.159).

Ou seja, para Foucault, o racismo é sobretudo uma formação discursiva (o discurso da superioridade física, ética e moral de uns sobre outros) que se beneficia da experiência colonial, na qual o poder de soberania (fazer morrer ou deixar viver) modelava a “guerra entre as raças”, ademais, com a emergência do liberalismo, é apropriado como técnica de governo de populações, como estratégia dinâmica inerente ao que ele chama biopolítica. Assim sendo, a experiência colonial figura como um laboratório de desenvolvimento dessa técnica de poder

de controle das populações, o racismo moderno.

As sociedades orientadas pelos padrões de disciplina do corpo e pela regulamentação populacional são chamadas por Foucault de sociedades de normalização:

[...] pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a “norma”. A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço – essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra (FOUCAULT, 2010, p.212-213).

Se numa sociedade de normalização é o biopoder o responsável pela preservação da vida de uns e o abandono de outros à morte, é o dispositivo de racialidade o que informará e naturalizará o valor de cada vida e de cada morte (CARNEIRO, 2005). Um dispositivo é sempre um mecanismo de poder que opera em determinado domínio (racialidade, loucura, sexualidade, etc), articula uma multiplicidade de elementos informados por diversas relações de poder e que se auto-reproduz mediante o seu preenchimento estratégico:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não-dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (CARNEIRO, 2005, p.38).

Dentro de um dispositivo, enunciar o Outro engendra uma relação de poder cuja função é existencial. Por isso, observa-se em Foucault, que o sujeito é efeito de práticas discursivas. A loucura, a criminalidade, a sexualidade, a racialidade, são coisas que não existem, mas que foram inscritas no real, são discursos que se confundem com a realidade. A exemplo da colonialidade, são discursos produtores de um campo de relações ontológicas e um campo epistemológico. Em resumo, um campo de relações de poder. Além disso e uma vez que, conforme já mencionado, a enunciação do Outro demarca pela negação o que é anormal, o que é exterior e, por isso mesmo, o que é patológico, é a enunciação do Outro que garante ao ser o seu aspecto dinâmico e universal e acorrenta o Outro no estático e no

particular. Os dualismos moderno/tradicional, civilização/barbárie, europeu/não-europeu, etc, bem como a linearidade evolutiva na qual a Europa aparece como realização da história, são excelentes exemplos de como o dispositivo de racialidade demarcou o estatuto humano na branquitude.

O liberalismo, a arte de governar desenvolvida no século XVIII, é o quadro geral da biopolítica, é, mais especificamente, a “razão do governo mínimo como princípio de organização da própria razão de Estado” (FOUCAULT, 2008). Nesse sentido, o motor mesmo da reflexão liberal é a pergunta acerca da moderação do ato de governar, ou seja, o cálculo de utilidade do governo é balizado, na reflexão liberal, pelo regime de verdade do mercado, o *laissez-faire*. De certa forma podemos afirmar que o liberalismo depende de uma constante e paradoxal relação com a liberdade. No ato mesmo de produzi-la, sacrifica-se a liberdade. Ou seja, a liberdade é algo que se fabrica constantemente através de limitações, controles, coerções, etc. Se o liberalismo se propõe produzir o *laissez-faire*, a liberdade de mercado, é imperativo notar que o princípio do cálculo é a segurança. Assim, o liberalismo também aparece enquanto gestor dos perigos e dos mecanismos de segurança da liberdade dos indivíduos e das populações. A extensão e a proliferação dos procedimentos de controle e de coerção são a contrapartida da liberdade econômica. É aqui que se observa a relação entre liberalismo e os mecanismos disciplinadores e os mecanismos regulamentadores, entre eles e central ao debate acerca dos Crimes de Maio, o binômio que Sueli Carneiro chama dispositivo de racialidade/biopoder.

O dispositivo de racialidade/biopoder é o responsável pelo exorcismo de todos os males dos corpos brancos e o depósito destes nos corpos negros. Assume função correlativa ao que Maldonado-Torres chama “não-ética da guerra”. Ele transforma o corpo em um signo essencializante. Nas palavras de Carneiro:

Daqui é que deriva o senso comum, segundo o qual a vida dos brancos vale mais do que a de outros seres humanos, o que se depreende, por exemplo, da consternação pública que provoca a violência contra brancos das classes hegemônicas, em oposição à indiferença com que se trata o genocídio dos negros e outros não-brancos em nossa sociedade. Aqui está o princípio da auto-estima e a referência do que é bom e desejável no mundo, estabelecendo o branco burguês como paradigma estético para todos. E está aí o diálogo com as teses racialistas da biologia, sobre o problema da mistura, da mestiçagem como fatores corruptores de povos e nações (CARNEIRO, 2005, p.44).

A constituição do dispositivo de racialidade é anterior à emergência da sociedade normalizadora, porém é contextualizado e informado pela sociedade das normas que ele adquirirá o sentido que a autora reivindica. A experiência colonial é central ao sistema

político da supremacia branca, uma vez que o dispositivo de racialidade/biopoder se alimenta das representações construídas sobre o negro, o índio e o branco no período colonial. Não nos custa repetir que essas representações são todo o conjunto de discursos e práticas que justificaram a constituição de senhores e escravos a partir da categoria raça.

3.1 – RAÇA X CLASSE

O embate entre as categorias raça e classe é, na minha opinião, um dos debates centrais da produção intelectual latino-americana. A oposição geralmente protagonizada entre marxistas e movimento negro revela uma questão de prioridade. No mundo criado pela supremacia branca, a sobrevivência, individual e coletiva, é um desafio primordial e cotidiano aos apreendidos como não-brancos. Assim, aqui me limitarei a exposição do ponto de vista de Carneiro e Flauzina - na minha opinião, muito coerente com a realidade das populações negras exposta pelos Crimes de Maio e por tantos outros episódios de brutalidade institucional e social dirigidos às populações não-brancas no Brasil.

Para Carneiro, biopoder e dispositivo de racialidade são categorias que nos permitem reconhecer os objetivos e as estratégias de práticas e discursos, que são agregados no dia a dia da população negra como interdições sociais, políticas, epistemológicas e ontológicas. Partindo da diferenciação feita por Heidegger entre ôntico e ontológico, entre os entes e o ser, a autora define o racismo como mecanismo de redução do ser a sua dimensão ôntica, que inscreve nos corpos negros a incompletude humana. Assim sendo, o racismo aparece como uma forma muito específica de naturalização da vida social. No Brasil, sociedade multirracial de origem colonial, o social reflete certa estratégia de domínio racial. Para a autora:

É nosso pressuposto que raça é um dos elementos estruturais de sociedades multirraciais de origem colonial. Os conceitos de apartheid social, a supremacia do conceito de classe social sobre os demais – como pretendem os pensadores de esquerda, herdeiros do materialismo histórico dialético – são conceitos que não alcançam e, ao contrário, invisibilizam ou mascaram a contradição racial presente nas sociedades multirraciais, posto que nelas raça/cor/etnia e, em especial para o Brasil, são variáveis que impactam a própria estrutura de classe. Disso decorre que a essência do racismo, enquanto pseudo-ciência, foi buscar legitimar, no plano das ideias, uma prática, e uma política, sobre os povos não-brancos e de produção de privilégios simbólicos e/ou materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentabilidade para o conceito de raça (CARNEIRO, 2005, p.29).

Já que o ideário racista só se mantém devido a sua capacidade de naturalizar a concepção

hegemônica sobre o Outro, a “profecia auto-realizadora” da incapacidade da população negra se controlar, se governar, e, nesse sentido, a pobreza a que estão condenados os negros no Brasil, aparecem em Carneiro como parte da estratégia racista de naturalização da inferioridade social do grupo dominado. A pobreza é causa de inúmeras mazelas, mas ela é essencialmente resultado de políticas, de decisões econômicas, enfim, a pobreza é uma construção social, ninguém é pobre por natureza. Para Flauzina, a pobreza foi deliberadamente projetada para ser o espaço de existência da população negra:

A pobreza branca está associada fundamentalmente às mazelas provocadas pela forma de estruturação econômica, assumida desde a modernidade, agravando-se com o advento da globalização. A partir do momento em que a absorção da mão-de-obra se tornou um problema, dentro de uma lógica de consumo e produção que reforça os patamares da concentração de renda e exclusão social em todo o mundo, há uma parcela do proletariado branco que começa a perder o espaço, antes assegurado e incentivado por um conjunto de políticas públicas, e a ter uma redução significativa em termos de renda. Já a pobreza negra não pode ser explicada exclusivamente pelas dinâmicas do capital. Para esse segmento a pobreza foi construída enquanto possibilidade e utilizada como instrumento para a redução das condições de vida ao longo de todo o percurso histórico. Como sinaliza Luís Mir, “a pobreza é a mais extremada e requintada arma do Estado. Mata lentamente, reduz suas vítimas a andrajos humanos e é extremamente barata” (FLAUZINA, 2006, p.102-103).

A insuficiência da categoria classe para entender as atuais condições de vida da população negra no Brasil é, desde o ponto de vista das autoras, evidente. Assim como elas, também estou convencida de que a sobrevivência da população negra impõe a necessidade inadiável de se enunciar metodicamente a raça como categoria fundamental de articulação das relações sociais no Brasil (CARNEIRO, 2005; FLAUZINA, 2006). Com isso em mente, valem algumas palavras acerca da formação histórica do sistema penal brasileiro, domínio da análise proposta por esse trabalho.

3.2 – DO SISTEMA PENAL

Foucault inicia as aulas acerca de *O nascimento da biopolítica* a partir da emergência do que ele chama razão de Estado. Conforme disse antes, a especificidade do Estado é sua existência plural, o Estado existe apenas na medida em que existem Estados. Nesse sentido, é importante atentar para a relação estabelecida entre gestão interna e as relações internacionais que possibilitaram a realização desta razão de Estado, entre os objetivos ilimitados da gestão interna e objetivos limitados pelo cenário internacional. A gestão interna, domínio do discurso do Direito Penal, diz respeito ao comportamento dos súditos; por sua vez, as relações internacionais referenciam a necessidade fundante de se apresentar como potência

independente das outras. Assim:

A concorrência entre Estados é precisamente o ponto de articulação desses objetivos limitados e desses objetivos ilimitados, porque é precisamente para poder entrar em concorrência com os outros Estados, isto é, para se manter num certo estado de equilíbrio sempre desequilibrado, de equilíbrio concorrencial com os outros Estados, que quem governa vai [ter de regulamentar a vida dos] seus súditos, sua atividade econômica, sua produção, o preço [pelo qual] vão vender as mercadorias, o preço pelo qual vão comprá-las, etc. A limitação do objetivo internacional do governo segundo a razão de Estado, essa limitação nas relações internacionais tem por correlato a ilimitação no exercício do Estado de polícia (FOUCAULT, 2008, p.11).

É em referência a esse poder ilimitado no exercício do Estado de polícia que o discurso produzido pelo Direito se encontra no século XVII e XVIII. Tentava-se de alguma forma limitar o poder soberano, pensavam-se leis constitutivas, leis que não poderiam ser questionadas por nenhuma prática governamental (FOUCAULT, 2008). Nesse quadro, o Direito se contextualiza na tentativa de se pensar limites aos abusos da soberania. É justamente o questionamento da ilimitação no exercício do Estado de polícia que orientará a primeira reforma penal relativa à configuração da estratégia penal da modernidade. Segundo Flauzina, a crítica aos abusos do poder soberano no controle penal é o que se encontra de fundamental no que se convencionou chamar, no Direito Penal, Escola Clássica (FLAUZINA, 2006). A Europa do século XVIII viu a substituição das velhas práticas de punição do Antigo Regime e toda a sua “selvageria” pela emergência de técnicas mais “humanizadas” de controle da criminalidade. Encontramos um Direito Penal utilitarista, calculista, preocupado com a generalização das leis e com a catalogação e hierarquização das condutas desviantes. É a elaboração do que Flauzina chama Direito Penal do Fato (FLAUZINA, 2006). Segundo Foucault, na Europa do século XIX vemos surgir um tipo de racionalidade crítica de governo, que, diferentemente do Direito, não se encontra em relação de exterioridade com a prática governamental, mas nascia no seio mesmo do ato de governar - a economia-política. Estamos tratando da emergência de certa capacidade de autorreflexão crítica que modelará o que chamamos liberalismo. Uma nova razão de governo que é, essencialmente, uma razão de mercado. É na emergência desta racionalização do governo que a crítica positivista, também produto destes jogos de discursos, sustentados e sustentáculos da razão autorreflexiva, irá substituir, no Direito, o fato pelo autor, o crime pelo criminoso. Assim nasce o Direito Penal do Autor e o desenvolvimento do que se chama criminologia. Observa-se, então, a individualização da pena a título de recuperação do autor. Para Flauzina, é justamente na aparente contradição entre Direito Penal do Fato e Direito Penal do Autor que o controle penal moderno se estabeleceu (FLAUZINA, 2005). É importante lembrar que os diferentes regimes normativos de verdade não se excluem, mas estabelecem entre si uma complexa rede

de influências e interações. É a ideologia da Defesa Social - a defesa da unidade da sociedade - a responsável por inserir no Direito Penal uma nova concepção de criminalidade que, segundo Alessandro Baratta, encontra-se baseada nos seguintes princípios: do bem e do mal (dualismo Eu x Outro); da culpabilidade (de que existem atos reprováveis); da legitimidade (o Estado é fonte legítima de punição); do interesse social e do delito natural (os interesses do sistema são os interesses de todos); e do fim ou da prevenção (punição que objetiva a prevenção) (FLAUZINA, 2006).

No final da década de 1950, início da de 1960, consolida-se no campo da teoria a Escola de Chicago e o paradigma da reação social, a criminologia crítica. A partir deste referencial teórico, o desvio deixa de ser visto como natural ao indivíduo e passa a ser percebido enquanto criação da sociedade. São as agências de controle social formal (Legislativo, Polícia, Ministério Público, Justiça) que produzem a criminalidade. Nesse sentido, a criminologia crítica aponta para as interações entre sistema penal e reprodução de estruturas de poder:

A partir das conquistas teóricas advindas do paradigma da reação social e da radicalização imprimida pela criminologia crítica, a lógica de operacionalidade do sistema penal pode então ser explicitada. De imediato, pois, faz-se necessário apresentar a noção de “sistema penal” arquitetada no interior dessas formulações. Sob o manto da designação sistema penal está representado o conjunto das instâncias que operam na criminalização dos indivíduos, tendo sempre em vista as relações de cada agência entre si e com o exterior, sem, contudo, considerá-las conectadas por uma plataforma de atuação comum (FLAUZINA, 2006, p.22).

A partir da ideia de sistema penal enquanto um sistema de sistemas heterogêneos que enunciam o discurso da segurança pública, a criminologia crítica aponta dois princípios específicos aos mecanismos de seletividade penal: o quantitativo e o qualitativo. O quantitativo diz respeito ao princípio de que é impossível gerir todas as práticas delituosas. Aí, a Escola de Chicago encontra uma relação entre hierarquia social e vulnerabilidade à penalização; em outras palavras, por um lado os delitos cometidos por indivíduos dos grupos hegemônicos tendem a ficar impunes e, pelo outro, os indivíduos dos grupos dominados são sistematicamente atingidos pelo sistema penal. Assim sendo, pode-se concluir que as estatísticas criminais antes de serem dados representativos da criminalidade real são indicadores de determinado processo de criminalização. O princípio qualitativo afirma que o sistema se dirige mais a determinadas pessoas do que aos crimes. Por tanto, a resposta penal não é condizente com a danosidade do ato, mas com a qualidade do indivíduo. É por isso que no Brasil, por exemplo, o helicóptero de um senador da República pode ser flagrado com meia tonelada de pasta base de cocaína impunemente, mas qualquer menino negro, se

encontrado em posse de irrisórias gramas da droga, é um traficante, um anormal, um marginal, um homicida em potencial que merece e, muitas vezes, encontra a morte em execuções extrajudiciais. O direito à impunidade é um dos princípios orientadores da lógica de funcionamento do sistema penal moderno. Assim, aponta-se que o sistema penal reproduz estigmas e discriminações que modelam e informam as relações sociais. Temos, através da estereotipificação da vítima e do autor, um sistema que opera em prejuízo dos grupos vulnerabilizados. Para a autora, os enunciados acerca da “falência do sistema penal” são estratégia de encobrimento, afinal não se objetiva a prevenção dos crimes, mas a garantia de sucesso do projeto penal latente da modernidade: o extermínio.

Ao abordar vocação para o extermínio, é impossível não pensar a experiência latino-amerikkkana. Aqui, desde as margens da geopolítica do poder e de um dos palcos da violência colonial, a deslegitimidade do sistema penal está dada de maneira flagrante:

Nas periferias do capitalismo, a violência com que operam os sistemas penais é de tal ordem, que da mais superficial observação da realidade emerge toda a incongruência inscrita nesses aparatos. Na América Latina, especificamente, o entendimento tem sido de que os sistemas penais operando à margem da legalidade, sem qualquer tipo de censura mais consequente, têm a morte como seu principal produto. Tendo em vista a incidência de tantas perdas humanas, a atuação dos sistemas penais latino-americanos, revelando a precaridade do discurso legitimador, é qualificada como uma prática genocida, inerente ao exercício de seu poder. Nesse sentido, pontua Zaffaroni: “os órgãos do sistema penal exercem seu poder para controlar um marco social cujo signo é a morte em massa” (FLAUZINA, 2005, p.28-29).

Se a forma de atuação do sistema penal está intimamente conectada aos tipos de pacto social que este tem que sustentar e se a presença negra e indígena foi considerada um obstáculo para a constituição da amérikkka idealizada pelas elites euro-descendentes, o racismo é o principal articulador da prática genocida. O genocídio necessariamente apoia-se em alguma base simbólica que o reclama. Para Flauzina, mesmo o nome que se impôs para nosso continente, e que aqui insistimos chamar amérikkka, já sugere a exclusão simbólica que fundamenta o extermínio. O Brasil é um espaço onde as contradições latino-amerikkkanas se tornam insuportavelmente evidentes, o discurso da democracia racial enuncia o genocídio enquanto convivência harmoniosa entre as raças. A manipulação do racismo através do silêncio, o mito da democracia racial, remete ao mito da modernidade de Dussel. Para Flauzina:

Diante de tais constatações é preciso, antes de mais nada, problematizar a forma como, no Brasil, tem se construído a relação entre racismo e sistema penal, na aparente contramão de um discurso que prega a inexistência da discriminação como fonte das desigualdades instauradas entre negros e brancos no país. Assim, num primeiro momento, o que buscaremos pontuar é o que efetivamente tem significado,

no marco da democracia racial, denominar de forma explícita a atuação do sistema penal como racista. Ou seja, interessa-nos enxergar como se pode administrar simbolicamente uma ferida aberta das proporções do sistema penal, mantendo inalteradas as percepções sobre nossas relações raciais (FLAUZINA, 2006, p.36).

O discurso da democracia racial consolida-se na década de 1920 e tem como tática fundamental negar o racismo no Brasil. É crucial que não nos esqueçamos: fomos o maior regime de trabalhos forçados que a humanidade já conheceu. Foram três séculos e meio de relações sociais pautadas pela escravidão. O discurso da democracia racial, ao mesmo tempo em que nega a existência do racismo, suaviza a experiência da escravidão. Durante todo o século XIX, veremos a sucessão de diversas teses racistas nas quais se pensava o negro e a mestiçagem como obstáculo para a materialização da civilização - o que é importante enfatizar é justamente a variação estratégica que se deu entre a década de 1920 e 1930, quando surge o discurso da democracia racial. O discurso da harmonia das raças é o elogio à mestiçagem. Passa-se do confronto direto entre as raças para uma dinâmica de silenciamento do conflito. A distorção histórica é, sobretudo, um modo de garantir que os brancos vivam os privilégios como se estes fossem direitos adquiridos. Em resumo, é uma forma de perpetuar a produção da desigualdade “sem revelar a fonte”:

Para assegurar uma imagem tão radicalmente diferente da realidade que lhe dá sustentação, é preciso a qualquer preço apagar os vestígios dos processos de subordinação, das forças externas que atuam na perpetuação das desigualdades raciais. O objetivo é, portanto, inviabilizar a construção de uma história que de conta das defasagens e dos privilégios, convertendo as desigualdades em sina e, finalmente, apropriando-se das vantagens como direitos (FLAUZINA, 2006, p.38).

O racismo nunca foi silenciado no campo penal, muito pelo contrário, pode-se constatar certa naturalização do racismo no sistema penal. Conforme o dito popular, “no Brasil, cadeia é pra preto, pobre e puta”. Para Flauzina, o sistema penal é o âmbito mais vulnerável da plataforma de extermínio, ou seja, o racismo se explicita mais *claramente* na punição: “nas abordagens truculentas, nos encarceramentos desproporcionais e na produção de mortes abruptas” (FLAUZINA, 2006). Assim sendo, caminharemos pelo percurso histórico dos sistemas penais brasileiros através da divisão temporal proposta por Nilo Batista e utilizada por Flauzina (colonial-mercantilista, imperial-escravista, republicano-positivista e neoliberal), focalizando a centralidade de um projeto de controle e de extermínio da população negra.

3.3 – SISTEMA COLONIAL-MERCANTIL, O SISTEMA CASA GRANDE/SENZALA

A invenção do Brasil começa com a invasão e a usurpação das terras indígenas. O Brasil nasce do genocídio e do etnocídio, da destruição sistemática do passado e do futuro de indivíduos, de comunidades, de práticas e de narrativas. Não se sabe dizer quantos seres humanos habitavam o território que hoje chamamos Brasil. Em 1819, a população indígena estava reduzida a 800.000 indivíduos. Em 1549, oficializa-se, em território nacional, o tráfico de africanos sequestrados. Durante todo o século XVII foram escravizados, no Brasil, cerca de 560 mil africanos sequestrados. Isso representa 41,8% do total de africanos trazidos para a América no mesmo período. Até 1850, quando se proíbe oficialmente o tráfico de escravizados, o Brasil recebeu cerca de 3,3 milhões de africanos (FLAUZINA, 2006).

O período colonial-mercantil vai de 1500 até 1822. Nele identifica-se a articulação de alguns elementos que orientaram o desenvolvimento do aparelho repressivo brasileiro. Observa-se no período: a estreita identificação público-privada, a vagarosa edificação da máquina burocrática, alguns resquícios do que, de certa maneira, pode-se chamar feudal-mercantis (as capitânicas hereditárias) e, principalmente, a instituição da escravidão. Foi a escravidão que fez com que o sistema penal do período estivesse quase que completamente relacionado a práticas do domínio do privado. Era na relação entre Casa Grande e Senzala que a força punitiva se materializava. Foi a dialética entre senhor e escravo que esculpiu o sistema penal brasileiro. No contexto em que as normas detinham alcance limitado de regulamentação da vida social, o controle foi pensado e praticado majoritariamente no interior do sistema de escravidão (FLAUZINA, 2006). O sequestro da memória (individual e coletiva), a tortura e a morte foram as principais estratégias de produção da subalternidade negra.

No período, ganha destaque a luta empreendida contra os Quilombos. Uma vez que a re-existência sempre co-existe com a dominação, os Quilombos eram fato normal da sociedade escravista. Para Beatriz Nascimento, a fuga é a resposta primeira de um ser humano que não reconhece que é propriedade de Outro, é uma consequência natural da escravidão, mas também é uma consequência ancestral. Ancestral porque durante o século XVII, sob o comando da Rainha Nzinga, em Angola, os mbundus, em aliança com os jagas, resistiam aos ataques coordenados pelos reis do Congo, aliados dos portugueses, em busca de escravos. Eles utilizavam, estrategicamente, a guerra de Kilombo, ou seja, a guerra de movimento, de fuga. Para Beatriz, a conexão entre a instituição Quilombo brasileira e Kilombo angolana, no

século XVII, é evidente, por mais difícil que seja traçar os contatos diretos¹⁰ (NASCIMENTO, 2006). A primeira referência à existência de um Quilombo no Brasil é de 1559, apenas 10 anos após o início oficial do tráfico de africanos escravizados. Os Quilombos eram espaços de recuperação das tradições africanas e da vida comunitária. O seu potencial ofensivo em relação ao sistema colonial e à política de subalternização racial promovida pela branquitude é evidente. Em 2 de setembro de 1740, as autoridades portuguesas os definiam como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Segundo Beatriz Nascimento, nos séculos XVI e XVII, os Quilombos se caracterizavam pela formação de grandes cidades-estados independentes da Metrópole (Comarca do Rio das Mortes/MG e Palmares/PE, por exemplo), e, nesse sentido, foram matéria para que, em uma relação de guerra, o Brasil pudesse manifestar pela primeira vez certa identidade nacional, certa identidade política. Entre os Quilombos do século XVI e XVII, Palmares é emblemático e seu desmembramento está relacionado com o grande número de Quilombos fundados depois. Estima-se que em 1670 contava com mais de vinte mil pessoas. Palmares co-existiu com o sistema colonial por mais de um século. Para a historiadora:

[...] o que difere entre quilombos do século XVII aos demais era a possibilidade de grupos e etnias comuns ainda poderem ser encontrados num espaço territorial e voltados para um tipo de economia, o que dá a medida de risco que representavam para o sistema colonial. Podemos mesmo afirmar que estes quilombos são o primeiro momento da nossa história em que o Brasil assim se identifica enquanto Estado centralizado. A partir do desmembramento dos quilombos do Tijuco e da Comarca do Rio das Mortes no século XVIII, o quilombo se redefine variando conforme a área geográfica, a repressão oficial e a diversidade étnica, que se torna cada vez mais comum quanto foi a política negreira de misturar povos de origem diversa.

Neste século a proliferação de quilombos se faz em todo território das capitanias coloniais. A diferença básica entre estes e os do século XVIII está diretamente vinculada à impossibilidade de cada um em si representar um risco para o sistema (NASCIMENTO, 2005, p.122-123).

Para Foucault, o poder não é apenas repressão, é, sobretudo, a capacidade de gerir a vida social. Assim, observa-se que, se a vida social é informada e emoldurada pela vigência do estatuto da escravidão, a função primordial do sistema penal colonial foi naturalizar a subalternidade não-europeia (FLAUZINA, 2006). A internalização da inferioridade só se dá mediante uma política de esquecimento. Para se criar um escravo, era necessário que este

10 Segundo Beatriz Nascimento, a partir do desmembramento de Palmares, os quilombos vão se distanciando do modelo africano de maneira a atender as necessidades específicas dos lugares onde se encontram. NASCIMENTO, Beatriz. *O conceito de quilombo e a resistência cultural negra*. IN: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

esquecesse que já se foi para si. Os Quilombos são lugares de ressocialização, de recuperação das práticas comunitárias africanas e de reconstrução identitária. A guerra interna contra os Quilombos foi o resultado lógico dessa equação.

3.4 – SISTEMA IMPERIAL-ESCRAVISTA - O “MUDAR DE ROUPA SEM MUDAR DE PELE”

De maneira muito ambígua, o Brasil emancipa-se de Portugal em 1822. O português Dom Pedro I é coroado imperador e o momento em que se apresentou, pela primeira vez, a possibilidade de ruptura com o pacto social colonial acabou por constituir o momento de lapidação de nossas práticas mais odiosas. A Constituição de 1824 manteve a escravidão. Nela, os africanos escravizados são tidos apenas como mercadoria, nas palavras de Flauzina:

Cientes de que a abolição da escravatura se daria inevitavelmente diante de um cenário que apontava para as formas de trabalho livre como meio de gerar consumo, as classes dirigentes brancas adiaram-na até o último momento. Nesse sentido, o Império aparece como um espaço arquitetado para evitar as rupturas, sedimentar as continuidades e dar o sinal definitivo de que ao projeto de controle somar-se-ia o do extermínio. Não conseguindo enxergar no segmento negro nada além de sua “vocaçãõ” para o trabalho compulsório, era preciso criar as condições para gerenciar aquele contingente e o inviabilizar coletivamente em termos sociais. Foi assim que, indispostos a viver num país com numerosa massa de seres inferiores e mais, recusando-se a com eles compartilhar qualquer dimensão do poder, as elites construíram o Império como forma de preparar as condições para o descarte desses indesejáveis. Em última instância, o Império não só assume como sofisticada o projeto colonial (FLAUZINA, 2006, p.53-54).

No Brasil do século XIX, salta aos olhos o paradoxo entre a vigência da escravidão e a popularidade, entre as elites dirigentes, das ideias importadas do Iluminismo europeu. No Império conviviam liberalismo e escravidão. A instabilidade política está inscrita nas revoltas das décadas de 30 e 40, que se espalharam por todo o território nacional: 1831, Cabanagem no Pará; 1832, Setembrada em Pernambuco; 1835, Farroupilha no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina e Revolta dos Malês, na Bahia; 1837, Sabinada na Bahia; 1839, Balaiada no Maranhão; e 1848, Praieira em Pernambuco. Em meio à instabilidade política que ameaçava o projeto de nação das elites euro-descendentes, o projeto liberal brasileiro é um projeto policial focado prioritariamente no controle dos corpos e dos modos de vida das populações não-brancas. É este o contexto do Código Criminal do Império de 1830. Nele, o negro escravizado, que era considerado um objeto, uma mercadoria, para todos os demais ramos do Direito, transforma-se em sujeito do Direito Penal. Esse é o momento de nossa história em que o Direito Penal, antes ancorado no âmbito privado, começa a se deslocar vagarosamente para a

esfera do público. Entre as particularidades do Código Criminal, chama atenção que as penas cruéis (açoite, tortura e marcas de ferro), que foram abolidas pelo inciso XIX do art. 179 da Constituição de 1824, continuavam em vigor desde que o sujeito a ser punido fosse um escravo (art. 60 do Código Criminal). O artigo 113 previa a degola para as lideranças das insurreições. Já o artigo 179 punia quem reduzisse pessoa livre à escravidão. Ou seja, dando demonstração inequívoca de nossa vocação para o cinismo, a escravidão era censurada no interior mesmo de um regime escravocrata (FLAUZINA, 2006).

Também durante o período imperial-escravocrata observa-se o aumento da população urbana. Em 1849, a cidade do Rio de Janeiro detinha uma população de aproximadamente 266 mil habitantes, dentre eles, 110 mil escravizados. O Rio de Janeiro era a maior concentração urbana de escravos do mundo desde Roma (FLAUZINA, 2006). Mediante o mecanismo discursivo da modernidade - que ao justificar a violência colonial relacionava no imaginário coletivo o comportamento animalesco e cruel, metodicamente incorporado pelos brancos, aos negros -, é de se imaginar o terror que a simples existência das comunidades negras despertava. Assim, o direito de ir e vir dos negros é posto sob vigília constante. Segundo o art. 1 do Decreto de 20 de março de 1829, os escravos que estivessem nas ruas, sem autorização expressa do senhor, seriam presos e castigados pelo proprietário. Percebe-se certa continuidade da influência do privado na medida em que os senhores de engenho são tidos como órgãos de execução penal. Conclui-se que, apesar de estar se tornando público, o Direito Penal ainda mantinha as metodologias apreendidas na dialética Casa Grande e Senzala (FLAUZINA, 2006).

Talvez a maior interdição ao direito de ser negro veio expressa no artigo 295 do Código Criminal do Império: a criminalização da vadiagem. A criminalização do ócio é, de certa forma, a criminalização da liberdade. Foi o jeito que a supremacia branca encontrou de colocar sob intensa vigilância os negros libertos, aqueles que não eram “mercadorias”¹¹. No Rio de Janeiro, em 1840, 65% das prisões eram por ofensa à ordem pública.

O que este dispositivo visa é que os escravizados passem da tutela dos senhores diretamente para a do Estado. A vadiagem é, em última instância, a criminalização da liberdade. Ou, podemos dizer, aos negros não é facultado o exercício de uma liberdade sem as amarras da vigilância. Assim, longe da cidadania, a sociedade imperial apreende os negros no desempenho de dois papéis: o de escravos ou

11 Importante lembrar que mesmo a liberdade comprada por um negro estava condicionada a averiguação de um homem branco. O artigo três do referido Decreto afirma que os negros libertos deveriam pedir um passaporte a um juiz de Paz ou Criminal e a este cabia decidir se ia ou não lhe conceder a liberdade.

criminosos. Tendo em vista a falta de interesse do poder público em promover a efetiva ocupação da mão-de-obra negra livre, a vadiagem, inserida no pacote de inviabilização social do contingente negro, é, indubitavelmente, uma categoria funcional da política. Dentro do Império, portanto, na obsessão pelo controle dos corpos negros, gera-se o ócio como argumento para a punição (FLAUZINA, 2006, p.58-59).

Em 1850, tem início o discurso e as políticas de incentivo à imigração europeia. Entre 1871 e 1920, 3,4 milhões de imigrantes europeus chegaram ao Brasil. Interessa notar que o contingente branco é similar ao contingente negro trazido para o Brasil durante os três séculos e meio de escravidão. Até 1850, estima-se que foram trazidos para o Brasil cerca de 3,3 milhões de africanos escravizados. Assim, o imigrante europeu atendia ao chamado para o embranquecimento da nação. A imigração era a resposta óbvia das elites euro-descendentes ao caráter racial do país. Nesse sentido, a sobrevivência da escravidão explica-se como decisão estratégica para se ganhar tempo enquanto, mediante a imigração europeia, embranquecia-se o país. A decisão também refletia certa preocupação tática da branquitude: inserir os negros no mercado formal de trabalho significaria comprometer os mecanismos de inviabilização social da população negra, excluí-los era uma forma de garantir o que Carneiro chama “profecia auto-realizadora”, era projetar a pobreza como o espaço de vida das populações negras. O pacote de leis relacionados à escravidão, entre as décadas de 1850 e 1880, cumpria exatamente esse papel - resguardar o imaginário simbólico que associa negritude à escravidão esticando a sua vigência enquanto importava-se trabalhadores brancos (FLAUZINA, 2006). Assim, temos em 1850 a Lei Eusébio de Queiroz, que proíbe o tráfico de escravos; em 1871 a Lei do Ventre Livre; e em 1885 a Lei dos Sexagenários. A elite euro-descendente atendia às pressões inglesas ao mesmo tempo em que criava para si a imagem de benevolente. Ao assinar a Lei Áurea, a princesa Isabel não fez nada além de legalizar a liberdade conquistada a duras penas pelo povo negro – em 1872, pouco mais de uma década antes da abolição, 15,2% do total da população negra encontrava-se escravizada; em 1880, esse número era de 8% (FLAUZINA, 2006). Mesmo o movimento abolicionista brasileiro, composto dos sujeitos políticos da época, homens brancos, não se preocupava em escamotear suas intenções:

Entretanto, apesar dos esforços negros empenhados nessa campanha, a abolição se deu nas condições pautadas por um movimento abolicionista constituído por membros da elite, que estabelecia um diálogo estreito com os senhores de escravos, não tendo por objetivo qualquer tipo de ruptura com os interesses das classes hegemônicas. Transitando entre propostas de uma libertação gradual e a ruptura definitiva das amarras escravistas, os abolicionistas, acreditavam na necessidade de integração social do segmento negro, apesar de reconhecer sua inferioridade intrínseca e, principalmente, na superação de um sistema produtivo caduco como o escravocrata. Sempre dentro da perspectiva de manutenção do *status quo*, os abolicionistas empreenderam um projeto em que a liberdade das massas negras estava condicionada à manutenção do latifúndio. A ruptura com o fundamento

essencial do escravismo, portanto, nunca esteve pautada. O racismo esteve, por paradoxal que possa ser, nas bases de sustentação no movimento de extinção das relações escravistas, dentro de um cenário em que, fora da carceragem e das ocupações mais elementares, os espaços sociais destinados à população negra restringiam-se progressivamente. Diante deste quadro, salienta Vera Batista: “o humanismo é apenas elegância retórica e o abolicionismo que se quer não tem nada a ver com exigências de cidadania revolucionária, mas com os estorvos que os negros passam a representar: eis o abolicionismo de resultados” (FLAUZINA, 2006, p.64-65).

Por último, é importante enunciar o que representou a Guerra do Paraguai para a população negra no Brasil: entre 1860 e 1872 a população negra, em termos absolutos, tem uma redução demográfica de aproximadamente 1 milhão de pessoas. A Guerra do Paraguai (1864 -1870), para os negros do Brasil, não foi guerra, conflito ou combate, foi o genocídio, o extermínio, a morte massificada do contingente negro coordenada pelo Império. Era comum que nobres enviassem escravizados para a guerra, em substituição aos seus filhos. Nos quinze anos que se sucederam à Guerra do Paraguai, a população branca brasileira cresceu 1,7 vezes, enquanto a população negra diminuiu em 60% (FLAUZINA, 2006).

O Império foi o momento de consolidação do racismo como uma das maiores fontes de nossa aptidão política. Inscrito nos discursos da decadência biológica da população negra e operando através da produção da morte em massa, o Império representa apenas uma repaginação, uma sofisticação do projeto genocida inaugurado pela aventura colonial. Como disse, certa vez, Machado de Assis, trocamos de roupa sem trocar de pele.

3.5 – SISTEMA REPUBLICANO-POSITIVISTA OU “ORDEM E PROGRESSO”

No dia 13 de maio de 1891, o então ministro das Finanças, Rui Barbosa, emitiu circular em que mandava queimar todos os documentos históricos e os arquivos relacionados à escravidão. A queima dos arquivos é a imagem ideal do início de uma política de encobrimento da dominação, que terá no discurso da democracia racial sua versão mais sofisticada. Para a análise de nossa história republicana, a autora divide o período em dois momentos distintos: primeiro, o imediato pós-abolição, quando a sociedade brasileira começava a se adaptar aos imperativos de uma iminente industrialização e, segundo, a partir dos discursos gerados no decorrer das décadas de 1920 e 1930 e, mais enfaticamente, após a instauração do Código Criminal de 1940 - o estabelecimento do discurso da democracia racial.

3.5.1 – ORDEM...

Continuamos a olhar para um sistema penal que elegeu a corporeidade negra como objeto punitivo predileto. Em 1897, a destruição completa de Canudos serviu de apoio para a afirmação de uma identidade nacional republicana. Canudos é, em certa medida, a versão republicana da guerra contra os Quilombos. O massacre de milhares de pessoas que seguiam Antônio Conselheiro, de indivíduos que aprenderam coletivamente uma outra maneira de sobreviver à fome e à miséria impostas aos marginalizados pelo desenvolvimento nacional, é lembrete que o Brasil branco não toleraria outras formas de socialização, que não a imposta por seus governantes. O caráter racial da guerra de Canudos está expresso na mais completa narrativa que chegou até nós - o livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, está recheado dos arquétipos do racismo científico do século XIX.

Nesse primeiro momento republicano, observa-se o esforço industrializador e a necessidade de se pensar a internalização da disciplina fabril:

No campo, o coronelismo ditava o tom de relações autoritárias que se explicitavam pelo recrutamento da mão-de-obra imigrante, numa busca obsessiva pelo embranquecimento, e pela exploração do trabalho dos libertos, submetidos às condições mais precárias. Nas cidades, a perseguição aos vadios era eleita, mais do que nunca, como a grande pauta do controle, almejando, além da catequese das massas populares na rotina do trabalho, a configuração de uma nova espacialidade urbana. Atravessando esse empreendimento, a cisão entre uma brancura produtiva e uma negritude ociosa e indolente ia ganhando espaço no imaginário e atingindo necessariamente as práticas punitivas (FLAUZINA, 2006, p.68).

A violência continuava a orientar o sistema penal, mas, com o medo sempre presente das revoltas, passa a ser exercida cada vez mais dentro das instituições penais e longe dos olhos da população. É assim que veremos, em 1890, a instauração do Código dos Estados Unidos do Brasil, uma atualização do Código do Império sem mudanças substanciais. Porém, vale mencionar todo um conjunto de leis e decretos que modificaram o referido código:

Em 1893, o Decreto nº145 de 11 de junho, determinava a prisão “correcional” de “mendigos válidos, vagabundos ou vadios, capoeiras e desordeiros” em colônias fundadas pela União ou pelos Estados. Destinado aos mesmos setores, o Decreto nº3475 de 4 de novembro de 1899, negava o direito à fiança aos réus “vagabundos ou sem domicílio”. A Lei 4.242, de 5 de janeiro de 1921, que fixou a inimputabilidade penal aos 14 anos e autorizou a criação de um serviço assistencial às crianças abandonadas e delinquentes, abriu o caminho para a promulgação do Código de Menores em 1927. Na esfera da criminalização do anarquismo, destacamos o Decreto nº5221 de 12 de agosto de 1927 que previa a interdição de agremiações e sindicatos e o decreto nº4269 de 17 de janeiro de 1921 que, dentre outras coisas, criminalizava a apologia do anarquismo ou o elogio aos anarquistas. Além disso, o mesmo Decreto disciplinava o delito da greve, tornando-o inafiançável. Por fim, vale a pena citar o Decreto nº5484 de 27 de junho de 1928 que aumentava a pena de determinados delitos cometidos contra os índios, que deveriam ser considerados sempre como praticados de um superior contra um

inferior (FLAUZINA, 2006, p.69).

A privação da liberdade - o instrumento ideal para o controle penal dos trabalhadores e do exército de reserva - está inscrita na criminalização da greve e da vadiagem. Mais uma vez, é essencial enunciar o racismo como princípio organizador do sistema penal: para os brancos, a censura era feita em relação à falta de disciplina para o trabalho fabril e à indisciplina política; para os negros, a censura e a suspeição estão relacionadas ao próprio corpo (FLAUZINA, 2006). Nesse sentido, foi fundamental a emergência de uma criminologia de cunho racista, que ocupasse a lacuna deixada no sistema da supremacia branca pelo fim da escravidão. É válido afirmar que nossos primeiros anos de República estão marcados por uma vontade nada discreta de preservar a ordem social do passado.

3.5.2 – E PROGRESSO!

A partir da Revolução de 30, o Brasil vive um processo de intensa centralização do poder político. Acentua-se o esforço industrializador. Vemos surgir uma legislação trabalhista, bem como o aumento progressivo e tutelado dos sindicatos. O Brasil da década de 30 era um Estado de caráter intervencionista e previdenciário. É, também, entre as décadas de 20 e 30, que se enuncia a democracia racial e o Código Criminal de 1940 é uma síntese deste processo. O Código de 1940, que sobreviveu a cinco constituições diferentes, promoveu a completa assepsia dos termos relacionados à raça no texto legal. Flauzina observa uma estreita ligação de complementaridade entre o desenvolvimento de uma criminologia racista (Nina Rodrigues e Afrânio Peixoto, por exemplo) e o discurso da democracia racial. Essa ligação também é a ligação entre o positivismo jurídico e o positivismo criminológico. Ao mesmo tempo que a assepsia dos termos relacionados à raça tratava de escamotear as práticas racistas do sistema penal, nas ruas, os corpos negros continuavam a ser os alvos prediletos do aparelho policial e, nos tribunais, do aparelho judicial.

Neste contexto, edita-se a lei Afonso Arinos, nº 1.390 de 3 de junho de 1951, que transformava em contravenção penal a discriminação racial; e a lei nº 2.889 de 1º de outubro de 1956, que criminalizava o genocídio. O racismo era censurado dentro mesmo de um sistema de vocação racista. Para Flauzina, a criminalização do racismo surge como resposta ideal do Estado às pressões do movimento negro. Blinda-se a instituição e se inscreve mais uma vez o racismo na esfera privada, como se o institucional não tivesse nenhum tipo de responsabilidade na reprodução da discriminação racial. A criminalização é severa, acionada

raramente e nunca cumprida; o recado é *claro*:

Num plano mais geral, entendemos que o Estado acolhe as pressões do movimento negro a partir do Direito Penal pelo simples fato de que os efeitos de tais postulações serão necessariamente inócuos. São inócuos porque o Direito Penal, ao contrário dos demais ramos do Direito, é um campo da negatividade e da repressão, não se constituindo enquanto espaço para a promoção de interesses de caráter emancipatório. Além disso, e mais importante, o Direito penal se materializa pelo sistema penal. E como engrenagem que toma o racismo como pressuposto de sua atuação, o sistema é um espaço comprometido, inadequado e incapaz de gerir as demandas a partir de uma perspectiva de igualdade, a exemplo do que ocorre com as demandas femininas. Esse é o campo por excelência de vulnerabilização e não de resguardo dos interesses da população negra (FLAUZINA, 2006, p.77).

Nesse sentido é que a autora afirma que não existe reforma penal capaz de extinguir o racismo do sistema penal. O racismo é estrutural. Desde quando os órgãos de execução penal eram os feitores e capitães do mato, a mando do senhor de engenho, até os praças da PM e delegados de polícia, a mando do comando militar e das secretarias de segurança pública, o que permanece o mesmo é o corpo negro violado. É totalmente ineficaz questionar o racismo através de um sistema penal modelado por práticas racistas, forjado dentro mesmo da instituição da escravidão. A autora aponta que são muitas as alternativas não penais de resolução de conflitos relacionados ao racismo - mudanças na forma como se aborda a história do Brasil no sistema educacional, por exemplo, trariam resultados muito mais efetivos no combate à discriminação racial.

Durante o regime militar, iniciado em 1964, são editadas leis de caráter violento e autoritário: lei nº 898 de 29 de dezembro de 1969, que legisla a prisão perpétua e a pena de morte; e a lei nº 314 de 13 de maio de 1967, que institui a Doutrina de Segurança Nacional. Em meio ao discurso do “inimigo interno” e dos perigos civilizacionais outrora negros, aqui vermelho, cria-se todo um grupo de instituições que fizeram chegar até os corpos brancos toda a truculência policial modelada para os corpos negros - Departamento de Ordem Política (DOI), Destacamento de Operações de Informações (DOPS), Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e os Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social (DEOPS). Conforme já se anunciava na criminalização do anarquismo, os brancos são penalizados pela indisciplina política, por um aparelho herdeiro da brutalidade colecionada durante três séculos e meio de escravidão. Não é à toa que os meios acadêmicos tratam o período como marco histórico da brutalidade policial. A ditadura militar formalizou práticas de longa data, é verdade, mas não inventou a roda. É algo sintomático que, para a elite acadêmica embranquecida, sejam os corpos brancos os responsáveis por evidenciar a violência intrínseca ao sistema penal. Para Flauzina, é o racismo que pauta a ausência de limites da agressividade

do sistema penal brasileiro:

A forma como nosso sistema penal incide sobre os corpos está condicionada pela corporalidade negra, na negação de sua humanidade. Esse é o fator central de sua dinâmica. Disciplinado na violência do extermínio de uma massa sub-humana é esse o trato que o aparato policial está preparado a dar a quem for direcionado. Em outras palavras, o racismo deu o tom e os limites à violência empreendida pelo sistema penal e este a carrega consigo na direção de toda a clientela a que se dirige. O que estamos querendo salientar é que para além da discricionariedade que diferencia o tratamento entre negros e brancos pelo aparato policial e as demais agências de criminalização, é o racismo que controla seu potencial de intervenção física. Daí toda a sua agressividade (FLAUZINA, 2006, p.87).

É importante lembrar que data do período ditatorial a consolidação do que até hoje conhecemos como grupos de extermínio, os esquadrões da morte. São grupos compostos de policiais, ex-policiais e civis que promovem execuções extraoficiais no que anunciam ser uma operação de “limpeza” da sociedade. Entre os muitos exemplos, destaca-se a Scuderie Detetive Le Cocq, criada em 1965, para vingar a morte do detetive de polícia Milton Le Cocq, no Rio de Janeiro, e que foi responsável pela morte de inúmeros “marginais”. O Le Cocq se transformou em uma associação que chegou a contar com quase 7 mil associados, entre eles, Sivuca, policial que mais tarde se elegeria deputado estadual (PSD), com o slogan “bandido bom é bandido morto”.

A reforma penal de 1984 promoveu a quase integral unificação das penas privativas de liberdade, estipulou os regimes de cumprimento fechado, aberto e semi-aberto, e extinguiu as medidas de segurança para os inimputáveis. A redemocratização negociada assegurou, outra vez, a continuidade da ordem estabelecida nas relações raciais brasileiras, através da estratégia de silenciamento do conflito imposta pelo discurso da democracia racial. Apesar de a Constituição de 1988, apelidada de constituição cidadã, apresentar inovações em diversas áreas que, indiscutivelmente, ampliaram as garantias individuais e apontaram para a persistência da discriminação nas relações sociais buscando superá-las¹², o sistema penal passou incólume pelo processo. A militarização da segurança pública, a anistia ampla e irrestrita, a conseqüente impunidade dos agentes estatais sabidamente implicados em crimes de lesa humanidade, como o sequestro, a tortura e a execução extrajudicial, os grupos de extermínio são continuidades no domínio do sistema penal em que se pode observar, com maior *clareza*, a permanência do racismo como operador central da violência institucional. É

¹²Entre os maiores avanços estabelecidos pela Constituição de 88 cita-se o reconhecimento da cultura afro-brasileira enquanto patrimônio cultural, a garantia do direito à terra das comunidades indígenas remanescentes e dos povos quilombolas e, em especial, a tutela dos tratados internacionais em relação a garantia dos direitos humanos.

neste cenário, de derrota com gosto de vitória ou de vitória com gosto de derrota, ou seja, neste cenário profundamente ambíguo, que o Brasil viverá a redemocratização e o avanço das políticas neoliberais.

3.6 – O SISTEMA NEOLIBERAL - A ERA DAS CHACINAS

O medo é um *apriori* do liberalismo. Medo do imprevisível, medo da falta de controle, o medo é o contrapeso da liberdade. Não é surpreendente que a renovação do liberalismo como arte de governar implique uma inovação dos discursos de insegurança, inovação prontamente atendida pelo avanço tecnológico nos meios de comunicação. No Brasil, o oligopólio dos meios de comunicação permitiu que estes se transformassem em um dos instrumentos ofensivos mais relevantes da supremacia branca sobre as populações negras. São eles os responsáveis pela reprodução da velha concepção binária de bem e mal e pela naturalização e espetacularização da violência homicida. São os meios de comunicação os grandes responsáveis pela reprodução do imaginário coletivo que apreende os negros como um perigo iminente. Repetem noite e dia os estereótipos sagrados de nosso pacto sócio-racial. Os meios de comunicação, no Brasil, são ferramentas inimputáveis do terrorismo da supremacia branca.

Por mais que a sensação de insegurança atinja todas as camadas da sociedade brasileira, é claro que atinge as populações negras, indígenas e periféricas, as populações que não têm acesso a uma educação de qualidade, a uma alimentação de qualidade e a um atendimento médico de qualidade de forma muito mais evidente. A vulnerabilidade nacional aos ditames do capital financeiro, a precarização do emprego, a redução de direitos trabalhistas, em suma, a desregulamentação do mercado de trabalho e o consequente crescimento do mercado informal de trabalho, são duas das imagens mais relevantes do avanço das políticas neoliberais. Ela nos conta que a segurança alimentar pode ser um desafio diário mesmo em um país de histórica vocação agrícola; que a escravidão ainda se esconde nas veredas da nossa civilização, dentro de galpões no Brás, nos presídios superlotados - verdadeiros campos de concentração. Viver é o desafio daqueles que são deixados para morrer. A insegurança das populações marginalizadas é uma das fontes de legitimação do narcotráfico enquanto referência econômica, social e/ou moral perante essas populações. Por sua vez, o narcotráfico é fonte de legitimação do acirramento da violência policial, que acaba por produzir ainda mais insegurança no interior dos seus alvos prediletos, as comunidades

marginalizadas pelo desenvolvimento nacional. Um ciclo de violências que serve apenas à supremacia branca: a elite branca não é presa, se é presa vai para presídios especiais, se teve o acesso ao ensino superior, celas individuais; a elite branca não é executada pela polícia e, em seus bairros, não encontramos unidades de polícia pacificadora, mas seguranças particulares e carros blindados (a segurança privada é um dos mercados mais lucrativos do país); a elite branca não tem seus filhos recrutados para servir de praça e pôr sua vida em risco nas linhas de frente das unidades policiais, a elite branca ocupa secretarias de segurança pública, de administração carcerária; quando militar, a elite branca não é praça, é oficial. Não obedece, manda. Nem mesmo a “ovelha negra” da família branca - o cliente do narcotráfico - é penalizado. Quando muito, é hospitalizado; mas é bem possível, inclusive, que o usuário branco seja apreendido como um candidato viável à presidência da nação, desde que apresente uma boa ascendência familiar. Aos amigos tudo, aos inimigos a lei.

Por se tratar especificamente de um poder sobre a vida, a biopolítica articula relações de raça com especificidades de gênero. Em relação às mulheres negras, o “deixar morrer” está diretamente relacionado com a capacidade reprodutiva. Nesse sentido, pesquisa de junho de 2015 informa:

Segundo dados da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, há 62 mortes maternas por 100 mil partos no Brasil. A maior causa de mortalidade materna no Brasil é a hipertensão, responsável por 20% das mortes, depois vêm casos de hemorragia, com 12%, infecção puerperal com 7% e aborto que provoca 5% das mortes. Mas o número de mortes maternas provocadas por intercorrências vem diminuindo entre as mulheres brancas e aumentando entre as negras. De 2000 pra 2012 as mortes por hemorragia entre mulheres brancas caíram de 141 casos por 100 mil partos para 93 casos. Entre mulheres negras aumentou de 190 para 202. Por aborto, a morte de mulheres brancas caiu de 39 para 15 por 100 mil partos. Entre negras, aumentou de 34 pra 51. Segundo a representante da Secretaria de Políticas Para as Mulheres, Rurany Ester, os dados refletem o aumento da investigação das mortes de mulheres em idade fértil, que aumentou nos últimos anos. Por exemplo: 2010 registou 1.719 mortes em partos, dos quais 74% das mortes tiveram suas causas investigadas. Em 2013 foram 1438 mortes e 83% delas teve a causa apurada. Segundo a coordenadora-geral da Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde, Maria Esther de Albuquerque Vilela, além dos fatores clínicos, socioeconômicos, outro motivo é o racismo institucional.¹³

Uma vez que a gravidez é condição fisiológica e não doença, as mortes maternas são preveníveis e evitáveis. Segundo a médica Fátima Oliveira, 96% das mortes maternas no Brasil poderiam ter sido evitadas (CARNEIRO, 2005, p.79). Os dados refletem o descaso em relação às mulheres negras bem como o desrespeito sistemático aos seus direitos reprodutivos.

13 CANUTO, Luis Cláudio. *Mortalidade materna entre negras aumentou no Brasil*. IN: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/489786-MORTALIDADE-MATERNA-ENTRE-NEGRAS-AUMENTOU-NO-BRASIL.html>. Acesso em: 01/11/2015.

Segundo pesquisa realizada pela Fiocruz, na cidade do Rio de Janeiro, que envolvia dez mil mulheres que relataram sua experiência imediatamente após o parto, entre julho de 1999 e março de 2001: 5,1% das brancas não receberam anestesia contra 11,1% das negras; a ausculta de batimentos cardíacos do feto foi realizada em todas as consultas em 97,6% das brancas e 95,9% das negras; durante o pré-natal realizou-se medição do útero de 85,4% das brancas e 81,9% das negras; 73,1% das brancas receberam informações referentes aos sinais do parto, 62,5% das negras tiveram acesso a mesma informação; 83,2% das brancas receberam informações sobre a alimentação adequada durante a gravidez contra 73,4% das negras; e 46,2% das brancas puderam ter acompanhantes antes e durante o parto contra apenas 27% das negras (CARNEIRO, 2005, p.81). O racismo é prática institucional. Outra faceta da ação governamental fundamentada nos princípios da biopolítica em direção às mulheres negras é a criminalização do aborto. Por se encontrarem em situação econômica mais vulnerável que as brancas, as mulheres negras não podem recorrer às clínicas clandestinas e utilizam métodos de interrupção da gravidez consideravelmente mais perigosos. Em entrevista acerca da Pesquisa Nacional de Aborto, a antropóloga Débora Diniz e o sociólogo Marcelo Medeiros afirmam: “As mulheres negras relatam menos a presença dos companheiros do que as mulheres brancas”, “Dez mulheres informaram ter abortado sozinhas e sem auxílio, quase todas eram negras, com baixa escolaridade [ensino fundamental], e quatro delas mais jovens que 21 anos”¹⁴.

Ainda em relação à experiência da mulher negra no Brasil, é importante apontar que, devido ao número absurdo relativo à mortalidade dos homens negros, as figuras da mãe, da esposa e da irmã enlutada escondem o feminicídio das negras. A taxa de feminicídio no Brasil representa cerca de 10% dos homicídios dolosos, dos quais 68,8% das vítimas são negras. Entre as jovens de 15 a 29 anos, a taxa de mortalidade de jovens brancas e jovens negras é de 4,6 por 100 mil habitantes e 11,5 por 100 mil habitantes, respectivamente. A maioria dos óbitos encontram-se relacionados com a violência doméstica e, os assassinos são frequentemente parceiros ou ex-parceiros íntimos.

Se levarmos em consideração toda a população negra, que representa cerca de 50,7% dos brasileiros, em 2013 os negros foram as vítimas de 72% dos assassinatos (levando em consideração que 7% das vítimas de óbito por agressão não tiveram a condição racial

14 COSTA, Gilberto. *Mulheres negras e pobres são mais vulneráveis ao aborto com risco, mostra dossiê*. IN: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-06-24/mulheres-negras-e-pobres-sao-mais-vulneraveis-ao-aborto-com-risco-mostra-dossie>. Acesso em: 01/11/2015.

identificada)¹⁵. Em relação aos corpos masculinos, a estratégia é a execução e a criminalização. O contexto brasileiro é uma imagem assustadora do extermínio da juventude negra - o Mapa da Violência de 2014¹⁶ mostra, entre 2002 e 2012, uma queda da violência que atinge a juventude branca de 32,3% e um aumento da violência dirigida à juventude negra de 32,4%. Segundo a Anistia Internacional¹⁷, a taxa de homicídio no Brasil em 1980 era de 13.910 pessoas por ano; em 2012, foram 56.337, dos quais 30.000 vítimas eram jovens entre 15 a 29 anos; destes, 93% eram homens e 77% negros. O Brasil é responsável por cerca de 10% dos homicídios no mundo. A impunidade é evidente, somente 8% dos casos de homicídio chegam a ser solucionados. Também é evidente a participação de grupos de extermínio formados por policiais militares e ex-policiais militares: os Crimes de Maio, os Crimes da Baixada Santista e mais recentemente a Chacina do Cabula e de Osasco ilustram o antagonismo entre a juventude negra, indígena descendente, pobre e periférica e as forças policiais. O Brasil mata impunemente cerca de 82 jovens negros de 15 a 29 anos por dia. Para Átila Roque, diretor-executivo da Anistia Internacional, a sociedade brasileira encara o violento genocídio da juventude negra como destino inescapável. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2009 e 2011, a polícia brasileira matou 11.197 pessoas, o equivalente ao que a polícia dos EUA matou em 30 anos.

Outro dado importante diz respeito à criminalização dos negros no Brasil. Já o dissemos antes, no Brasil pós-Abolição, o meio delinquente por excelência foi a racialidade negra. A lei da vadiagem previa o trabalho forçado para todos os que se encontrassem desempregados, criminalizava o ócio e institucionalizava o ex-escravo nos órgãos de repressão (CARNEIRO, 2005). Como afirma Carneiro, o dito popular “negro parado é suspeito, correndo é ladrão” é um excelente reflexo de como o ir e vir nunca se constituiu em direito para a população negra. Em 2012, pesquisa do Juventude Viva¹⁸ informa que o Brasil contava com 515.482 pessoas encarceradas. O sistema carcerário brasileiro apresentava um déficit de aproximadamente 240 mil vagas. 38% dos presos no Brasil eram, em 2012, presos

15 ARAUJO, Luciana. *Altas taxas de assassinatos de mulheres negras são expressão do racismo patriarcal*. IN: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pautas-violencia/altas-taxas-de-assassinatos-de-mulheres-negras-sao-expressao-do-racismo-patriarcal/>. Acesso em: 01/11/2015.

16 WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2014 - os jovens do Brasil*. IN: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf. Acesso em: 08/09/2015.

17 ROQUE, Atila. *A violência no Brasil tem cor*. IN: <https://anistia.org.br/tragedia-de-ferguson-e-rotina-brasil/>. Acesso em: 08/09/2015.

18 JUVENTUDE VIVA. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. IN: http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento_WEB.pdf. Acesso em: 08/09/2015. O Juventude Viva é um programa do governo federal brasileiro para combater o extermínio da juventude negra.

provisórios, a grande maioria apresentava o ensino fundamental incompleto e os negros compunham 295.242 do total. Levando em consideração os números da composição demográfica da nação, isso significa que, para cada 100 mil habitantes brancos acima de 18 anos, havia 191 brancos encarcerados; para cada 100 mil habitantes negros acima de 18 anos, havia 292 negros encarcerados. Também é importante atentar para a prática rotineira da Polícia Militar de incriminar suspeitos/vítimas da violência institucional, plantando drogas ou armas nas cenas do crime legalmente instituído pela previsão do “auto de resistência”¹⁹ – em 2015, dois programas paulistas reconhecidos pelo discurso truculento em relação à segurança pública, acidentalmente, emitiram ao vivo imagens de uma perseguição na qual um policial atirou em suspeitos, menores de idade, e, em seguida, pegou uma arma, atirou em direção ao chão e a depositou nos corpos dos jovens atingidos, em uma tentativa mal-fadada de alegar resistência²⁰. Outro caso, recente e emblemático, do *modus operandi* da Polícia Militar foi a execução de dois jovens negros no dia 7 de setembro de 2015 no bairro do Butantã, zona oeste de São Paulo. Paulo Henrique Porto de Oliveira, 18 anos, e Fernando Henrique da Silva, 23 anos, foram executados pela PMSP em frente a câmeras de segurança. Em depoimento gravado pela Ponte Jornalismo, a mãe de Fernando, Cleusa Glória da Silva, negra, nos conta:

Meu filho foi gerado através de um policial, de um sargento. Eu tava patinando em Belo Horizonte com a minha irmã, aí esse policial foi e me agarrou. Me agarrou e me levou pra dentro de uma casa lá, quando eu vi ele já tava me violentando já. Eu tinha meus dezessete anos. Tive que guardar esse segredo vinte anos né? Agora que veio a tona com a morte do meu filho. Eu não pude contar isso pro meu pai. Tive medo do meu pai porque a gente também é, nossa família também é da polícia, também. Aí eu tive medo, muito medo. Ele falou pra eu escolher entre meu filho, esse bebe que era o Fernando, aí eu escolhi meu bebe que era meu filho recém-nascido e vim embora pra São Paulo. Criei ele, cuidei dele, trabalhei, lutei, só apenas limpando o chão dos outros. Trabalhando dia e noite pra cuidar dele, pra agora de novo, novamente, a polícia militar, novamente, me fazer uma maldade. Tirar a vida do meu filho.

(...) Recebi sim telefonema com “pow” no meu telefone. Quero dizer pra você que tá jogando ameaça no meu celular, eu não tenho medo de policia vagabunda não, viu? Eu não tenho medo de polícia corrupta, não. Quero dizer pra você ao vivo pra todo mundo saber que eu não tenho medo. Se me acontecer alguma coisa vai ficar

19 No começo de 2016 foi publicado no Diário Oficial resolução que aboliu o registro do “auto de resistência”, agora é obrigatória a abertura de um inquérito policial com tramitação prioritária toda vez que o uso da força policial resultar em lesão ou morte. Os registros passam a ser “lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial” ou “homicídio decorrente de oposição à ação policial”. Na minha opinião, trocou-se seis por meia dúzia, a conclusão pela “oposição” antes mesmo da investigação já diz a que veio o novo auto de resistência. CAMARGO, Cristina. *Mães de Maio comemoram fim do auto de resistência nos registros policiais*. IN: <http://www.geledes.org.br/maes-de-maio-comemoram-fim-do-auto-de-resistencia-nos-registros-policiais/>. Acesso em: 14/01/2016.

20 ADORNO, Luis. *'PM assinou confissão de que tentou forjar tiroteio', diz ouvidor*. IN: <http://ponte.org/pm-assinou-a-confissao-de-que-tentou-forjar-tiroteio-diz-ouvidor/>. Acesso em: 01/11/2015.

esclarecido no mundo inteiro. Foram vocês que me mataram! Esse crime não vai ficar impune (DA SILVA, 2015)²¹.

Cleusa Glória da Silva é testemunha de que para os agentes da polícia, representantes do monopólio legítimo da violência, o corpo negro é convite para a violação. O estupro, o abandono, a exploração e a morte. Cleusa Glória da Silva também é exemplo vivo da liberdade apesar da dominação; vivendo sempre tão perto da Morte, não a teme mais.

O absurdo dos números referentes à violência dirigida à juventude negra no Brasil só é menos surpreendente que o pouco caso de parte da sociedade civil e da Justiça em relação às vidas negras. Dentre os inúmeros massacres e chacinas do que os movimentos sociais periféricos convencionaram chamar Democracia das Chacinas, acredito, que a recente chacina do Cabula, ilustra de maneira exímia a continuidade das estratégias de dominação racial da supremacia branca em relação às populações negras. Na madrugada do dia 6 de fevereiro de 2015, no bairro do Cabula, em Salvador, após suposto cerco e troca de tiros, a RONDESP (Rondas Especiais, da Polícia Militar da Bahia) assassinou 12 jovens (entre 16 e 27 anos), suspeitos de participarem de assaltos a instituições financeiras. O Ministério Público da Bahia ofereceu denúncia ao Judiciário por homicídio qualificado para nove policiais que integraram a ação. Duas versões se firmaram para os acontecimentos da noite de fevereiro: segundo testemunhas e parentes das vítimas, tratava-se de execução; segundo a Polícia Militar, legítima defesa, o famoso auto de resistência. A juíza Marivalda Almeida Moutinho decidiu, em curtíssimo tempo, sentença em que absolvía os policiais envolvidos. Segundo ela: “Assim, não há obstáculo ao julgamento antecipado da lide e conseqüente absolvição sumária dos acusados, por se mostrar irrelevantes, impertinentes e protelatórias as provas de inquirição de testemunha em Juízo”. Em outras palavras, a juíza estava tão convencida pelas provas técnicas oferecidas pela polícia que não sentiu necessidade de ouvir as testemunhas. Ela ainda vai além e, ao comentar as condições do “confronto”, afirma que “O conjunto de circunstância empresta forte colorido de legitimidade à conduta dos acusados, que agredidos moral e fisicamente, viram-se na contingência de defender-se, o que fez, aliás, de modo moderado”. Ela está se referindo aos 148 tiros, 88 dos quais encontrados nos 12 corpos negros. Na ação, apenas um policial saiu ferido de raspão. Para a juíza, apesar de as vítimas não apresentarem antecedentes criminais, não estão isentas de estarem participando de ilícito,

21 CARAMANTE, André. *Execuções filmadas em SP: Polícia encerra investigação e pede a prisão de 5 dos 11 PMs envolvidos em duas mortes*. IN: <http://ponte.org/execucoes-filmadas-em-sp-policia-encerra-investigacao-e-pede-prisao-de-6-dos-11-pms-envolvidos-em-2-mortes/>. Acesso em: 01/11/2015

como demonstravam as armas e as drogas encontradas pela polícia nos corpos. Na ação policial do bairro do Cabula, em Salvador, na noite de 6 de fevereiro de 2015, morreram: Adriano de Souza Guimarães, 21 anos; Jeferson Pereira dos Santos, 22, João Luís Pereira Rodrigues, 21, Bruno Pires do Nascimento, 19, Vitor Amorim de Araújo, 19; Tiago Gomes das Virgens, 18, e Caique Bastos dos Santos, 16; Evson Pereira dos Santos, 27, e Agenor Vitalino dos Santos Neto, 19; Natanael de Jesus Costa, 17, e Ricardo Vilas Boas Silva, 27; e Rodrigo Martins Oliveira, 17 anos²². O governador do estado da Bahia, Rui Costa, do Partido dos Trabalhadores, comentou o caso:

A PM que eu imagino e que eu quero construir no estado é uma PM que respeite o cidadão. Que respeite as famílias de bem. E que atue sempre dentro da legalidade. A polícia, assim como manda a Constituição e a lei, tem que definir a cada momento, e nem sempre é fácil fazer isso, qual o limite de energia e de força necessária para conter cada situação. Tem que ter a frieza necessária, a calma necessária para tomar a decisão certa e a definição e a escolha muitas vezes não resta muito tempo, são alguns segundos que nós temos pra decidir. É como um artilheiro em frente ao gol que tenta decidir, em alguns segundos, como é que ele vai botar a bola dentro do gol, pra fazer o gol. Depois que a jogada termina, se foi um golaço, todos os torcedores da arquibancada irão bater palmas e a cena vai ser repetida várias vezes na televisão. Se o gol for perdido, o artilheiro vai ser condenado, porque se tivesse chutado desse jeito ou jogado daquele jeito, a bola teria entrado. Só quem tá em campo, naqueles segundos pra tomar a decisão, é que sabe a dificuldade que é tomar a decisão. Mas se nós tivermos sempre em mente que o que diferencia os homens de bem daqueles que escolheram o mundo do crime para enriquecer ou pra fazer maldade e perversidade com outro ser humano, o que diferencia é o cumprimento da lei. E nós deveremos, assim como um bom artilheiro, acertar mais que errar. E vocês terão sempre, podem ter certeza disso, um governador disposto a não medir esforços, a defender desde o praça ao oficial, a todos que agirem com energia necessária mas dentro da lei, assim como o filho da lei. A imprensa perguntou se os homens seriam afastados de seus cargos, eu respondi que não porque não tem nenhum indício que leve a atuação fora da lei nesse caso. [Aplausos de uma plateia de policiais]²³

Para o governador Rui Costa, para a RONDESP, assim como para parte da elite política brasileira, a nação está dividida entre homens de bem e criaturas essencialmente perversas, cuja execução deve ser vista como um gol da sociedade brasileira. Convém lembrar que o bairro do Cabula leva o mesmo nome e ocupa o mesmo espaço geográfico do que, no século XIX, foi conhecido como Quilombo do Cabula. Nas palavras de Beatriz Nascimento, Quilombo é “um local onde a liberdade era praticada, onde os laços étnicos e ancestrais eram revigorados”. Para Abdias do Nascimento:

Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afochês, escolas de samba, gafieiras foram e são os

22 POSSAS, Mariana. *Cabula e a justiça: pode executar, mas tem que justificar*. IN: <http://ponte.org/cabula-e-a-justica-pode-executar-mas-tem-que-justificar/>. Acesso em: 01/11/2015.

23 GOVERNO DA BAHIA. *Rui Costa fala sobre operação da Rondesp na Estrada das Barreiras*. IN: <https://www.youtube.com/watch?v=Im2YKABgMNo>. Acesso em: 08/09/2015.

quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os “ilegais” foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira eu denomino quilombismo (NASCIMENTO, 1980).

Ao encarar o bairro do Cabula enquanto continuidade histórica de uma “práxis afro-brasileira”, a Chacina do Cabula e a opinião do governador Rui Costa adquirem certa profundidade histórica, exatamente aquela que acredito ser urgente des-cobrir e apreender. Dias após a chacina (12/02/2015), em protesto realizado pela comunidade do Cabula, ações intimidatórias da PM: “Os policiais que acompanhavam o ato aceleravam suas motos em direção aos participantes, xingando-os de “vagabundas” e “viados”. De seu lado, manifestantes bradavam gritos de ordem, chamavam a polícia e o governador de racistas e pediam o fim da Polícia Militar”. Em reportagem de Rafael Bonifácio, o relato de Alexandre Ciconello, assessor de direitos humanos da Anistia Internacional: “Achei estranho que a moto não estava mais ao lado, mas no meio dos manifestantes e começou a acelerar atrás de mim. Quando o policial passou do meu lado, me olhou e disse: O que você, tão branco, está fazendo aqui? ”, e, “Esse mesmo policial ficou intimidando as outras pessoas, tanto verbalmente quanto com a moto”²⁴.

Acredito poder afirmar, como Sueli Caneiro e Ana Flauzina, que o ataque sistemático à juventude negra e, nesse sentido, ao futuro das populações negras, reflete certa vontade de um porvir em que não existam negros. Em suma, o biopoder suporta e é suportado pela “convivência, tolerância e indiferença da sociedade” (CARNEIRO, 2005). Carneiro explica a opção pelo binômio dispositivo de racialidade/biopoder no contexto brasileiro:

Foucault empreende a distinção entre tecnologias do poder instituídas pelos dispositivos disciplinares e as novas tecnologias de poder instituídas pelo biopoder. Fica claro que os dispositivos dizem respeito a tecnologias de poder que visam o adestramento do corpo, sobretudo para o trabalho. São técnicas de controle e aperfeiçoamento do rendimento do corpo. [...] Então, o dispositivo de racialidade visou fundamentalmente a docilização do corpo branco, o corpo destinado para o trabalho livre, embora alcançasse também alguns corpos negros que eventualmente puderam escapar das técnicas do biopoder. É a composição do dispositivo de racialidade com o biopoder que se torna pois como propomos nesta tese mecanismo de produção de dupla consequência: promoção do vitalismo dos brancos e multícidios dos negros na esfera do biopoder. Sob a égide do dispositivo de racialidade afigura-se a inclusão prioritária e majoritária nas esferas de reprodução da vida dos racialmente eleitos, e, ao mesmo tempo, a inclusão subordinada e minoritária de negros, eventualmente sobreviventes das tecnologias do biopoder.

24 BONIFÁCIO, Rafael. BELFORT, Claudia. *Comunidade protesta contra chacina no Cabula. PM intimida*. IN: <http://ponte.org/comunidade-protesta-contrachacina-no-cabula-pm-intimida/>. Acesso em: 01/01/2015.

Assim, concorrem no domínio da racialidade no Brasil os dois gabaritos de inteligibilidade: o do dispositivo de poder, voltado para o adestramento e eleição/subordinação das racialidades, informado por visões raciais produzidas historicamente; e, em dimensão mais ampla, opera a lógica do biopoder conformando em nosso entendimento um dispositivo de poder híbrido: o dispositivo de racialidade/biopoder um instrumento de produção e reprodução sistemática de hierarquias raciais e, mesmo produção e distribuição de vida e de morte (CARNEIRO, 2004, p.93-94).

Em resumo, no Brasil, o dispositivo de racialidade/biopoder é um mecanismo fundacional de distribuição de morte e de vitalidade que opera discursos e práticas, a fim de criar ou manter as condições necessárias para o descarte de determinadas populações. Para terminar, acredito ser importante tecer algumas considerações sobre operatividades específicas do dispositivo de racialidade/biopoder no campo epistemológico e no campo ontológico.

3.6.1 – DO CAMPO EPISTEMOLÓGICO – O PROBLEMA DO BRANCO

Para tratar os efeitos do racismo no campo epistemológico, Carneiro modela o conceito de epistemicídio, do autor português Boaventura de Sousa Santos. O conceito é muito próximo ao que o grupo modernidade/colonialidade chama colonialidade do saber. Segundo Carneiro:

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender, etc.

É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta (CARNEIRO, 2005, p.97).

Para a autora, o epistemicídio é uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade/biopoder. A crítica em relação à filosofia ocidental aparece, tal como na colonialidade do saber, em relação à sua pretensão de poder e saber hierarquizar e catalogar. A *hybris* do ponto zero. Dentro das particularidades da sociedade brasileira, o epistemicídio aparece, primeiramente, através da disseminação dos valores da Igreja Católica – os negros poderiam ser escravizados por não possuírem alma; já o advento da República traz consigo o discurso do racismo científico, que procurará conter, excluir e assimilar o negro em sua nova

condição de escravo liberto, de cidadão indesejável (CARNEIRO, 2005). O problema do negro é o bode expiatório da supremacia branca. Ele nos remete ao mito da modernidade: a culpabilização das vítimas. A autora aponta em Nina Rodrigues a enunciação do problema do negro e das possibilidades civilizatórias do Brasil:

O que importa ao Brasil determinar é o quanto de inferioridade lhe advém da dificuldade de civilizar-se por parte da população negra que possui e se de todo fica essa inferioridade compensada pelo mestiçamento, processo natural por que os negros se estão integrando no povo brasileiro, para a grande massa da sua população de cor. [...] Capacidade cultural dos negros brasileiros; meios de promovê-la ou compensá-la; valor sociológico e social do mestiço ário-africano; necessidade do seu concurso para o aclimatação dos brancos na zona intertropical; conveniência de diluí-los ou compensá-los por um excedente de população branca, que assuma a direção do país; tal é na expressão de sua rigorosa feição prática o aspecto porque, no Brasil, se apresenta o problema do negro (RODRIGUES, 1988, p.262. *Apud*. CARNEIRO, 2005, p.107).

Ou seja, o problema do negro é um enunciado hábil em esconder a distorção metodicamente empregada nas sociedades multirraciais de origem colonial - o problema do negro é, na realidade, o problema dos brancos.

Em relação ao campo epistemológico, no Brasil o negro sempre foi fonte de saber, mas nunca autoridade ou interlocutor. O negro encontra-se apreendido enquanto categoria, objeto ou alegoria. A interpretação dos modos de subjetivação do negro foi metodicamente descrita pelos brancos brasileiros. Silvio Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, são muitos os autores brasileiros que, no final do século XIX e início do século XX, propõem a incapacidade do negro para o processo civilizatório e, frente a sua inevitável destruição, o argumento de que os negros só contribuirão para a civilização enquanto objeto de conhecimento. A postura não difere muito da adotada na celebração do Centenário da Abolição da Escravatura em 1988. Segundo Carneiro, na ocasião, foi selecionada uma comissão de notáveis intelectuais e pesquisadores brasileiros especializados na temática racial sem a presença de um negro sequer. Nos entremeios das batalhas epistemológicas relacionadas ao domínio da racialidade, é muito comum presenciarmos, através da reivindicação de uma neutralidade mitológica, a desqualificação do ativismo negro como fonte de autoridade do saber sobre o negro (CARNEIRO, 2005).

Nesse sentido, o discurso aparece não apenas como ferramenta analítica de lutas e de sistemas de opressão, mas é, principalmente, o objeto da luta, o poder que se deseja conquistar, resguardar. No Brasil, o discurso da unidade nacional gira em torno da democracia racial. Um discurso estratégico para o apaziguamento das tensões étnico-raciais. É também reflexo do desejo de auto-representação das elites brasileiras, que padecem, assim como as latino-

americanas, de um visceral complexo de inferioridade e que, dessa forma, transformam em positivo a mestiçagem, que é o fundamento mesmo da sua sempre incompleta ocidentalização. Dentro do discurso da democracia racial, a miscigenação racial, ou seja, o sexo inter-racial, aparece como um dos principais argumentos acerca da vocação brasileira para a tolerância. Tal argumento cumpre a função de mascarar as reais condições do sexo inter-racial colonial, ou seja, do estupro de “escravas” e “selvagens”. Segundo Carneiro, estudos comprovam que, dos brasileiros que se supõem brancos, 61% levam a marca genética de uma ascendente mulher, negra ou índia, na proporção de 28% e 33%, respectivamente. A miscigenação também funciona como um instrumento eficaz de branqueamento do país, uma vez que, ao estabelecer uma escala de fenótipos e uma hierarquia cromática - que tem em uma das polaridades o negro e na outra o branco - aos intermediários está posto o benefício simbólico de estarem mais próximos do ideal de ser humano (CARNEIRO, 2005). O censo demográfico realizado em 1980, no Brasil, revelou a existência de 138 cores. A democracia racial aparece como discurso de uma determinada visão civilizatória que, estrategicamente, resguarda à mestiçagem todas as noções positivas que o brasileiro associa a si próprio, por exemplo a sensualidade, a afetividade, a tolerância, a cordialidade e a vocação para a paz (CARNEIRO, 2005).

O negro no Brasil foi descrito como aquele incapaz de se controlar, alegre e brincalhão, imprudente e festivo, um estereótipo destinado ao entretenimento do branco. Totalmente instintivo e por isso mesmo recorrentemente animalizado. Repito: a corporalidade negra é o bode expiatório de todos os fracassos dos governantes euro-brasileiros. Na tese de Sueli Carneiro, encontrei referências a editoriais escritos por Júlio de Mesquita Filho que logo me chamaram atenção. Chamaram-me atenção porque o jornalista emprestou seu nome à instituição pública de ensino superior onde concluí minha graduação – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Sobre os negros, afirma:

As portas das senzalas abertas em 88 haviam permitido que se transformassem em cidadãos como os demais dezenas e dezenas de milhares de homens vindos da África e que infiltrando-se no organismo frágil da coletividade paulista, iriam não somente retardar, mas praticamente entravar o nosso desenvolvimento cultural (MESQUITA FILHO, Júlio. *apud* CARNEIRO, 2005, p.109).

Nada mais contraditório com a realidade e ali estavam Luiz Gama, os irmãos Rebouças, Machado de Assis, Juliano Moreira, Mário de Andrade, Cruz e Souza, Lima Barreto e diversos outros expoentes negros das ciências e das letras para provar. Segundo Carneiro: “O negro estava aqui, aclimatado e aculturado, já havia dado mostra de talento para as artes e as

ciências e no entanto será preterido com o argumento de sua 'crônica insuficiência civilizatória'" (CARNEIRO, 2005, p.109).

A crônica insuficiência civilizatória tem na educação um importante campo de reprodução das desigualdades históricas entre as populações negra e branca no Brasil. As desigualdades existentes em relação ao acesso da população negra e da população branca à educação de qualidade são uma constante no trajeto da história do Brasil. A administração das oportunidades educacionais, óbvia quando olhamos para os quadros discentes e docentes das universidades públicas brasileiras, permitiu por um lado a ascensão social dos brancos subalternos e, por outro, a exclusão social dos negros. Consequentemente, engendra-se o embranquecimento do poder e da renda e a despolarização da questão racial. Para Carneiro:

A exclusão racial via o controle do acesso, sucesso e permanência no sistema de educação manifesta-se de forma que, a cada momento de democratização do acesso à educação, o dispositivo de racialidade se rearticula e produz deslocamentos que mantêm a exclusão racial.

É nosso entendimento que no início da República, foi acionado para isso o controle da qualidade dos que teriam acesso à escola pública. Posteriormente é o controle do acesso ao ensino de qualidade que será o instrumento. O sucateamento do ensino público coincide com a afirmação social de uma classe média branca que pode passar a pagar pela qualidade da educação que receberá. É também um momento e um processo de demarcação dessa classe média branca em relação às classes populares notadamente negras (CARNEIRO, 2005, p.114).

De acordo com a autora, o silêncio que se cria ao redor da discriminação racial no Brasil leva o aluno e a aluna negros a uma certa esquizofrenia, vivenciam experiências de exclusão sobre as quais nunca se fala, experiências que nunca são reconhecidas. Nesse sentido, a escola aparece como um mecanismo de normalização da inferioridade negra e da superioridade branca. É um lugar de processos permanentes de disciplina das relações raciais. Durante a intensificação da imigração europeia - estratégia de branqueamento da população brasileira - a adoção da língua portuguesa pelas escolas funcionou como técnica de nacionalização dos imigrantes europeus e de desnacionalização dos negros e dos indígenas. A história de luta e de sobrevivência dos africanos escravizados ou dos indígenas não é contada, não faz parte de um patrimônio imaterial da humanidade. Não custa lembrar que para garantir o esquecimento da dominação e da liberdade, pares inseparáveis, Rui Barbosa ordenou que todos os documentos relacionados à escravidão no país fossem queimados. Carneiro também reconhece a persistência de um imaginário racista entre os professores, que os fazem duvidar da capacidade cognitiva dos alunos negros. Para os negros, a experiência escolar leva a um processo cumulativo de inseguranças em relação a sua própria capacidade intelectual.

Nas dificuldades e desafios que se apresentam para as pessoas negras que adentram ao nível universitário manifestam-se o acúmulo do conjunto das determinações que as acompanham em toda a trajetória escolar, no que tange ao conflito racialidade/saber e poder. É nessa esfera que esses conflitos alcançam a arena privilegiada em que se constroem, reconstroem e são postas em questão, ou reafirmadas, as possibilidades do negro frente ao conhecimento erudito e das implicações em termos de saber e poder que elas envolvem. Adentrar à universidade, longe de constituir-se em superação dos estigmas e estereótipos, é o momento da confrontação final, no campo do conhecimento, em relação a esses mecanismos que assombam os negros em sua trajetória escolar. Aí a branquitude do saber, a profecia auto-realizadora, a autoridade exclusiva da fala do branco, são os fantasmas que têm de ser enfrentados sem mediações (CARNEIRO, 2005, p.122-123).

3.6.2 – DO CAMPO ONTOLÓGICO

Segundo a autora, as diversas prática desencadeadas pelo dispositivo de racialidade/biopoder podem ser agregadas no conceito foucaultiano de interdição. Para Foucault, as interdições são procedimentos de exclusão que derivam da inscrição do Outro no âmbito da anormalidade, do não-ser, da natureza. O negro é apreendido pelo racismo científico do século XIX como criatura intermediária entre o homem e o animal, representa, para o branco, a incompletude humana. O mito do negro estuprador e a sexualidade latente atribuída a mulher negra são exemplos dessa animalização do negro aos olhos da branquitude. A descartabilidade do negro no pós-abolição, fundada em todo o discurso de sua incapacidade para a civilização, fará do negro um incorrigível, criará em torno dele um estado de suspeição permanente (CARNEIRO, 2005):

Para Foucault, a interdição se torna possível pela construção de indivíduos ou coletividades sobre os quais se constituiu um sentimento generalizado de “convicção íntima de culpa” (FOUCAULT, 2002, p.10), uma figura do campo jurídico que para Foucault consiste numa “autorização para condenar sem provas” (FOUCAULT, 2002, p.10), mas que permite também absolver sem provas de ausência de crime. A figura da “convicção íntima” resvala do campo jurídico para o cultural e social, como permissão para todos os que detêm a autoridade da fala enquanto dimensão do pertencimento a institucionalidades qualificadas para enunciar a verdade sobre um objeto ou um outro qualquer. É essa qualidade que se espalha aos demais racialmente hegemônicos, como que por contágio derivado do pertencimento à racialidade considerada superior e portadora do talento do bem pensar, julgar e justificar.

Entendemos que é isso que autoriza qualquer branco a sentir-se especialista em negro e nas relações raciais, bem como estar à vontade para vocalizar o que seja melhor, ou o que melhor convém para o negro explicitando, “os efeitos de verdade que podem ser produzidos, no discurso, pelo sujeito que supostamente sabe”. (FOUCAULT, 2002, p.18). Ainda que consista num discurso que seja conforme Foucault, “estatuário e desqualificado” (FOUCAULT, 2002, p.18). No caso do negro, a cor opera como metáfora de um crime de origem, da qual a cor funciona como uma espécie de prova, de marca ou sinal que justifica essa presunção de culpa. Para Foucault, “ninguém é suspeito impunemente” (FOUCAULT, 2002, p.10), a culpa presumida pelo *a priori* cromático desdobra-se em punição *a priori*, preventiva e educativa (CARNEIRO, 2005, p.128).

A redução ao ôntico faz da negritude a essência de todo negro. É a identidade estática do negro, estabelecida de maneira a resguardar ao branco, o dinamismo de sua identidade, de sua liberdade. Essencialmente ruim, embrutecido, incapaz de se controlar, ser negro é ser suspeito *a priori*. No Brasil, a vigilância imposta aos negros é intensa e contínua. E também o é a punição. Não se encontram Unidades de Polícia Pacificadora em comunidades brancas. Em 2015, três exemplos profundamente desesperadores ilustram o extremo da situação da população negra no Brasil. No dia 2 de abril de 2015, Eduardo de Jesus, menino negro de 10 anos que sonhava em ser bombeiro, foi assassinado com um tiro na cabeça enquanto estava sentado em frente à sua casa no Complexo do Alemão. Terezinha Maria de Jesus, mãe de Eduardo, presenciou a execução do filho: “Ele estava sentado no sofá comigo. Foi questão de segundos. Ele saiu e sentou no batente da porta. Teve um estrondo e, quando olhei, parte do crânio do meu filho estava na sala e ele caído lá embaixo morto”. O relato ainda demonstra a insensibilidade das forças policiais frente ao sofrimento de uma mãe que tinha acabado de presenciar o assassinato do próprio filho: “Eu marquei a cara dele. Eu nunca vou esquecer o rosto do PM que acabou com a minha vida. Quando eu corri para falar com ele, ele apontou a arma para mim. Eu falei ‘pode me matar, você já acabou com a minha vida’”, “Tiraram o sonho do meu filho. Tiraram todas as chances dele. Eu fazia de tudo para ele ter um futuro bom. Aí vem a polícia e acaba com tudo”, “Ele sempre falava que queria ser bombeiro. Ele estudava o dia inteiro, participava de projeto na escola, só tirava notas boas. Por que fizeram isso com meu filho? ”. No site que vinculou a notícia, os comentários dos leitores são reveladores:

SE ELA VIU O TIROTEIO , SE ELA VIU O PM QUE TERIA ATIRADO NO SEU FILHO, SE ELA TA TÃO CERTO DISSO, PRENDA ELA IMEDIATAMENTE POR CUMPLICIDADE NO ASSASINATO DO FILHO, NÃO COLOCOU ESSA CRIANÇA PRA DENTRO DE CASA PORQUE ISSO COMO ELA FALOU OCORREU NA PORTA DA CASA DELA PODE PRENDER ELA POR CUMPLICIDADE SE ISSO FOR VERDADE.

Só acho que para quem perdeu um filho desta forma essa familia ta muito bem articulada grita ,berra ,faz escandalo mais não vi uma lagrima não vi um estado de choque aquela dor do fundo da alma ,parece que já esperava pelo pior ,e não acredito que policial teria ameaçado ela Que DEUS me perdoe se estiver errado mas muita mae vai concordar

E as fotos que estão rolando na internet desse menino carregando um fuzil e pistola?

Não vou puxar para nenhum lado, mas uma coisa é certa se moradores não ficassem defendendo e escondendo traficantes o Alemão seria outro, se vc pensa que polícia espanta criminoso ta ai sua resposta, a comunidade é que tem que fazer isso, não faz amigo ai fica difícil parar com essas tragédias, sinto muito mas em vários vídeos vc ve pessoas caminhando tranquilamente no meio de tiroteios.. então né paciência... Agora da onde veio o tiro, se as fotos na internet desse garoto segurando fuzil são verdadeiras ai amigo só mais pra frente veremos, no momento foi uma tragédia..

É um a menos, o filho dela ia ser bandido, todos ali estão vinculados ao crime, não escapa um...amanhã vai morrer mais uns 5, depois de amanhã mais uns 6, e daqui a 1000 anos vai nascer e morrer estas porcarias!!! Isso não tem fim, só piora!!!²⁵

O segundo exemplo é o de Cristian Soares da Silva, 12 anos, assassinado por agentes da UPP de Manguinhos, no Rio de Janeiro, no dia 8 de setembro de 2015. Cristian estava jogando futebol, quando foi atingido por tiros supostamente trocados entre a PM e os traficantes. Nas palavras de sua avó, mulher negra:

Não, eu não sabia que meu neto tava no campo. Porque se eu soubesse que ele tava no campo jogando bola eu tinha pegado meu neto. Eles deram um tiro pelas costas do meu neto. E tão falando que meu neto é bandido? Então o ser humano na favela, tudo é bandido. Que isso gente? É uma criança de 12 anos, gente. É meu netinho. Eu amava meu bebe. É 12 aninhos só que ele tem. Porque tirou a vida dele jogando bola? E ele foi socorrer a moça que caiu e ele que morreu. Ele que morreu. Meu neto tá morto.

(...) A UPP tava do lado de cá e a BOPE do lado de lá. Então o que que aconteceu, a BOPE dando tiro do lado de cá e a UPP dando tiro do lado de lá pra falar que estava trocando. Não tinha ninguém trocando. Não tinha ninguém trocando. E a gente pedindo socorro de dentro do bar. Socorro que era tudo trabalhador. Eu botando minha comida pra mim vender e eles não paravam, eles não paravam de atirar. E a gente acenando pedindo socorro e eles não tava nem aí ó, que morra todo mundo favelado, é isso que eles pensam, que morra. E eu pedindo socorro pra eles parar e eles não paravam. Era UPP do lado de cá e BOPE do lado de cá, trocando pra falar que os outros tavam trocando tiro. A culpa é deles mesmo. Eles que mataram meu neto, pelas costas, pelas costas, pelas costas! Agora que entrou essa desgraçada UPP pra acabar com a vida do... do trabalhador, aí entrou essa maldita UPP, não sei porque Sérgio Cabral botou essa desgraçada dessa UPP dentro do Manguinhos. Essa miserável veio pra detonar todo mundo. Veio pra detonar. Pra acabar com a vida do ser humano. E só dão tiro pelas costas dos outros. Só pelas costas. Vocês tem que provar que meu neto é bandido, vocês tem que provar. Uma criança é bandido, ela tava jogando bola, vocês tem que provar. Bando de repórter miserável, desgraçado, mentiroso, tá? Você tem que provar!²⁶

Por último, gostaria de lembrar a execução de Herinaldo Vinicius de Santana, 11 anos, no dia 23 de setembro de 2015, no Complexo do Caju. Herinaldo desceu de casa com 0,80 centavos no bolso e ia correndo comprar uma bolinha de ping-pong. A mãe de Herinaldo, como muitas mulheres negras, trabalhava de empregada doméstica em uma residência na zona sul do Rio de Janeiro. Herinaldo passou correndo por um beco onde estavam dois agentes da PM, que pertenciam a UPP. Os agentes se assustaram com Herinaldo e o executaram. Antes de morrer, Herinaldo chamou pela mãe. A comunidade, revoltada, bloqueou avenidas. Outra

25 SILVEIRA, Daniel. *Mãe de morto no Alemão acusa 'nunca vou esquecer o rosto do PM'*. IN: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/mae-de-morto-no-alemao-acusa-nunca-vou-esquecer-o-rosto-do-pm.html>. Acesso em: 02/01/2015.

26 JORNAL A NOVA DEMOCRACIA. *Jovem de 12 anos é morto pela polícia em Manguinhos*. IN: <https://www.youtube.com/watch?v=VSXgfuFUWO8&feature=youtu.be>. Acesso em: 02/11/2015.

vez, o tom dos comentários dos leitores chama atenção:

Sei q minha observação não diz q o jovem era bandido, mas é sintomático ver que o sinalzinho nas mãos dele significa CV, ou seja, Comando Vermelho. É incrível como essas crianças já nascem glamourizando o crime. Não as culpo pq esses mlqs nascem com nada e vêem o amigo do lado só enriquecendo e ostentando com a atividade do tráfico.

ja repararam na foto que o menino parece fazer com as mãos as iniciais de uma facção? olha todos que morrem nas favelas agora são ajudante de pedreiro, entregador de pizza, motoboy, criancinha inocente...a para de tanta hipocrisia, não querem a policia acabem com ela e deixem a imprensa, os direitos humanos e outros senhores sabedores da verdade tomar conta dessa sociedade hipocrita

Não defendo bandido, pra mim bandido bom, é bandido morto. Não sei dizer se o menino era bandido ou não, mas já pesaram se fosse com um filho de vocês, o moleque sai para brincar e, você recebe a notícia que seu filho foi morto com um tiro na cabeça, nessa hora meu camarada, não interessa quem esta certo ou quem esta errado. No meu pensamento (falo por mim) eu iria querer matar o cara que atirou, mas como diz o ditado: pimenta nos olhos dos outros é refresco, no nosso arde.

O Dona Rosa, já fui assaltado por um garoto de onze anos, porque será que ele estava fazendo aquele símbolo, será que era de paz ? E o marmanjo que está do lado fazendo o mesmo símbolo, será que é gente boa ? Coitadinhos.....f.....dá-se.

ESSE PESSOAL DO FACE QUE POSTOU LÁ EM BAIXO , PODERIA POSTAR TAMBÉM QUANDO OS BANDIDOS SAEM DESSA COMUNIDADE PARA ROUBAR E MATAR PESSOAS DE BEM AQUI FORA.. PEDIR PRA ELAS NÃO FAZEREM ISSO, SERÁ QUE VCS PODEM FAZER ISSO?

SE O MENINO ERA INOCENTE OU NÃO A VERDADE É QUE NÃO SABEMOS, POREM NÃO É O PRIMEIRO E NEM SERÁ O ULTIMO, PORQUE VIVEMOS EM UMA VERDADEIRA GUERRA URBANA, SÓ OS DEMAGOGOS POLITICOS QUE NÃO QUEREM ACEITAR O ESTADO DE BELIGERANCIA QUE SE ENCONTRA O RIO. INFELIZMENTE EM TODA GUERRA, SEJA ELA CONVENCIONAL OU IRREGULAR, MORREM INOCENTES.....

OUTRA COISA NA FOTO TEM UM CAMARADA BEM MAIOR QUE ELE ... SERÁ QUE NÃO É FOTO DE TRAFICANTE FAZENDO SINAL E ELE TAVA DO LADO IDOLATRANDO ESSE TIPO DE LIXO? PORQUE O OUTRO TAMBÉM ESTA FAZENDO O MESMO SINAL DA FACÇÃO...

DONA ROSA E O QUE A SENHORA ACHA DESSE BANDO DE GENTE A TOA QUE DEPOIS DE UM CASO DESSE VEM TACAR FOGO EM ONIBUS , VI MORADORES, QUE PRA MIM SÃO BANDIDOS, JOGANDO CAIXOTES EM CIMA DOS CARROS E SE NESSE CARRO TIVER CRIANÇA O CARA BATER E MORRER A CRIANÇA? O QUE A SENHORA DEFENSORA DE BANDIDO IRIA ESCREVER AQUI? SABE DE UMA COISA... MENOS UMA SEMENTE DO MAL E PHO...DA-SE

MAS ELE É LOIRO ROSA? SE FOSSE FALARIA A MESMA COISA... E ELE TA FAZENDO SINAL DE FACÇÃO A SENHORA ACHA QUE ISSO É UM EXEMPLO DE MENINO? TA DE SACANAGEM....

Mas como a carne mais barata do mercado é a nossa, vocês vem nos comentários ficar falando dos símbolos que uma criança faz com as mãos pra justificar o assassinato delas! Porcos racistas, todos vocês!

Vocês arranjam motivo pra comemorar a morte de crianças pretas. Branco tem direito a errar e se redimir, preto é morto na confusão, mesmo quando não tava fazendo nada errado, e vocês ainda assim arranjam motivos pra comemorar o nosso genocídio pelas mãos do braço armado do estado. Nojentos! Se fosse o contrário, um menino branco de 11 anos morto por PM, a comoção era nacional!

QUE MÃE É O CAR...AIO...IMAGINE QUANTAS MÃES IAM CHORAR QUANDO ELE CRESCESSE VIESSE PRO ASFALTO ROUBAR E MATAR OU OS SENHORES ACHAM QUE CRESCENDO FAZENDO ESSE SINAL E MORANDO ONDE TEM BAILE FUNK TODO DIA, BANDIDOS DESFILANDO DE FUZIS, PISTOLAS ETC QUE SÃO OS IDOLOS DESSES TRASTES IA CRESCER SENDO ALGUÉM? ME POUPEM... É PORQUE MUITOS QUE DEFENDEM ESSES LIXOS NÃO FORAM RETIRADOS DO CARRO COMO EU E MINHA ESPOSA E TIVEMOS ROUBADOS NOSSOS DOCUMENTOS, DINHEIRO, CARRO E NOSSA DIGNIDADE..²⁷

Mais uma vez, Carneiro aponta as nuances do fenômeno:

A multiplicidade de identidades que entrecortam os indivíduos, contemporaneamente ditadas por suas diferentes inserções ocupacional, de gênero, de classe etc, desaparecem quando adentra o negro. O negro chega antes da pessoa, o negro chega antes do indivíduo, o negro chega antes do profissional, o negro chega antes do gênero, o negro chega antes do título universitário, o negro chega antes da riqueza. Todas essas outras dimensões do indivíduo negro têm que ser resgatadas *a posteriori*. Depois da averiguação, como convém aos suspeitos *a priori*. E como esse negro se recusa a sair desse lugar hegemônico, mesmo após a averiguação, ele será submetido a diferentes testes para provar que seja algo além do que um negro. Por isso dirá Frenette que ser negro é não ter descanso. O negro “representado”, construído pelas práticas discursivas congela os “eus” latentes no interior do corpo negro, torna-os dormentes, anêmicos, pulsões irrealizáveis pela tirania do “negro” anexado. Quando chega um branco, contudo, não sabemos diante de quem estamos.

A branquitude não precisa se afirmar, porque a afirmação a partir do lugar do privilégio equivaleria à ruptura com o pacto de silenciamento em relação às hegemonias raciais produzidas pela brancura (CARNEIRO, 2005, p.131-132).

O que pude notar em minha pesquisa acerca da interação entre as forças de segurança e as comunidades negras no Brasil e que procurei demonstrar nos casos de Eduardo, Cristian e Herinaldo é exatamente essa culpabilização *a priori*, bem como a constante vigilância a que estão submetidas as populações negras no Brasil. Ser negro é ser criminoso. É ser suspeito. É merecer a morte. A criminalização das crianças de 10, 11 e 12 anos, a culpabilização das mães e o aplauso ao extermínio demonstram o quanto a população negra é vista como ameaça constante ao bem-estar dos “cidadãos de bem”.

Na ausência de enunciados acerca do conflito racial, toda vez que o negro torna-se base de uma política de identidade, brancos em pânico apontam a corrupção da harmonia

²⁷ ZAREMBA, Júlia. 'Ele estava indo comprar uma bolinha de ping-pong', diz amiga de menino morto no Caju. IN: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/ele-estava-indo-comprar-uma-bolinha-de-pingue-pongue-diz-amiga-de-menino-morto-no-caju-rv1-1-17586088.html#ixzz3qLgFdvTj>. Acesso em: 02/11/2015.

nacional, bradam contra o racismo. O negro não pode, o negro não deve existir enquanto sujeito político coletivo. É nesses termos que se dá o debate sobre a implementação de cotas raciais nas universidades públicas. Os brancos constantemente tentam pautar o combate ao racismo identificando-o como residual, como a sobrevida da mentalidade de uma elite brasileira arcaica e, agora, como oportunismo do movimento negro. Encontramos, outra vez, a celebração da mestiçagem, que fecha os olhos para a permanência das desigualdades existentes entre a população negra e a população branca no país, que finge não ver nos corpos de Eduardo, Cristian, Herinaldo e de tantos outros o reflexo da própria monstruosidade. A negação do conflito é a negação da violência, o silêncio é estratégia fundamental para a articulação e reprodução do dispositivo de racialidade/biopoder (CARNEIRO, 2005).

3.6.3– ALGUMAS POUCAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A RE – EXISTÊNCIA

É preciso muito cuidado para trabalhar com a palavra re-existência. Em última análise, reduzir a existência do colonizado à re-existência ao mundo do colonizador é cair numa armadilha, enxergar o sentido da própria existência do colonizado somente a partir da relação de oposição ao colonizador. Há tempos, Fanon apontava para o fenômeno (FANON, 2008). É nesse sentido que Beatriz Nascimento afirma a relevância do conceito de “continuidade histórica”:

Continuidade histórica é um termo ainda mais abstrato do que “sobrevivência” ou “resistência cultural” dos antropólogos. A continuidade seria a vida do homem – e dos homens – continuando aparentemente sem clivagens, embora achatada pelos vários processos e formas de dominação, subordinação, dominância e subserviência. Processo que aconteceu, ao longo desses anos, com aqueles que, em nossas abstrações, se englobam na categoria de negros (NASCIMENTO, 2006, p.110).

Adentro, cautelosamente, no âmbito das re-existências. Passados mais de quinhentos anos do extermínio enquanto método de governo, a completa ocidentalização da sociedade brasileira não se realizou. Não sou negra, não sou indígena, não me sinto apta a dissertar sobre realidades que eu desconheço. Não acredito que todas as formas de manifestação de ancestralidades não-ocidentais carreguem obrigatoriamente o signo da re-existência. Não acredito que o negro ou o índio existam apenas em oposição ao branco. Outrossim, acredito que, em meio à cultura ocidental e especialmente nos centros urbanos onde estão mais vulneráveis à ação das forças de segurança, re-existir é um ato quase compulsório aos sobreviventes do dispositivo de racialidade/biopoder. Para Foucault:

[...] não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa – alma da revolta,

foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, 2001, p.91. *Apud.* CARNEIRO, 2005, p.149).

Assim, a re-existência é o par eterno da dominação, a re-existência é co-existência. Em relação a população negra, a primeira das estratégias de re-existência é a sobrevivência física (em que, devido ao quadro de pobreza a que estão submetidas, a segurança alimentar é um desafio cotidiano), segue-se a preservação da capacidade cognitiva, a apreensão crítica dos processos de exclusão racial e a emancipação individual e coletiva (CARNEIRO, 2005, p.150).

Carneiro recupera a noção de relação sub-ontológica, de Fanon, para afirmar a centralidade do cuidado de si no processo mesmo de re-existir:

As formas de normalização encerram modelos de comportamentos socialmente aceitáveis. No caso da racialidade negra em que o corpo negro é em si mesmo, na sua existência, uma transgressão no âmbito de um ideal de ego de uma sociedade que se deseja branca, civilizada nos parâmetros da cultura ocidental e herdeira de seus códigos prescritivos no plano moral os ajustes que são impostos aos corpos negros constituem um código prescritivo cujo tipo ideal seria o negro de alma branca, ou seja um negro ajustado, governado por um alter-ego branco. Inegavelmente que em toda situação de sujeição o opressor é parte constitutiva da psicologia do oprimido, fato exaustivamente estudado e demonstrado por Franz Fanon cujo título de um de seus livros é auto-explicativo sobre esse tema: *peles negras, máscaras brancas* (CARNEIRO, 2005, p.302).

Para a autora, a escola é um campo de disputa fundamental para a necessária renovação ética que possibilite desconstruir os saberes e as representações de controle que reproduzem a estigmatização dos corpos negros. Nesse sentido, o apelo da autora é similar ao apelo do grupo modernidade/colonialidade: uma educação voltada para a emancipação necessariamente se articula com os saberes silenciados pela experiência de subalternização. Ganham destaque o relato da experiência negra e o relato das experiências indígenas, a luta coletiva e individual dos negros e dos indígenas em busca de liberdade e de autonomia política e as relações comunitárias que desmontam localmente os esquemas de subalternização. Em resumo, uma educação voltada para a articulação entre o cuidado de si e o cuidado com os Outros fundamentada no princípio da generosidade (CARNEIRO, 2005).

PARTE III – OS CRIMES DE MAIO

4.0 – OS CRIMES DE MAIO

“Distribua os armamentos de grosso calibre e vamos partir para cima”.

(Saulo de Castro Abreu, então secretário de Segurança Pública de São Paulo, em reunião de emergência da cúpula do governo de São Paulo na noite de 12 de maio de 2006, segundo entrevista com Nagashi Furokawa, então secretário de Administração Penitenciária apud Justiça global; IHRC. São Paulo sob Achaque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006)

“A impunidade histórica é tamanha, e a licença para matar é tão escancarada que os Capitães do Mato da atualidade acharam que poderiam matar mais de 500 jovens pobres e negros num curtíssimo espaço de tempo, especialmente nas periferias de São Paulo, em Guarulhos e na Baixada Santista, e que todo mundo iria ficar quieto e aceitar a versão oficial deles, da elite, de que todos os mortos teriam merecido morrer pois eram 'suspeitos', 'bandidos', 'do PCC'. Logo o Estado, que é o Crime Organizado em Pessoa, vem taxar os nossos filhos de 'suspeitos' ou 'bandidos' e, além do mais, decretar sumariamente a 'pena de morte', em flagrante contradição com as suas próprias leis?!”

(Mães de Maio - Do luto à Luta, 2011, p.13-14)

A narrativa que proponho é o resultado de pesquisa realizada em três fontes diferentes: os diversos relatos do movimento social *Mães de Maio* presentes na internet e, em especial, no livro *Do luto à luta*; o livro *Crimes de Maio*, editado pelo Condepe (Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana), no qual se destaca a análise qualitativa dos laudos dos Institutos Médico-Legais do Estado de São Paulo realizada pelo Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP) em 2006; e a pesquisa realizada pela ONG Justiça Global em parceria com a International Human Rights Clinic (IHRC), da Universidade de Harvard, intitulada *São Paulo sob achaque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006*.

Entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, pelo menos 493 pessoas foram assassinadas a tiros no estado de São Paulo. Rebeliões simultâneas, ataques a instituições financeiras, ônibus queimados, ataques a agentes de segurança pública, toque de recolher e, principalmente, a caça aleatória a jovens negros, pobres e periféricos fazem de maio de 2006 uma imagem ostensiva do terrorismo brasileiro. Os oito dias de tragédia são resultado da guerra travada entre o crime organizado institucionalizado no governo de São Paulo e o crime organizado sob a hegemonia do Primeiro Comando da Capital (PCC); mas também são espelho da

distopia brasileira, refletem a não-ética da guerra que baliza as relações estabelecidas entre governantes brancos e populações pretas, indígenas descendentes, pobres e periféricas.

No dia 12 de maio, o Salve Geral do PCC instituiu uma megarrebelião nos presídios paulistas - 74 unidades prisionais entraram em rebelião²⁸, mais da metade de todas as unidades de São Paulo. Desde o interior dos presídios paulistas, também saíram ordens para os ataques aos agentes de segurança pública, agências bancárias e delegacias de polícia. O PCC convidava o Estado a medir forças. Obviamente, os Crimes de Maio são o resultado dessa demonstração. Fundamentalmente, são evidências do poder pautado pelo racismo; são o testemunho do agir institucional que des-cobre estratégias de subalternização.

4.1 – O SALVE GERAL

A versão oficial do governo paulista para os Crimes de Maio sublinha a guerra travada entre forças policiais e narcotráfico. A guerra foi enunciada pelo Salve Geral, e as ações terroristas do *Partidão* foram emblemáticas: 74 unidades prisionais rebeladas, 299 ataques a órgãos públicos, 82 ônibus incendiados, 17 agências bancárias alvejadas a bombas, 42²⁹ agentes de segurança pública mortos e 38 feridos (BIONDI, 2010, p.75). Segundo autoridades do governo do estado de São Paulo, o Comando havia decidido expor a figura do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), que, em 2006, concorria à presidência da República. O Comando estaria ressentido com a administração tucana, responsável pela implementação do RDD (Regime de Detenção Diferenciado), que prevê o endurecimento do cumprimento da pena mediante o total isolamento de presos que incorrerem em falta disciplinar grave ou que são suspeitos de ligação com o crime organizado. Além disso, no dia 11 de maio de 2006, a cúpula de segurança pública do governo paulista decidiu pela transferência de supostas lideranças do Comando, 765 pessoas, para a Penitenciária de Presidente Venceslau II e para o DEIC (Departamento Estadual de Investigações Criminais) da capital. A versão, repetida inúmeras vezes pelas autoridades estaduais, na qual os ataques aparecem como vingança às transferências, é um tanto simplista - é muito difícil acreditar que em apenas um dia e, sob intensa vigília policial, o Comando pode, efetivamente, planejar e

28 Em todo o território nacional foram 84 rebeliões lideradas pelo PCC.

29 Biondi utiliza dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública de SP, no restante dessa dissertação, trabalharemos com os números que constam nos relatos da sociedade civil, as fontes já citadas no primeiro parágrafo do capítulo.

executar as ações terroristas que paralisaram São Paulo em maio de 2006. As transferências parecem ter sido o estopim dos ataques, mas estes já estavam planejados. Entrevista com o governador Claudio Lembo (PFL) - que substituiu Geraldo Alckmin, afastado do governo de São Paulo desde o dia 31 de março de 2006 - evidencia relação oposta - as transferências foram tentativa da cúpula de segurança pública de São Paulo de coibir o ataque que, desde os presídios paulistas, se planejava para o ano de 2006:

'Uns 20 dias atrás, nosso serviço de inteligência havia recolhido folhetos manuscritos dentro de unidades prisionais. Era uma troca de informações que sinalizavam para uma série de ataques programados para ocorrer no domingo do Dia das Mães'. 'Não somos desvairados, tínhamos informações'. 'Nossa expectativa era ter grandes atividades criminosas no domingo. Mas a transferência antecipou a ação', disse Lembo, segundo o qual houve dificuldades para evitar os atentados (JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2010, p.43).

A guerra estabelecida entre instituições criminalizadoras e criminalizados concretizou os atentados. A história do antagonismo existente entre governo paulista e o PCC é fundacional. Para entender algumas motivações mais concretas por trás do Salve Geral de 2006, voltaremos para o ano de 2005, na Delegacia de Suzano, onde dois policiais civis - Augusto Peña e José Roberto do Araújo - incorporavam ao cotidiano policial séculos de tradições patrimonialistas da governa-mentalidade brasileira.

Peña e Araújo foram transferidos do DENARC (Divisão Estadual de Narcóticos) paulistano para a Delegacia de Suzano em março de 2005. Menos de um mês depois, especificamente no dia 30 de março, os dois sequestraram e torturaram o enteado de Marcola, Rodrigo Ollivato de Moraes, solto mediante pagamento de resgate no valor de R\$ 300.000,00 reais. Marcola, famoso líder do Partidão, foi uma das vítimas de um extenso regime de achaques coordenado pelos policiais civis incumbidos de realizar escutas telefônicas para a CPI do Tráfico de Armas. Os policiais deixaram de anexar ao inquérito algumas gravações entre supostas lideranças do Comando e familiares, aproveitando a oportunidade para chantagear a cúpula do PCC. Segundo reportagem de Marcelo Godoy para o jornal *O Estado de S. Paulo*:

Segundo as investigações da promotoria, o enteado de Marcola foi sequestrado em 30 de março de 2005. Às 16h53, ele telefonou para uma pessoa, identificada como Gaguinho, dizendo que havia sido preso. "Eu preciso falar com o Marcola, com o pai, com o meu pai", diz Rodrigo. Nesse momento, o enteado estava em uma sala dos fundos da delegacia. Os policiais exigiam R\$ 1 milhão de resgate, mas aceitaram reduzir esse valor para R\$ 300 mil. De acordo com as escutas, a delegada Maria Cristina Rachado foi incumbida pelo PCC de ir à delegacia e entregar o dinheiro do resgate. O sequestro de seu enteado foi uma das coisas que Marcola citou no dia 12

de maio de 2006 para os policiais do DEIC como razão dos ataques que ordenou e acabaram por paralisar o Estado.³⁰

A denúncia do sequestro e dos achques promovidos por agentes da polícia civil foi feita duas vezes por Marcola, em interrogatório no DEIC paulistano, no dia 12 de maio de 2006, e depois em depoimento para a CPI do Tráfico de Armas, em junho de 2006. Mesmo assim, as investigações em torno de Peña só alavancaram quando, em 2008, sua ex-esposa, Regina, entregou a GAERCO (Grupo de Atuação Especial Regional de Combate ao Crime Organizado) cerca de 200 CDs contendo informações sobre a quadrilha chefiada por seu ex-marido. É importante destacar que rumores acerca dos crimes de Peña já circulavam na polícia civil e que este foi, ironicamente, promovido, em 2007, para o Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC), responsável por investigações sobre o crime organizado. Após a denúncia de Regina, Peña optou pela delação premiada e entregou inúmeros esquemas de corrupção que relatavam venda de cargos na polícia, absolvições em processos administrativos, máfia dos bingos e dos caça-níqueis, utilização de viaturas da polícia para segurança privada, venda de fugas do sistema prisional, furto de bens apreendidos pela polícia e a máfia das CNHs (Carteira Nacional de Habilitação). De acordo com os pesquisadores da Justiça Global e do IHRC:

[...] como um mero investigador da Polícia Civil em Suzano conseguiria montar e manter uma verdadeira central volumosa de achques, com alvos que incluía até os supostos líderes do PCC, sem o aval de superiores no aparato da segurança pública? Segundo Regina, sua ex-esposa, Peña vinha praticando extorsões “durante longos anos [...] que propiciava [sic] barganhar informações obtendo indevida vantagem econômica”. Em entrevista com a nossa equipe, Dr. Marcelo Assiz Ricci, ex-delegado da Polícia Civil e atualmente juiz a cargo do processo movido contra Peña e outros pelo sequestro do enteado de Marcola, sugeriu que os alegados esquemas de grampos e achques coordenados por Peña, por sua abrangência e duração, seriam inconcebíveis sem o conhecimento e a cobertura de algum superior (JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2006, p.141).

Entrevista com Nagashi Furokawa, que, em maio de 2006, era secretário de Administração Penitenciária de SP, realizada pelo estudo *São Paulo sob achque*, corrobora com a hipótese dos achques enquanto estopim dos Crimes de Maio. Segundo o ex-secretário, as rebeliões que eclodiram no sistema prisional paulista durante o ano de 2005 pareciam não possuir nenhum tipo de demanda explícita. Furokawa parece ignorar que as rebeliões se iniciaram justamente após a ação da quadrilha de Peña em Suzano³¹. O relato do sequestro de

30 GODOY, Marcelo. *Policiais de São Paulo jogaram PCC contra investigador*, *O Estado de São Paulo*, 1 de maio de 2008: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,policiais-de-sao-paulo-jogaram-pcc-contra-investigador,166123>. Acesso em: 09/12/2015.

31 Nas entrevistas do estudo *São Paulo sob achque*, sublinha-se a falta de diálogo e cooperação entre a

Rodrigo é simbólico, pois sintetiza a falta de pudores da polícia paulista em utilizar toda estrutura institucional para a concretização de seus planos criminosos. É demonstrativo de incondicional confiança na impunidade:

Marcola também teria ficado furioso. Segundo seu enteado, Rodrigo, policiais civis o apreenderam sem ordem judicial ou situação de flagrante delito, tendo um deles dito simplesmente: “não tenho nada contra você, mas a gente está a fim de ganhar dinheiro e você caiu na nossa mão”. Rodrigo contou aos promotores do Grupo de Atuação Especial Regional de Combate ao Crime Organizado (GAERCO) de Guarulhos que “foi levado para a Delegacia de Suzano, onde o policial Augusto o exibia como troféu, dizendo olha o filho do Marcola”. Depois os policiais civis teriam começado a forjar provas, conseguidas supostamente por meio de espancamentos. Conforme Regina, ex-esposa de Peña, relatou à Corregedoria da Polícia Civil, o policial “teria reformado umas dependências, consistente num quarto situado na própria delegacia de Suzano e que lhe servia de recinto de tortura, como também a utilizou como cativado do enteado de Marcola”. Rodrigo contou que “chegou a prestar dois depoimentos”, um na primeira noite do sequestro em que “apanhou muito”, aparentemente tanto que “não se recorda se efetivamente assinou o depoimento”. Para acertar o resgate, Peña teria exigido a presença de “algum advogado do partido”, em referência ao apelido do PCC, “partido do crime”. O advogado encaminhado pelo tio de Rodrigo, “dono da empresa onde [Rodrigo] trabalhava e que havia presenciado a busca realizada [pelos policiais]”, foi mandado embora por Peña porque “não tinha conversa”, segundo Rodrigo. A denúncia do Ministério Público revela que os policiais inicialmente exigiram que Marcola pagasse R\$1.000.000, 00 (um milhão de reais) pelo resgate, valor que foi negociado para R\$300.000, 00 (trezentos mil reais), efetivamente pagos para conseguir a libertação de Rodrigo. Segundo o que foi apurado no inquérito policial, quando Marcola foi interrogado no DEIC no dia 12 de maio de 2006, ele teria citado o sequestro de Rodrigo, que o chamava de “pai”, como uma motivação para a revanche que viria, dizendo: “não vai ficar barato”. O fato de Marcola ter feito alusão ao sequestro de seu enteado como um fator por trás dos ataques do PCC é compatível com outros depoimentos que prestou no âmbito do processo contra Peña e Araújo e com entrevistas que nossa equipe realizou com autoridades públicas (JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2011, p.38-40).

Em março e abril de 2006, o PCC ensaiou, em Suzano, os ataques que culminariam em maio de 2006: após venda de fuga frustrada de um integrante do Comando, “Pebinha”, gerenciada por Peña, dois ataques à delegacia de Suzano deixaram 7 mortos. Nos três primeiros meses de 2006, o PCC já havia comandado 31 rebeliões no sistema prisional paulista.

O Salve Geral desencadeou 84 rebeliões Brasil adentro, 74 delas no sistema prisional paulista. O Salve Geral foi a afirmação da força e da organização do Comando - demonstrou publicamente (o que os agentes penitenciários e internos do sistema há muito já sabem) a falta de controle estatal nos presídios paulistas. Tratarei das origens do PCC no final deste capítulo, por enquanto cabe dizer que o Partido nasce (e se fortalece) das tradições de desrespeito aos Direitos Humanos do sistema carcerário brasileiro. Em junho de 2006, os Centros de

Detenção Provisória (CDPs) de São Paulo funcionavam com uma população carcerária 56,07% acima de sua capacidade; as penitenciárias paulistas, por sua vez, apresentavam uma população 59,51% acima de sua capacidade. Segundo os pesquisadores da Justiça Global e do IHRC:

Os ataques de maio de 2006 evidenciaram que o poder público não tinha controle dos presídios paulistas. A falta de controle administrativo sobre os presídios já tinha sido evidenciada pela incapacidade de propiciar aos presos um tratamento que não fosse desumano e degradante e de oferecer-lhes caminhos como egressos após o cumprimento da pena. As condições dos presídios paulistas, apesar da construção e reforma de pelo menos 56 unidades prisionais nos dez anos anteriores e do excepcional aumento de vagas no sistema, ainda estavam longe de conferir um tratamento digno à massa carcerária, sobretudo pelo excesso de internos decorrente da frequência de prisões provisórias e da elevada taxa de encarceramento de presos submetidos ao regime fechado (JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2011, p.44-45).

Em maio de 2006, entraram em rebelião: 64,93% das penitenciárias paulistas e 63,63% dos Centros de Detenção Provisória. Não houve rebelião em nenhuma outra unidade prisional paulista (centros de progressão de pena, centros de ressocialização, institutos penais agrícolas ou hospitais do sistema carcerário). O saldo final é de 439 reféns e 13 mortos. As rebeliões se distribuíram uniformemente em todo o território de São Paulo, em ondas de adesão do interior para a capital e das penitenciárias para os centros de detenção provisória:

1) Coordenadoria da Capital e da Grande São Paulo, em que 62,5% das penitenciárias e 56,25% dos centros de detenção se rebelaram; 2) Coordenadoria da Região Central do Estado, onde 46,15% das penitenciárias e 66,66% dos centros de detenção se rebelaram; 3) Coordenadoria do Vale do Paraíba e Litoral, na qual 62,5% das penitenciárias e 83,33% dos centros de detenção se rebelaram; 4) Coordenadoria da Região Noroeste, em que 59,09% das penitenciárias e 66,66% dos centros de detenção se rebelaram; e 5) Coordenadoria da Região Oeste, onde 80,76% das penitenciárias e 50% dos centros de detenção se rebelaram, o que evidencia a capacidade de penetração da facção em todo o território estadual (JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2011, p.48-49).

No dia 12 de maio, três penitenciárias se rebelaram; no dia 13 de maio, foram 19 penitenciárias e 2 CDPs; no dia 14 de maio, 28 penitenciárias e 19 CDPs. Das 5 penitenciárias femininas, apenas a de Tremembé não se rebelou. No dia 14 de maio, também se rebelaram as cadeias públicas de Franca, Itápolis, Ituverava, Jaboticabal, Jandira, Jundiá, Leme, Orlândia, Porto Ferreira, Piracicaba e Tambaú. A sincronia do início e do encerramento das rebeliões enfatiza a coordenação do PCC e um possível acordo entre o governo do estado de São Paulo e o Comando - todas as rebeliões se encerraram, no dia 15 de maio, após encontro entre a advogada e ex-delegada da Polícia Civil Iracema Vaschiaveo e Marcola. Iracema se apresentou ao governo como ponte de diálogo - anos depois, Iracema representou Marcola no processo contra Peña acerca do sequestro de Rodrigo. Ela representava a ONG Nova Ordem, que possuía em seus quadros quatro ex-policiais e era investigada como fachada do PCC. Na

reunião entre Iracema e Marcola também participaram o comandante da PM de Presidente Prudente, Ailton Araújo Brandão³², o corregedor da Secretaria de Administração Penitenciária, Antônio Ruiz Lopes, e o delegado da Polícia Civil, José Luiz Cavalcante. Segundo o estudo *São Paulo sob ataque*, demonstram possível acordo entre o governo do estado e o PCC: 1) a redução radical na ocupação das celas de RDD; 2) a proibição da entrada da Tropa de Choque nas unidades rebeladas; 3) a concessão de benefícios aos líderes transferidos (ampliação do horário de banho de sol, o fim do regime de observação no qual o preso ficava proibido de receber visitas ou advogados por 30 dias, a autorização de visita conjugal e a instalação de televisores nas celas individuais); 4) uma autoridade que integrava o governo de São Paulo também contou aos investigadores da Justiça Global e do IHRC, sob condição de anonimato, que o acordo também previa a execução de um desafeto de Marcola; poucos meses depois, o desafeto, sob custódia do Estado, foi executado.

O Salve Geral não se restringiu ao sistema penitenciário. O *Partidão* orquestrou ações terroristas que vitimaram agentes de segurança pública, de baixo escalão, em emboscadas durante os horários de folga (28 dos 43 agentes assassinados em maio de 2006). Da noite de sexta-feira, dia 12, até as 19 horas de domingo, dia 14, o PCC foi responsável pela execução de 37 agentes públicos, e a PM paulista matou 14 indivíduos em alegados tiroteios decorrentes das ações do PCC. Dos 43 agentes de segurança pública assassinados em maio de 2006, 23 eram policiais militares, 8 policiais civis, 8 agentes penitenciários, 3 guardas civis municipais e 1 bombeiro. A cúpula de segurança pública do estado de São Paulo, conforme depoimento mencionado do então governador Cláudio Lembo, já sabia dos ataques mas falhou em advertir os praças e demais agentes de baixo escalão, justamente aqueles cujas vidas foram ceifadas em maio de 2006. O presidente da Associação de Cabos e Soldados da PMSP (ACSPMESP), o cabo Wilson de Oliveira Morais, ao saber das transferências, tentou advertir o secretário de Segurança Pública, Saulo de Castro, do perigo que elas representariam para os agentes da linha de frente, sem sucesso. Segundo ele, os PMs envolvidos nas transferências já comentavam a represália. No dia 18 de maio, o cabo entrou com uma representação penal por omissão contra Saulo de Castro e Nagashi Furokawa. Segundo boletim da ACSPMESP:

O presidente da ACS, cabo Wilson Morais, classificou como irresponsável a atitude

32 O coronel Brandão foi quem subscreveu o ofício ao Judiciário que em julho de 2007 afirmava problemas técnicos no aparelho de gravação e de restauração de fitas do COPOM, o que inviabilizou o resgate do áudio sobre as ordens operacionais passadas, via rádio, para a PM paulista, em maio de 2006.

dos dois secretários que, segundo ele, 'sabiam da possibilidade dos ataques às bases e delegacias e não alertaram a tropa. Os dois poderiam ter evitado essa chacina', afirma Moraes [...] 'Mas esses secretários, sobretudo o secretário de Segurança Pública, não entende nada de segurança'.³³.

De acordo com a pesquisa realizada pela Justiça Global e pela IHRC, dos 43 agentes de segurança pública assassinados em maio de 2006, pelos menos 4 agentes e, entre as demais vítimas, o filho de um policial, foram assassinados por oportunistas que aproveitaram os ataques do PCC para acertarem questões diversas. Os assassinatos de agentes públicos se concentraram no período que vai das 19 horas do dia 12 de maio até as 24 horas do dia 16 de maio, intervalo no qual 40 agentes foram executados. No domingo, Dia das Mães, têm início o que séculos de impunidade e violação do direito à vida das populações negras tornou possível: a vingança dos agentes de Segurança Pública materializada no banho de sangue dos bairros periféricos.

4.2 – TERRORISMO INSTITUCIONAL: O SALVE-SE QUEM PUDER

A narrativa “PCC x Polícia”, escolhida pelos grandes veículos de comunicação de massa, no Brasil, para justificar os Crimes de Maio, não se sustenta. Na periferia, a mensagem era mais explícita - aproveitando da histórica tradição brasileira de impunidade dos agentes de segurança pública, policiais encapuzados consumaram sua vingança numa macabra caça a jovens negros, indígenas descendentes, pobres e periféricos nos dias que se seguiram aos ataques do PCC. Conforme mencionei anteriormente, a pele, para o negro, chega antes do indivíduo. A pele é condição de suspeição *a priori*. De condenação *a priori*. Para os grupos de extermínio da polícia paulista - entre eles destaco o institucionalizado Comando de Policiamento de Choque (CPChq), do qual faz parte a ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) e o ilegal Ninjas da Baixada Santista - ser negro é ser criminoso, é merecer a morte. Segundo o Movimento Independente Mães de Maio:

Atualmente, há fartos indícios de que o alto comando da polícia – sob os aplausos de representantes das elites e, posteriormente, do próprio Ministério Público de SP – decidiu “partir para cima” “sem dó nem piedade” da população de forma abusiva e indiscriminada, matando já de início mais de 100 pessoas, grande parte em circunstâncias que pouco tinham a ver com a suposta “legítima defesa” (os chamados “autos de resistência seguida de morte”, que têm dado uma verdadeira “licença para matar” às polícias de diversas regiões do país). Além disso, policiais encapuzados, integrantes de grupos de extermínio, mataram generalizadamente

33 “Cabos & Soldados em notícias”, Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo, maio de 2006. *apud*. JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2011, p.65.

outras centenas de pessoas na calada das noites. Esses policiais realizaram “caças” aleatórias de homens jovens pobres, alguns em função de seus supostos antecedentes criminais ou de tatuagens (tidas como sinais de ligação com a criminalidade), e muitos outros com base em mero preconceito pela cor e aparência: racismo puro e simples. O famoso “estar no lugar errado, na hora errada”³⁴.

O revide, incentivado pela cúpula de segurança pública do estado de São Paulo, se intensificou a partir do dia 14 de maio. Nos dias 15, 16 e 17 de maio, pelo menos 60 pessoas foram mortas em supostos confrontos com a PM, sem que nenhum policial tenha sido vítima fatal. O dia 16 de maio, terça-feira, foi a noite mais letal: 29 pessoas morreram, numa média de um assassinato a cada 50 minutos. Entre os dias 14 e 20 de maio, grupos de extermínio executaram, pelo menos, 84 pessoas. Das 493 vítimas, o estudo *São Paulo sob ataque* selecionou 261 execuções como sendo o universo mais confiável de homicídios relacionados aos Crimes de Maio. Destas: 43 agentes públicos, 2 civis ligados a agentes públicos (noiva e filho), 126 civis mortos em supostos confrontos com a polícia, 84 civis mortos em supostas ações de grupos de extermínio, 3 desaparecidos supostamente abordados pela polícia antes de sumir e 3 outros homicídios que apresentam indícios de terem sido praticados por policiais em outras circunstâncias. Essas mortes se concentraram na capital, região metropolitana e Baixada Santista, que juntas registraram 85% das mortes violentas, ou seja, 233 vítimas (JUSTIÇA GLOBAL, 2011).

Em relação aos 126 registros de RSM (Resistência Seguida de Morte), o estudo *São Paulo sob ataque* afirma ter encontrado evidências de que, em pelo menos 51 casos, existem indícios de execução. Ricardo Molina de Figueiredo, perito criminal, analisou os laudos de 124 casos registrados como RSM e concluiu que, em cerca de 60% a 70% dos casos, existem indícios de execução. Segundo o perito:

A análise dos dados colhidos nos 124 laudos revela três aspectos importantes:

- 1) A maioria dos disparos atingiu as vítimas em regiões de alta letalidade.
- 2) Grande parte das vítimas apresenta entrada de disparos com baixa dispersão, ou seja, com pouca distância entre eles.
- 3) Há um número expressivo de disparos com direção “de cima para baixo”.

A combinação destes fatores aponta para situação mais compatível com aquela típica de execução e não de confronto com troca de tiros, movimentação de atiradores, etc.

Na situação de confronto os três aspectos acima são improváveis, mesmo se os considerarmos isoladamente. Como ocorrem, em muitos casos, simultaneamente, podemos afirmar que houve execuções (CONDEPE, 2006, p.89-90).

34Mães de Maio. *Crimes de Maio e a Democracia das Chacinas, parte 2: o estado de extermínio*. IN: <http://www.passapalavra.info/2011/11/48422>. Acesso em: 19/12/2015.

Conforme já dito, a possibilidade do registro de Resistência Seguida de Morte (RSM) deu às polícias brasileiras verdadeira licença para matar. Em São Paulo, seguindo recomendação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2013 a Polícia Civil deixou de registrar a resistência seguida de morte. Hoje, registra-se “morte decorrente de intervenção policial”. Até as 19 horas do dia 14 de maio de 2006, a Polícia Militar paulista registrava 82 “criminosos” presos e 14 “criminosos” mortos; às 18 horas do dia 17 de maio, eram 122 “criminosos” presos e assustadores 93 “criminosos” mortos. Conforme demonstrado na perícia do dr. Molina, os tiros concentravam-se em regiões de alta letalidade (tórax, abdome e cabeça). Segundo os pesquisadores da Justiça Global e da IHRC, na maioria dos casos, testemunhas relataram que as vítimas estavam presas ou rendidas antes da execução. Para os pesquisadores, apenas 9 das 126 vítimas de RSM apresentaram indícios de confronto, ou seja, marcas de tiros nas viaturas, lesões por disparo de raspão, ferimento de testemunhas, fuga de acusados, prisão de suspeitos e policiais mortos e/ou feridos. A grande maioria dos casos registrados como RSM revelam um cenário incoerente em que policiais mataram todos os oponentes, não sofreram ferimentos, não acertaram disparos de raspão nas vítimas fatais, não houve danos às viaturas e ninguém foi preso ou chamado a testemunhar. Dentre os casos expostos pelo estudo *São Paulo sob ataque*, escolhi dois que são muito emblemáticos acerca das metodologias dos agentes da linha de frente do terrorismo institucional:

26. B.C. e uma pessoa não identificada foram mortos por policiais militares em Suzano, região metropolitana de São Paulo, no dia 14 de maio de 2006, em um suposto confronto. Contudo, a mãe de B.C. relatou à Ouvidoria da Polícia que havia recebido informações indicando que seu filho teria sido preso pela polícia em Cambiri, antes do suposto tiroteio. Contou ainda que “fez o reconhecimento [do cadáver] juntamente com a enfermeira [nome ocultado] ... constatou a declarante que seu filho tinha várias lesões pelo corpo principalmente no rosto e nas mãos em razão de marcas de algemas, [que] por ser [ela] enfermeira virou seu filho de costas e constatou que encontrava-se na sua nuca um tiro, quando foi retirada da sala por um funcionário do IML”. A mãe da vítima disse, ainda, que policiais militares estariam buscando informações sobre seu filho no bairro, sem aparente explicação, durante os três dias seguintes à sua morte, inclusive exibindo “uma foto dele morto no celular” em um lava-rápido, “nas proximidades do estacionamento de seu filho”. O laudo necroscópico dessa vítima não indica as lesões que teriam sido vistas pessoalmente pela familiar da vítima e a enfermeira que a acompanhou ao IML. Dois dias depois, no dia 16 de maio de 2006, um policial envolvido nesse caso teria participado de uma ocorrência que resultou na morte de mais uma pessoa em um suposto confronto.

27. Uma família que entrevistamos relatou ter sofrido ameaças de policiais após questionar a versão da polícia que alegou que um familiar teria morrido em confronto no dia 16 de maio de 2006. A vítima do homicídio sofreu lesões pouco prováveis em situação de confronto: três tiros disparados de cima para baixo no tórax perto do coração (ver acima referência aos três fatores explicados pelo perito Molina). A mãe da vítima, duvidando da narrativa da polícia, foi perguntar sobre seu

filho em um bar aonde ele teria se direcionado na noite de sua morte. Pouco depois, outro familiar foi abordado por um policial que teria dito, “você é primo do [nome ocultado], né? Você fala pra mãe dele ter cuidado onde ela tá se metendo, porque ela tem uma filha e uma neta” (JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2011, p.87-88).

Acima, acusei o Comando de Policiamento de Choque (CPChq), do qual faz parte a sanguinolenta ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), de ser um grupo de extermínio institucionalizado da Polícia Militar de SP. A afirmação se sustenta na descabida letalidade registrada, historicamente, pelo CPChq. Na noite de terça-feira, dia 16, a mais sangrenta, o Comando da Polícia Militar colocou nas ruas mais de 140 carros da ROTA e do Batalhão de Choque. Em maio de 2006, a ROTA matou 25 pessoas. Segundo entrevista concedida por um policial integrante da ROTA, Soldado P., ao jornalista Marcelo Godoy:

Foi a reação dos colegas aos ataques iniciados pelo PCC na noite de 12 de maio de 2006, uma sexta-feira, o motivo que levou P. a desabafar. Dali até agosto, PMs mataram 104 suspeitos de pertencerem à facção. A “contabilidade” do lado do PCC também foi sangrenta. A facção matou 59 pessoas, 25 delas PMs. O relato de P. começa com uma reunião interna da tropa: ORDEM SUPERIOR “O oficial disse que era preciso dar uma resposta. No sábado (13 de maio) foram 9 (mortos). No domingo todo mundo entrou em forma de novo. O oficial parabenizou pelo trabalho feito, falou que precisava que se desse continuidade, que a tropa tinha entendido a mensagem, que precisava repetir a dose. Aí teve 16 (mortos). Na segunda feira, disse pra manear um pouco e aí teve 8... Aí na terça, com o pessoal em forma, ele (o oficial) chegou e disse 'Deu, tá bom'” “Com a tropa em forma?” “Em forma, com grito de guerra, grito de ROTA e tal. Foi dado garantia: não tem PROAR (acompanhamento psicológico de PMs envolvidos em ocorrências de risco), afastamento de rua e transferência. Não teve nada”.³⁵

A entrevista do Soldado P. prova que a ROTA recebeu ordens oficiais para caçar e executar pessoas com antecedentes criminais, bem como fabricar evidências de confronto, no que, no linguajar policial, se diz “arrendondar ocorrências”. A ROTA emprestava ou roubava carros para simular perseguição e disparava contra prédios e viaturas para fabricar provas de um conflito que nunca ocorreu. Segundo o estudo *São Paulo sob ataque*, o CPChq da PM matou 47 pessoas, em maio de 2006, em supostos conflitos que não deixaram nenhum ferido. O CPChq também não sofreu nenhuma baixa e teve apenas um policial ferido em serviço. A data da intensificação das mortes registradas como RSM (terça-feira, 16 de maio) coincide com a data em que o comandante da PM, coronel Elizeu Eclair Teixeira Borges, anunciou ter colocado nas ruas de São Paulo 140 viaturas da CPChq e do ROTA. Em relação a algumas das vítimas do ROTA em maio de 2006, o estudo *São Paulo sob ataque* afirma:

29. No dia 13 de maio de 2006, PMs da ROTA mataram Jefferson Morgado Brito e

35GODOY, Marcelo. “Policial denuncia execuções da ROTA”, *O Estado de São Paulo*, 23 de setembro de 2007. IN: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,policial-denuncia-execucoes-da-rotas,55870>. Acesso em: 18/12/2015.

José Felix Ramalho em um suposto tiroteio em Guarulhos. Os policiais alegaram que as duas vítimas sequestraram o dono de um veículo Audi e estavam dirigindo o carro quando se depararam com os PMs, saíram do carro atirando e foram mortalmente baleados na troca de tiros. Mas segundo denunciou o MP, esse confronto nunca aconteceu, e os dois foram executados pelos PMs da ROTA. Uma testemunha teria visto Ramalho sendo preso pela ROTA perto do Viaduto do Chá, duas horas antes da suposta resistência. Ademais, um dos tiros sofridos por Ramalho teria sido disparado à queima-roupa. Ramalho, acusado pelos PMs de conduzir o carro supostamente roubado, não sabia sequer dirigir, segundo testemunhas. O promotor ainda denunciou o dono do Audi por ter supostamente ajudado na montagem da ocorrência. Todas as testemunhas foram recebidas, porém o dono do Audi foi posteriormente impronunciado. Essas e outras provas que levaram à denúncia do MP, correspondem justamente ao tipo de confronto forjado denunciado pelo Soldado P. da ROTA ao *Estado de S. Paulo*. Um dos cabos da ROTA denunciado por ter executado Brito e Ramalho no dia 13 de maio de 2006 teve uma semana bastante ocupada. Ele se envolveu em outro suposto confronto com duas vítimas letais no dia 14 de maio em Poá. No dia 15, o cabo participou de mais um alegado tiroteio que resultou na morte de duas pessoas em Guarulhos. Portanto, esse único cabo participou de seis homicídios, quase 5% dos 126 homicídios praticados no período dos Crimes de Maio pela PM paulista fardada, que conta com um efetivo de aproximadamente 90.000 funcionários.

30. Com relação a outras 10 vítimas da ROTA em cinco casos, a história contada pelos PMs nos boletins de ocorrência lembra o alibi de tiroteios forjados relatado pelo “Soldado P.” ao *Estado de S. Paulo* e denunciado pelo MP no caso da aparente execução pela ROTA de José Felix Ramalho e Jefferson Morgado Brito (acima):

- 1) PMs da ROTA alegam que perseguiram indivíduos que estavam em um carro supostamente roubado;
- 2) em certo momento os indivíduos supostamente param e desembarcam do carro, após perder o controle do mesmo ou por motivo não explicado;
- 3) os indivíduos supostamente desembarcaram e imediatamente atiraram contra os PMs da ROTA (sem conseguir acertar nenhum deles, nem suas viaturas);
- 4) os indivíduos são mortalmente baleados no revide policial;
- 5) os PMs da ROTA retiram os corpos dos indivíduos da cena do crime em uma suposta tentativa frustrada de socorro; e
- 6) dentro de horas, o dono do veículo supostamente roubado comparece ao Distrito Policial onde o BO dos homicídios ainda não foi registrado, recebe seu veículo de volta e faz o reconhecimento dos mortos (JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2011, p.92-94).

Perguntado acerca do que ganhariam os donos dos veículos emprestados ao ROTA para participarem da encenação, o Soldado P. conta que eles aceitaram fazer parte do teatro apenas pelo prazer de puxar o gatilho³⁶, apenas pelo prazer de matar. Algo revelador acerca da psiquê de alguns donos de Audis no Brasil.

Além dos grupos de extermínio institucionalizados na Polícia Militar, em maio de

36 GODOY, Marcelo. *Policia denuncia execuções da ROTA. O Estado de São Paulo*, 23 de setembro de 2007. IN: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,policia-denuncia-execucoes-da-rotas,55870>. Acesso em: 18/12/2015.

2006 também entraram em cena os grupos ilegais. A Ouvidoria da Polícia registrou 80 homicídios, entre 12 e 20 de maio de 2006, em que havia a suspeita de participação de policiais. Destes, a pesquisa *São Paulo sob ataque* identificou 71 casos em que concretamente existem indícios sólidos da participação de policiais e grupos de extermínio.

Em outubro de 2006, o Corregedor da Polícia Militar, Coronel José Paulo Menegucci, queixou-se a nossa equipe sobre as “dezenas de ofícios” que havia recebido da Ouvidoria da Polícia alertando para o possível envolvimento de PMs em homicídios por grupos de extermínio. Menegucci chamou a situação de “cômica”, pois “diariamente” chegava um ofício da Ouvidoria avisando de um homicídio praticado por um motoqueiro ou encapuzado. “Capuz não é privativo da polícia”, reclamou o corregedor da PM. Na mesma reunião, o comandante da PM, Coronel Eclair, ratificou os sentimentos de Menegucci, dizendo sobre maio de 2006 que “pode ter havido execução”, mas não por parte de PMs. No mesmo dia, em reunião com uma equipe de delegados na sede do DHPP, nossa equipe ouviu o oposto. “A maioria das chacinas em São Paulo são praticadas por Policiais Militares da ativa; foi este o comportamento no ano de 2006”, contou-nos Domingos de Paula Neto, então Diretor do DHPP. Luiz Fernando Lopes Teixeira, Delegado Chefe da Delegacia de Homicídios Múltiplos (chacinas) do DHPP, completou: “As investigações por chacina já levaram à identificação de PMs como autores”. Sobre as toucas utilizadas em grande parte dos crimes, Teixeira disse, “o uso do capuz é tido pela comunidade como indício de que o crime foi praticado por PM... Nem todo matador encapuzado é PM, mas o PM só mata usando capuz” (JUSTIÇA GLOBAL, 2011, p.100-101).

O *modus operandi* dos grupos de extermínio que atuaram, via de regra, nos bairros periféricos de São Paulo, obedecia a quatro etapas: o toque de recolher; a escolha dos alvos; o ataque dos encapuzados e a destruição das provas. O toque de recolher começou na segunda-feira, dia 15. Estava em vigor sobretudo nas periferias. A partir das 19 horas, paralisou a maior cidade da América do Sul:

[...] se espalhava o boato de que, naquela noite, a partir das oito horas, haveria um “toque de recolher”. Via-se o medo em cada rosto. O fato é que os trabalhadores, servidores e estudantes foram dispensados, o comércio baixou as portas mais cedo, o congestionamento inusitado para o horário – quatro da tarde – foi o campeão do ano e as ruas e avenidas da terceira maior cidade do mundo ficaram mesmo desertas às oito horas da noite. Obedecia-se a uma ordem invisível. “Eles não querem ninguém na rua” - se ouvia em todo canto (CONDEPE, 2006, p.12).

O toque de recolher era premissa para a revanche dos policiais. Ninguém deveria estar nas ruas, ninguém deveria testemunhar o que estava prestes a acontecer. A ação terrorista tinha destino certo, nas palavras das Mães de Maio:

Além de prisões em série e execuções, verdadeiras práticas terroristas se instauraram em muitos bairros periféricos, deixando traumas até hoje. Muitas de nós mesmas vivemos na pele, na sequência dos primeiros ataques, a instauração de um brutal “toque de recolher” não-oficial: depois das 19 horas era realmente perigoso andar nas ruas. Mas, evidentemente, como muita gente não tinha opção, éramos vítimas de humilhação, ameaças, prisões, e, em alguns casos, execução. Muitos de nossos

mortos foram vítimas desse cenário de guerra decretada, principalmente, contra a periferia³⁷.

Ainda sobre o toque de recolher, vários depoimentos corroboram com a versão que afirma a ligação direta entre o toque de recolher e a vingança policial. Entre eles, o relato de Débora Maria, mãe de Edson Rogério e liderança do Movimento Independente Mães de Maio, é exemplar. Ela nos conta que um parente policial militar ligou avisando para que a família tomasse cuidado e não ficasse marcando bobeira na rua, pois quem estivesse nas ruas seria considerado inimigo da polícia. Segundo Débora, o policial completou: “Avisar também para as pessoas de bem, não para lixo” (MÃES DE MAIO, 2011, p.24).

A escolha dos alvos era feita a partir de abordagens realizadas pela própria polícia. Buscava-se identificar pessoas com passagem pela polícia ou tatuagens (tidas como sinal de envolvimento com o tráfico de drogas). A PM vasculhava bares e locais públicos, alvos dos ataques. Depois de escolhidos os alvos, os encapuzados atacavam, em motos ou carros particulares, mas muitas vezes portando o coturno e a calça da PMSP. Chegavam metralhando e matavam não somente as vítimas escolhidas, mas todos os que se encontravam no local - geralmente, jovens homens negros. Reportagem de Renato Santana para o jornal *A Tribuna* nos conta a história de Edson Rogério, filho de Débora, gari, pai de um menino que, em 2006, tinha 6 anos de idade. Edson foi morto em uma das ruas onde havia trabalhado no mesmo dia:

O RG de Edson Rogério Silva dos Santos, morto com cinco tiros no dia 15 de maio, às 23h20, no Morro da Nova Cintra, foi consultado 20 vezes entre 23h55, minutos depois de ser assassinado, e 17h22 do dia 16. Nenhum dos policiais que trabalhavam na central naquela noite lembrou-se das pesquisas quando chamado para depor. As informações foram levantadas pela Defensoria Pública. Os policiais que pesquisaram o RG do jovem de 29 anos morto acharam uma condenação por roubo em 1997. Nove anos depois do delito, Edson trabalhava como gari³⁸.

O último passo descaracterizava a cena do crime - a remoção dos corpos e destruição de provas que poderiam ligar a chacina aos policiais. Viaturas da PM chegavam com estranha rapidez. Policiais fardados coletavam cápsulas, retiravam os corpos, em alegadas tentativas de socorro, e muitas vezes, ameaçavam testemunhas e orientavam a limpeza do local. Depoimento do Defensor Público Antônio Maffezoli, responsável pelos processos referentes aos Crimes de Maio, explica:

37 Mães de Maio. *Crimes de Maio e a Democracia das Chacinas, parte 2: o estado de extermínio*. IN: <http://www.passapalavra.info/2011/11/48422>. Acesso em: 19/12/2015.

38 SANTANA, Renato. *4 anos dos crimes de maio*. A Tribuna. IN: <http://infanciaurgente.blogspot.com.br/2010/04/serie-especial-crimes-de-maio-3-parte.html>. Acesso em 19/12/2015.

Passava o carro da PM patrulhando, depois moto e carro grande – desciam e metralhavam tudo, usando mini metralhadoras 9mm, que é de uso exclusivo da polícia, e saíam, logo que eles saíam chegava outra viatura. Imediatamente, questão de 1 minuto, 2 minutos, supostamente socorriam as vítimas e aí descaracterizavam o local. As vítimas estavam mortas, metralhadas, já não tinha nada que pudesse levá-las ao hospital mas isso tá no resistência seguida de morte, muito comum, eles levam, tiram as vítimas do local, alguns recolhem os cartuchos, não preservaram a cena do crime e tal ³⁹.

É nítida a semelhança das ações de maio de 2006 com as ações dos esquadrões da morte, grupos de extermínio de policiais e civis que agiram, no Brasil, na década de 80 e 90. Ainda na série de reportagens acerca dos crimes de maio, de Renato Santana, entrevista com o policial Juca, que “trabalhava muito”⁴⁰ no Tático Móvel (hoje, Força Tática) e na Baixada Santista, evidencia o vínculo:

De quantas incursões o sr. participou?

Particpei de várias. A PM sempre foi rigorosa, mas no meu tempo não era tanto. Eu não me adaptaria para trabalhar na PM de hoje. Trabalhei em parte da década de 80 e prevaleciam os grupos de extermínio. No finalzinho dessa época. Não só eu, mas vários outros policiais. Particpei de várias ações. Às vezes, de folga e até de serviço mesmo. Fazia a chamada montagem de ocorrência.

Os grupos de extermínio que atuaram em maio de 2006 também eram de policiais?

Sim. A gente sabe como acontece pelos amigos. As ações que ocorreram depois dos ataques do PCC foram mais por conta da revolta com o que estava acontecendo e por ver o comando esconder. O serviço de inteligência sabia que iam acontecer os ataques mas subestimava o crime organizado.

Depois também começaram as ações dos grupos..

Os policiais mais antigos se reuniram com os mais jovens de apetite e começaram a matar. Como funcionava essa matança? O pessoal se reunia, descaracterizado, com o carro comum e ia aos bairros da periferia onde a situação era mais carregada. Quem estivesse no local já conhecido pelos policiais como ponto de droga, a chamada boca de fumo, morria. Foi pego na rua de madrugada: tem passagem? Tem! Não era nem levado para a delegacia. Era executado e jogado na primeira viela que encontrasse pela frente ⁴¹.

As tragédias de maio de 2006 merecem o esforço de serem repetidas tantas vezes quanto for possível. Repetidas para que não as esqueçamos. Contar suas histórias é apreciar a vida para além dos números de nossas tenebrosas estatísticas. O espaço reduzido dessa dissertação me impôs a difícil tarefa de selecionar, entre os relatos, alguns exemplares. Abaixo, as histórias de Ana Paula, Joey, Bianca, João, Israel, Fábio, Edivaldo, Eduardo,

39Depoimento presente no documentário *Crimes de Maio*. IN: <http://www.youtube.com/watch?v=-eEboklrFmU>. Acesso em 15/07/2013.

40 Ainda segundo Renato Santana: trabalhar muito, ser o camisa 10, ser o bilão, ter apetite, sustentar o batalhão – são jargões utilizados para se referir àqueles policiais que matam muito, prendem acima da média e tem vocação para a ação encapuzada.

41 SANTANA, Renato. *Os policiais que agem na touca*. A Tribuna. IN: <http://infanciaurgente.blogspot.com.br/2010/04/crimes-de-maio-4-parte.html>. Acesso em: 19/12/2015

Fernando, Ricardo e Mateus.

4.2.1 – NARRATIVAS DE UM GENOCÍDIO

Os relatos apresentados para os crimes narrados aqui são resultado da junção de informações presentes em pedidos de federalização da investigação e do julgamento referentes aos casos específicos; nas quatro matérias especiais acerca dos Crimes de Maio, realizadas pelo jornalista Renato Santana para o jornal *A Tribuna*, e nos depoimentos das mães exibidos no documentário *Mães de Maio, um grito por justiça*⁴².

4.2.1.1 – ANA PAULA, JOEY, BIANCA E JOÃO GÓES – 15 DE MAIO DE 2006

Ana Paula Gonzaga dos Santos, 20 anos, e Eddie Joey de Oliveira, 22 anos, eram um jovem casal. Para fazer uma vitamina para a filha mais velha, Beatriz, saíram, na noite do dia 15 de maio de 2006, para comprar leite. Ana Paula estava grávida de nove meses. Ela, o companheiro e a família aguardavam o nascimento de Bianca para o dia seguinte. Moradores da Baixada Santista, foram para um bar na esquina da rua Campos Sales com a Brás Cubas, comprar uma coca e perguntar se tinha leite. Estavam na companhia de dois amigos, Rodrigo e “Cara Suja”, um deles seria o padrinho de Bianca. O bar não tinha leite, mas dentro do bar estavam quatro pessoas, policiais. Eles seguiram para outro estabelecimento e as pessoas de dentro do bar entraram em um carro escuro e começaram a seguir o grupo. Em uma esquina, próxima do bar, o carro parou e de dentro saíram 4 pessoas encapuzadas. O motorista do carro já saiu atirando, os dois amigos fugiram e um dos tiros acertou Joey na perna. Ana Paula, em estágio avançado de gravidez e vendo seu companheiro atingido, não fugiu. Segundo Vera Lúcia Gonzaga, mãe de Ana Paula, o genro reconheceu o motorista do veículo, apesar do capuz. Ana Paula foi capaz de arrancar o capuz do policial que a imobilizou. Joey suplicou pela vida da mulher e de sua filha. Os dois, então, começaram a gritar os nomes dos policiais que reconheceram: “Cara de Cavalo”, “Nêgo Crushí” e “Camarão”. Um dos policiais encostou a arma na cabeça de Ana Paula e disse “ela tava grávida”. Atirou. Joey recebeu 8

42 JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, *São Paulo sob Achaque*, 2011. SANTANA, Renato. *4 anos dos crimes de maio*. *A Tribuna*. IN: <http://infanciaurgente.blogspot.com.br/2010/04/4-anos-dos-crimes-de-maio.html>. Acesso em: 19/12/2015. *Mães de Maio: um grito por justiça – parte 1*. IN: <https://www.youtube.com/watch?v=Y4STk8g3uI4>. Acesso em 19/12/2015. *Mães de Maio: um grito por justiça – parte 2*. IN: <https://www.youtube.com/watch?v=yFwtI0C13Yw>. Acesso em: 19/12/2015.

tiros: 2 nas costas, 2 nas mãos, 3 no peito e 1 na cabeça, por trás. Ana Paula recebeu 5 tiros, 1 na têmpora esquerda, 1 no abdômen logo abaixo do umbigo, 1 na coxa, por trás, e 1 no braço esquerdo, por trás. Os encapuzados fugiram e retornaram, logo depois, para o desfecho ritualístico da execução. Ao atirar em direção a barriga de Ana Paula, o policial gritou “Filho de bandido, bandido é! ”. Bianca tinha 48 cm e lesões por arma de fogo na mão e no joelho esquerdo. Os encapuzados fugiram; logo em seguida, chegaram ao local cerca de 8 viaturas da PM. Os policiais alegaram que as vítimas ainda estavam vivas, o que, segundo testemunhas, não era verdade. Eles retiraram os corpos do local e saíram. Logo depois, o veículo escuro dos encapuzados voltou ao local. Os executores saíram e recolheram as cápsulas dos projéteis que estavam no chão. O caso foi arquivado, sem solução, no dia 22 de novembro de 2006.

Vera, a mãe de Ana Paula, chegou ao local do crime algumas horas depois. Recolheu fragmentos das balas e conversou com o vigia noturno de um posto de gasolina próximo, João Góes, que disse ter presenciado o crime. João foi executado horas mais tarde, na rua Brás Cubas, duas quadras adiante da cena do primeiro crime, por uma pessoa em uma moto Biz preta. Vera Lúcia, que integra o Movimento Independente Mães de Maio, relata que, dois anos e meio depois da tragédia, policiais invadiram sua casa e a prenderam afirmando que ela era a “dona do morro”. Disseram ter encontrado sua moto cheia de droga. A moto ficava guardada na garagem de um senhor que, pelo serviço, cobrava 30 reais mensais. A droga nunca foi apresentada ao juiz. De 30 a 15 dias antes de sua prisão, Vera havia afirmado, em uma entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo*, que os assassinos de sua filha eram policiais. Vera Lúcia cumpriu 2 anos e 9 meses de prisão em regime fechado. Saiu assinando o semi-aberto. Depois, seu advogado descobriu que a cadeia, na apelação, tinha sido reduzida para 1 ano e 8 meses. Vera ainda nos conta que compareceram ao velório de sua filha e de seu genro 4 policiais militares. Os PMs anotaram o nome das pessoas que haviam ido prestar suas homenagens. Dois dos jovens que foram ao velório foram baleados ao chegar em casa. Um deles ficou paralítico e faleceu no dia 15 de novembro de 2009. Na missa de 7º dia, policiais novamente compareceram à igreja. Ainda segundo Vera, quando os policiais abordam os jovens da região e estes dizem que “não têm nada”, os policiais respondem: “a Paulinha e o Joey também não tinham nada e vejam onde eles estão agora”.

4.2.1.2 – ISRAEL ALVES DE SOUZA, FÁBIO DE LIMA ANDRADE, EDIVALDO SOARES DE ANDRADE, EDUARDO BARBOSA ANDRADE E FERNANDO ELZA –

14 DE MAIO DE 2006 E 4 DE DEZEMBRO DE 2006

Os irmãos Edivaldo Soares Andrade, 24 anos, e Eduardo Barbosa Andrade, 23 anos, estavam na frente de sua casa, na rua Jorge de Moraes, no Parque Bristol, zona sul de São Paulo, conversando com os amigos Israel Alves de Souza, 25 anos, Fábio de Lima Andrade, 18 anos, e Fernando Elza, 21 anos, quando, por volta das 22h30, foram surpreendidos por um grupo de homens encapuzados, que desceram de um carro Vectra verde escuro, sem placa. Os encapuzados desceram atirando. Os meninos foram baleados e prontamente socorridos por vizinhos. Israel, Fábio e Edivaldo morreram. Segundo depoimento da mãe de uma das vítimas:

Era um domingo. Estava em casa. Meu filho, [nome ocultado] ficou até mais tarde na cama. Chegou um amigo, pediu para ele subir. Ele levantou e disse 'não esqueci da senhora não. Feliz dia das mães. Você vai estar sempre no meu coração'. Eu disse pra ele, 'não fica muito na rua, não'. E ele disse, 'eu vou entrar logo, o negócio tá feito, essa coisa entre a polícia e os bandidos'. A TV estava alta, eram umas 10 horas da noite. Eu estava vendo Fantástico. Estava frio. Eu lembro que eu pensei 'vou chamar os meninos pra dentro'. Estava passando a notícia dos policiais que morreram. Eu ainda chorei e comentei 'vai ficar um dia marcante para as mães dos policiais'. De repente, escuto um tiro grande, um outro tiro pequeno. Meu marido levantou de cueca. 'E os meninos?'. De repente veio lá de fora e disse, 'É o menino mesmo, é o [nome ocultado], ele está caído no chão'. Quando fui lá e peguei nele, estava gelado. Só ouvi aquele zumbido. Pedia a Deus. Um falava uma coisa, outro, outra, ... Daí tiraram meu filho dos meus braços. Uns olhavam pra mim com cara triste. Meu marido veio e disse: 'É mulher, vamos ser fortes, porque o [nome ocultado] faleceu (JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2011, p.111).

Em cerca de dez minutos, chegaram duas viaturas da PM. Os agentes desceram e começaram a recolher as cápsulas do local. Mais dez minutos, outras três viaturas retiraram os corpos das vítimas e os levaram para o hospital. No hospital, PMs agrediram familiares e amigos das vítimas e, quando perguntados por um jovem: “Do que vocês estão rindo? Meus amigos estão morrendo”, um policial respondeu: “Meus amigos também”. Algumas testemunhas disseram ter visto os encapuzados conversando com PMs de capuz levantado. Um Vectra verde escuro foi visto no batalhão da área. Fernando foi atingido no pé direito e na região glútea esquerda. Eduardo foi atingido por três tiros, dois tiros no tórax e um no antebraço esquerdo. Fábio morreu de hemorragia após 8 tiros, 1 deles proveniente de armamento de caça. Israel também morreu de hemorragia após receber 12 tiros (quatro pelas costas). Edivaldo foi atingido por 4 tiros, 2 deles pelas costas - em seu atestado de óbito consta “politraumatismo”.

O sobrevivente Fernando Elza, baleado no pé e no glúteo, pegou um circular, por conta própria, e foi até o hospital Foccus, na Vila Mariana. Estava passando por uma cirurgia quando foi retirado por PMs, que o levaram, sangrando, para dar várias voltas na viatura e,

depois, para prestar depoimento no distrito policial. Fernando não contou nada sobre a intimidação e disse não ter visto o rosto de nenhum dos atiradores. Quando foi chamado novamente para depor, Fernando foi executado, no dia 4 de dezembro de 2006, em uma emboscada a poucos metros de onde tinha sofrido o primeiro atentado. Foi atingido por 8 tiros disparados de um veículo Corsa azul escuro. No dia 19 de novembro de 2008, o caso foi arquivado.

4.2.1.3 – RICARDO PORTO NORONHA E MATEUS ANDRADE DE FREITAS – 17 DE MAIO DE 2006

A diretora da escola onde estudavam Ricardo Porto Noronha, 17 anos, e Mateus Andrade de Freitas, 22 anos, cancelou as aulas do dia 17 de maio de 2006, devido a um telefonema que havia recebido naquela tarde, informando-a do toque de recolher. Os meninos deixaram as mochilas na casa de Mateus e foram à Pizzaria do Pedrinho, local de encontro dos jovens daquela região. A pizzaria encontra-se na rua Cananeia, na periferia de Santos, mais especificamente no caminho de São Sebastião, caminho de pedras feito por escravos fugitivos que o utilizavam para acessar o Quilombo do Jabaquara, no século XIX. Os meninos estavam reunidos com outras pessoas na frente da pizzaria, quando duas motos Honda 150, com dois ocupantes encapuzados, em cada, passaram atirando. Ricardo, jovem negro, foi alvejado 7 vezes, 1 dos tiros na têmpora. Mateus tentou fugir. Uma das motos o alcançou a 200 metros do local. O caso foi arquivado pela primeira vez no dia 8 de maio de 2007. Segundo o delegado, Mateus era usuário de drogas e o crime era a resolução de um “acerto de contas”. Indignado com a resolução do inquérito, o pai de Mateus apresentou o exame toxicológico do filho, que havia dado negativo. O dono da pizzaria conta que, dias depois da chacina, recebeu uma ligação anônima na qual um indivíduo pedia desculpas por haver matado inocentes. A avó de Ricardo, dona Maria da Pureza Araújo Noronha, conta que vizinhos testemunharam um grupo de policiais trocando de roupa em um posto de gasolina próximo à pizzaria. Dona Maria cuidava do menino que era seu filho, na velhice, o menino cuidava da avó que era sua mãe. Ele estudava e jogava futebol. Um dia após a execução de Ricardo e Mateus, dona Maria da Pureza recebeu uma ligação do Santos Futebol Clube, informando-a que seu neto havia passado em uma seleção. Para Vera de Freitas, mãe de Mateus:

Acabaram-se naquele momento todos os sonhos de dois jovens e de suas famílias,

em verem seus filhos estudados, realizados profissionalmente e de constituírem suas próprias famílias. Até hoje, todos os dias têm sido de muita dor, sofrimento, saudades e inconformismo.

Além de não ter mais o Mateus, tenho que conviver com a impunidade, porque as autoridades competentes não têm interesse em investigar essa autoria. Sofro junto com as outras Mães que perdem seus filhos assassinados. Infelizmente o extermínio continua sem que ninguém faça nada para impedi-lo (MÃES DE MAIO, 2011, p.28).

Pressionado pelo pai de Mateus, sr. João, o Ministério Público reabriu o caso, no dia 28 de junho de 2007, apenas para solicitar novo arquivamento sob a seguinte justificativa:

Lamentavelmente, naquele dia e naquela época se estava vivendo em uma situação em que o 'crime organizado', colocando em risco a própria Sociedade estabelecida, passou a agredi-la violentamente causando a morte de vários agentes públicos, carcereiros, e até mesmo 'civis', como também produzindo ferimentos nessas mesmas pessoas e danos em prédios, veículos públicos e ônibus destinados ao transporte coletivo.

Em represália, não só a Polícia regularmente constituída, como também outros grupos 'para-policiais' que foram considerados como 'grupos de extermínio', passaram a agredir pessoas de atitudes suspeitas e, infelizmente, muitas outras que nada tinham a ver com aquela situação de barbárie e insegurança que se vivia.

(...) Diante disso, ficou inequívoco, agora, para mim, que esses dois jovens acabaram por serem agredidos absolutamente por engano (JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2011, p.227).

Maria da Pureza vivia com o neto e, devido à idade avançada, dependia dele para os afazeres cotidianos. Em depressão, dona Maria faleceu em dezembro de 2012. O caso de Mateus e Ricardo foi novamente arquivado no dia 15 de maio de 2008.

4.2.2 – OS CONDENADOS: OS CORPOS EXECUTADOS

O quadro geral dos pelo menos 493 assassinatos ocorridos em maio de 2006 é assustador. Na semana seguinte aos ataques, o Conselho Regional de Medicina (CREMESP) enviou relatório preliminar acerca dos 493 laudos emitidos pelos médicos legistas dos Institutos Médico-Legal (IMLs) de São Paulo, no período de 0h do dia 12/05/2006 até as 13h30 do dia 20/05/2006. Conforme havia sido solicitado pelo Ministério Público Federal e pela Defensoria Pública do Estado de SP, o CREMESP realizou vistoria junto à Equipe de Perícias Médicas – Centro (IML Central). O trabalho pioneiro do CREMESP garantiu à sociedade civil dados minimamente confiáveis acerca da chacina de maio de 2006. Nesse sentido o relatório aponta que:

As providências adotadas neste episódio pelo CREMESP visaram:

- Garantir a total independência do médico-legista no exercício do cargo oficial.

- Garantir a lisura profissional do médico-legista no exercício do cargo oficial.
- Garantir a realização dos exames necroscópicos requisitados pelas autoridades.
- Garantir a realização dos preceitos técnicos de identificação dos falecidos.
- Garantir a realização dos preceitos jurídicos de identificação dos falecidos.
- Garantir a confiabilidade da prova técnica para pronunciamento da justiça.
- Garantir a feitura, sigilo e guarda do prontuário médico individual por vítima (CONDEPE, 2006, p.79).

Segundo o relatório do CREMESP, o período avaliado demonstrou um aumento exacerbado do número absoluto de falecimentos por lesão corporal a tiros, comparativamente aos anos 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004. O relatório também demonstra a prevalência do sexo masculino - 475 casos, ou seja, 96,3%, em relação ao sexo feminino, 18 casos, 3,7%. Em relação à idade das vítimas: 23 ignoradas; 1 vítima masculina de menos de 11 anos; 9 mulheres e 124 homens entre 11 e 21 anos; 5 mulheres e 214 homens entre 21 e 31 anos; 1 mulher e 81 homens entre 31 e 41 anos; 2 mulheres e 19 homens entre 41 e 51 anos; 10 homens entre 51 e 61 anos; 1 mulher e 2 homens entre 61 e 71 anos; e 1 homem entre 71 e 80 anos. Em relação às prováveis distâncias de disparo segundo as características médico-legais, o CREMESP aponta que, em 11 (2,23%) casos, os disparos foram realizados à queima roupa; em 51 (10,34%) casos, os disparos foram realizados à curta distância e, em 431 (87,42%) casos, os disparos foram realizados à distância. Em relação à localização dos disparos: 34,1% das vítimas apresentavam tiros localizados nos membros inferiores; 55,6% nos membros superiores; 48,1% no abdome; 87,4% do tórax e 86,8% na cabeça. A média máxima de tiros por vítima foi de 5,8 no dia 15 de maio, e a mínima de 3,7 no dia 12. No total de 493 vítimas, ocorreram 2.359 lesões a tiros (CONDEPE, 2006). No relatório, não constam informações acerca da cor/raça das vítimas, porém nenhum bairro das elites de São Paulo foi atingido pela ação dos grupos de extermínio.

4.3 – SALVARAM-SE OS POLICIAIS E AS AUTORIDADES: ARQUIVAMENTOS E IMPUNIDADE

Os Crimes de Maio de 2006 permanecem impunes. Assusta a curtíssima e seletiva memória dos setores embranquecidos e empoderados da sociedade brasileira que, muitas vezes, nem tomaram conhecimento dos terríveis acontecimentos de maio de 2006. A periferia segue gritando. As Mães de Maio não deixaram e não deixarão seus filhos serem esquecidos.

A luta por memória, verdade e justiça independe do aval “democrático” de uma elite que sempre viu, nas populações marginalizadas, carvão para o próprio desenvolvimento. Não obstante, seguem os dados e registros que enfatizam, acima de tudo, a ausência de vontade política de se construir justiça para os Crimes de Maio de 2006.

A polícia militar, no Brasil, segue rígido regime de normas hierárquicas, ou seja, quaisquer que tenham sido as ordens em maio de 2006, a responsabilidade dos Comandos das Polícias é evidente. É certo que os oficiais não apenas toleraram, mas encorajaram e maquiaram as flagrantes ilegalidades cometidas por seus subordinados. A semelhança e a coordenação das ações em todo o Estado indicam óbvia participação dos superiores, ou, pelo menos, algum tipo de controle centralizado. Por exemplo, os registros de RSM: na terça-feira, a fatídica noite em que o comandante Elizeu Eclair Teixeira Borges anunciou os 140 carros da tropa de choque e da ROTA nas ruas, foram registrados 33 RSMs; na quarta-feira, dia 17, 22 RSMs; também no dia 17 de maio o jornal *Folha de S. Paulo* publicou, em sua capa, a primeira das reportagens que chamava atenção para a letalidade do revide policial: *Polícia prende 24 e mata 33 em 12 horas*. No dia seguinte, os registros de RSM caíram para 4. Apesar disso, o alto escalão do governo de São Paulo nunca se desculpou nem demonstrou remorso em relação aos crimes que assombraram São Paulo. Quando intimado a depor na Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de São Paulo, Saulo de Castro Abreu Filho foi irônico e piadista, arrancando aplausos de uma plateia de policiais armados que acompanhavam a sessão.

Polícia não investiga polícia. Civil ou militar, a tradição de corporativismo existente entre os agentes de segurança pública, intensificada durante o período da ditadura militar, impediu em maio de 2006 que os crimes se desdobrassem em investigações isentas e éticas. Quase a totalidade dos casos em que agentes de segurança pública foram vitimados foram *esclarecidos*. Em contrapartida, quase todos os casos em que agentes de segurança pública figuravam enquanto suspeitos foram arquivados. Inquéritos mal feitos que se preocupavam mais em inventar identidades “criminosas” para as vítimas do que com as circunstâncias dos crimes foram aceitos pela maioria dos promotores de justiça, que logo solicitaram o arquivamento, geralmente deferido pelos juízes. Chamou minha atenção a falta de pudores e o cinismo da elite “branca” brasileira estampados em ofício enviado por promotores de justiça do estado de São Paulo ao coronel da Polícia Militar Elizeu Eclair Teixeira Borges, na época, comandante geral da Polícia Militar do estado de São Paulo. O ofício (que possui quatro páginas repletas de assinaturas de promotores de justiça de SP) afirma:

Temos a honra, nós, Promotores de Justiça em exercício no Foro Central Criminal da Comarca da Capital, de dirigir-mo-nos a Vossa Senhoria para saudá-lo e, na oportunidade, em vista dos recentes episódios ocorridos entre os dias 12 e 19 de maio do presente ano, em especial por conta dos ataques promovidos por criminoso vinculados ou supostamente vinculados a facções organizadas, que resultaram na morte de policiais civis, militares e outros agentes públicos para extremar nossa solidariedade às famílias enlutadas, bem como para reconhecer a eficiência da resposta da Polícia Militar, que se mostrou preocupada em restabelecer a ordem pública violada, defendendo intransigentemente a população de nosso Estado, certos que, eventuais excessos praticados individualmente, serão objeto de apuração devida pelos órgãos responsáveis.

Rogamos que, a critério de Vossa Senhoria, seja dado conhecimento do presente aos demais integrantes dessa corporação.

Aproveitamos o ensejo para renovar protestos de estima e consideração (Ofício *apud* JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2011, p.239-242).

Como entender o ofício daqueles que deveriam promover a justiça em São Paulo? Obviamente a população que os promotores fazem referência não é aquela aterrorizada pela ação dos grupos de extermínio da polícia. Não é aquela cujas famílias foram despedaçadas pela “eficiência da resposta da Polícia Militar”. Apesar de estarem “certos que, eventuais excessos praticados individualmente, serão objeto de apuração”, o Ministério Público do Estado de São Paulo solicitou o arquivamento sem solução de quase todos os casos referentes a tais excessos.

As ações policiais que comprometeram o andamento das investigações gravitam em torno de eixos que podem ser resumidos da seguinte forma: não preservação dos locais dos assassinatos; remoção de corpos sem vida a título de prestação de socorro; destruição de provas; ameaça a testemunhas; não fornecimento das gravações do sistema de rádio-telecomunicação (COPOM, 190) e registro de incoerentes RSM. Tudo isso levou a investigações seletivas. À parte, é importante destacar que nenhum policial foi investigado pela não preservação dos cenários dos crimes de maio; nenhum policial foi investigado por destruição de evidência caracterizada pela remoção de corpos sem vida, a título de prestação de socorro. As evidências da participação de policiais em grupos ilegais de extermínio foram totalmente ignoradas; as evidências da existência de grupos de extermínio institucionalizados na polícia paulista, como a ROTA, foram totalmente ignoradas. O estado de São Paulo também não produziu nenhum tipo de relatório acerca dos dias de terrorismo de maio de 2006, os estudos mais relevantes acerca dos crimes são fruto da iniciativa da sociedade civil. O governo federal também não assumiu essa tarefa, não obstante o pedido de federalização dos casos seja uma das principais reivindicações do Movimento Independente Mães de Maio.

Talvez a pergunta mais importante acerca dos Crimes de Maio de 2006 seja: quais

foram as ordens dadas pelo Comando aos seus subordinados? Aqui, enfatizo a suposta falha e o desaparecimento das gravações do 190, do COPOM (Centro de Operações da PM). Sobre a suposta falha técnica no sistema de gravação, que poderia apontar justamente para um núcleo de oficiais militares, o estudo *São Paulo sob ataque* afirma:

A suposta pane no sistema de gravação do COPOM, ocorrida justamente no período de maior abrangência dos ataques do PCC e do revide policial, ficou conhecido na imprensa como o “Apagão no 190”. Na época em que se divulgou a notícia, outubro de 2007, o Ministério Público anunciou que iria investigar o “apagão”, porém não obtivemos notícias sobre o que resultou.

No entanto, encontramos indícios contrários ao teor das informações oferecidas pelo Coronel Brandão. Especificamente, no relatório final do inquérito conduzido pelo DHPP sobre a chacina no Parque São Rafael, ocorrida no dia 14 de maio de 2006, o delegado afirma que solicitou e recebeu o “Hard-Copy” da chacina, ou seja, a transcrição das radiocomunicações entre o COPOM e as viaturas da Polícia Militar na ocorrência. Também localizamos dois ofícios do Conselho Permanente de Disciplina da Polícia Militar, relacionados a outros casos, que confirmam que o chamado “Hard-Copy” do COPOM é justamente a transcrição de conversas que este realiza por rádio com as viaturas da PM. Supostamente, este material deveria estar indisponível em decorrência das alegadas falhas técnicas do equipamento naquele período (JUSTIÇA GLOBAL; IHCR, 2011, p.172).

Acerca das providências tomadas pelo estado de São Paulo relativas a duas das raízes mais profundas que gestionaram os Crimes de Maio, a corrupção policial e a política de encarceramento massiva se destaca a postura negligente e oportunista dos governos da aliança PFL (Partido da Frente Liberal) e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Desde 2006, ocuparam o cargo máximo do Executivo paulista Cláudio Lembo (PFL), José Serra (PSDB), Alberto Goldman (PFL) e Geraldo Alckmin (PSDB). Especificamente em relação aos ataques cometidos pela quadrilha de Peña - mesmo que relatos dos abusos cometidos por Peña tenham chegado até autoridades da cúpula da Segurança Pública, segundo testemunhos, o delegado chefe da unidade de inteligência da DEMACRO (Departamento de Polícia Judiciária da Macro São Paulo), Ítalo Zacaro Neto, avisou ao diretor da DEMACRO, Nelson Guimarães, das denúncias de Marcola - Guimarães optou por transferir Peña e Araújo para funções administrativas, mas julgou inconveniente avisar à Corregedoria sobre os ataques cometidos pela quadrilha. Peña foi transferido, em 2007, para o DEIC (Departamento Estadual de Investigações Criminais), que ironicamente cuida do enfrentamento ao crime organizado, por suposto pedido do então secretário-adjunto de Segurança Pública, Lauro Malheiros Neto, nomeado por José Serra no dia 2 de janeiro de 2007. Os excessos de Peña só vieram à tona depois de denúncia feita por sua ex-esposa, Regina (que relatou inclusive o cotidiano de violências ao qual era submetida pelo ex-marido), em 2008. Em delação premiada, Peña afirmou que parte do que foi arrecadado com o ataque

de Marcola foi para a cúpula do DEMACRO. Fontes anônimas dos pesquisadores do estudo *São Paulo sob ataque*, e familiarizadas com a delação de Peña, afirmaram que boa parte do dinheiro dos esquemas de chantagem compunham um Caixa 2 para as grandes campanhas do PSDB paulista (Lembo e Goldman – ambos do PFL – eram vice-governadores e assumiram o governo de SP na ocasião em que Alckmin e Serra se afastaram para disputar a Presidência da República):

De múltiplas fontes de dentro do Ministério Público e do Poder Judiciário com familiaridade com a delação premiada de Peña, mas que se recusaram a ser identificadas, recebemos a informação de que Peña teria denunciado que parte do dinheiro que ele coletava nos esquemas de corrupção era repassado para superiores e destinados a um suposto Caixa 2. Este, segundo Peña, seria utilizado de forma sigilosa como fonte de recursos para as grandes campanhas do PSDB. De acordo com as fontes, o esquema chegaria aos pés da cúpula do governo. Não conseguimos verificar tais informações que, obviamente, necessitam ser investigadas de forma completa, isenta e célere (JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2011, p151).

Acerca da política de encarceramento massivo, os números falam por si só. Segundo relatório do INFOPEN (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias), de junho de 2014, a população carcerária brasileira era composta por 607.731 pessoas. O déficit de vagas era de 231.062. O estado de São Paulo é responsável pela guarda de 219.053 prisioneiros⁴³. Segundo dados da SAP, o déficit de vagas é de 88 mil, o déficit de servidores é de 14 mil⁴⁴. De acordo com entrevista realizada pelos pesquisadores da Justiça Global com o atual secretário da SAP, Lourival Gomes, em 2000 a população carcerária de São Paulo era de 90.186 indivíduos. O aumento de 128.867 prisioneiros em apenas 15 anos é surreal e evidencia a escolha pelo encarceramento massivo como estratégia de combate à “criminalidade”. O aumento absurdo da população carcerária tem como contrapartida o investimento estadual e federal na construção de novos presídios, que, conforme atestam os números, são sempre insuficientes. O investimento no fortalecimento da Defensoria Pública é mínimo. A Justiça Global e a IHRC constataram que em 2011 havia apenas 40 defensores públicos atuando em execução penal em todo o estado de São Paulo, na época com 140 unidades prisionais. Os números da pesquisa *São Paulo sob ataque* são assustadores. Em 2010, 25.000 pessoas estavam presas em São Paulo por furto. Segundo relato do padre Valdir João, da Pastoral Carcerária, 7.000 presos condenados ao semi-aberto estavam em regime fechado no estado de São Paulo em

43 Relatório do INFOPEN, 2014. IN: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 20/12/2015.

44 Sindicato dos funcionários do sistema prisional do estado de São Paulo. *Com déficit de 88 mil vagas e de 14 mil servidores no sistema prisional, Alckmin suspende novas contratações*. 03/09/2015. IN: <http://www.sifuspe.org.br/index.php/materia-3/3363-com-deficit-de-88-mil-vagas-e-de-14-mil-servidores-no-sistema-prisional-alcckmin-suspende-novas-contratacoes.html>. Acesso em: 20/12/2015.

2010. Também chama atenção a morosidade e a negligência com relação à progressão de pena. Nos mutirões penitenciários de 2008 e 2009, o Tribunal de Justiça de SP identificou 168 presos que já haviam cumprido sua pena. Em 2010, a SAP mantinha um total de 54.388 presos provisórios que aguardavam julgamento - na época o número era quase o mesmo do déficit de vagas no sistema, 64.681. Os pesquisadores ainda analisaram dados referentes a 21 das 74 unidades que se rebelaram em maio de 2006 e puderam constatar que todas estavam superlotadas, 5 delas apresentavam o quadro absurdo de mais de 200% de superlotação (JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2011).

São Paulo continua sem resposta para os Crimes de Maio de 2006. As populações pretas, indígenas descendentes, pobres e periféricas de São Paulo continuam refém de condições institucionais que incentivam e legitimam ações terroristas como as de maio de 2006. Depois de maio de 2006, abril de 2010, os crimes de 2012, a chacina de Osasco, apenas para citar alguns exemplos de chacinas que enfatizaram, ao longo desses quase 10 anos, a vulnerabilidade de algumas populações paulistas ao terrorismo institucionalizado no governo do estado de São Paulo pelo Partido da Social Democracia Brasileira. Geraldo Alckmin governa, novamente, São Paulo. Saulo de Castro, hoje, é secretário de Governo. Nas palavras de João Inocêncio Correio de Freitas, pai de Mateus Andrade de Freitas: “Você só fica me perguntando de maio de 2006. Maio de 2006 continua! Ontem mesmo morreram mais cinco” (JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2011, p.183).

4.4 - DAS RE-EXISTÊNCIAS

Os Crimes de Maio, segundo as autoridades paulistas, foram o resultado direto do combate entre as forças policiais e o PCC. Conforme mencionado no capítulo anterior, as investigações acerca das execuções, em que se suspeitava da participação de policiais, estavam mais preocupadas em inventar um histórico criminoso para as vítimas do que em coletar informações sobre os crimes específicos. Também conforme já citamos, Vera Lúcia Gonzaga, mãe de Ana Paula Gonzaga, pegou 2 anos e 9 meses de cadeia, acusada de ser traficante de drogas. Além dela, Ednalva Santos, mãe de Marcos Ribeiro Santos, e seu companheiro foram presos pela Polícia Militar, que plantou em seu estabelecimento drogas e uma balança de precisão. Ednalva foi solta após 8 dias, o seu companheiro ficou 3 meses na prisão. Ademais, em dezembro de 2015, dona Maria Goretti Rodinick Marques, 60 anos, avó de Rafael Souza de Abreu (menino de 16 anos assassinado em março de 2010), relatou ter

sido chantageada por um dos assassinos de seu neto quando saía de um shopping center em Santos. Segundo ela e o marido, o cabo Ferreira a parou e disse que ela “estava presa por ser dona de uma biqueira e mal sabia o que viria pela frente”. Dona Goretti baixou as sacolas e perguntou por que ela estava sendo presa; o policial respondeu: “desacato à autoridade”. O marido interveio e o policial liberou o casal⁴⁵. Outrossim, o vídeo em que a promotora Ana Maria Frigério Molinari - que trabalhou na GAECO (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) - acusa, sem apresentar provas, as Mães de Maio de envolvimento com o tráfico de drogas⁴⁶ atesta a sistemática criminalização de indivíduos e coletivos que lutam pela restauração da Verdade, da Memória e da Justiça pelos órgãos de Segurança Pública do estado de São Paulo.

Para evitar esse tipo de confusão - cidadão preto, PCC; cidadão pobre, PCC; cidadão tatuado, PCC; mãe de cidadão assassinado por policiais, PCC; avó de cidadão executado por grupo de extermínio, PCC -, tão comum aos agentes paulistas, resolvi incluir na redação desta dissertação uma breve explicação sobre as origens e dinâmicas do PCC, cujo Salve Geral foi o gatilho para o terrorismo institucional materializado nos Crimes de Maio; e sobre as origens e objetivos das *Mães de Maio*, coletivo de familiares de vítimas da violência institucional, fundado após os Crimes de Maio. É algo revelador que a única semelhança entre os grupos seja a ligação fundacional com a violência institucional.

4.4.1 - PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL

“Onde houver dominação, haverá sempre lutas pela libertação, onde houver exploração humana, haverá sempre combates pelo fim da opressão, onde houver violação dos direitos, haverá sempre resistência em nome da dignidade”.

(Salve do PCC, final de 2006)

A história do Primeiro Comando da Capital (PCC) começa em outra história; esta,

45 CARAMANTE, André. *Mães de maio denunciam perseguição da PM de SP contra familiares de vítimas de grupos de extermínio*. IN: http://www.correiodocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11297:2015-12-16-22-20-30&catid=71:social&Itemid=180. Acesso em: 24/01/2016.

46 SALVADORE FILHO, Fausto; CARAMANTE, André. *Mães de Maio denunciam promotora por “criminalizar” movimento*. IN: <http://ponte.org/maes-de-maio-denunciam-promotora-por-criminalizar-movimento/>. Acesso em: 24/01/2016.

internacionalmente conhecida - o Massacre do Carandiru. O Carandiru foi inaugurado em 1920, chegou a abrigar quase 8 mil presos e foi considerado o maior presídio da América Latina. Em 1992, invasão da Tropa de Choque da Polícia Militar de SP, liderada pelo coronel Ubiratan Guimarães, deixou, pelo menos, 111 mortos. Segundo sobreviventes, o número de vítimas é bem maior e corpos foram retirados da instituição por caminhões destinados à coleta de lixo, antes da contagem oficial. Segundo Sidney Sales, “111 que tinham pai, mãe e advogado. Quem recorreu. Várias pessoas não tinham família (...). Eu creio que aproximadamente morreram uns 250. Eu distribuía alimentação no presídio. Naquele dia, sobraram quase duas caixas de pão”⁴⁷. A relação entre o Massacre do Carandiru e o PCC é colocada pelos próprios presos em um Salve que correu os presídios paulistas no final de 2006: “Tudo começou e nasceu no cárcere após 1992, com o fato mais bárbaro, cruel e covarde, um massacre contra os presos, a morte de '111' presos no Carandiru, SP, por policiais militares, a mando do governo e segurança pública de SP” (PCC *apud* BIONDI, 2010, p. 68).

São várias as versões correntes sobre a fundação do PCC. A mais repetida delas, presente no livro *Cobras e Lagartos*, de Josmar Jozino (2004), afirma que o PCC nasceu no dia 31 de agosto de 1993, no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté. Na ocasião, um jogo de futebol entre o Primeiro Comando da Capital e o Comando Caipira acabou na morte de dois integrantes do Comando Caipira. Para se protegerem da disciplina do espancamento, metodologia dos agentes de Taubaté, cuja direção estava na mão do ex-diretor do Carandiru, os integrantes do PCC formalizaram um pacto no qual prometiam que o castigo de qualquer um dos integrantes desencadearia uma reação coletiva. Logo, o pacto se popularizou e um estatuto foi redigido - propunha-se a organização como forma de evitar os maus-tratos do cotidiano penitenciário, bem como disciplinar as relações entre os presos. Segundo Biondi, a criação do PCC é vista, por muitos presos, como o fim de uma era de guerra de todos contra todos. O PCC propunha um código de regras padrão para os conflitos dos internos do sistema carcerário (BIONDI, 2010).

Os dez anos que se passaram entre o Massacre do Carandiru e a desativação do presídio (2002) foram anos de mudanças substanciais no sistema penitenciário paulista: a população prisional foi de 52 mil detentos para 110 mil; o sistema prisional que antes contava com 43 unidades passou a contar com 80; as prisões foram construídas longe dos grandes

47 NETO, Jorge; NETO, José Francisco. 'O Carandiru era o vale da sombra e da morte', diz sobrevivente do massacre. IN: <http://www.brasildefato.com.br/node/10761>. Acesso em 24/01/2016.

centros urbanos, movimento que facilitou que o crescimento da população carcerária passasse despercebido pela maioria da população de São Paulo, e, por último, mas não menos importante, o surgimento do PCC e de seu *proceder*⁴⁸ (BIONDI, 2010).

As autoridades do estado de São Paulo tentaram negar a existência do PCC. Segundo o jornalista Jozino, existia, inclusive, uma proibição do grupo Globo, dona do *Diário de S. Paulo* e de várias outras revistas, jornais, emissoras de rádio e de televisão, acerca da utilização da sigla PCC, do número 15.3.3 (P é a décima quinta letra do alfabeto, C é a terceira) e do nome Primeiro Comando da Capital. Assim, longe dos olhos da população e blindado da atenção midiática, o PCC crescia nas entranhas do sistema prisional paulista. A repórter Fátima Souza levou ao ar, em 1995 e em 1997, entrevistas nas quais o PCC foi exposto como “uma fraternidade, um comando que se espalhou pelas cadeias” (BIONDI, 2010, p.72). O governo de SP desmentia e afirmava que o PCC era um pequeno grupo com pouca influência dentro das cadeias. Entre 1999 e 2000 a polícia investigou, pela primeira vez, o Partidão⁴⁹. Foi quando o governo do estado decidiu pela transferência das lideranças identificadas para prisões em outros estados da União - assim, o PCC se expandiu e solidificou alianças.

No dia 18 de fevereiro de 2001, o PCC consolida sua hegemonia comandando a maior rebelião, até então, já registrada no país - 26 presídios paulistas participaram da ação. Em novembro de 2003, o Comando foi o responsável por cerca de 70 atentados contra o poder público. Em 2004, cerca de 8 mil pessoas se reuniram na frente da Secretaria de Administração Penitenciária para protestar contra as novas regras de visitação dos presídios (BIONDI, 2010).

O PCC geralmente é apreendido como uma instituição similar ao Estado. Uma organização hierárquica da criminalidade. Na etnografia de Karina Biondi, *Tudo junto e misturado*, o PCC aparece como uma experiência política. Organização que surge justamente para evitar relações de domínio - nas cadeias do PCC, não é recomendável mandar nem obedecer. Nesse sentido, o PCC não se restringe aos *irmãos*, membros batizados do Comando, mas se estende a toda à população⁵⁰ das cadeias comandadas pelo grupo. A diferença em

48 “Proceder é o nome de uma relação travada por prisioneiros entre si, com funcionários e com visitantes, e que dispõe sobre o comportamento esperado em cada situação de suas vidas, desde a alimentação até o jogo de futebol, passando também pelos cuidados com sua higiene” (BIONDI, 2010, p.95)

49 Partidão é uma das alcunhas utilizadas pelos presos para se referir ao Primeiro Comando da Capital.

50 Os presos não batizados são chamados *primos*.

relação a outras facções está inscrita em seu lema: Paz, Justiça, Liberdade e Igualdade. O ideal da Igualdade que rege o *proceder* faz com que a hierarquia e a centralização do poder sejam constantemente boicotadas. Ao mesmo tempo, o PCC é uma imagem de transcendência, simboliza a união dos presos em busca de uma sociabilidade mais justa. Assim, a disciplina do Comando é um norte, flexível e constantemente atualizado. Um conjunto de regras que são mobilizadas e transformadas em debates e assembleias, a depender da conjuntura. É quase o ideal clastreano de liderança: um Comando sem comando. Nas palavras de Biondi:

(...) o que está na base da tensão entre a *igualdade* e o exercício político no PCC é a inexistência de obrigações. É esta especificidade que confere uma flexibilidade à relação entre os presos, oferecendo margens para o aspecto dinâmico de sua política. Os não-membros que estão no *convívio* das cadeias do PCC são presos que “correm lado-a-lado” com o *Comando*, pois quem não *corre com o Comando corre contra, é oposição*, cujo local apropriado é o *seguro* ou alguma prisão que esteja sob influência de outro comando. Mas o reconhecimento que o PCC recebe dos prisioneiros só ocorre se nas atuações cotidianas os *irmãos* obtiverem êxito na construção desta relação. O sucesso na formação do *Comando* se dá no refreamento das ações indesejadas de outros atores; é evitando os maus tratos por parte dos agentes, proibindo a subjugação de um preso por outro, impedindo a depredação do prédio, que *os irmãos* adquirem seu poderio de negociação e, com o sucesso nessas negociações, o reconhecimento de sua atuação e o êxito na construção do PCC. O reconhecimento da atuação do *Comando*, assim, é fruto de uma conquista que é incessantemente buscada e que está em constante risco, principalmente quando o que se pretende fundar é um *Comando* entre *iguais*, ou melhor, um *Comando* sem comando (BIONDI, 2010, p.141)⁵¹.

As ações do PCC garantiram um sistema carcerário livre de mortes banais (para matar, é necessário pedir autorização ao PCC), proibiram o estupro e o uso do crack. Ademais, as ações do PCC não se restringem ao sistema carcerário. Gabriel Feltran, em pesquisa relativa a diminuição drástica (70%) dos homicídios em São Paulo, na década de 2000, afirma:

Após essa mudança nas políticas do *crime*, que reivindica valores de igualdade inscritos em tradição popular muito distinta da iluminista, aquele menino que antes devia matar um colega por uma dívida de R\$5, para ser respeitado entre os seus pares, agora não pode mais matá-lo: deve recorrer ao PCC para reivindicar uma reparação do dano sofrido. O impacto dessa nova regulação da ética do *crime*, assegurada pela força armada do “Comando”, nas taxas de homicídio foi muito maior do que se imaginava; o irmão daquele menino morto pela dívida se sentiria na obrigação de vingá-lo, e assim sucessivamente, o que gerava uma cadeia de vinganças privadas altamente letal, muito comum ainda hoje em outras capitais brasileiras. Nesse novo ordenamento, entretanto, interrompe-se a vendeta: foi a “lei do crime” que o julgou e condenou, e ela é legítima para fazê-lo. Como as políticas emanadas do *crime*, nos “debates”, só deliberam pela morte em último caso - quando houve uma morte sem o aval do PCC - há muitas outras punições intermediárias que podem ser implementadas (advertências, espancamentos, expulsões, interdições, a depender da performance de quem solicita o debate e de quem é julgado nele). Toda aquela cadeia de vinganças que acumulava corpos de meninos das vielas de favelas, até os primeiros anos da década passada, foi assim interditada (FELTRAN, 2012,

51 Convívio diz respeito ao espaço de vivência coletiva de uma cadeia. Seguro são as celas isoladas.

p.241-242).

A luta do estado de SP contra o PCC já começa condenada ao fracasso. As autoridades são incapazes de perceber o vínculo existente entre suas próprias políticas de encarceramento massivo e a emergência do PCC. Parecem não entender que os abusos aos Direitos Humanos, institucionalizados nos presídios, acabam por realizar o trabalho de base do Comando. O PCC é mais do que uma mera facção, mais do que expressão do crime organizado. O PCC é uma tática de sobrevivência, aparece onde o estado se ausenta - nas prisões e nas periferias. Apesar de composto por indivíduos que certamente protagonizam crimes violentos, o PCC opera, também, em outro nível. Enuncia a guerra quando quer chamar atenção; mas é, antes, a política nos presídios. Assim foi em 2006. Se o estado de São Paulo ainda não produziu nenhum documento referente a maio de 2006, o PCC o fez. Seguem trechos de uma cartilha auto-reflexiva, endereçada a toda população carcerária do estado de São Paulo⁵², que avalia resultados e efeitos de maio de 2006 e propõe estratégias futuras:

Espero que esta cartilha sirva como um trampolim para um salto em busca de águas tranquilas, mas, havendo correntezas fortes, que a conscientização ajude a todos a navegar em busca de solução. Aqui fica o pedido a todos da importância de debates e falar abertamente para a população carcerária sobre o conteúdo dessa cartilha. Pedimos que todos conversem, se expressem e através do aprendizado consigamos conquistar um futuro. Palestrar até mesmo em dia de visita nos presídios, pois assim nossos familiares entenderão com mais facilidade os motivos de nossas lutas para também nos apoiar conscientemente. É através desse novo texto que de uma maneira simples e direta, seguindo uma linguagem que todos possam entender, compreender, refletir e pensar, que buscaremos o caminho para agirmos e superarmos esse momento de nossas vidas. E que a partir desse novo trabalho, com mais certeza, possamos seguir nossa jornada com fé e coragem para os próximos dias e futuro aperfeiçoamento de nossas deficiências e edificando nossas carências.

A parte educativa é fundamental e em primeiro passo vamos explorá-la até mesmo para termos um entendimento melhor sobre nossa luta (Cartilha do PCC, *apud*. BIONDI, 2010, p.150).

O Governo do Estado, a Segurança Pública, Administração Penitenciária, o Serviço de Inteligência formado por promotores, o GARRA, o DEIC; [...] o que eles fazem de forma direta e conjunta (mancomunada) é trabalhar para não acabar com as injustiças sociais; [...]; perseguem os presos de várias formas para os prejudicarem; não fazem nada para melhorar o sistema, só para dificultar; [...]. Só alimentam cada vez mais a violência e quando querem algo específico, como o voto, nos provocam, promovendo mais injustiça e opressões dentro dos presídios, esperando nossas reações de revolta. Com isso, aparecem como salvadores da Pátria, sempre usando a força e a violência descontrolada dentro dos presídios para acabar com revoltas; revoltas estas que eles próprios causaram. Em seguida usam o poder da mídia também contra nós. Precisamos urgentemente aprender a lutar contra essas provocações e conhecer as formas que essas autoridades usam contra nós. Só assim os superaremos: conhecendo os seus métodos de agir (Cartilha do PCC *apud*. BIONDI, 2010, p.151).

52 O companheiro de Biondi estava preso e teve acesso ao documento. A cartilha foi lida durante um Salve Geral, que, segundo ela, tem lugar no centro dos presídios e na presença de funcionários (BIONDI, 2010).

Como fazer para lutar e superarmos nossas dificuldades e conquistarmos nossos direitos como presos? Usando as mesmas armas que eles usam contra nós, a propaganda da divulgação, a mídia. Vamos maciçamente nos expressar à Sociedade e mostrar esse lado esquecido e cenário de tantas injustiças e violências. [...] Temos que fazer todos entender que não somos esses monstros que a mídia divulga. Precisamos urgentemente mostrar à Sociedade que somos usados pelos políticos e que só queremos o que é nosso por direito, queremos ser tratados como seres humanos e não como animais como somos tratados (Cartilha do PCC *apud*. BIONDI, 2010, p.152).

Nossos objetivos e metas são conseguirmos, através de nossa união, juntamente com o apoio de nossos familiares, um sistema carcerário humanizado e que conceda nosso direito integralmente. [...] Nós não queremos regalias no sistema; queremos um sistema humanizado, com quadros profissionalizantes e educativos com profissionais sérios; setores judiciários justos, ativos e eficientes; queremos nossas famílias junto de nós; saúde adequada e necessária. Temos todos esses direitos, mas não os recebemos. Os únicos direitos que impõe o sistema são os castigos, as perseguições pessoais, o abuso de poder, a violência e os maus tratos (Cartilha do PCC *apud*. BIONDI, 2010, p.153).

Não quero com essa breve imersão em uma das facetas do crime organizado insinuar que o PCC seja algum tipo de exemplo ético. Os valores éticos derivados de um cotidiano em que se naturaliza ritualisticamente a violência, não devem servir de modelo para uma sociedade que visa, justamente, a sua superação. Ao abordar a maneira como o tráfico de drogas substitui a autoridade moral das instituições sociais, Sérgio Adorno descreve certo caráter tirânico da ética do narcotráfico que produz um elevado número de mortos, e por conseguinte, a banalização da vida; a instauração de um regime despótico e a desorganização social e política das comunidades em que se estabelecem; o recrutamento de crianças e adolescentes, bem como sua morte prematura; a disseminação de valores belicistas; o fortalecimento do patriarcalismo, da homofobia e da misoginia; e o entrelaçamento com os crimes de colarinho branco (ADORNO, 2002, 27-28).

4.4.2 - AS MÃE DE MAIO

“Hoje, nós Mães de Maio temos o nosso primeiro Livro, o nosso primeiro Grito em páginas impressas, sem a intermediação de outras falas e outros pseudo-representantes que nunca sentiram o que nós sentimos na pele esses anos todos - mas que sempre fazem questão de se apresentar como nossos porta-vozes. Não queremos ninguém falando pela gente: queremos aprender errando, se corrigindo, melhorando, se enfiando, ouvindo, gritando, acalmando, indo de novo pra cima, refletindo, compartilhando, se fortalecendo... Com os nossos! ”

(Mães de Maio - Do luto à luta)

Após os Crimes de Maio, surgiu o Movimento Independente Mães de Maio. Um coletivo de Mães Guerreiras que afirmam possuir em comum três coisas fundamentais: não

são ricas nem ocupam espaços de poder; tiveram os seus filhos e filhas executados pelo Estado Brasileiro e/ou por Grupos de Extermínio ligados ao Estado, que decretaram a pena de morte para todos aqueles que consideravam “descartáveis”; e decidiram que os crimes do Estado não iam ficar barato, que lutariam, não apenas por seus filhos, mas por toda a sociedade brasileira (MÃES DE MAIO, 2011).

As Mães de Maio são uma rede de apoio aos familiares de vítimas da violência institucional, mulheres que caminham juntas na luta por Verdade, Memória e Justiça na democracia brasileira. O movimento começou quando Débora, Ednalva e Vera perceberam, através de suas experiências, a extensão da implicação do Estado na execução de seus filhos e das outras centenas de vítimas de maio de 2006. As Mães de Maio perceberam que não contariam com muita ajuda na busca por Justiça pelos seus filhos e assumiram como missão ecoar as vozes de seus mortos e desmascarar a hipocrisia da democracia brasileira. Perceberam que o massacre que vitimou seus filhos é contínuo - todos os dias nascem, da mais profunda dor, outras Mães de maio. Hoje, lutam, sobretudo, pela federalização dos Crimes de Maio e de outras chacinas que permanecem impunes. São exemplo da luta por dignidade. Não tenho a intenção de me delongar descrevendo-as, nem o poderia, tão distante me encontro da dor de perder um filho. Por fim, ciente das implicações existentes entre o saber e o poder, ecoo o seu grito:

E se eles se fazem de surdos e de rogados... E se muitos dos nossos insistem em não acordar, resignados... E se muitos dos nossos ainda se perdem em muitas picuinhas e competições bestas, mesquinhas, disputando holofotes e espaços... Nós depois que passamos a nos organizar e a lutar, pouco a pouco, passo a passo, somos e seremos cada vez mais gritantes, incansáveis. “Coração em chamas e os punhos cerrados!”.

E o Tempo é Rei, Nêga: dessa Luta acreditamos que pode nascer Outro Dia, outro tipo de sociedade aonde falaremos, aonde escutaremos, aonde seremos realmente escutadas. Aonde pensaremos e construiremos as coisas juntas, principalmente o Amor. E poderemos assim decidir sobre as nossas Vidas, Vivas-Vidas, como os nossos Filhos e Filhas, roubados de nós pelo Estado, deveriam ter tido a Liberdade de decidir, de ir ou vir, e de Viver-Feliz. Eles seguem e seguirão conosco! Presentes! Agora e Sempre!

Não: certamente a sociedade em que vivemos e sobrevivemos - sociedade dominada pelo dinheiro, pelas armas, pela polícia e pelas hierarquias de poder - certamente ainda não está preparada para Ouvir toda nossa Revolta. Não estava preparada para nossa Presença... Sentimos isso no cotidiano de nossas incansáveis Lutadas... Surdos-Vivos... Porém, nós não desanimaremos...

Por isso Gritamos, muitas vezes. Para ouvir tudo o que Desejamos Falar. Por isso buscamos palavras, entre erros e acertos. Nossas Palavras (MÃES DE MAIO, 2011, p.15).

CONCLUSÃO

GENOCÍDIO: A PATOLOGIA DO “BRANCO” BRASILEIRO

O título desta conclusão faz referência a um importante texto que chegou até mim enquanto eu escrevia esta dissertação. Trata-se de *Patologia social do “branco” brasileiro*, de Guerreiro Ramos (1955). O autor faz uma reflexão interessante, utilizando o conceito de patologia social e estatísticas raciais do IBGE (1950), a fim de demonstrar que o “branco” brasileiro é um mestiço embranquecido que sofre certa “instabilidade auto-estimativa”. O autor pontua que em sociedades colonizadas a norma, o *ethos* social, não traduz as imanências de um povo, mas é externo, reflete o arquétipo europeu. Nesse sentido, a tematização do negro na produção epistemológica, ao mesmo tempo em que permitia aos “brancos” brasileiros se aproximarem do arquétipo europeu, inferiorizava os brasileiros obviamente não-brancos (RAMOS, 1955). Guerreiro Ramos descrevia, na década de 50, processos muito similares ao postulado como colonialidade do ser e do saber, pelos autores do grupo modernidade/colonialidade, cerca de 40 anos depois. Que suas contribuições permaneçam muito pouco citadas e revisitadas é exemplo notório do processo que Mignolo chamou diferença colonial. Guerreiro Ramos representa, para mim, legado crítico e criativo das Ciências Sociais.

Em nome dos efeitos do discurso e uma vez que os homens brancos são a grande maioria de nossas Autoridades, se apresentou, para mim, a necessidade de se tematizar o branco brasileiro. Aprender os discursos que formam governa-dores. Retomo o argumento da introdução, não se trata de explicá-los e, por conseguinte, justificá-los. O esforço é de compreensão dos mecanismos que criam e re-criam, no Brasil, subjetividades indiferentes à guerra. Acredito que, para tal, esta investigação acerca dos Crimes de Maio sugeriu os caminhos que aponto a seguir.

As palavras das Mães de Maio des-cobrem a estratégia secular da governamentalidade brasileira - o silenciamento das memórias e das verdades relativas às experiências das populações negras, indígenas, pobres e periféricas. O silenciamento demonstra certa continuidade das estratégias de subalternização colonial. Desde o apreendido pelas Mães de Maio, a tortura, a morte e o sequestro da memória, outrora estratégias da escravização, aparecem como elementos centrais da dinâmica estabelecida entre governa-dores e as populações negras, indígenas, pobres e periféricas.

Durante esta pesquisa, pude perceber, entre as pessoas com quem dialogo, que muitas delas sequer sabiam que, em maio de 2006, pelo menos 493 pessoas foram executadas em São Paulo. A indiferença dirigida às vítimas da violência institucional, no Brasil, está relacionada à ausência de espaços de debate público. Espaços que garantam às vítimas o direito de contar suas histórias. O silenciamento utilizado como estratégia de subalternização gera, dentro de cada massacre, uma guerra. Para se silenciar, há que se reproduzir o imaginário coletivo que deslegitima a fala das Mães. Para tal, o sistema educacional e o oligopólio dos meios de comunicação de massa são instrumentos eficazes. O lugar de onde as vítimas vêm é lugar de negro; é lugar de bandido. O ataque se dirige aos filhos, vítimas silenciadas pela morte - PCC, drogado, criminoso - adjetivos que as Autoridades e os Policiais julgam justificar, perante a sociedade brasileira, a troca de tiros e o auto de resistência. Ou seja, manifesta-se uma relação de poder em que a enunciação do Outro estabelece estreitas possibilidades de existência. Mas as Mães insistem em falar que os seus mortos têm voz. Que eram filhos atenciosos, trabalhadores e estudantes. Que, antes de bandidos, eram vítimas da exclusão sociorracial. O combate entre as narrativas se dá em um contexto em que as Autoridades herdaram, de Jafet, um lugar excepcional de enunciação e reprodução epistemológica. Lugar que Castro-Gómez chama *hybris* do ponto zero. Policiais e Autoridades são donos de uma certa verdade, construída mediante o silenciamento de memórias. O silenciamento metodicamente empregado pelas Autoridades aos discursos das Mães - inscrito, principalmente, no arquivamento dos casos - é demonstrativo do que Mignolo chama diferença colonial. Em resumo, o combate dos estigmas e das memórias des-cobre um cenário em que as relações de poder estão constantemente transitando entre um campo de relações epistemológicas e um campo de relações ontológicas.

A teimosia em enunciar as identidades de seus filhos é o que as Mães contrapõem ao terrorismo. O terrorismo, por sua vez, objetiva coibir a vontade de Justiça daqueles que testemunham a não-ética da guerra, que vivem a fronteira do Estado de Direito. Como se expressa essa não-ética da guerra? São as estratégias da subalternização - as interdições impostas pelo dispositivo de racialidade/biopoder inscritas no corporativismo, nas omissões, na impunidade, na indiferença dirigida àqueles que experienciaram uma das mais universais das dores humanas - a de se perder alguém que se ama. Em determinado momento, durante a Audiência, saí e dividi um cigarro com uma das Mães. Poucos dias atrás, o filho do governador Geraldo Alckmin havia morrido em um acidente aéreo. Ela me disse algo assim: “Eu achei que ele viria. Eu sei o que ele, o que a mulher dele está passando. Eu não desejo isso pra

ninguém, achei que, talvez, ele nos olharia de outra forma”. O governa-dor não compareceu. O governa-dor não deve demonstrar empatia. Essa é uma das manifestações do ataque que se dirige às Mães - viver a indiferença das Autoridades, viver o deboche da Justiça.

Dos governa-dores, não se espera que sejam homens ou mulheres capazes de empatia. Não apreenderam os testemunhos da guerra. Existem milhares de diferenças entre o ensino oferecido ao povo e o ensino comprado pela elite, mas existe, também, algo em comum - as escolas brasileiras, seja pela falta de interesse, de professor ou professora capacitadas ou de material, não abordam de maneira positiva, as populações negras, indígenas e pobres brasileiras. Voltamos às fronteiras silenciadas pela guerra. As histórias da guerra nunca são contadas. Palmares, Canudos, o navio encouraçado Minas Gerais, Pinheirinho, Carandiru, Baixada Santista, Ñande Ru Marangatu, testemunhos que nos são interditados. Flávia descobre a relação: “Mas os policiais falam que ele atirou, eu não tenho como provar que não - nem que sim, nem que não - porque nós somos pobres, mora num bairro que tem muito indício de crimes e tudo mais, como todo mundo sabe, eu moro na Praça da Sé, no Glicério, todo mundo fala mal mas ninguém vai lá conhecer, deveria um dia passar lá conhecer como é” (TESTEMUNHO 14 - FLÁVIA CRISTIANE DOS SANTOS). A pobreza só é estratégica na medida em que é um lugar amordaçado, onde o extermínio possa ser cumprido e os gritos abafados. O extermínio não é silencioso, é silenciado. Quando se aproximam, os acadêmicos estão, como dizem as Mães, preenchendo seus *curriculum lates mas não mordet*, ou narrando sua especialização em “popular”. Nos meios de comunicação de massa, tais lugares continuam retratados como o exótico, o esconderijo da criminalidade, o lugar dos anormais. Escolas, Uni-versidades, meios de comunicação, alguns dos espaços de formação do imaginário governa-mental. Não por acaso, mecanismos de interdição ao poder governa-mental. Não por acaso, também, toda a polêmica acerca da política de cotas. Imagine se as Universidades formassem outro tipo de professor. Se os professores formassem outro tipo de aluno. Se os educandos também fossem informados dos saberes negros, indígenas e populares. Imagine agora se, ao invés da não-ética da guerra, fossem os testemunhos negros, indígenas e populares, os testemunhos da guerra, os que educassem nossos Policiais. É pelo complexo mecanismo de disciplina das instituições que se cria a possibilidade de se governar a vida mediante mecanismos de normalização. O genocídio exige um imaginário simbólico em que possa se sustentar. Assim, se reproduzem, entre nós, autoridades incapazes de empatia, e policiais nervosos, ansiosos e violentos.

A Justiça dos homens produzidos para o governo sofre uma cegueira seletiva. Assim,

pode funcionar como instrumento de naturalização de relações hierárquicas, autoritárias e pautadas por interdições - interdição ao direito de ir e vir, interdição do direito à vida, interdição do ser, do existir. Nesse sentido, gostaria de recuperar dois testemunhos em que as interdições impostas pelo governo das Autoridades adquirem sentido perverso. Os testemunhos de Vera Lúcia Gonzaga e de Helena Fonseca - ambos enunciam um quadro de relações de poder em que se manifestam os mecanismos normalizadores.

O caso de Ana Paula é emblemático. A jovem estava grávida de 9 meses. O que levaria um Policial, na guerra contra o que ele acredita ser a criminalidade, a escolher para vítima uma mulher grávida de 9 meses? O que passa na cabeça de um Policial quando, prestes a atirar em um bebê totalmente indefeso, na barriga de uma mãe já morta, grita o veredito “filho de bandido, bandido é! ”? Algo claramente patológico se alimentar das dinâmicas do poder. A *hybris*. O homem que detém a vida de Outro, seja mediante a arma, o mando ou a caneta, se sente Deus. Aprende que o vitalismo de uns é sustentado pela morte de outros - norma que expressa a não-ética da guerra. Por isso encena outro sentido para a teratologia que participa. Em sua grade mental, consegue aquilo que pertence ao plano do inconcebível - encontra sentido para a execução de Bianca, a criança que nasceria no dia seguinte. Dá a ordem, puxa o gatilho, arquiva o caso, prende a outra mãe - a avó. A Joey, o “bandido”, estava proibido o direito de existir. Ana Paula, que não era gente mas mero instrumento de reprodução, estava proibida de gerar um filho de “bandido”. Bianca foi proibida de nascer porque “filho de bandido, bandido é! ”. Vera proibida de falar, jogada em uma cadeia para que apreendesse o seu lugar. A filha mais velha do casal, não tem mais pai, nem irmã, não tem a mãe. Um complexo mecanismo de poder que visa o extermínio físico, mata-se; o extermínio moral, deslegitima-se; a inviabilização física, prende-se; e a inviabilização psíquica, a depressão - uma desordem da vontade de Ser. Por sua vez, às Autoridades e aos Policiais é resguardada a impunidade e o direito à violência sem limites. Vera afirma “Tem hora que eu não queria tá no Brasil, porque a impunidade daqui não é pra mim, não é pras mães, não é pra pai favelado, não é pra estudante favelado, é só pros branco e que tem uma posição e que tem um nome. Um nome que aparece na coluna social” (TESTEMUNHO 3 - VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS).

O testemunho de Helena Fonseca também permite visualizar o vasto arsenal da governa-mentalidade brasileira, derivado do dispositivo de racialidade/biopoder e apontado para as populações negras, pobres e periféricas. Ao se apresentar, Helena faz questão de afirmar que vem de uma realidade muito diferente daquela - enunciada pelas autoridades -

onde o diálogo entre os homens de governo e as mães do povo é possível. Ela morou na favela. Seu filho era um trabalhador, pobre e preto, que, vítima da seletividade do sistema penal, foi apreendido como criminoso. Helena pegou 18 anos de porta de cadeia - ela testemunhou, de perto, o inferno dos presídios brasileiros. Ela conseguiu provar a inocência de seu filho, condenado a 30 anos de prisão, em 1 ano e 2 meses. Mas ela sabia que seu filho não sairia de lá o mesmo - fosse pelo sofrimento imposto pela tortura, indiscutível mecanismo disciplinador do sistema penitenciário brasileiro; fosse pela marca de ex-detento - aos olhos da nação, seu filho era um condenado. Helena apreendeu, nos 18 anos de cadeia, que o PCC não executaria um condenado na frente de sua filha nem faria de uma mulher grávida, uma vítima colateral. Sabe que, se seu filho fosse um *irmão* do PCC, vítima da polícia ou de uma facção rival, ela não estaria abandonada às adversidades da pobreza. Para Helena, “o PCC é podre, a polícia é pior ainda” (TESTEMUNHO 7 - HELENA FONSECA). Na periferia, o terrorismo indiscriminado é patente do Estado. A neta de dona Helena, uma criança de 4 anos, não só presenciou o assassinato de seu pai, sua mãe e seu irmão, ela teve o seu sofrimento prolongado ao ser enclausurada na cena do crime. O medo é tão profundo que a criança evacua toda vez que vê um policial. A outra neta de Helena foi diagnosticada bipolar. A irmã, morreu de saudade. Helena tem um câncer no pulmão. Interdições impostas pela governamentalidade brasileira à existência daqueles que se julga, mesmo que inconscientemente, populações descartáveis.

Outros dois casos em que a crueldade do estigma de “ex-detento” é destacada são o do filho de Débora e o do irmão de Francilene. Além de serem negros e pobres, os jovens haviam cumprido pena. O primeiro por um furto, em 1997, e o segundo pelo furto de uma caixinha de natal de 11 reais. Em 2006, Edson Rogério há 6 anos trabalhava como gari e Paulo Alexandre estava em liberdade condicional. Ter passado pelo sistema é carregar consigo, para sempre, a marca da morte. Afinal, todos, no sistema, estão em contato com o PCC - o inimigo da vez. Nas palavras de Helena: “Só que quando o meu filho saiu, meu filho veio que nem um boi, um boi marcado pela Polícia Militar” (TESTEMUNHO 7 - HELENA FONSECA). Aos olhos da Segurança Pública, não existem diferenças entre os *primos* e os *irmãos*. A condenação à morte e o sequestro do corpo são consequências descabidamente trágicas para o furto. Os 9 anos de impunidade foram mais que suficientes para as Mães observarem a incoerência entre o que se diz ser a justiça e a justiça das Autoridades, sempre dependente de vontades políticas indiferentes à sua dor.

Não se pode esquecer que não estamos falando de crimes isolados, fruto deste ou

daquele agente de segurança que apresentou algum tipo de desvio de conduta. Estamos falando do terrorismo sendo sistematicamente empregado como técnica de governo das populações negras, pobres e periféricas. Em uma polícia militarizada, mal remunerada e doutrinação para a guerra, o desvio é a regra, não a exceção. Ou, como diz Vera Lúcia Gonzaga, “não foram eles que foram fracos de mente e foram lá e mataram! Foi quem mandou! Foi quem aceitou tudo isso! O estado de São Paulo!” (TESTEMUNHO 3 - VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS). O governo exige de seus comandados o desvio de conduta. O desvio não está escrito no texto legal. Além da Constituição brasileira condenar o racismo, o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais e, em especial, os de Direitos Humanos possuem, no país, caráter supra-constitucional. O racismo pode ser visto como o desvio de conduta exigido por uma tradição - a tradição das relações inter-raciais brasileiras discursa a não-ética da guerra, os três séculos e meio de escravidão, a suspensão do Estado de Direito. No Brasil, experienciamos a constante contradição de se enunciar uma democracia em meio ao genocídio. A escravidão era, outrora, censurada dentro mesmo de um sistema escravocrata. O racismo é penalizado por um sistema penal intrinsecamente racista. Um belo conjunto de leis ineficientes oferece guarida para que o extermínio siga silenciado.

Porém o racismo pode também ser apreendido como mecanismo de produção de significados de aceitabilidade da Morte. Nesse sentido, inverte-se a equação. Ou seja, o negro não foi escravizado por ser diferente, mas sua diferença em relação ao branco foi codificada pela conveniência da escravidão. É possível traçar uma analogia com o processo de criminalização da negritude e da pobreza. Se outrora era conveniente afirmar a inaptidão dos negros para a civilização e, assim, justificar a escravidão; hoje é conveniente chamar os marginalizados de bandidos e, assim, justificar sua execução. Por mais pesadas que sejam as heranças de uma cultura da dominação racial, é importante não perder de vista o processo de atualização dos sentidos, de criação de uma diferença estabelecida entre nós – cidadãos - e eles – descartáveis - que garante a execução. Pensar como a morte e o terrorismo reservados a amplos setores da população brasileira são apreendidos como um mal banal e necessário para a manutenção da ordem social. Isso é o que Foucault chama racismo moderno – o que as execuções, e também a impunidade, produzem como poder. É, outra vez, o que Sueli Carneiro chama dispositivo de racialidade/biopoder.

A não-ética da guerra é pressuposto fundamental à manutenção dos rituais que produzem cotidianamente o negro, o pobre e o periférico, as vidas descartáveis. Ela se manifesta nos presídios, nas favelas, nas aldeias, nos quilombos, em suma, nas fronteiras da

nação. Tais recônditos são espaços geradores de epistemologias fronteiriças, subversivas. É por isso que as periferias experimentam, até hoje, a brutalidade da colonização. Para Débora, “Meu filho pagou por uma guerra que não era a dele. A guerra era do Estado” - o trecho traz à lembrança a Guerra do Paraguai, onde os negros, escravizados, foram dizimados em uma guerra totalmente alheia aos seus interesses. Débora continua: “O Estado foi o verdadeiro criminoso, matando na periferia. Quem foi que mandou? Quem foi que mandou? Foi crime de mando. Era ano eleitoral e o país estava em jogo. E também não foi cobrado pelas autoridades federais. Por que morreu tanto brasileiro? ”. Ela demonstra saber que, perante a justiça das Autoridades, seu filho não detém o mesmo status ontológico que outros brasileiros. “Ou então vamos discutir a pena de morte porque ela tá bem decretada na nossa periferia. Vamos discutir a pena de morte!” (TESTEMUNHO 1 - DÉBORA MARIA DA SILVA) - ou seja, o direito à vida é, no Brasil, exclusividade. Na periferia, a vida depende do julgamento de agentes policiais educados pelos padrões eurocêntricos do poder. Na periferia, está decretado o estado de exceção. Maria Helena diz “tá sem lei a cidade de Santos” (TESTEMUNHO 9 - MARIA HELENA TELES DE PINA).

Na prática judicial, observa-se o “deixar morrer”. A autorização do genocídio. O silenciamento e o discurso produzidos pelas Autoridades manipulam as relações raciais a partir da criação de identidades suspeitas. A suspeição *a priori*, ou seja, a autorização para se condenar sem provas, a criminalização da negritude e da pobreza, resguarda aos agentes estatais o direito à impunidade e impõe aos familiares a desgastante tarefa de provar, o tempo todo, a dignidade de seus mortos. Estamos diante de um quadro de relações de valorização da vida humana. Em ambos os casos, é o racismo o que operacionaliza os critérios. É a manifestação do que Sueli Carneiro chama dispositivo de racialidade/biopoder.

Nos discursos das Mães de Maio, apreendi que o corte que os governadores operacionalizam é entre aqueles deixados para morrer e os que podem matar impunemente. O conceito de necropolítica (MBEMBE, 2003) me parece ser mais preciso que o de biopolítica (FOUCAULT, 2008), para compreendermos as relações de poder que possibilitam tal corte. Para Amparo-Alves, o conceito capta com maior precisão a centralidade da morte, a sujeição da vida ao poder máximo da morte (AMPARO-ALVES, 2011). A soberania é o exercício do poder sobre a morte. Assim, a soberania se constrói nas execuções extrajudiciais, na exceção do Direito, dentro dos limites impostos pela tradição (MBEMBE, 2003). Os limites são dados, no contexto brasileiro, por cortes de raça, classe, gênero e geográficos. Ao invés de enfatizar a distribuição da vida, como o faz a biopolítica, o conceito de necropolítica enfatiza a

distribuição da morte. São territórios e populações marcados pelo signo da morte. Assim o conceito de necropolítica:

account for the various ways in which, in our contemporary world, weapons are deployed in the interest of maximum destruction of persons and the creation of *death-worlds*, new and unique forms of social existence in which vast populations are subjected to conditions of life conferring upon them the status of *living dead* (MBEMBE, 2003, p.40).

Nos testemunhos, as Mães recorrem constantemente à imagem da morte em vida:

Porque eles não mataram só nossos filhos, também a gente. Mexeram não só com a carne, mas com a alma da gente (TESTEMUNHO 6: ILZA MARIA DE JESUS SOARES).

Eles não mataram minha filha, eles me mataram também (TESTEMUNHO 3 - VERA LÚCIA GONZAGA DOS SANTOS).

Porque a pessoa que fez isso com ele, não fez só com ele, fez com a nossa família toda (TESTEMUNHO 5 - MARIA SÔNIA LINS).

Hoje os filhos tão morrendo e a gente tá morrendo junto (TESTEMUNHO 7 - HELENA FONSECA).

(...) a dor que aquelas mães daqueles jovens sentem é a mesma que eu sinto, a dor da mãe de um policial quando morre é a mesma que eu sinto, a gente não quer essa mortalidade pra ninguém, eu não quero pra ninguém porque eu to sentindo o que eu passei (TESTEMUNHO 11: JOÃO INOCÊNCIO CORREIA DOS SANTOS).

E quem tá sofrendo sou eu, uma mãe, que não dorme direito, não dorme, fica imaginando que o filho vai chegar no portão batendo e toda vez que eu vejo o meu filho, eu vi o rapaz ali sentado e achei que era ele, eu disse 'ó, parece com ele', eu acho é que eu tô ficando é louca. Hoje em dia eu tenho um problema, eu. Eu fico vendo o meu filho em todo canto. Eu não durmo mais, gente. Eu já pensei até de me matar, sabia? Ir no metrô e me jogar porque não tem justiça nesse país pra quem é preto, quem é de periferia, eu não sei nem falar direito aqui, eu não tô sabendo falar direito (...) (TESTEMUNHO 12 - GISELE BARBOSA DE LIMA).

Então quer dizer que eu vou ter que viver escondida, vou ter que sumir com os meus filhos, não vou poder ter mais vida porque a polícia quer matar mais alguém (TESTEMUNHO 14 - FLÁVIA CRISTIANE DOS SANTOS).

Ou seja, as geografias de São Paulo definem, em última escala, o lócus privilegiado da ação policial letal – as periferias. Periferias que nem sempre são geograficamente periféricas mas que se apresentam como fronteiras do estado democrático de direito, como guetos onde impera a exceção. Lugares que são disciplinados, governados e aterrorizados pela ininterrupta presença da morte. São o lugar dos negros. O lugar dos índios. O lugar dos pobres. O lugar dos bandidos. Os lugares do genocídio. É o que Amparo-Alves chamou geografia da morte – a articulação entre raça, violência estatal, vulnerabilidade social e espaço urbano (AMPARO-ALVES, 2011).

A violência do cotidiano policial remete ao que Heidegger descreve como mecanismo

para se acessar a autenticidade - a ansiedade em relação à morte. Segundo Levinas e Dussel, nesse processo, a Morte aparece como o elemento central de uma autenticidade narcisista. O narcisismo en-cobre a prioridade do encontro trans-ontológico no processo de desenvolvimento do Ser. Ao ocultar o fundamento trans-ontológico, é que o ser renúncia à justiça, à responsabilidade sobre uma realidade essencialmente compartilhada. E os Policiais, autênticos narcisistas, se sentem imbatíveis. Arriscam suas vidas “por nós” a preço do sangue negro, do sangue de “bandido”. Flávia Cristiane dos Santos diz que vive escondida, junto com a nora e os outros filhos, porque estão sendo caçados por Policiais, conta que os Policiais não hesitam em torturar meninos do bairro, a fim de saber o paradeiro dos seus outros filhos (TESTEMUNHO 14 - FLÁVIA CRISTIANE DOS SANTOS). Os Policiais são aqueles a quem está dada a tarefa de “fazer morrer”, incorporam, ao seu cotidiano, o poder do soberano. Nesse sentido, precisam, tal qual outrora o capitão do mato e o feitor, estarem dispostos a matar. Hoje, que a pena de morte não exista no país, não impede que Policiais fardados, à paisana ou encapuzados, se sintam autorizados e, até, estimulados a executar brasileiros negros e pobres.

Se encararmos a atividade policial a partir do domínio do microfísico, os Crimes de Maio emergem como a produção ritualística do poder policial. Ali, nas periferias, lugar de aversão ao poder estatal e, por conseguinte, ao poder policial, a Polícia re-estabelece seu poder, abalado pelos ataques do PCC, mediante o emprego da violência descabida. Com o objetivo de se afirmar territorialmente, a Polícia se utiliza, com a anuência expressa das autoridades (vide ofício dos promotores de justiça de SP), do terror e do medo. A partir do domínio mesofísico, o que está em jogo é o controle populacional. É a Morte servindo ao governo de indivíduos e populações.

A constante culpabilização das vítimas e heroicização dos agressores é o recurso narrativo que fundamenta os mitos típicos da modernidade. Os discursos construídos pelos meios de comunicação de massa - internet, jornal, televisão - reproduzem os estigmas que justificam a condenação à morte. Maria Helena nos conta, sobre o Policial cuja execução foi a condenação à morte de seu filho: “Ele assombrava todos na cidade, nos morros, ele era conhecido como japonês da Falcon, ele era temido, ele matava filho diante de mães”, e, “Mas o policial, como disse o superior dele, era um bom policial, era um policial exemplar, foi falado o mês inteiro na televisão, a pessoa que ele era, né? Um bom policial” (TESTEMUNHO 9 - MARIA HELENA TELES DE PINA). O acesso restrito pelo poder econômico aos meios de comunicação de massa é uma importante estratégia do genocídio.

Pode-se afirmar que os Crimes de Maio continuado, ou seja, a sucessão de chacinas que, quase em regime diário, aterrorizam determinados setores da sociedade brasileira, atesta que Autoridades e Policiais estão sendo eficazes em produzir sentidos que fazem da Morte de alguns, o extermínio do mal. Por isso, acredito ser nossa obrigação, a exemplo das Mães de Maio, produzir sentidos que estabeleçam outra ordem. Sentidos e ordenações compatíveis com os direitos humanos e o estado democrático de direito. Para tal, é necessário apreender a invisibilização e a desumanização como denúncias explícitas de que nossa democracia continua sofisticando o projeto colonial - o genocídio. A exceção das leis de uma sociedade que se deseja branca é sempre o negro. Para a juventude negra, está reservado, como destino inescapável, a morte prematura. Por isso, as Autoridades permitem que os Policiais sejam disciplinados pelas transgressões que reza a tradição - três séculos e meio de escravidão; um sistema penal nascido no domínio do privado e, por isso, essencialmente racista e tremendamente violento.

Contando suas histórias, as Mães de Maio re-existem. O Movimento Independente Mães de Maio representa, de certa forma, o que Carneiro explica como a educação voltada para a articulação entre o cuidado de si e o cuidado com os outros. Para a autora, quando o cuidado de si - o comportamento dos indivíduos perante as regras e os valores - se realiza no cuidado com os outros, busca-se a “construção de sujeitos coletivos libertos dos processos de subjugação e subalternização. O cuidado de si se realiza para esses sujeitos no cuidado do outro, cuja libertação é a estética de suas existências” (CARNEIRO, 2005). Do luto à luta, as Mães não param de gritar suas histórias. Sua bandeira, representação do luto brasileiro, carrega os dizeres: Memória e Verdade, Justiça e Liberdade. Caminham para além de uma civilização fundada sobre a ordem e o progresso. Nesse sentido, são a reforma do judiciário. Para Sueli Carneiro, “A construção de uma ética renovada é o resultado final a que chegam esses sujeitos políticos e de conhecimento dos embates que travaram e travam permanentemente para ultrapassar os modos de sujeição produzidos pelo dispositivo de racialidade/biopoder” (CARNEIRO, 2005). Ou seja, de certa forma, as vozes maternas, ao mesmo tempo em que carregam o peso de uma denúncia ética, nunca deixam de ser o convite para o restabelecimento de relações trans-ontológicas, o convite para o diálogo, o convite para o espanto frente à violação do Outro. Para Débora:

Sabemos que os sinhozinhos feudais e o capitalismo, os capitães de mato, o Estado e as chibatadas hoje se concentram nas balas de revólveres dos policiais.

A pena de morte está completamente declarada e descarada nesse país que se diz democrático.

As Mães de Maio vamos seguir exigindo do Estado o direito à memória, à verdade, à justiça e à liberdade! Como já fizeram tantas guerreiras e guerreiros na época da ditadura e em outros períodos históricos, a quem sempre temos sido solidárias. Nós também vamos lutar por este direito, de ontem e de hoje.

Nunca terei o medo da morte. Jamais irei recuar. Nunca deixarei de lutar por um país completamente livre, onde todos os pobres e negros seja respeitados, tenham dignidade, igualdade e justiça!⁵³

Acredito que o desenvolvimento de uma relação dialógica entre as Mães de Maio e as Autoridades é essencial para que possamos encerrar os Crimes de Maio. Para que o diálogo não seja apenas a fachada do nosso cinismo, são necessárias, pelo menos, estruturas autônomas e descentralizadas de supervisão da prática policial e judicial que incluam os setores vitimados pela violência institucional entre seus quadros. Também são relevantes mudanças no sistema educacional, a exemplo da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, e da implementação das cotas raciais nas Universidades Federais. Outro importante passo seria a democratização dos meios de comunicação de massa.

Ao propor o plano de prevenção à violência contra a juventude negra, o *Juventude Viva*, o governo federal reconhece, depois de séculos de violência, que “a história de um grande país se faz com sua Juventude Viva”. A cada hora, morrem, no Brasil, assassinados, dois jovens negros - vítimas da ação e da omissão do Estado. A inclinação genocida é a patologia do “branco” brasileiro. De certa forma, o que o lema do plano Juventude Viva, um programa de valorização da vida da juventude negra limitado pela ausência de articulação e diálogo sistemático com as instituições de controle penal, enuncia, em um contexto em que, pelo menos, metade de nossa população é negra - a inviabilidade de um país suicida. De um país que é, nas palavras de Débora, “um dos maiores produtores de Mães de Maio” (TESTEMUNHO 1 - DÉBORA MARIA DA SILVA).

53 DA SILVA, Débora Maria. IN: MÃES DE MAIO. *Do luto à luta*. p. 26.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMPARO ALVES, J. *Necro-política racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo*. Revista da ABPN, América do Norte, 1, jan. 2011. Disponível em: [HTTP://WWW.ABPN.ORG.BR/REVISTA/INDEX.PHP/EDICOES/ARTICLE/VIEW/100/93](http://www.abpn.org.br/revista/index.php/edicoes/article/view/100/93). Acesso em: 26 Fev. 2016.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. 1 ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do Outro como não-ser como fundamento do ser*. São Paulo: Universidade de São Paulo, tese de doutorado, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Michel Foucault e a Colonialidade do poder*. Tábula Rasa, Bogotá, nº.6, janeiro/junho, 2007. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero-6/castro.pdf>. Acesso em: 11/01/2016.

_____. *La poscolonialidad explicada a los niños*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2005.

_____. *Descolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes*. IN: CASTRO-GÓMEZ, Santiago. GROSFUGUEL, Ramon (orgs). *El giro decolonial - reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre editores, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. GROSFUGUEL, Ramon (orgs). *El giro decolonial - reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre editores, 2007.

CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre el colonialismo*. Disponível em: <http://www.ramwan.net/restrepo/decolonial/4-cesaire-discurso%20sobre%20el%20colonialismo.pdf>. Acesso em: 11/01/2016.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CONDEPE. *Crimes de maio*. 1 ed. São Paulo: CONDEPE, 2006.

DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. Disponível em:
<http://bibliotecafeministavirtualamelias.blogspot.com.br/2015/03/mulher-raca-e-classe-angela-davis.html>. Acesso em: 20/10/2015.

DUSSEL, Enrique. *Introducción a una filosofía de la liberación latinoamericana*. Cidade do México: Editorial Extemporaneos, 1977.

_____. *1492: el encubrimiento del Otro*. La Paz: Plural editores, 1994.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

FELTRAN, Gabriel. *Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão de homicídio em São Paulo (1992-2011)*. Revista brasileira de segurança pública. V.6, n.2, 232-255, ago/set 2012.

FLAUZINA, Ana Luiza P. *Corpo Negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. Brasília: Universidade de Brasília, dissertação de mestrado, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Estratégia, poder-saber*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GARCÉS, Fernando. *Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica*. IN: CASTRO-GÓMEZ, Santiago. GROSFOGUEL, Ramon (orgs). *El giro decolonial - reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre editores, 2007.

GROSFOGUEL, Ramon. *Hacia un pluri-versalismo transmoderno decolonial*. *Tábula Rasa*, nº. 9, julho-dezembro, 2008. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero-9/10grosfoguel.pdf>. Acesso em: 11/01/2016.

HUMAN RIGHTS HARVARD LAW; JUSTIÇA GLOBAL. *São Paulo sob ataque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006*. Disponível em: <<http://hrp.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2011/05/full-with-cover.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo - diário de uma favelada*. 9 ed. São Paulo: Ática, 2007.

LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MÃES DE MAIO. *Do luto à luta*. 1 ed. São Paulo: Movimento mães de maio, 2011.

_____. *Crimes de maio e a democracia das chacinas - parte 2: estado de extermínio*. IN: <http://www.passapalavra.info/2011/11/48422>. Acesso em: 19/12/2015.

_____. *Crimes de maio e a democracia das chacinas - parte 1: mapa da violência no Brasil*. IN: <http://www.passapalavra.info/2011/11/47896>. Acesso em: 19/12/2015.

MALDONATO-TORRES, Nelson. *Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto*. IN: CASTRO-GÓMEZ, Santiago. GROSFOGUEL, Ramon (orgs). *El giro decolonial - reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre editores, 2007.

MBEMBE, Achilles. *Necropolitics*. Public Culture, Duke, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003.

MIGNOLO, Walter. *Capitalismo y geografía del conocimiento: el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2001.

_____. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Literatura, língua e identidade, n°. 34, p.287-324, 2008.

_____. *Local histories/global designs*. Princeton: University of Princeton Press, 2000

NASCIMENTO, Abdias do. *Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira*. Proposta apresentada pelo autor ao 2º Congresso de Cultura Negra das Américas, Panamá, 1980.

NASCIMENTO, Beatriz. *O conceito de quilombo e a resistência cultural negra*. IN: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. IN: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

RIBEIRO, Darcy. *A América Latina existe?* Brasília: Editora UnB, 2010.

SHAKUR, Assata. *Asante Sana*. Disponível em: <http://www.assatashakur.org>. Acesso em: 12/08/2015

_____. *Para o meu povo*. Disponível em: <http://www.assatashakur.org>. Acesso em: 12/08/2015.

_____. *Uma mensagem para minhas irmãs*. Disponível em: <http://www.assatashakur.org>. Acesso em: 12/08/2015.

SOUZA, Neuza Santos. *Tornar-se negro - as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

WASELFIZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência*. IN: <http://www.mapadaviolencia.net.br/>. Acesso em: 20/01/2016.